

RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO CONTAS DO GOVERNADOR



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO PARANÁ

EXERCÍCIO 2008

RELATOR: CONSELHEIRO CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Relator: Conselheiro Caio Marcio Nogueira Soares

Este relatório pode ser encontrado no site do Tribunal de Contas do Paraná:

<http://www.tce.pr.gov.br>

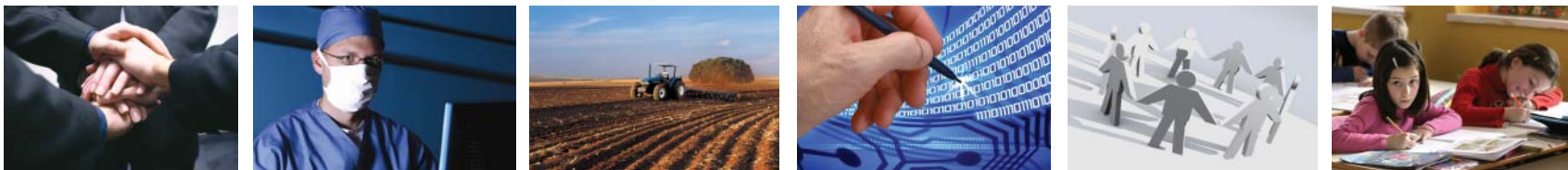
Endereço:

Pça. Nossa Senhora de Salette S/N Centro Cívico - CEP 80.530-910 - Curitiba - PR - Brasil

Telefones: PABX: (41) 3350-1616 - FAX: (41) 3254-8763

www.tce.pr.gov.br

E-mail: tcpr@pr.gov.br



RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO CONTAS DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2008

ÍNDICE

REMISSIVO

	APRESENTAÇÃO	15
I	INTRODUÇÃO	19
II	METODOLOGIA E CRITÉRIOS DE ANÁLISE	23
III	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO	
	1. Estrutura Institucional	26
	2. Quadro de Pessoal	26
	2.1. Poder Executivo	26
	2.2. Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público	27
IV	CENÁRIO SÓCIOECONÔMICO NO ANO DE 2008	
	1. Panorama Econômico Paranaense	30
	2. Produto Interno Bruto	30
	3. Setores Econômicos	31
	3.1. Indústria	31
	3.2. Agropecuária	32
	3.3. Comércio Exterior	33
	3.4. Emprego	36
	4. Considerações Finais	37
V	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	
	1. Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná	40
	2. Instrumentos de Planejamento e Orçamento	41
	2.1. Plano Plurianual - PPA	41
	2.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	42
	2.3. Lei Orçamentária Anual – LOA	42
	3. Compatibilidade entre PPA, LDO e LOA	45

VI	DESEMPENHO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NA GESTÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E PATRIMONIAIS	
	1. Gestão Orçamentária	48
	1.1. Balanço Orçamentário	48
	1.2. Desempenho da Arrecadação Estadual	48
	1.3. Demonstrativo da Despesa Pública	51
	1.4. Resultado Orçamentário	56
	2. Gestão Financeira	56
	2.1. Balanço Financeiro	56
	2.2. Disponibilidade de Caixa nos Termos da LRF	58
	2.3. Saldos Financeiros	59
	3. Gestão Patrimonial	60
	3.1. Balanço Patrimonial	60
	3.2. Estoque e Evolução da Dívida Ativa	63
	3.3. Composição e Evolução da Dívida Geral do Estado	64
	3.4. Precatórios	65
	4. Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	68
	4.1. Orçamento Inicial	68
	4.2. Execução Orçamentária	69
	4.3. Recomendação	70

5.	Outros Aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	71	3.	Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia	117
5.1.	Despesas com Divulgação e Propaganda	71	3.1.	Gestão dos Recursos de Ciência e Tecnologia	118
5.2.	Fundos Especiais	72	3.2.	Orçamento Final	118
5.3.	Serviços Sociais Autônomos	74	3.3.	Aplicações Realizadas	118
5.4.	Restos a Pagar	74	3.4.	Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos	124
5.5.	Gestão dos Ativos do Banestado	77	3.5.	Recomendações	125
5.6.	Tecnologia da Informação	81	4.	Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde	125
6.	Monitoramento dos Programas de Governo	89	4.1.	Limite Constitucional	125
6.1.	Programas de Governo	89	4.2.	Análise dos Resultados	126
6.2.	Sistemas de Acompanhamento e Avaliação do Estado	96	5.	Gastos com Pessoal	131
VII	ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		6.	Outros Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal	131
1.	Receitas e Despesas Previdenciárias	104	6.1.	Resultado Primário	132
2.	Aspectos Patrimoniais e Atuariais	106	6.2.	Resultado Nominal	132
VIII	LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		IX	RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DAS CONTAS DO GOVERNADOR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	136
1.	Cotas Liberadas para os Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público	111	X	RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2008	140
2.	Gastos com Educação	111	XI	CONCLUSÃO E VOTO	144
2.1.	Limite Constitucional	111			
2.2.	Análise de Aspectos Relevantes da Educação	114			

ÍNDICE

TABELAS

Tabela 1	Quantidade de Funcionários dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público - 2008	27
Tabela 2	Balança Comercial Brasileira - 2008-2007	33
Tabela 3	Evolução de Empregos nas Regiões do Brasil - 2008	36
Tabela 4	PPA 2008/2011 - Programas por Linha de Ação	41
Tabela 5	Metas Fiscais – 2008-2010	42
Tabela 6	Distribuição da Receita Estimada - 2008	42
Tabela 7	Principais Alterações Orçamentárias - 2008	43
Tabela 8	Evolução do Orçamento - 2008	44
Tabela 9	Comparativo do Orçamento - PPA/LOA 2008	45
Tabela 10	Balço Orçamentário - Administração Global - 2008	48
Tabela 11	Receita Tributária (Parcela Estadual) – Valores Constantes - 2005-2008	49
Tabela 12	ICMS por Setor da Economia (Parcela Estadual) - Valores Constantes - 2005-2008	50
Tabela 13	Transferências Correntes - Administração Direta – 2005-2008	50
Tabela 14	Execução Orçamentária da Despesa por Categoria Econômica, Grupo de Natureza e Área - 2008	51
Tabela 15	Demonstrativo da Despesa - Administração Global - Área Institucional - 2008	53
Tabela 16	Demonstrativo da Despesa - Administração Global - Área Social - 2008	54
Tabela 17	Demonstrativo da Despesa - Administração Global - Área Econômica - 2008	54
Tabela 18	Execução da Despesa por Função de Governo - 2008	55
Tabela 19	Síntese da Execução Orçamentária Ajustada - 2008	56
Tabela 20	Balço Financeiro - Receita - Administrações Direta, Indireta e Global - 2008	57
Tabela 21	Balço Financeiro – Despesa - Administrações Direta, Indireta e Global - 2008	57
Tabela 22	Movimentação Extra-Orçamentária - Dívida Flutuante - 2008	58
Tabela 23	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Posição em Dezembro/2008	58
Tabela 24	Disponibilidades Financeiras por Entidade - 2008	59
Tabela 25	Balço Patrimonial Consolidado - Composição do Ativo - 2008	60
Tabela 26	Participações Societárias do Governo Estadual – 2005-2008	61
Tabela 27	Balço Patrimonial Consolidado - Composição do Passivo - 2008	61
Tabela 28	Resultado Patrimonial do Exercício - 2008	62
Tabela 29	Demonstrativo do Estoque e Movimentação da Dívida Ativa – 2005-2008	63
Tabela 30	Composição da Dívida Geral do Estado - 2008	64
Tabela 31	Movimentação dos Precatórios Registrados no Passivo Financeiro - 2008	65
Tabela 32	Precatórios Transferidos do Passivo Circulante para Passivo Permanente - 2008	66
Tabela 33	Movimentação dos Precatórios Registrados no Passivo Permanente - 2005-2008	66
Tabela 34	Evolução dos Precatórios Inscritos em Dívida Fundada - 2005-2008	67
Tabela 35	Orçamento de Investimentos Segundo a Origem dos Recursos - 2008	68
Tabela 36	Orçamento de Investimentos por Função e Segundo as Origem dos Recursos - 2008	68
Tabela 37	Execução Orçamentária dos Investimentos por Empresa - 2008	69
Tabela 38	Investimentos Realizados pelas Empresas x Investimentos Registrados no Balço Geral do Estado - 2008	70
Tabela 39	Comparativo entre os Valores - Realizados nos Exercícios de 2007/2008	70
Tabela 40	Despesas com Publicidade Institucional - 2008	71
Tabela 41	Despesas com Divulgação de Atos Oficiais - 2008	71
Tabela 42	Execução Orçamentária dos Fundos Especiais - 2008	72
Tabela 43	Movimentação dos Recursos Vinculados aos Fundos Especiais - 2005/2008	73
Tabela 44	Demonstrativo da Despesa Empenhada, Paga e Restos a Pagar - 2008	74
Tabela 45	Execução de Restos a Pagar - 2008	76
Tabela 46	Apuração de Resultado – 2005-2008	78
Tabela 47	Posição dos Balços Patrimoniais - 2005-2008	79

Tabela 48	Registros Contábeis do Estado – 2005-2008	80	Tabela 72	Evolução da Quantidade de Professores da Rede Estadual – 2005-2008	114
Tabela 49	Processos Analisados pela COSIT por Modalidade de Licitação – 2008	82	Tabela 73	Distribuição Administrativa dos Alunos por Esfera - Censo Escolar - 2008	115
Tabela 50	Processos Analisados pela COSIT por Órgão - 2008	82	Tabela 74	Quantidade de Matrículas na Região Sul - 2008	115
Tabela 51	Gastos com Tecnologia da Informação – por Subelemento de Despesa - 2008	83	Tabela 75	Evolução das Matrículas na Rede Estadual - Paraná - 2005-2008	116
Tabela 52	Gastos com Tecnologia da Informação – Subfunção 126 – 2008	84	Tabela 76	Evolução dos Eventos de Capacitação de Recursos Humanos - 2005-2008	116
Tabela 53	Despesas com Processamento de Dados – CELEPAR – 2008	84	Tabela 77	Demonstrativo dos Recursos Aplicados em Ciência e Tecnologia - 2008	117
Tabela 54	Faturamento dos Serviços do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro - 2008	87	Tabela 78	Distribuição dos Recursos do Fundo Paraná	118
Tabela 55	Programas de Governo - 2008	89	Tabela 79	Investimentos Totais Realizados em 2008 - Por Unidade	118
Tabela 56	Execução Orçamentária - Programa Obrigações Especiais - 2008	90	Tabela 80	Evolução dos Investimentos em Ciência e Tecnologia - 2003-2008	119
Tabela 57	Execução Orçamentária - Programa Educação de Qualidade - 2008	91	Tabela 81	Projetos Estratégicos da UGF por Redes de Pesquisa e Inovação - 2008	120
Tabela 58	Execução Orçamentária - Programa Saúde e Saneamento - 2008	91	Tabela 82	Aplicação dos Recursos da Fundação Araucária por Linha de Ação - 2008	122
Tabela 59	Execução Orçamentária - Programa Segurança Integrada - 2008	92	Tabela 83	Principais Atividades e Linhas de Pesquisa Desenvolvidas pelo TECPAR - 2008	123
Tabela 60	Execução Orçamentária - Programa Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico - 2008	92	Tabela 84	Demonstrativo dos Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde - 2008	125
Tabela 61	Demais Programas - 2008	93	Tabela 85	Despesas Excluídas dos Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde - 2008	126
Tabela 62	Indicadores de Desempenho por Linha de Ação e Programa - 2008	94	Tabela 86	Resultado dos Indicadores - Pacto pela Saúde - Região Sul - 2007	127
Tabela 63	Execução da PDE 2008, por Eixo Estruturante, por Região de Planejamento e Execução <i>Per Capita</i>	97	Tabela 87	Resultados do Alcance das Metas dos Indicadores Obrigatórios de Monitoramento e Avaliação do Pacto pela Saúde - Paraná - 2008	128
Tabela 64	Apuração do Resultado do Exercício do Paranaprevidência - 2007/2008	105	Tabela 88	Justificativas das Metas Pactuadas não Atingidas pelo Paraná - 2008	130
Tabela 65	Patrimônio Líquido do Paranaprevidência - 2007/2008	105	Tabela 89	Limites da Lei Complementar nº 101/00 - 2008	131
Tabela 66	Créditos a Receber pelo Paranaprevidência - 2007/2008	107	Tabela 90	Metas Fiscais - Resultado Primário - 2008	132
Tabela 67	Limites das CF e CE e da LDO - Verificação de Cumprimento – 2005-2008	110	Tabela 91	Metas Fiscais - Resultado Nominal - 2008	133
Tabela 68	Limites Constitucionais e Legais - Valores Aplicados - 2008	110	Tabela 92	Ressalvas, Determinações e Recomendações - Exercícios Financeiros de 2005, 2006 e 2007	136
Tabela 69	Evolução dos Gastos com Educação - Valores Constantes - 2005-2008	111	Tabela 93	Ressalvas - Exercício Financeiro de 2008	140
Tabela 70	Origens e Aplicações de Recursos do FUNDEB - 2008	113	Tabela 94	Determinações - Exercício Financeiro de 2008	140
Tabela 71	Base de Repasse do FUNDEB - Valor Anual Estimado por Aluno e Modalidade de Ensino - 2008	114	Tabela 95	Recomendações - Exercício Financeiro de 2008	141

ÍNDICE

GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantidade de Funcionários Ativos do Poder Executivo - 2006-2008	27
Gráfico 2	Varição da Produção Física Industrial - Unidades da Federação e Brasil - 2008	31
Gráfico 3	Varição da Produção Física Industrial, Segundo Atividades Econômicas - Paraná - 2008	31
Gráfico 4	Participação Percentual das Regiões na Produção Agrícola Nacional - Destaque para o Paraná/Sul - 2008	32
Gráfico 5	Evolução da Balança Comercial-Brasileira – 1997-2008	33
Gráfico 6	Exportações Brasileiras - Ranking da Participação dos Estados nas Exportações - 2008	34
Gráfico 7	Composição das Exportações – Paraná - 2008	34
Gráfico 8	Composição das Importações – Paraná - 2008	35
Gráfico 9	Evolução da Balança Comercial - Paraná – 1997-2008	35
Gráfico 10	Evolução do Estoque de Empregos Formais no Paraná - 2002-2008	36
Gráfico 11	Evolução do Orçamento - 2008	44
Gráfico 12	Desempenho das Receitas Correntes - 2008	48
Gráfico 13	Divisão da Receita Tributária - 2008	49
Gráfico 14	Arrecadação do ICMS (Parcela Estadual) - Valores Constantes - 2005-2008	49
Gráfico 15	Desempenho das Receitas de Capital - 2008	51
Gráfico 16	Despesas por Natureza - 2008	52
Gráfico 17	Despesas por Área na Administração Global - 2008	53
Gráfico 18	Despesas por Função - 2008	55
Gráfico 19	Comportamento da Disponibilidade Financeira - Valores Constantes - 2005-2008	59

Gráfico 20	Saldo Patrimonial Acumulado – 2005-2008	62
Gráfico 21	Evolução do Estoque da Dívida Ativa – 2005-2008	63
Gráfico 22	Composição da Dívida Geral do Estado - 2008	65
Gráfico 23	Evolução dos Precatórios Inscritos em Dívida Fundada – 2005-2008	67
Gráfico 24	Orçamento de Investimentos – Por Empresa e Origem dos Recursos - 2008	68
Gráfico 25	Evolução da Movimentação dos Recursos Vinculados aos Fundos Especiais – 2005-2008	73
Gráfico 26	Evolução da Inscrição dos Restos a Pagar – Poder Executivo – 2005-2008	75
Gráfico 27	Evolução da Inscrição dos Restos a Pagar – Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público 2005- 2008	75
Gráfico 28	Evolução da Execução dos Restos a Pagar – Poder Executivo – 2005-2008	76
Gráfico 29	Evolução da Execução dos Restos a Pagar – Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público 2005 - 2008	77
Gráfico 30	Evolução da Recuperação das Operações de Crédito – Ativos – 2005-2008	80
Gráfico 31	Despesas com Processamento de Dados pagas à CELEPAR – por Órgão - 2008	85
Gráfico 32	Programas de Governo com Maiores Investimentos - 2008	90
Gráfico 33	Execução Orçamentária por Programa - Programas Especiais - 2008	90
Gráfico 34	Execução Orçamentária por Programa - Programa Educação de Qualidade - 2008	91

Gráfico 35	Execução Orçamentária por Programa - Programa Saúde e Saneamento - 2008	91
Gráfico 36	Execução Orçamentária por Programa - Programa Segurança Integrada - 2008	92
Gráfico 37	Execução Orçamentária por Programa - Programa Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico - 2008	92
Gráfico 38	Execução da PDE por Eixo Estruturante - 2008	98
Gráfico 39	Execução da PDE por Região de Planejamento - 2008	99
Gráfico 40	Execução <i>Per Capita</i> da PDE - 2008	99
Gráfico 41	Desempenho Mensal das Ações Acompanhadas pelo Conselho Revisor - 2008	100
Gráfico 42	Aplicação dos Gastos com Educação - 2008	112
Gráfico 43	Evolução da Aplicação dos Recursos em C&T – Limites Percentuais Legais - 2003-2008	117
Gráfico 44	Evolução dos Investimentos em Ciência e Tecnologia – 2003-2008	119
Gráfico 45	Projetos Estratégicos da UGF por Rede de Pesquisa e Inovação - 2008	120
Gráfico 46	Distribuição dos Recursos do Programa INFRA por Entidade Beneficiada - 2008	121
Gráfico 47	Aplicação dos Recursos da Fundação Aráucária por Linha de Ação - 2008	123
Gráfico 48	Evolução dos Indicadores de Mortalidade Infantil e Neonatal 2003-2007	127
Gráfico 49	Internamentos no SUS por Diabetes Mellitus - 2006-2008	130

RELAÇÃO

SIGLAS

AFF	Acompanhamento Físico - Financeiro	DETRAN	Departamento de Trânsito do Paraná
AFPR	Agência de Fomento do Paraná S/A	EC	Emenda Constitucional
AMBIENTAL	Ambiental Paraná Florestas S/A	EJA	Educação de Jovens e Adultos
APL	Arranjos Produtivos Locais	EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
APPA	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	FEA	Fundo Estadual Antidrogas
BACEN	Banco Central do Brasil	FEAP	Fundo de Equipamento Agropecuário
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
BPP	Biblioteca Pública do Paraná	FECOM	Fundo Estadual de Defesa do Consumidor
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	FEMA	Fundo Estadual do Meio Ambiente
CAFE/SEFA	Coordenação da Administração Financeira do Estado do Paraná	FEP	Fundo de Participação nos Estados
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	FEPGE	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná
CCT/Paraná	Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia	FETC /PR	Fundo Especial do Controle Externo do tribunal de Contas do Estado do Paraná
CCTBA	Centro de Convenções de Curitiba S/A	FGV	Fundação Getúlio Vargas
CTTG	Centro Cultural Teatro Guaíra	FIA	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência
CEASA/PR	Centrais de Abastecimento do Estado do Paraná	FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
CELEPAR	Companhia de Informática do Paraná	FINAME	Linha de Crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social[Agência Especial de Financiamento Industrial]
CEPR	Colégio Estadual do Paraná	FINANÇAS/PR	Novo Sistema de Gestão Financeira do Estado do Paraná
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
CET	Certificado do Tesouro Nacional	FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CIB	Comissão Intergestores Bipartite	FRHI/PR	Fundo Estadual de Recursos Hídricos/PR
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	FUEGE	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado
CLASPAR	Empresa Paranaense de Classificação de Produtos	FUEMP	Fundo Especial do Ministério Público
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho	FUMPM	Fundo de Modernização da Polícia Militar
CMA	Coordenação de Monitoramento e Avaliação	FUNCB	Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
COCELPA	Companhia de Papel e Celulose do Paraná	FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná	FUNDEPAR	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná	FUNREFISCO	Fundo de Reequipamento do Fisco
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba	FUNREJUS	Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário
COMPAGAS	Companhia Paranaense de Gás	FUNRESPOL	Fundo de Reequipamento da Polícia
COP	Coordenação de Orçamento e Programação	FUNRESTRAN	Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito
COPEL	Companhia Paranaense de Energia	FUNSAUDE	Fundo Estadual de Saúde
COSIT	Comissão dos Sistemas de Informação e Telecomunicações do Estado	FUPEN	Fundo Penitenciário
CPRA	Centro Paranaense de Referência e Agroecologia	FUPEN	Fundo Penitenciário
CRE	Coordenação da Receita do Estado do Paraná	GR-PR	Guia de Recolhimento do Estado do Paraná
CRES	Contratos de Regime Especial ou Contratação de Pessoal sobre Regime Especial	IAP	Instituto Ambiental do Paraná
DAE	Sistema de Dívida Ativa	IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
DAS	Setor de Dívida Ativa	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DCE	Diretoria de Contas Estaduais	ICE	Inspetoria de Controle Externo
DEAP	Departamento Estadual de Arquivo Público		
DEFIS	Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária		
DER	Departamento de Estradas de Rodagem		
DERAL	Departamento de Economia Rural		

ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	RS	Regional de Saúde
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano	RTVE	Rádio e Televisão Educativa do Paraná
IGA	Inspetoria Geral de Arrecadação	SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna	SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social	SEAE	Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras	SEAP	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social	SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
IPEM	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Estado do Paraná	SECJ	Secretaria de Estado da Criança e da Juventude
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado	SECS	Secretaria de Estado da Comunicação Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano	SEDU	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	SEEC	Secretaria de Estado da Cultura
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte	SEED	Secretaria de Estado da Educação
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências	SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
ITCMD	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos	SEFANET	Portal de serviços especializados da Secretaria do Estado e da Fazenda
JBIC	Japan Bank for International Cooperation	SEIM	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul
JUCEPAR	Junta Comercial do Paraná	SEJU	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias	SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LOA	Lei Orçamentária Anual	SEOP	Secretaria de Estado de Obras Públicas
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal	SEPL	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino do Estado do Paraná	SESA	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	SESEX	Secretaria de Comercio Exterior
MEC	Ministério da Educação e da Cultura	SESP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
MINEROPAR	Minerais do Paraná S/A	SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MON	Museu Oscar Niemeyer	SETP	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
MS	Ministério da Fazenda	SETR	Secretaria de Estado dos Transportes
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego	SETU	Secretaria de Estado do Turismo
NLC	Nota de Lançamento Contábil	SIAF	Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiro
OECF/PARANASAN	Overseas Economic Cooperation Fund	SISPACTO	Pacto pela Saúde
OGE	Orçamento Geral do Estado	SUAS	Sistema Único de Assistência Social
PADV	Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação	SUDEHSA	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
PARANASAN/JBIC	Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná/ JBIC	SUS	Sistema Único de Saúde
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	TC	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
PDE	Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná	TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
PDG	Programa de Desenvolvimento Governamental	TGE	Tesouro Geral do Estado do Paraná
PEDU	Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano	TI	Tecnologia da Informação
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A	TJ	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
PGE	Procuradoria Geral do Estado do Paraná	TVE	Rádio e Televisão Educativa do Paraná
PIB	Produto Interno Bruto	UEL	Universidade Estadual de Londrina
PPA	Plano Plurianual	UEM	Universidade Estadual de Maringá
PPU	Programa Paraná - Urbano	UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
PRDE	Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico	UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
PRES	Paraná Esporte	UGF	Unidade Gestora do Fundo
PROEM/BID	Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná	UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
PROSAM	Programa de Saneamento Ambiental	UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
PRTUR	Paraná Turismo	UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
		USF	Universidade sem Fronteiras

**“Se os homens fossem anjos, não precisaria governo algum.
Se os homens fossem governados por anjos, o governo não
precisaria de controles externos nem internos.”**

James Madison

4º Presidente dos Estados Unidos



APRESENTAÇÃO

Apresentação

O mandamento preconizado pelo inciso XVI, do artigo 55, da Carta Constitucional Estadual, atribui a esta Egrégia Corte de Contas o dever de encaminhar à Assembléia Legislativa, para julgamento, o Relatório e o Parecer Prévio sobre as contas do Governador, no que tange ao exercício financeiro de 2008, sob responsabilidade do Excelentíssimo Senhor ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

A considerar, preliminarmente, que, *ratione materiae*, a análise do Tribunal de Contas tem caráter técnico-administrativo, mas é com base no Parecer Prévio deste órgão que a Assembléia Legislativa promove o julgamento político-administrativo das Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Destarte, é de se afiançar o zelo com que foi observado o respeito aos princípios basilares do estado democrático de direito, em especial aqueles comprometidos com a *res pública*, como a transparência, a publicidade e a visibilidade dos gastos havidos e sustentados por meio do Tesouro. A isso, oportuno aditar a firme determinação do corpo de análise, em empregar esforço árduo na aplicação do exame puramente técnico das mencionadas contas, como forma de emprestar a nítida e cristalina imagem de autonomia administrativa e de independência funcional, que deve caracterizar uma instituição de controle.

Assim, na análise da execução orçamentária, financeira e contábil, procurou-se extrair, do resultado obtido, não a pura observância dos preceitos legais que versam sobre a matéria, mas, igualmente, o alcance da destinação dos recursos públicos sob a ótica do benefício à sociedade, com atenção maior voltada aos investimentos para as principais demandas sociais, em especial saúde e educação. Nesse particular, a preocupação maior, na condição de Relator das Contas do Governador, foi canalizada a um exame mais apurado a respeito dos resultados qualitativos dos programas de governo destinados à aplicação dessas iniciativas.

Na verdade, a globalização, a rapidez promovida pelo avanço da Tecnologia da Informação e a sempre necessária transparência que deve nortear a gestão pública, devem conduzir a missão de todo o Governo pela aplicação de estratégia limpa e transparente, para que fique explicitado, inequivocadamente, até onde se pretende ir, que objetivos se quer atingir e, de pronto, eliminar os esforços em atividades que não contribuam para os resultados desejados.

A salientar, por derradeiro, a facilidade de diálogo entre o Poder Executivo e esta Corte, em especial esta Relatoria, o que, com certeza, emprestou celeridade ao processo de eventuais esclarecimentos que se fizeram necessários, sobre aspectos do Balanço Anual do Governo, oportunizando o cumprimento dos prazos previstos para a análise e emissão do Parecer Prévio das contas dos poderes constituídos do Estado do Paraná.



“Se todos não podem ter talento, todos são obrigados a ter caráter.”

Manoel Francisco Corrêa

1º Presidente do TCU, natural de Paranaguá, PR

I. INTRODUÇÃO

Introdução

A boa gestão pública busca a melhoria da qualidade de vida da população, que é obtida pela administração eficiente dos recursos do Estado com ações eficazes promotoras da sustentabilidade e expansão de sua economia.

Cabe ao Estado, além de garantir a ordem social, criar as condições para que todos tenham acesso aos serviços essenciais, como a educação, a saúde e os de bem-estar. E, para poder oferecer toda gama de serviços que a população tem direito, o Estado deve ter estratégias de proteção a sua economia, com ações inovadoras para promover crescimento e melhor distribuição de renda.

Em paralelo ao apoio à rede produtiva – geração e consumo de bens – o Estado deve, também, destinar seus recursos para a camada mais carente, por meio de programas sociais que proporcionem inclusão social e melhores condições de vida.

A avaliação da gestão pública deve não só forçar as práticas administrativas – a correção e idoneidade na utilização dos recursos orçamentários – mas, sobretudo, dimensionar o alcance e qualidade dos serviços.

Não basta apenas que o Estado tenha finanças sólidas. O que realmente importa é alcançar metas que elevem as condições de vida da população.

A execução dos programas sociais está condicionada à disponibilidade dos recursos. E, para gerar esses recursos, o Estado deve estabelecer condições para que a economia real mantenha índices produtivos de expansão, garantindo receitas permanentes.

Portanto, a linha traçada para examinar as contas governamentais do exercício em discussão buscou, em seu curso, dedicar mais atenção à análise de resultado do que o simples e inócuo retrato dos inúmeros indicadores apresentados no período. Mais que auditar índices e dados estanques, o enfoque principal perseguido foi o da gestão por resultados, avaliando-se fenômenos como a sua evolução em relação ao comportamento sócio-econômico, experimentado pelo Estado, no ano de referência, bem como o diferencial comparativo em relação aos demais entes federativos.

A Corte de Contas não deve questionar indicadores ou metas, que se prestam primordialmente para estabelecer políticas públicas. O que se procurou identificar foi o real alcance e validação dos programas realizados.


Meus senhores: Antes porém, de ater-me às considerações pontuais das Contas do Governador, convém tecer alguns comentários de ordem comparativa, que servirão de subsídio ao melhor entendimento do contexto que alicerçam a presente análise.

Vale frisar, preliminarmente, que, para demonstrar o comportamento dos indicadores macroeconômicos do Estado do Paraná, em 2008, é importante compará-los com a conjuntura econômica brasileira.

Os fatores que contribuíram para o crescimento da economia nacional foram o aumento da massa salarial, as crescentes disponibilidades e atratividades das operações de crédito e o nível elevado da confiança dos consumidores, que favoreceram, em especial, as vendas de bens de consumo duráveis. Houve, também, um aumento no nível de investimentos.

Apesar dos impactos da crise internacional, a economia brasileira teve um incremento de 5,10% do Produto Interno Bruto (PIB). O Paraná alcançou resultados expressivos em sua economia, notadamente nos setores agropecuário, industrial e de serviços. Pode-se aferir tal performance, por exemplo, em cotejo com o ano de 2007, onde o setor Agropecuário expandiu 8,30%, a Indústria acumulou crescimento de 8,60%, e o setor de Serviços – com especial participação na economia paranaense, cuja representatividade se situou em 63% dela –, registrou uma variação positiva de 5,69%.

Em face da melhor performance experimentada em todos os segmentos da economia no Estado, resultou igualmente em reflexos positivos no âmbito da gestão do orçamento público, justificando o expressivo superávit orçamentário de execução, na ordem de R\$ 1,2 bilhão. Fato que também se deve ao fortalecimento da estrutura do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, a quem cabe o direcionamento e dinamização das ações com vistas a efetiva implementação deste processo.



“A riqueza não está
na posse de tesouros,
mas no uso que deles se faz.”

Napoleão Bonaparte

II. METODOLOGIA E CRITÉRIOS DE ANÁLISE

1. Metodologia e Critérios de Análises

Como determina a Lei Orgânica do Tribunal, na primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno, ocorrida em janeiro de 2008, foi designado, por sorteio, relator das Contas do Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 2008, com a responsabilidade de apresentar Relatório e Parecer Prévio, a ser apreciado em Plenário.

Importante salientar que o Parecer Prévio tem por escopo concluir pela recomendação de aprovação ou rejeição das Contas Anuais do Governo à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, não envolvendo o exame de responsabilidade dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos, cujas contas são objeto de julgamento em processos específicos.

A partir da análise técnica da Diretoria de Contas Estaduais consubstanciada na Instrução nº 052/2009, considerando as justificativas e esclarecimentos prestados por ocasião do contraditório, bem como da manifestação do Ministério Público junto ao TCE, procedeu-se a avaliação da gestão estadual, sintetizada neste relatório.

Em conformidade com o Regimento Interno do Tribunal de Contas, concluído o Relatório e o Parecer Prévio, o documento foi encaminhado ao Presidente, Conselheiros, Auditores e Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE.



III. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

1. Estrutura Institucional

O Governo do Estado do Paraná é constituído pela Administração Direta, integrada pelo Chefe do Poder Executivo, Vice-Governador, Casa Civil, Casa Militar, Procuradoria Geral do Estado e Secretarias; Administração Indireta, composta pelas Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Serviços Sociais Autônomos e Fundos Especiais; Poderes Legislativo e Judiciário, e Ministério Público.

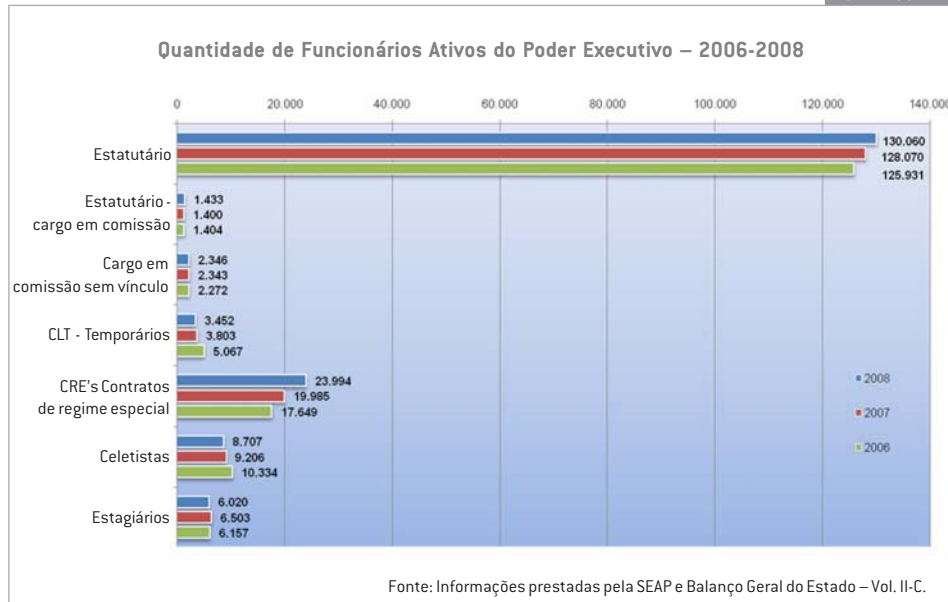
Em 2008, houve duas alterações institucionais: a formação do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, tendo como finalidade a produção independente de energia, e a criação do Fundo da Justiça [Lei nº 15.942 de 03/09/2008], com a finalidade de prover recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das despesas decorrentes da estatização das serventias do foro judicial.

2. Quadro de Pessoal

2.1. Poder Executivo

O gráfico seguinte revela o quantitativo de pessoal que presta serviços no Poder Executivo Estadual, independentemente do vínculo empregatício (estatutários, celetistas, cargos em comissão, terceirizados e estagiários) de 2006 a 2008.

GRÁFICO 1



Analisando os dados anteriores, verifica-se acréscimo na contratação de pessoal temporário, mediante os Contratos de Regime Especial – CRE´s, 20,06% em relação a 2007, e 35,95% se comparado a 2006. A Diretoria de Contas Estaduais constatou que os órgãos que mais se utilizaram desses contratos foram as Instituições de Ensino Fundamental, através da Secretaria de Estado da Educação, bem como as de Ensino Superior, pelas Universidades e Faculdades. Ao mesmo tempo os contratos temporários (regime CLT) diminuiram 9,23% na comparação com 2007, e 31,87% em relação a 2006.

2.2. Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público

No exercício financeiro sob exame, não houve alteração significativa no quadro de pessoal do Poder Legislativo e do Ministério Público. No Tribunal de Justiça, verificou-se crescimento do número de servidores, de 10,00%, para os cargos de regime jurídico estatutário, e de 61,00%, para os de provimento em comissão, na comparação com o ano de 2007.

TABELA 1

NATUREZA DO CARGO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
Estatutário	527	513	4.489	1.080	6.609
Cargo em Comissão	1.611	90	753	141	2.595
À Disposição em Outros Órgãos	12	14	13	1	40
À Disposição de Outros Órgãos	8	11	28	92	139
Serventuários Foros Judiciais	0	0	0	0	0
Estagiários	7	137	1.760	605	2.509
TOTAL	2.165	765	7.043	1.919	11.892

Fonte: Relatório quadrimestral das ICE's.



1. Panorama Econômico Paranaense

Para demonstrar o comportamento dos indicadores macroeconômicos do Estado do Paraná, é importante compará-los com a conjuntura econômica brasileira.

Os fatores que contribuíram para o forte crescimento da economia nacional foram o aumento da massa salarial, as crescentes disponibilidades e atratividades das operações de crédito e nível elevado de confiança dos consumidores, que favoreceram, em especial, as vendas de bens de consumo duráveis. Houve, também, um aumento no nível de investimentos.

Apesar dos impactos da crise internacional, a economia brasileira manteve bom desempenho, com significativa expansão de 5,10% do Produto Interno Bruto (PIB).

Acompanhando o ótimo momento da economia brasileira, o Paraná também alcançou excelentes resultados em todos os setores de sua economia, especialmente agropecuário, industrial e de serviços. Tanto que, na comparação com o ano de 2007, o setor agropecuário expandiu 8,30%, a indústria acumulou crescimento de 8,60%, e o setor de serviços – com participação na economia paranaense, em cerca de 63,00% - registrou uma variação positiva de 5,69%.

2. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná atingiu o valor de R\$ 168,8 bilhões, respondendo por 5,80% do PIB nacional e posicionando a economia paranaense como a quinta maior do País.

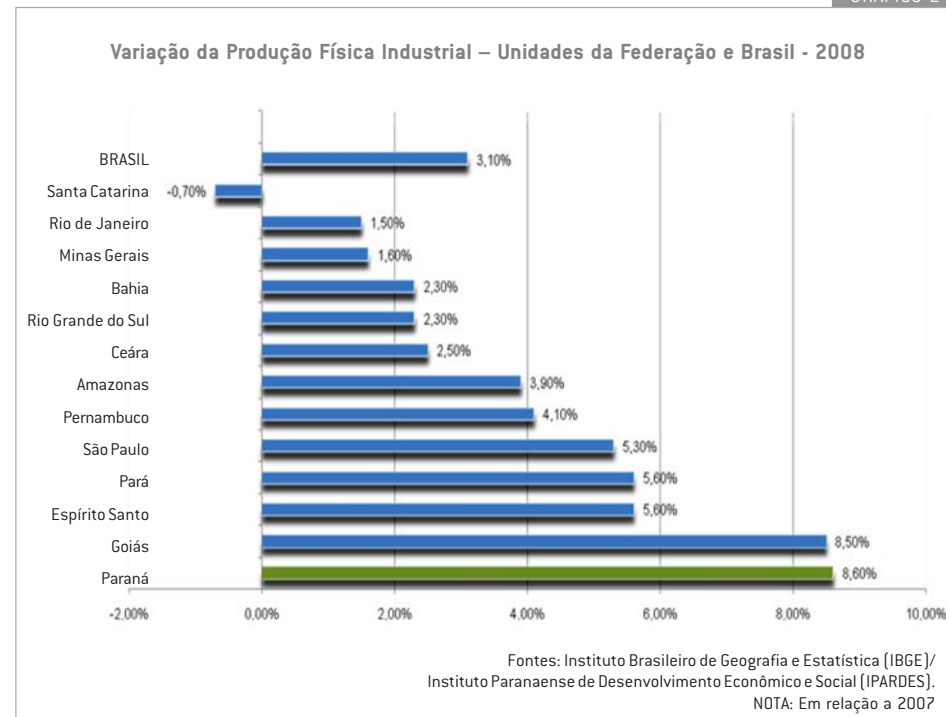
Em relação ao ano de 2007, houve uma retração da participação paranaense no PIB nacional (de 6,00% em 2007 para 5,80% em 2008).

3. Setores Econômicos

3.1. Indústria

Mesmo com a desaceleração do crescimento econômico revelado em todo o Brasil, no último trimestre, em função da crise internacional, na comparação com 2007, a indústria paranaense registrou um crescimento acumulado de 8,60%, melhor resultado entre os estados pesquisados, e acima da média nacional, de 3,10%.

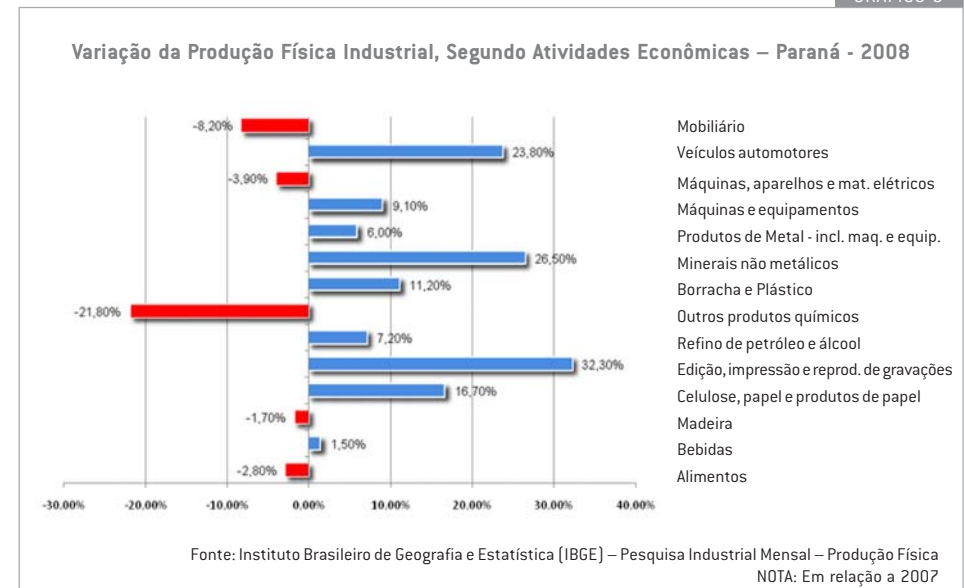
GRÁFICO 2



Esse resultado foi decorrente, sobretudo, do desempenho da indústria de veículos automotores, com crescimento de 23,80%, das indústrias de edição e impressão, celulose e papel, e de máquinas e equipamentos, com variação positiva de 32,30%, 16,70% e 9,10%, respectivamente, o que evidencia a desconcentração da expansão industrial do Paraná, incluindo não apenas segmentos ligados ao agronegócio, como também aos ramos voltados à geração de bens de alto conteúdo tecnológico.

Conforme pode ser observado no gráfico 3, no Paraná, nove das quatorze principais atividades cresceram, em 2008, em relação ao ano anterior.

GRÁFICO 3



3.2. Agropecuária

A agropecuária foi a atividade econômica brasileira com maior crescimento, registrando uma alta de 5,80% e ocupando lugar de destaque no PIB nacional.

Até mesmo nos últimos três meses, quando se verificou a internacionalização da crise e a manufatura caiu 2,10%, o setor cresceu 2,20% em relação ao mesmo período de 2007.

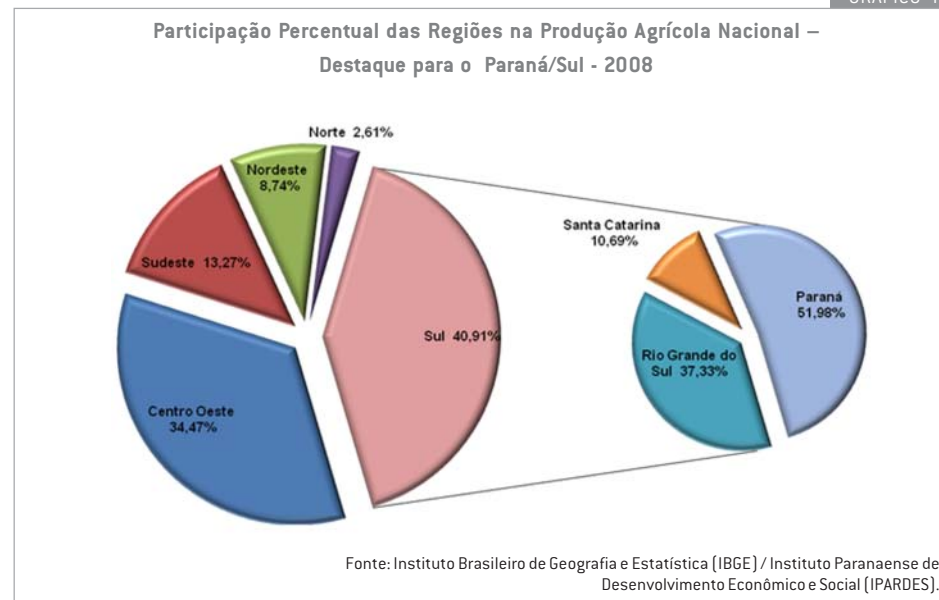
A safra nacional de grãos foi de 150,3 milhões de toneladas, 9,50% superior à colhida em 2007 (137,3 milhões de toneladas), especialmente pelo incremento positivo das produções de trigo (47,50%), café em grão (25,00%), cana (19,20%), milho em grão (13,30%), arroz (9,70%), feijão (5,00%) e soja (3,40%). Registraram-se retração da produção de fumo (-6,90%), algodão herbáceo (-2,40%) e mandioca (-1,30%).

O Paraná respondeu por 21,30% da safra nacional de grãos, batendo novo recorde, com colheita de 32,0 milhões de toneladas, 8,50% maior que a safra de 2007, ano em que o volume (29,5 milhões de toneladas) já havia sido considerado muito expressivo.

Das cinco regiões brasileiras, o Sul aparece com a maior participação na produção nacional de grãos (40,91%), seguida do Centro-Oeste (34,47%), Sudeste (13,27%), Nordeste (8,74%) e Norte (2,61%).

O Paraná é responsável por 51,98% da safra Região Sul, seguido pelo Rio Grande do Sul, com a participação de 37,33%, e Santa Catarina, 10,69%.

GRÁFICO 4



Com essa atuação, impulsionada principalmente pelo crescimento da produção de milho (9,50%) e trigo (59,20%), o Paraná se consolidou como principal produtor de grãos do Brasil.

Não se pode, todavia, deixar de destacar a cana-de-açúcar, cuja quantidade produzida saltou de 45,9 milhões de toneladas, em 2007, para 51,2 milhões de toneladas, em 2008, resultando em um incremento de 11,70%.

Na mesma direção, o ano foi igualmente bom para a pecuária paranaense, marcado pela franca recuperação da indústria brasileira de carnes.

Na produção de frangos, o Paraná manteve a liderança nacional, com 1.222.123.962 cabeças abatidas, no acumulado de 2008, valor 9,09% superior a 2007, quando foram abatidas 1.111.029.995 cabeças.

O Estado exportou 915.414.503 quilos de carne de frango, respondendo por 26,48% de toda a exportação de frango do Brasil. Com isso, a avicultura de corte do Paraná fechou o ano com seu melhor desempenho em exportações, na história, sendo, hoje, o segundo item na pauta de exportação do Estado, perdendo, apenas, para o complexo soja.

3.3. Comércio Exterior

As exportações brasileiras atingiram o valor recorde de US\$ 197,9 bilhões, em um crescimento de 23,20%, em relação a 2007 (US\$ 160,6 bilhões). Já as importações somaram US\$ 173,2 bilhões, aumentando 43,60% sobre o período anterior.

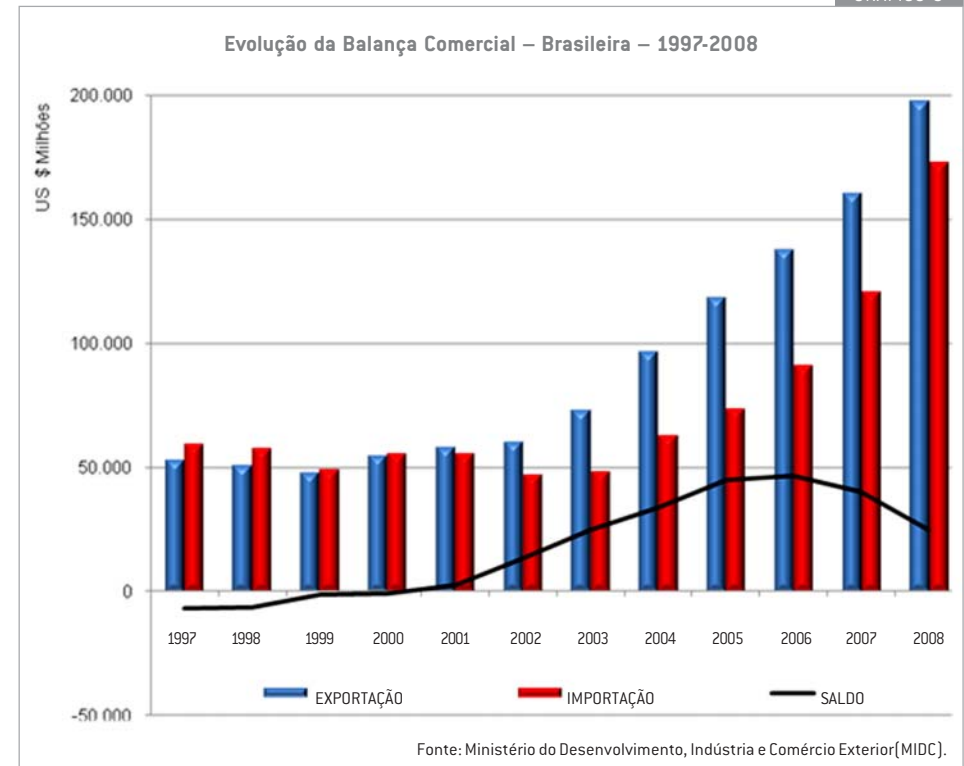
Com o aumento das importações, o saldo comercial teve queda de 38,20%, mas manteve-se positivo em US\$ 24,7 bilhões.

TABELA 2

Balança Comercial Brasileira - 2008-2007			
	2007 (US\$ mil)	2008 (US\$ mil)	Variação % 2008/2007
Exportações	160.649.073	197.942.443	23,2
Importação	120.617.446	173.196.634	43,6
Saldo	40.031.627	24.745.809	-38,2

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior(MDIC) / Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

GRÁFICO 5



3.3.1. Exportações

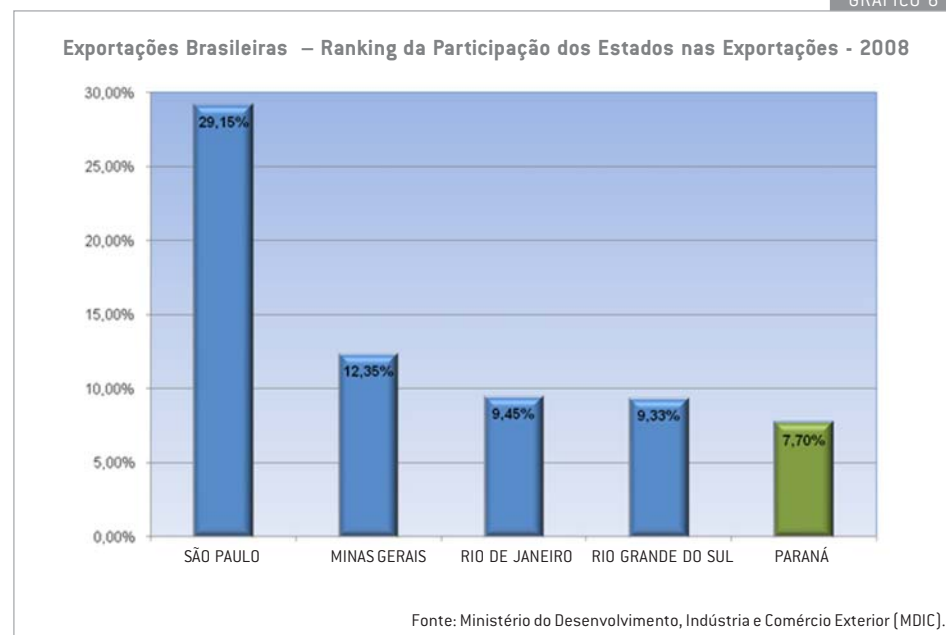
Todas as regiões brasileiras apresentaram crescimento em suas exportações, no acumulado janeiro-dezembro de 2008, em comparação ao mesmo período de 2007.

Na Região Sul, as exportações totalizaram US\$ 41,9 bilhões, valor 20,80% superior a 2007 (US\$ 34,8 bilhões), com registro de crescimento nos três estados.

No Paraná, as vendas de produtos a mercados estrangeiros chegaram a US\$ 15,2 bilhões, 23,40% acima do verificado em 2007 (US\$ 12,4 bilhões), sendo a maior alta entre os estados do Sul (Rio Grande do Sul, 22,90%, e Santa Catarina, 11,90%), superando, inclusive, o aumento verificado em São Paulo (11,50%), Estado que possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) do País.

De acordo com o levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Paraná respondeu por 7,70% dos US\$ 197,9 bilhões das exportações brasileiras e atingiu a quinta colocação no ranking nacional entre os estados exportadores.

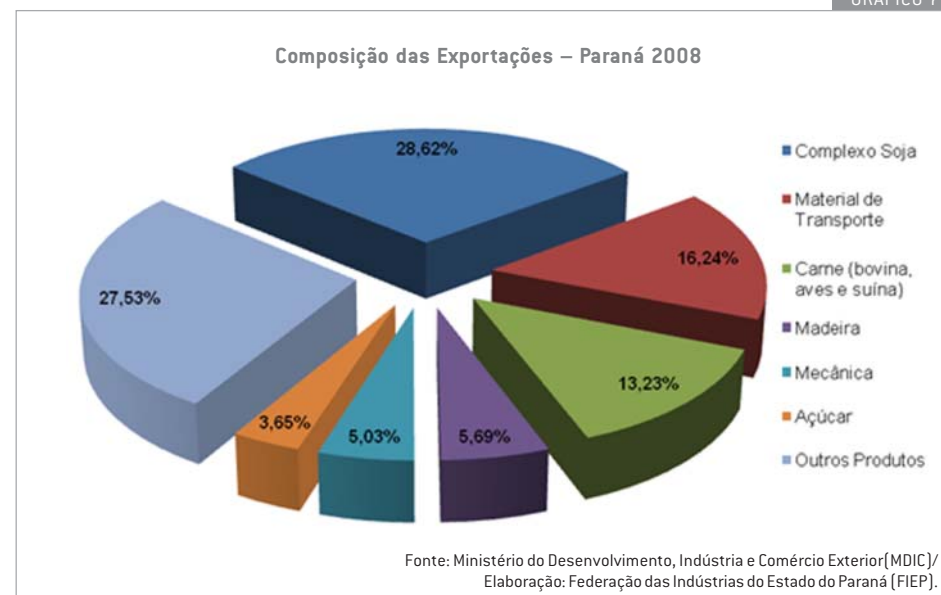
GRÁFICO 6



Os quatro principais grupos de produtos vendidos, ao exterior, pelo Paraná – soja, material de transporte, carne e madeira – somaram uma participação de 64,00% das exportações totais. Desses grupos, a madeira foi o único a apresentar tendência de queda, enquanto a carne e a soja deram sinais de início de redução, e o material de transporte registrou estabilidade.

O complexo soja liderou o ranking na participação das exportações brasileiras, representando 28,60%, com crescimento de 60,40% em relação a 2007, fruto da boa safra paranaense e dos preços internacionais.

GRÁFICO 7



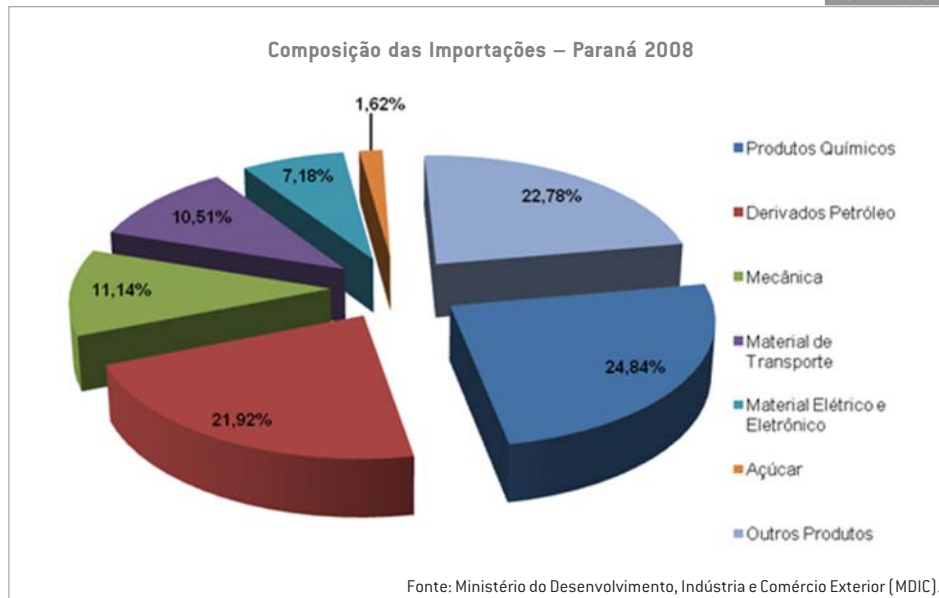
Dentro dos quinze principais grupos de produtos, quatro apresentaram redução em relação a 2007: madeira (-16,51%), cereais (-15,18%), petróleo e derivados (-4,15%) e materiais elétricos e eletrônicos (-3,80%).

3.3.2. Importações

As importações paranaenses foram de US\$ 14,6 bilhões, 61,57% superior ao ano de 2007 (US\$ 9,0 bilhões), equivalentes a R\$ 26,5 bilhões contra R\$ 17,4 bilhões no mesmo período de 2007, considerando o câmbio mensal médio divulgado pelo Bacen. Dessa forma, a expansão de 61,57%, em dólar, se reproduziu em aumento de 52,66%, em reais, na comparação entre 2008 e 2007.

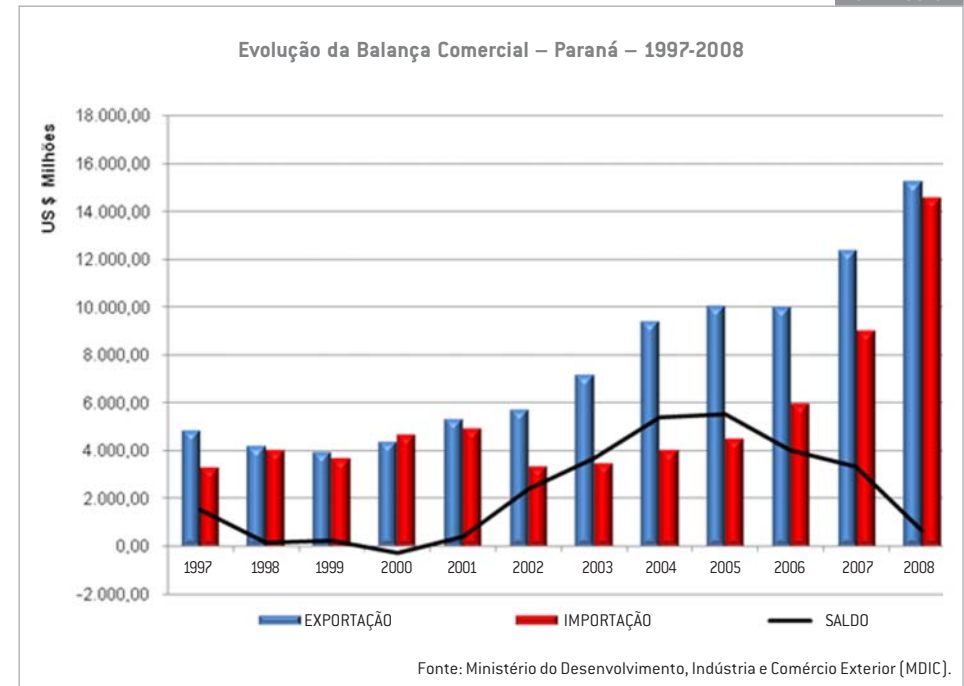
A melhoria das importações deve-se, principalmente, aos produtos químicos, que continuam a ocupar a primeira posição, respondendo por 24,84% das entradas no Estado, com aumento acumulado de 94,13%, seguido do petróleo e seus derivados, que representaram 21,92% das compras do exterior, com crescimento de 83,10%, em 2008.

GRÁFICO 8



Apesar da forte alta das importações, em 2008, o Estado manteve superávit de US\$ 676,9 milhões na balança comercial, 80,00% menor que o ano anterior (US\$ 3,3 bilhões).

GRÁFICO 9



3.4. Emprego

O Brasil gerou 1.452.204 empregos formais, um crescimento de 5,01% em relação ao estoque existente em dezembro de 2007. Esse foi o terceiro melhor resultado da série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Os recordes anteriores foram em 2007 (1.617.392 postos) e 2004 (1.523.276 postos).

Em termos geográficos, na comparação de 2008 com 2007, houve expansão generalizada dos postos de trabalho com carteira assinada, conforme pode ser observado na tabela que segue:

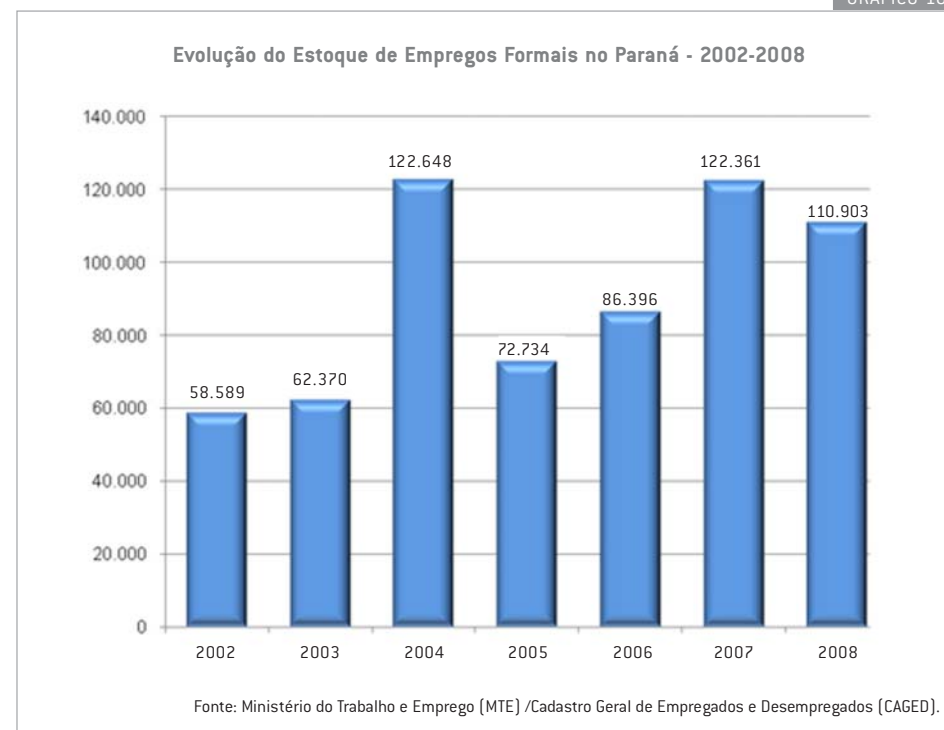
TABELA 3

Evolução de Empregos nas Regiões do Brasil – 2008				
NÍVEL GEOGRÁFICO	TOTAL ADMISSÃO	TOTAL DESLIGAMENTO	SALDO	VARIAÇÃO EMPREGO %
BRASIL	16.659.331	15.207.127	1.452.204	5,01
Norte	667.751	641.177	26.574	2,20
Nordeste	2.056.013	1.852.396	203.617	4,82
Sudeste	9.201.421	8.361.122	840.299	5,21
Sul	3.361.839	3.086.476	275.363	5,12
Paraná	1.250.348	1.139.445	110.903	5,69
Santa Catarina	950.005	876.099	73.906	5,07
Rio Grande do Sul	1.161.486	1.070.932	90.554	4,60
Centro Oeste	1.372.307	1.265.956	106.351	5,26

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Trabalho e Emprego (MTE)/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).
Nota: Em relação à 2007.

O Paraná registrou um saldo acumulado de 110.903 contratações, o melhor desempenho da Região Sul, com taxa de crescimento de 5,69%, acima da nacional (5,01%) e de estados como São Paulo (5,46%) e Minas Gerais (4,19%). O desempenho do ano foi um dos destaques da série histórica do Estado, sendo que 2004 (122.648 empregos) e 2007 (122.361) registraram as maiores altas.

GRÁFICO 10



Mais uma vez o interior respondeu pela maioria dos empregos gerados no Paraná: 66.677. Os demais 44.226 postos de trabalho foram verificados em Curitiba e Região Metropolitana.

Os setores que mais geraram empregos no Paraná foram os de serviço (35.686), comércio (33.067), indústria de transformação (21.797), construção civil (13.713) e agropecuária (6.080).

Em função da crise, comparando dezembro de 2008 com o mesmo período do ano anterior, assim como os demais estados e o País, houve queda no número de vagas no Paraná, na ordem de 49.822.

Entre as iniciativas do governo para a geração e manutenção de empregos, destaca-se o projeto dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) – concentrações de indústrias de um mesmo segmento ou de atividades complementares em uma mesma região. O APL proporciona ações conjuntas, como compra de matérias-primas, consórcios para exportação, compartilhamento de tecnologias e capacitação de mão-de-obra. Consequentemente, as indústrias ganham em escala, reduzem custos e conseguem ser mais competitivas. Atualmente o Paraná possui 22 Arranjos Produtivos Locais constituídos e responsáveis pela geração de 60 mil empregos diretos.

4. Considerações Finais

Diante do que foi exposto, chama a atenção o fato de que, mesmo diante dos efeitos da crise mundial, o Paraná obteve desempenho muito expressivo e crescente da economia, com registros de recordes na produção industrial e agrícola, e significativa expansão dos empregos, demonstrando que o Estado tem uma base econômica sólida para superar situações adversas.

Importante destacar, novamente, que apesar da forte alta das importações, o Estado ainda conseguiu manter superávit na balança comercial.

Não resta dúvida de que as políticas públicas aplicadas pelo Paraná, especialmente as voltadas à redução de impostos (incentivos e desonerações tributárias), atração de investimentos, geração de crédito e consolidação das empresas instaladas no Estado, foram determinantes para o alcance dos resultados atingidos.

Somando-se a todos os dados mencionados, é válido salientar que o bom comportamento do setor produtivo resultou em aumento de 16,67% na arrecadação de ICMS, que passou de R\$ 10,1 bilhões, em 2007, para R\$ 11,8 bilhões, em 2008.

Como se sabe, a arrecadação é fundamental para a manutenção do Estado. E o mais importante: para que o Estado exerça sua função socioeconômica e cumpra suas metas de desenvolvimento social, são necessários recursos, fundamentalmente econômicos, que são obtidos das receitas públicas, advindas, principalmente, da cobrança de tributos da sociedade.

Logo, não basta apenas que o Estado tenha finanças sólidas; o que realmente importa é que atinja metas que elevem as condições de vida da população. Isso só é possível com uma economia que mantenha índices produtivos de expansão, capazes de garantir receitas permanentes.

Fundamentalmente, a PDE visa à construção de um Estado menos desigual, através da implantação de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento econômico sustentável e descentralizado, priorizando investimentos nas regiões socialmente e economicamente menos favorecidas.



V. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

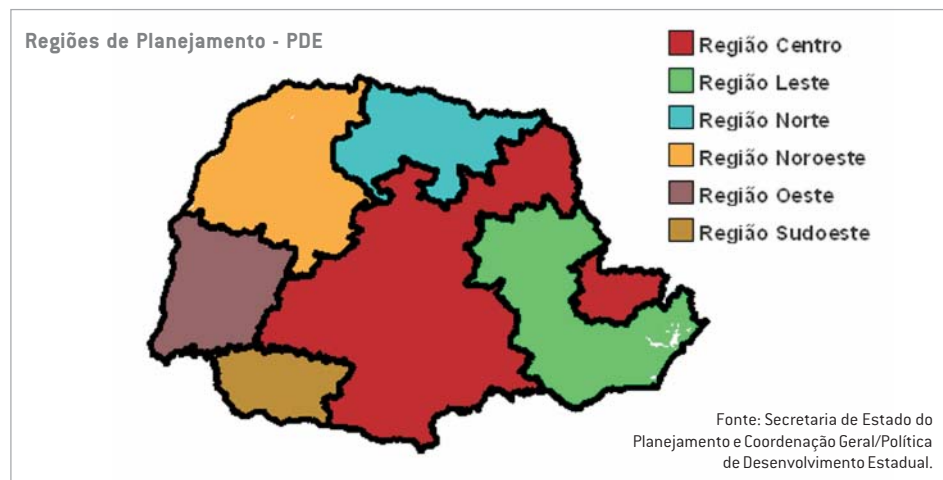
1. Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná

Em 2007, o governo estadual lançou a Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná (PDE), norteadora das ações governamentais para o período de 2007-2010.

Elaborada de forma integrada por secretarias, autarquias e empresas do Estado, com a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, baseou-se no estudo sócio-econômico do Paraná, intitulado os “Vários Paraná”, desenvolvido, em 2006, pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Fundamentalmente, a PDE visa à construção de um Estado menos desigual, através da implantação de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento econômico sustentável e descentralizado, priorizando investimentos nas regiões socialmente e economicamente menos favorecidas.

Para aplicação dos recursos e o desenvolvimento de ações e programas, o Estado foi dividido em seis regiões: Centro Expandido, Leste, Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste, levando-se em conta as diferentes condições e priorizando aquelas que concentram os municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme demonstra o mapa do Paraná.



Além de adotar, como base orientadora, o documento do IPARDES, a PDE incorporou as várias reflexões e estudos setoriais contidos no Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico – PRDE, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Com essas duas vertentes, foi possível se estabelecer um marco referencial para a definição das Diretrizes Governamentais.

Tendo como premissa que a Política de Desenvolvimento Econômico se constitui na grande diretriz política do Paraná, que apontou caminhos para a correção das disparidades regionais, propondo a concentração da intervenção governamental nos espaços socialmente críticos, as linhas de ações por ela apontadas passaram a guiar a formulação do Plano Plurianual (PPA) e suas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs). Desse modo, as diretrizes contidas na PDE se incorporam na programação do Estado, representadas pelos programas, projetos/atividades, ações e produtos.

2. Instrumentos de Planejamento e Orçamento

A Constituição Estadual atribui ao Poder Executivo a responsabilidade pelo sistema de Planejamento e Orçamento, que tem como principais instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para o exercício de 2008, estão relacionadas as seguintes Leis:

Plano Plurianual 2008-2011	: Lei nº 15.757, de 25/12/2007
Lei de Diretrizes Orçamentárias	: Lei nº 15.609, de 22/08/2007
Lei Orçamentária Anual	: Lei nº 15.750, de 27/12/2007

2.1. Plano Plurianual – PPA

O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas físicas e financeiras da administração pública na forma de programas.

A Lei nº 15.757, de 25 de dezembro de 2007, dispôs sobre o Plano Plurianual para o período 2008 a 2011 – PPA 2008-2011, que foi elaborado com base nas diretrizes da Política de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná (PDE) e é constituído de 3 linhas de ação e 24 programas:

TABELA 4

PPA 2008/2011 – Programas por Linha de Ação

Linha de Ação

Promoção da Cidadania, Inclusão Social e Justiça

Cultura Paranaense;
Educação de Qualidade;
Habitação Popular;
Leite das Crianças;
Trabalho, Emprego e Assistência Social;
Promoção da Justiça e Cidadania;
Saúde e Saneamento;
Segurança Integrada;
Proteção à Criança e Juventude.

Desenvolvimento Econômico Sustentável e Descentralizado

Aceleração do Crescimento;
Desenvolvimento da Produção;
Desenvolvimento na Área Energética;
Desenvolvimento Regional e Metropolitano;
Diversificação da Agropecuária e Fortalecimento do Agronegócio Familiar;
Ensino Superior e Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
Preservação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos;
Transporte Integrado e Logística;
Turismo, Esporte e Lazer.

Gestão Pública Transparente e Integrada

Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público;
Ação Judiciária;
Ação Legislativa;
Controle Externo ao Estado;
Gestão do Estado;
Valorização e Capacitação do Servidor Público.

Fonte: PPA 2008/2011.

Dos 24 programas, 4 são de responsabilidade de outros Poderes e 1 não orçamentário (Programa de Aceleração do Crescimento e Desenvolvimento do Paraná – PAC, do Governo Federal, incluído no PPA para fins de acompanhamento).

2.2. Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO

Para 2008, as diretrizes orçamentárias foram estipuladas pela Lei nº 15.609, de 22 de agosto de 2007 que, para a fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, estimou o valor aproximado de R\$ 17,8 bilhões, a preços de julho de 2007.

Em atendimento ao art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a LDO 2008 ainda estabeleceu Metas Fiscais a serem cumpridas e Riscos Fiscais a serem considerados.

A tabela a seguir demonstra as metas de resultado primário e nominal e o montante da dívida pública estabelecidas para o triênio 2008-2010.

TABELA 5

Metas Fiscais – 2008-2010						
DISCRIMINAÇÃO	2008		2009		2010	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receitas não Financeiras	16.230.470	11,24%	17.141.112	10,97%	18.080.058	10,70%
II. Despesas não Financeiras	15.488.473	10,72%	16.339.290	10,46%	17.305.717	10,24%
III. Resultado Primário	741.997	0,51%	801.822	0,51%	774.341	0,46%
IV. Saldo Devedor da Dívida	13.726.263	9,50%	13.781.194	8,82%	13.837.079	8,19%
V. Resultado Nominal	-765.957	-0,53%	54.931	0,04%	55.885	0,03%

Fonte: Lei nº 15.609/07 (LDO).
Nota: (+) déficit/(-) superávit.

Sobre os riscos fiscais, é importante consignar que a previsão da receita de recolhimento centralizado, para o exercício de 2008, contou com riscos fiscais decorrentes da não definição da Reforma Tributária, bem como a não regulamentação definitiva, até o momento, do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003), que trata do valor referente à Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir, alterada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.

2.3. Lei Orçamentária Anual – LOA

A Lei Orçamentária Anual (LOA), a partir da programação contida no Plano Plurianual (PPA) e dos limites e critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), detalha a fração do Plano de Governo a ser realizada no ano subseqüente. É ela que disciplina todas as ações do governo estadual, para cada exercício.

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2008 (LOA 2008), disposta na Lei nº 15.750, de 27 de dezembro de 2007, que estimou a receita e fixou a despesa, compreende o Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta, e o Orçamento de Investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

2.3.1. Orçamento Inicial

A LOA 2008 estimou a receita bruta de recolhimento centralizado em R\$ 21.842.229.200,00, tendo sido deduzidos, desse montante, o valor de R\$ 1.847.325.480,00, referente à formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, ficando a despesa fixada no montante de R\$ 19.994.903.720,00, conforme coteja a tabela adiante.

TABELA 6

Distribuição da Receita Estimada – 2008	
TÍTULO	R\$
Receitas de Recolhimento Centralizado	17.423.354.270,00
Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes (exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	1.306.756.740,00
Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimentos (exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	1.264.792.710,00
RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	19.994.903.720,00

Fonte: Lei nº 15.750/07 – LOA 2008.

O Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta, compreendendo as autarquias, fundações, órgãos de regime especial, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes nos termos do art. 2º da LRF, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 18.730.111.010,00.

O Orçamento de Investimentos, que abrange empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, compreendendo as Receitas Próprias, detalhadas no Anexo IV da Lei Orçamentária, totalizou R\$ 1.348.425.970,00.

2.3.2. Alterações Orçamentárias

No Balanço Geral do Estado constatou-se que foram abertos créditos adicionais no valor total de R\$ 5,4 bilhões, sendo para a Administração Direta R\$ 3,6 bilhões, R\$ 1,6 bilhões para a Administração Indireta, e R\$ 66,0 milhões para as empresas públicas e sociedades de economia mista. Os créditos adicionais representaram 28,66% e os cancelamentos 21,18% do Orçamento Inicial.

Segundo a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), muitos créditos foram abertos em função do melhor desempenho da receita, o que possibilitou ao Governo do Estado a utilização desses recursos nas áreas prioritárias, tais como ensino e saúde.

O quadro seguinte apresenta as principais alterações orçamentárias ocorridas no exercício, destacando-se os Fundos Especiais que tiveram grande variação em relação ao orçamento inicialmente aprovado.

Em R\$ mil

TABELA 7

Principais Alterações Orçamentárias – 2008

ÓRGÃO/ENTIDADE	ORÇAMENTO INICIAL (1)	CRÉDITOS ADICIONAIS (2)	CANCELAMENTOS (3)	ORÇAMENTO FINAL FINAL (4)	VAR. % (4)/(1)
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	23.426.580	2.609.435	10.771.671	15.264.344	(34,84)
Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL	1.020.180	476.286	777.874	718.592	(29,56)
Secretaria de Estado da Comunicação Social	8.292.660	11.192.132	598.761	18.886.031	127,74
Secretaria de Estado do Turismo	24.718.100	3.336.145	21.779.254	6.274.991	(74,61)
Secretaria de Estado dos Transportes	17.333.110	2.644.723	9.666.411	10.311.422	(40,51)
Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos	1.549.240	916.060	316.525	2.148.775	38,70
Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS	73.488.640	85.333.355	13.285.000	145.536.995	98,04
Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR	1.923.500	6.198.863	957.593	7.164.770	272,49
Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE	7.601.000	6.074.354	343.637	13.331.717	75,39
Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM	23.775.700	27.687.426	4.034.141	47.428.985	99,49
Fundo Penitenciário - FUPEN	8.571.200	11.008.153	4.347.800	15.231.553	77,71
Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE	16.852.930	13.848.079	5.717.881	24.983.128	48,24
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	14.653.690	6.052.829	13.499.158	7.207.361	(50,82)
Fundo Especial da Infância e Adolescência - FIA	35.195.290	47.095.880	10.769.454	71.521.716	103,21
Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP	6.619.200	10.163.514	4.916.137	11.866.577	79,28
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC	6.164.390	3.478.672	1.858.886	7.784.176	26,28
Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA	9.330.000	8.232.260	3.761.180	13.801.080	47,92

Fonte: Relatório SIAF - SIA107A.

Como apontado em exercícios anteriores, prevalece a situação na qual o Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos adicionais visando o atendimento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios e com as Sentenças Judiciais, sem estabelecer limites. Vale mencionar que no entendimento da Diretoria de Contas Estaduais, essa autorização contraria o disposto no art. 167, inciso VII da Constituição Federal, que veda a concessão ou utilização de créditos ilimitados. Deve-se, porém, considerar que tal situação só ocorre em função de autorização legislativa.

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral esclarece que esse procedimento decorre da natureza das despesas elencadas, improrrogáveis por suas características, não podendo se submeter ao trâmite demorado de um projeto de lei, o que poderia acarretar prejuízos, no caso de atraso no pagamento de pessoal ou repasse de valores aos Municípios, ou ainda, multas pelo não cumprimento de sentenças judiciais na data do vencimento.

2.3.3. Orçamento Final

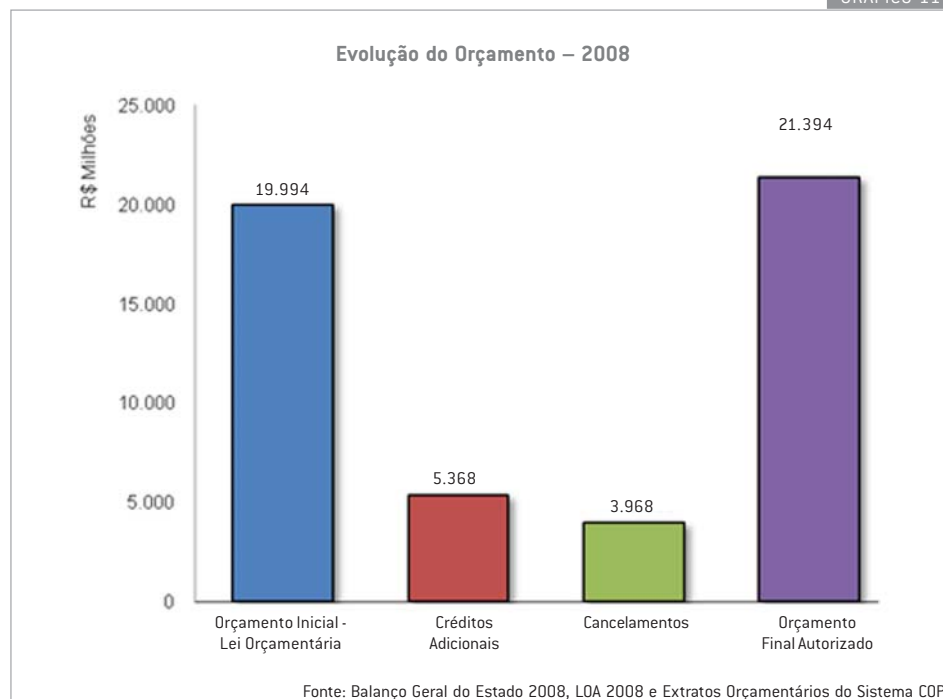
A tabela e o gráfico seguintes retratam o orçamento final no exercício de 2008, considerando os créditos adicionais e cancelamentos do período.

TABELA 8

Evolução do Orçamento – 2008							
TÍTULOS	ORÇAMENTO INICIAL (1)	% S/ TOTAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	CANCELAMENTO	ORÇAMENTO FINAL (2)	% S/ TOTAL VAR.% (2/1)	
Recursos do Tesouro	17.423.354.270,00	87,14	4.812.919.946,00	3.612.499.685,00	18.623.774.531,00	87,05	6,89
Rec. de Outras Fontes	2.571.549.450,00	12,86	555.107.002,00	356.185.751,00	2.770.470.701,00	12,95	7,74
Orç. Geral do Estado	19.994.903.720,00	100,00	5.368.026.948,00	3.968.685.436,00	21.394.245.232,00	100,00	7,00

Nota: Os valores constantes da tabela incluem, além dos créditos adicionais, os remanejamentos internos de dotações.
Fonte: Balanço Geral do Estado 2008, LOA 2008 e Extratos Orçamentários do Sistema COP.

GRÁFICO 11



Inferese, dos dados apresentados, que o orçamento autorizado final apresentou acréscimo de R\$ 1,4 bilhão em relação ao inicial. Esse aumento foi resultado do excesso de arrecadação verificado nas Receitas da Administração Direta e Indireta, do Superávit Financeiro apurado no Balanço da Administração Indireta e da correção do Orçamento de 5,00%, autorizada pelo Decreto nº 3.538, de 08 de outubro de 2008.

3. Compatibilidade entre PPA, LDO e LOA

A elaboração da LOA deve orientar-se pelas disposições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para o exercício e conformar-se com os objetivos e metas constantes do Plano Plurianual vigente no período.

De acordo com os dados apurados (Tabela 9), o total orçamentário final, autorizado na LOA, para o exercício financeiro de 2008, apresenta um acréscimo de 4,57%, se comparado ao previsto no PPA. Tal acréscimo originou-se principalmente pela correção de 5,00% no Orçamento Geral do Estado, autorizada pelo Decreto nº 3.538/2008.

Em R\$

TABELA 9

Comparativo do Orçamento – PPA/LOA – 2008					
PROGRAMAS DE GOVERNO	PPA (1)	LEI ORÇAMENTÁRIA		VARIÇÃO %	
		INICIAL (2)	FINAL (3)	2/1	3/1
1 Educação de Qualidade	2.659.476.790,00	2.659.126.790,00	3.269.867.689,00	-0,01	22,95
2 Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico	948.816.130,00	948.716.130,00	1.098.125.828,00	-0,01	15,74
3 Cultura Paranaense	85.068.270,00	84.168.270,00	93.144.152,00	-1,06	9,49
4 Transporte Integrado e Logística	552.625.740,00	542.083.740,00	563.185.228,00	-1,91	1,91
7 Preservação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos	133.389.040,00	132.904.040,00	145.001.652,00	-0,36	8,71
8 Desenvolvimento Regional e Metropolitano	106.400.400,00	112.910.400,00	89.454.787,00	6,12	-15,93
10 Diversificação da Agropecuária e Fortalecimento do Agronegócio Familiar	284.375.480,00	289.283.680,00	318.899.832,00	1,73	12,14
11 Desenvolvimento da Produção	59.459.700,00	55.507.700,00	48.041.647,00	-6,65	-19,20
12 Turismo, Esporte e Lazer	61.229.230,00	61.510.230,00	42.316.199,00	0,46	-30,89
14 Leite das Crianças	83.220.430,00	83.220.430,00	87.381.451,00	0,00	5,00
15 Saúde e Saneamento	2.276.211.520,00	1.808.081.520,00	2.109.276.323,00	-20,57	-7,33
16 Trabalho, Emprego e Assistência Social	132.271.270,00	140.785.270,00	147.950.628,00	6,44	11,85
17 Habitação Popular	112.750.790,00	112.880.790,00	141.325.842,00	0,12	25,34
19 Segurança Integrada	1.239.937.780,00	1.241.127.780,00	1.344.338.294,00	0,10	8,42
20 Promoção da Justiça e Cidadania	296.317.770,00	296.367.770,00	286.877.920,00	0,02	-3,19
22 Gestão do Estado	523.995.440,00	484.515.730,00	538.820.160,00	-7,53	2,83
26 Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público	194.876.210,00	207.405.250,00	253.750.556,00	6,43	30,21
27 Ação Legislativa	179.348.850,00	196.348.850,00	241.399.008,00	9,48	34,60
28 Controle Externo ao Estado	99.320.490,00	99.320.490,00	104.642.208,00	0,00	5,36
29 Ação Judiciária	598.005.060,00	597.907.060,00	757.173.930,00	-0,02	26,62
30 Valorização e Capacitação do Servidor Público	2.106.970,00	2.106.970,00	1.351.032,00	0,00	-35,88
32 Proteção à Criança e à Juventude	109.764.220,00	111.729.220,00	156.200.191,00	1,79	42,31
99 Obrigações Especiais	8.510.336.140,00	8.462.102.900,00	8.290.927.965,00	-0,57	-2,58
TOTAL	19.249.303.720,00	18.730.111.010,00	20.129.452.522,00	-2,70	4,57

Nota: Não está incluído o valor do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes. Fonte: Lei nº 15.609/07 (LDO) e Lei 15.750/07 (LOA).



VI. DESEMPENHO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NA GESTÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

1. Gestão Orçamentária

1.1. Balanço Orçamentário

A gestão orçamentária do exercício, evidenciada a seguir, permite comparar as operações de previsão e arrecadação da receita, bem como a fixação final da despesa e sua realização.

A classificação da receita e da despesa atende à Portaria Interministerial nº 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional, em consonância com as alíneas “a” e “b”, dos incisos I e II, do artigo 52, da Lei Complementar nº 101/00.

Em R\$ mil

TABELA 10

Balanço Orçamentário – Administração Global - 2008									
TÍTULOS	RECEITA			DESPESA					
	PREVISÃO (1)	ARRECAD. (2)	% (2/1)	TÍTULOS	AUTORIZ. (1)	REALIZ. (2)	% (2/1)	% S/ TOTAL (2/1)	
RECEITAS CORRENTES	21.442.058	20.530.162	95,75	DESPESAS CORRENTES	17.599.485	16.775.263	95,32	91,52	
Receita Tributária	14.212.757	13.646.675	96,02	Pessoal e Encargos Sociais	8.899.564	8.709.957	97,87	47,52	
Receita de Contribuições	102.255	94.643	92,56	Juros e Encargos da Dívida	709.778	687.745	96,90	3,75	
Receita Patrimonial	443.826	512.725	115,52	Outras Despesas Correntes	7.990.142	7.377.561	92,33	40,25	
Receita Agropecuária	3.335	5.187	155,52						
Receita Industrial	41.817	27.647	66,11						
Receita de Serviços	686.123	701.657	102,26						
Transferências Correntes	4.828.964	5.101.857	105,65						
Outras Receitas Correntes	1.122.981	439.770	39,16						
RECEITAS DE CAPITAL	846.553	247.868	29,28	DESPESAS DE CAPITAL	2.529.968	1.553.841	61,42	8,48	
Operações de Crédito	69.487	52.927	76,17	Investimentos	1.846.641	979.699	53,05	5,35	
Alienação de Bens	133.005	3.083	2,32	Inversões Financeiras	7.914	2.950	37,27	0,02	
Amortização Empréstimos	52.187	36.634	70,20	Amortização da Dívida	675.413	571.192	84,57	3,12	
Transferências de Capital	317.159	82.194	25,92	Outras Despesas de Capital	0	0	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	274.715	73.031	26,58						
Dedução Receita FUNDEB	(2.159.159)	(2.043.282)	94,63						
REC. ORÇAMENTÁRIA	20.129.453	18.734.749	93,07	DESP. ORÇAMENTÁRIA	20.129.453	18.329.104	91,06	100,00	
DÉFICIT	0	0		SUPERÁVIT	405.645	405.645		2,21	
SOMA	20.129.453	18.734.749	93,07	SOMA	20.129.453	18.734.749	93,07		

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume VII.

1.2. Desempenho da Arrecadação Estadual

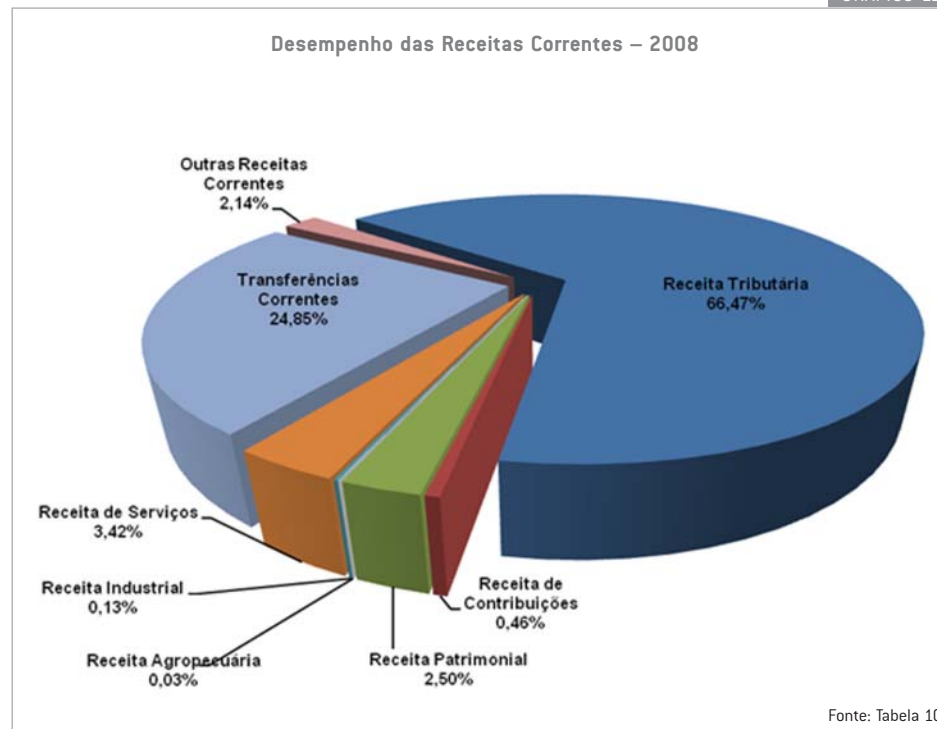
A Receita Global Arrecadada, de R\$ 18,7 bilhões, representa 93,07% da previsão, de R\$ 20,1 bilhões. Esse desempenho decorreu, basicamente, da arrecadação aquém da previsão das Receitas de Capital, além dos recursos menores provenientes da Receita Tributária e Outras Receitas Correntes.

1.2.1. Receitas Correntes

A arrecadação das Receitas Correntes, em 2008, totalizou R\$ 20,5 bilhões que, excluída a parcela de R\$ 2,0 bilhões do FUNDEB repassada aos municípios, resultou no montante de R\$ 18,5 bilhões.

Como bem ilustra o gráfico seguinte, a Receita Tributária continua sendo a maior fonte de arrecadação dentre os itens das Receitas Correntes, respondendo por 66,47%.

GRÁFICO 12



Fonte: Tabela 10.

A tabela 11 ilustra o comportamento da arrecadação nos últimos quatro exercícios, em valores constantes, e o gráfico a sua composição no exercício em análise.

Em R\$ mil

TABELA 11

Receita Tributária (Parcela Estadual) – Valores Constantes – 2005-2008											
TÍTULOS	2005		2006		2007		2008		VARIÇÃO - EM %		
	S/ TOTAL	%	S/ TOTAL	%	S/ TOTAL	%	S/ TOTAL	%	08/07	08/06	
ICMS	7.979.687	88,66	8.136.377	87,97	8.229.932	86,63	8.772.049	86,22	6,59	7,81	9,93
IPVA	385.026	4,28	433.216	4,68	487.356	5,13	548.694	5,39	12,59	26,66	42,51
IRRF S/ REND. TRAB.	531.593	5,91	563.699	6,09	655.530	6,90	704.466	6,92	7,47	24,97	32,52
ITCMD	64.637	0,72	73.869	0,80	82.396	0,87	102.153	1,00	23,98	38,29	58,04
TAXAS	39.616	0,44	42.346	0,46	44.341	0,47	46.604	0,46	5,10	10,06	17,64
TOTAL	9.000.560	100,00	9.249.507	100,00	9.499.554	100,00	10.173.965	100,00	7,10	9,99	13,04

Índice de atualização: IGP-DI/FGV

Fonte: Balanço Geral do Estado 2005 a 2008.

Nesse contexto, destaca-se o ICMS – Parcela Estadual, com arrecadação de R\$ 8,8 bilhões, equivalente a 86,22% da Receita Tributária, respondendo por 46,82% da arrecadação total da Administração Global.

A evolução do ICMS referente à parcela estadual nos últimos quatro exercícios, em valores constantes, pode ser observada no gráfico à frente:

GRÁFICO 14

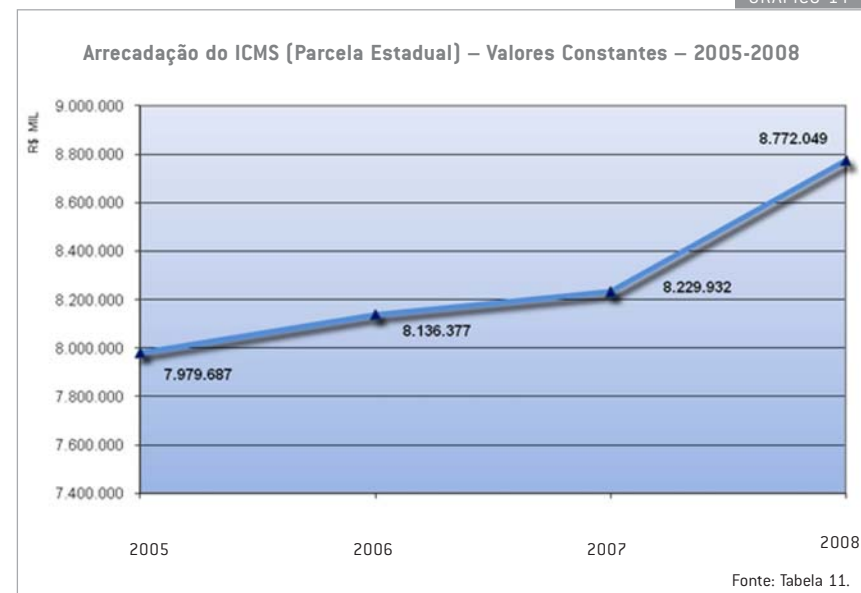
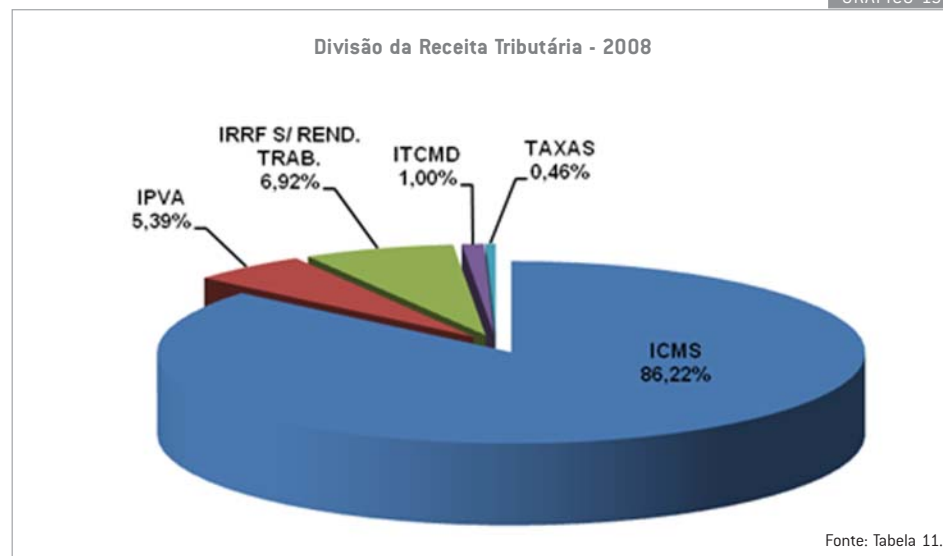


GRÁFICO 13



A próxima tabela exibe a distribuição dos valores do ICMS – Parcela Estadual arrecadados pelos setores da economia paranaense, nos últimos quatro exercícios.

Em R\$ mil

TABELA 12

ICMS por Setor da Economia (Parcela Estadual) – Valores Constantes – 2005-2008											
TÍTULOS	2005		2006		2007		2008		VARIÇÃO - EM %		
	S/ TOTAL	%	S/ TOTAL	%	S/ TOTAL	%	S/ TOTAL	%	08/07	08/06	08/05
Indústria	2.384.597	29,88	2.548.968	31,33	2.854.874	34,69	2.957.446	33,71	3,59	16,03	24,02
Comércio	1.809.314	22,67	1.827.279	22,46	1.889.418	22,96	2.223.914	25,35	17,70	21,71	22,91
Comunicação	1.020.455	12,79	1.130.125	13,89	1.176.628	14,30	1.113.720	12,70	(5,35)	(1,45)	9,14
Transporte	117.828	1,48	129.184	1,59	141.819	1,72	149.888	1,71	5,69	16,03	27,21
Energia Elétrica	1.228.775	15,40	1.235.001	15,18	1.219.845	14,82	1.203.184	13,72	(1,37)	(2,58)	(2,08)
Produtos Primários	420.260	5,27	298.010	3,66	389.821	4,74	489.688	5,58	25,62	64,32	16,52
Outros	1.001.801	12,55	969.251	11,91	484.695	5,89	446.451	5,09	(7,89)	(53,94)	(55,44)
Estorno a Crédito	229	0,00	60	0,00	20	0,00	10	0,00	(50,29)	(83,61)	(95,69)
Estorno a Débito	(3.572)	(0,04)	(1.501)	(0,02)	(1.119)	(0,01)	(1.417)	(0,02)	26,58	(5,64)	(60,34)
Simplex Nacional	0	0,00	0	0,00	73.931	0,90	189.163	2,16	155,86	0,00	0,00
TOTAL	7.979.687	100,00	8.136.377	100,00	8.229.932	100,00	8.772.049	100,00	6,59	7,81	9,93

Índice de atualização: IGP-DI/FGV

Fonte: Balanço Geral do Estado 2005 a 2008.

Verifica-se que os setores da Indústria, Comércio, Energia e Comunicação responderam por 85,48% da arrecadação.

De acordo com informação prestada pela Coordenação da Receita do Estado - CRE, 1.291 empresas representam 90,00% da arrecadação do ICMS, tendo como referência o mês de dezembro de 2008.

Em relação às Transferências Correntes, segunda maior fonte de arrecadação no ano de 2008, correspondendo a 24,85%, observa-se na tabela subsequente a evolução dos principais itens nos últimos quatro exercícios.

Em R\$ mil

TABELA 13

Transferências Correntes - Administração Direta – 2005-2008							
TÍTULOS	2005	2006	2007	2008	VARIÇÃO %		
					08/07	08/06	08/05
Transf.Recursos FUNDEB	918.971	986.921	1.352.257	1.818.350	34,47	84,24	97,87
Cota Parte FPE	863.722	955.896	1.107.388	1.353.889	22,26	41,64	56,75
Transf.Recursos SUS	0	0	614.909	717.608	16,70	0,00	0,00
Cota Parte IPI (Parc.Estadual)	204.354	226.015	242.857	264.342	8,85	16,96	29,36
Transf.Fomento							
Exportações	90.847	165.784	133.448	166.291	24,61	0,31	83,04
Transf.Recursos FNDE	96.207	111.923	137.336	160.478	16,85	43,38	66,81
Desoneração							
ICMS LC nº 87/96	257.105	147.457	147.457	147.457	0,00	0,00	-42,65
Transf.de Convênios	46.588	116.735	85.096	110.476	29,83	-5,36	137,14
Cota Parte CIDE (Parc.Estadual)	97.312	95.500	95.539	80.202	-16,05	-16,02	-17,58
Demais Transferências	115.375	123.469	127.757	130.570	2,20	5,75	13,17
TOTAL	2.690.481	2.929.701	4.044.045	4.949.663	22,39	68,95	83,97

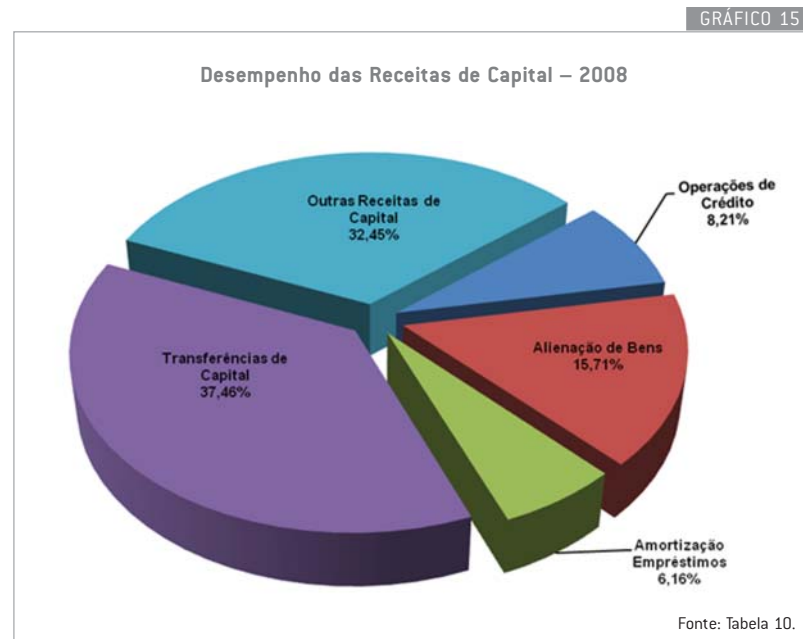
Fonte: Balanço Geral do Estado 2005 a 2008.

Observa-se uma evolução de 83,97% no período, sendo o registro das Transferências dos Recursos do SUS fator relevante para o aumento verificado.

1.2.2. Receitas de Capital

Os recursos para investimentos da Administração Estadual totalizaram R\$ 248,0 milhões, oriundos principalmente de operações de crédito e convênios.

O gráfico que se segue destaca as principais fontes dessa categoria.



Sobre as receitas de operações de crédito, é de relevo mencionar que o montante total de R\$ 53,0 milhões, representando 76,17% do previsto, foi arrecadado exclusivamente pela Administração Direta. As operações internas totalizaram R\$ 24,9 milhões, aplicados no Programa Integrado de Transporte da Região Metropolitana de Curitiba – PIT/BNDES, enquanto que as externas somaram R\$ 28,1 milhões, destinados ao Programa de Saúde - PARANASAN/JBIC.

As Amortizações de Empréstimos, que totalizaram R\$ 36,6 milhões, referem-se às amortizações de empréstimos concedidos pelo Estado aos municípios através do PPS - Programa de Prioridade Social, do PEDU - Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano, do PROSAM - Programa de Saneamento Ambiental e do PPU - Programa Paraná Urbano.

1.3. Demonstrativo da Despesa Pública

Na tabela 14 encontram-se discriminadas as despesas realizadas em 2008, por categoria econômica, grupo de natureza e área.

TABELA 14

Em R\$ mil

Execução Orçamentária da Despesa por Categoria Econômica, Grupo de Natureza e Área - 2008

TÍTULOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA			ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			ADMINISTRAÇÃO GLOBAL			
	AUTORIZ.	REALIZ.	% S/TOTAL	AUTORIZ.	REALIZ.	% S/TOTAL	AUTORIZ.	REALIZ.	% S/TOTAL	% S/AUTOR.
POR CATEGORIA ECONÔMICA	14.546.037	13.799.817	100,00	5.583.415	4.529.287	100,00	20.129.453	18.329.104	100,00	91,06
Correntes	13.219.998	12.833.102	92,99	4.379.486	3.942.161	87,04	17.599.485	16.775.263	91,52	95,32
Capital	1.326.039	966.715	701	1.203.929	587.126	12,96	2.529.968	1.553.841	8,48	61,42
GRUPO NATUREZA DESPESA	14.546.037	13.799.817	100,00	5.583.415	4.529.287	100,00	20.129.453	18.329.104	100,00	91,06
Pessoal e Encargos Sociais	6.904.420	6.816.090	49,39	1.995.145	1.893.867	41,81	8.899.564	8.709.957	47,52	97,87
Juros e Encargos da Dívida	709.778	687.745	4,98	0	0	0,00	709.778	687.745	3,75	96,90
Outras Despesas Correntes	5.605.801	5.329.267	38,62	2.384.342	2.048.294	45,22	7.990.142	7.377.561	40,25	92,33
Investimentos	649.814	395.523	2,87	1.196.827	584.176	12,90	1.846.641	979.699	5,35	53,05
Inversões Financeiras	812	0	0,00	7.102	2.950	0,07	7.914	2.950	0,02	37,27
Amortização da Dívida	675.413	571.192	4,14	0	0	0,00	675.413	571.192	3,12	84,57
POR ÁREA	14.546.037	13.799.817	100,00	5.583.415	4.529.287	100,00	20.129.453	18.329.104	100,00	91,06
Institucional	9.282.113	8.923.219	64,66	534.093	314.810	6,95	9.816.206	9.238.029	50,40	94,11
Social	5.073.324	4.733.465	34,30	3.884.602	3.391.550	74,88	8.957.926	8.125.015	44,33	90,70
Econômica	190.600	143.132	1,04	1.164.720	822.928	18,17	1.355.320	966.060	5,27	71,28

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume I.

As Despesas da Administração Global totalizaram R\$ 18,3 bilhões, representando 91,06% do Orçamento Final Autorizado, sendo R\$ 13,8 bilhões da Administração Direta e R\$ 4,5 bilhões da Administração Indireta.

Em relação a 2007, as Despesas da Administração Global tiveram um crescimento de 5,29%, visto que naquele exercício importaram em R\$ 17,4 bilhões, em valores constantes.

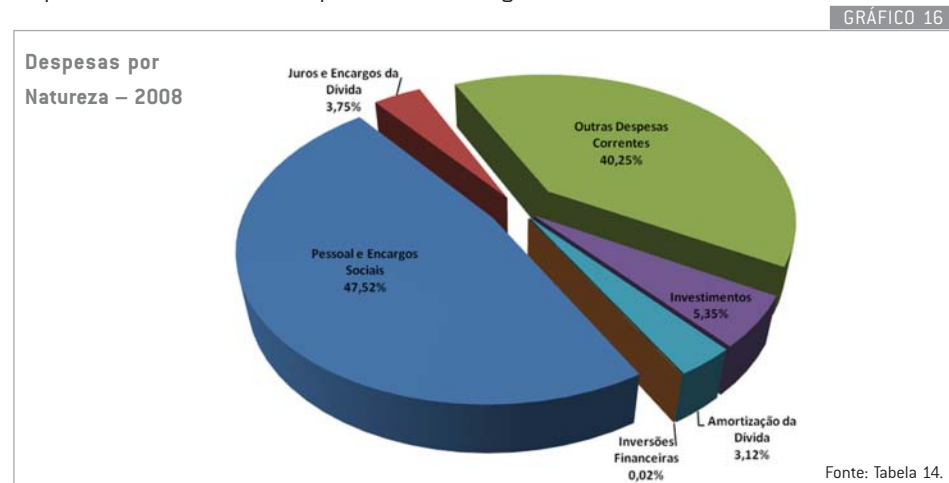
1.3.1. Despesas por Categoria Econômica

As aplicações das despesas correntes, que estão relacionadas à manutenção dos serviços prestados ao cidadão, totalizaram R\$ 16,7 bilhões, sendo R\$ 12,8 bilhões na Administração Direta e R\$ 3,9 bilhões na Indireta.

As realizações de capital, que se referem a investimentos na expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, importaram em R\$ 1,6 bilhão, equivalentes a 61,42% do valor autorizado, correspondendo a R\$ 967,0 milhões na Administração Direta e R\$ 587,0 milhões na Indireta.

1.3.2. Despesas por Grupos de Natureza

A distribuição percentual das despesas realizadas no exercício financeiro de 2008, segundo as respectivas naturezas, estão apresentadas da seguinte forma:



a) Pessoal e Encargos Sociais

Nesse grupo registram-se os gastos da Administração Estadual com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista, cujo montante despendido foi de R\$ 8,7 bilhões, do qual a Administração Direta executou R\$ 6,8 bilhões e a Indireta R\$ 1,9 bilhão.

b) Juros e Encargos da Dívida

Essa despesa encontra-se assim distribuída:

- Juros Sobre a Dívida Interna – R\$ 632,5 milhões;
- Juros Sobre a Dívida Externa – R\$ 52,7 milhões;
- Outros Encargos sobre a Dívida Interna – R\$ 2,5 milhões.

c) Outras Despesas Correntes

Representam os gastos com a manutenção das atividades do Estado, tais como Materiais de Consumo, Serviços de Terceiros e Encargos, Transferências a Municípios, Contribuições a Fundos e Subvenções Sociais. Totalizaram R\$ 7,3 bilhões, sendo que a Direta executou R\$ 5,3 bilhões e a Indireta R\$ 2,0 bilhões.

d) Despesas com Investimentos e Inversões Financeiras

O Grupo Investimentos atingiu o montante de R\$ 980,0 milhões, sendo R\$ 396,0 milhões na Administração Direta e R\$ 584,0 milhões na Administração Indireta. O Grupo Inversões Financeiras acumulou um valor total de R\$ 3,0 milhões.

e) Amortização da Dívida

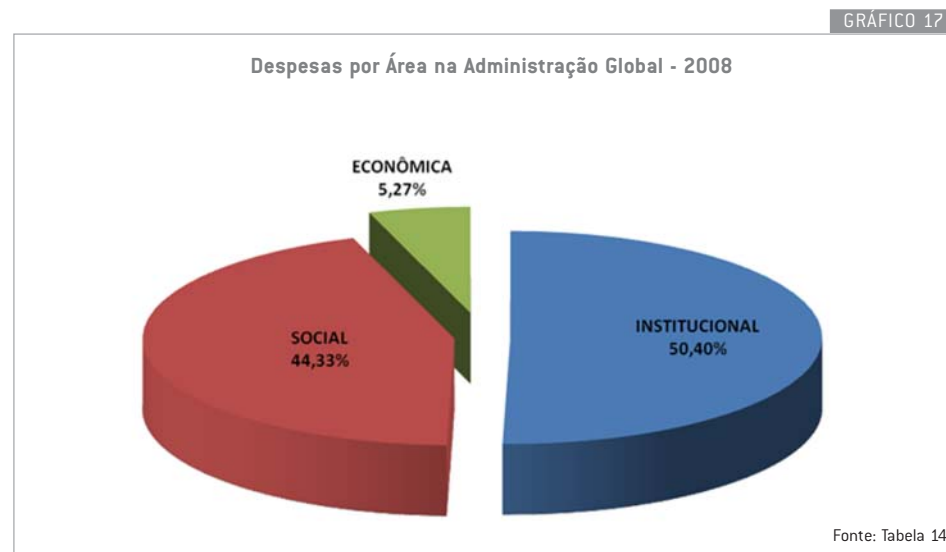
As despesas com amortização referem-se à diminuição do estoque da dívida pública. No exercício, foram pagos R\$ 571,2 milhões, referentes a contratos de responsabilidade da Administração Direta.

Os dispêndios referentes ao orçamento das empresas estatais são tratados no item 4, deste capítulo.

1.3.3. Despesas por Área

A análise das despesas por área permite visualizar a concentração de esforços financeiros na realização das políticas públicas estabelecidas no Plano de Governo.

O próximo gráfico demonstra o percentual de participação de cada área em relação à Despesa Total da Administração Global.



As tabelas seguintes detalham as despesas realizadas por área.

Em R\$ mil

TABELA 15

Demonstrativo da Despesa – Administração Global – Área Institucional – 2008

TÍTULOS	TOTAL AUTORIZADO DO ÓRGÃO	% S/TOTAL	EXECUÇÃO	% S/ TOTAL	% DE EXECUÇÃO
ÁREA INSTITUCIONAL	9.816.206	48,77%	9.238.029	50,40%	94,11%
Administração Geral do Estado - SEFA	5.406.234	26,86%	5.178.327	28,25%	95,78%
Sec. Est. da Adm. e da Previdência	2.321.818	11,53%	2.309.736	12,60%	99,48%
Tribunal de Justiça	946.152	4,70%	801.116	4,37%	84,67%
Assembléia Legislativa	297.447	1,48%	282.931	1,54%	95,12%
Tribunal de Contas	163.314	0,81%	162.592	0,89%	99,56%
Chefia do Poder Executivo	237.067	1,18%	151.101	0,82%	63,74%
Sec. Est. da Fazenda	259.315	1,29%	222.233	1,21%	85,70%
Sec. Est. Planej. e Coord. Geral	27.941	0,14%	20.201	0,11%	72,30%
Administração Geral do Estado - SEPL	719	0,00%	205	0,00%	28,51%
Secr. Est. da Criança e da Juventude	156.200	0,78%	109.587	0,60%	70,16%
ÁREA SOCIAL	8.957.926	44,50%	8.125.015	44,33%	90,70%
ÁREA ECONÔMICA	1.355.320	6,73%	966.060	5,27%	71,28%
TOTAL	20.129.453	100,00%	18.329.104	100,00%	91,06%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2005 a 2008.

Depreende-se, da tabela anterior, que foram aplicados R\$ 9,2 bilhões, equivalentes a 94,11% do orçamento autorizado, correspondendo a 50,40% dos gastos totais do exercício, sendo R\$ 8,9 bilhões na Administração Direta e R\$ 314,8 milhões na Indireta.

Os dados sobre as despesas na área social, obtidos na tabela 16, mostram que os gastos totalizaram R\$ 8,1 bilhões, equivalentes a 90,70% do autorizado, correspondendo a 44,33% do total das despesas, sendo R\$ 4,7 bilhões e R\$ 3,4 bilhões, respectivamente, na Administração Direta e Indireta.

Em R\$ mil

TABELA 16

Demonstrativo da Despesa – Administração Global – Área Social – 2008					
TÍTULOS	TOTAL AUTORIZADO DO ÓRGÃO	% S/TOTAL	EXECUÇÃO	% S/ TOTAL	% DE EXECUÇÃO
ÁREA INSTITUCIONAL	9.816.206	48,77%	9.238.029	50,40%	94,11%
ÁREA SOCIAL	8.957.926	44,50%	8.125.015	44,33%	90,70%
Sec. Est. da Educação	3.295.539	16,37%	3.083.094	16,82%	93,55%
Sec. Est. da Segurança Pública	1.351.081	6,71%	1.157.762	6,32%	85,69%
Ministério Público	331.149	1,65%	327.164	1,78%	98,80%
Sec. Est. do Trabalho, Emprego e Prom. Social	148.003	0,74%	113.924	0,62%	76,97%
Procuradoria Geral do Estado	50.865	0,25%	47.549	0,26%	93,48%
Sec. Est. da Cultura	93.232	0,46%	77.086	0,42%	82,68%
Secr. Est. da Justiça e Cidadania	286.878	1,43%	240.318	1,31%	83,77%
Sec. Est. da Comunicação Social	18.886	0,09%	11.379	0,06%	60,25%
Sec. Est. Ciência, Tecnol. e Ens. Sup.	1.161.744	5,77%	986.531	5,38%	84,92%
Sec. Est. da Saúde	2.220.549	11,03%	2.080.208	11,35%	93,68%
ÁREA ECONÔMICA	1.355.320	6,73%	966.060	5,27%	71,28%
TOTAL	20.129.453	100,00%	18.329.104	100,00%	91,06%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume I.

Na área econômica foram gastos R\$ 966,0 milhões, que correspondem a 71,28% do autorizado, equivalendo a 5,27% da execução total da Administração Global, sendo na Administração Direta R\$ 143,0 milhões e na Indireta R\$ 823,0 milhões.

Em R\$ mil

TABELA 17

Demonstrativo da Despesa – Administração Global – Área Econômica – 2008					
TÍTULOS	TOTAL AUTORIZADO DO ÓRGÃO	% S/TOTAL	EXECUÇÃO	% S/ TOTAL	% DE EXECUÇÃO
ÁREA INSTITUCIONAL	9.816.206	48,77%	9.238.029	50,40%	94,11%
ÁREA SOCIAL	8.957.926	44,50%	8.125.015	44,33%	90,70%
ÁREA ECONÔMICA	1.355.320	6,73%	966.060	5,27%	71,28%
Sec. Est. da Agricultura e do Abastecimento	374.558	1,86%	291.408	1,59%	77,80%
Sec. Est. Desenvolvimento Urbano	92.126	0,46%	79.798	0,44%	86,62%
Sec. Est. de Obras Públicas	18.293	0,09%	14.372	0,08%	78,57%
Sec. Est. do Meio Ambiente e Rec. Hídricos	145.562	0,72%	84.298	0,46%	57,91%
Sec. Est. dos Transportes	659.499	3,28%	457.860	2,50%	69,43%
Sec. Est. Ind., Comérc. e Assuntos Mercosul	46.177	0,23%	28.061	0,15%	60,77%
Sec. Est. do Turismo	16.957	0,08%	8.537	0,05%	50,34%
Sec. Esp. p/ Assuntos Estratégicos	2.149	0,01%	1.726	0,01%	80,34%
TOTAL	20.129.453	100,00%	18.329.104	100,00%	91,06%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume I.

1.3.4. Despesas por Função de Governo

A Função de Governo é o nível de maior agregação de ações das áreas da despesa pública.

No que se refere às despesas por função, a tabela a seguir evidencia o orçamento autorizado final, a despesa empenhada, a despesa paga, os índices de realização e coeficientes de aplicação.

Em R\$ mil

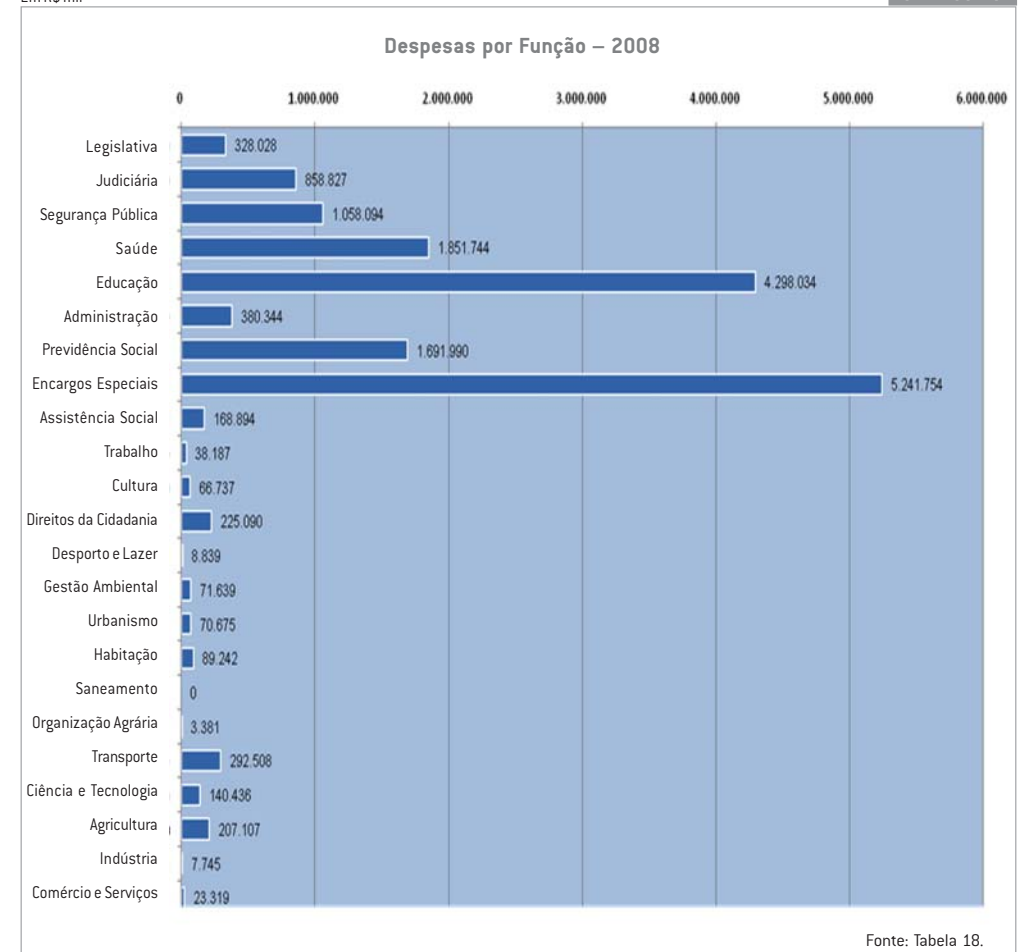
TABELA 18

Execução da Despesa por Função de Governo - 2008							
CÓDIGO DA FUNÇÃO	FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA (1)	DESPESA EMPENHADA (2)	% S/TOTAL	DESPESA PAGA (3)	% (2/1)	% (3/2)
01	Legislativa	346.041	333.808	1,82%	328.028	96,46%	98,27%
02	Judiciária	1.046.999	897.584	4,90%	858.827	85,73%	95,68%
04	Administração	487.026	413.729	2,26%	380.344	84,95%	91,93%
06	Segurança Pública	1.346.648	1.153.288	6,29%	1.058.094	85,64%	91,75%
08	Assistência Social	247.870	183.097	1,00%	168.894	73,87%	92,24%
09	Previdência Social	1.713.209	1.707.240	9,31%	1.691.990	99,65%	99,11%
10	Saúde	2.322.224	2.134.854	11,65%	1.851.744	91,93%	86,74%
11	Trabalho	57.011	41.099	0,22%	38.187	72,09%	92,92%
12	Educação	5.057.023	4.763.817	25,99%	4.298.034	94,20%	90,22%
13	Cultura	93.144	77.058	0,42%	66.737	82,73%	86,61%
14	Direitos da Cidadania	286.962	240.346	1,31%	225.090	83,76%	93,65%
15	Urbanismo	91.469	79.233	0,43%	70.675	86,62%	89,20%
16	Habitação	142.322	89.242	0,49%	89.242	62,70%	100,00%
17	Saneamento	15.426	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
18	Gestão Ambiental	133.622	82.200	0,45%	71.639	61,52%	87,15%
19	Ciência e Tecnologia	245.112	184.162	1,00%	140.436	75,13%	76,26%
20	Agricultura	289.897	225.487	1,23%	207.107	77,78%	91,85%
21	Organização Agrária	7.745	3.871	0,02%	3.381	49,99%	87,33%
22	Indústria	23.654	11.644	0,06%	7.745	49,23%	66,51%
23	Comércio e Serviços	42.849	26.996	0,15%	23.319	63,00%	86,38%
26	Transporte	563.185	422.930	2,31%	292.508	75,10%	69,16%
27	Desporto e Lazer	25.605	11.088	0,06%	8.839	43,30%	79,72%
28	Encargos Especiais	5.544.409	5.246.331	28,62%	5.241.754	94,62%	99,91%
TOTAL		20.129.453	18.329.104	100,00%	17.122.612	91,06%	93,42%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume I e SIA 999 – Total do Estado.

Em R\$ mil

GRÁFICO 18



A função Encargos Especiais foi responsável pelo maior volume de aplicação de recursos, equivalente a 28,62% da despesa total, destinados a pagamento de dívidas, ressarcimentos, indenizações e precatórios.

Destacam-se, ainda, as funções Educação, com o percentual de aplicação de 25,99%, Saúde responsável por 11,65%, Previdência Social com 9,31% e Segurança Pública 6,29%.

1.4. Resultado Orçamentário

A tabela 19 resume a execução do orçamento em cada esfera da Administração, evidenciando a sua evolução, realização e resultado.

Cumprido ressaltar que para a correta apuração do resultado orçamentário, a exemplo de exercícios anteriores, considerou-se o valor de R\$ 786,5 milhões na totalidade da receita arrecadada, relativamente a créditos adicionais abertos com recursos de superávit financeiro apurado em 2007 e excesso de arrecadação de 2008.

Assim, a comparação entre a receita arrecadada e a despesa realizada registra um superávit de R\$ 1,2 bilhão, demonstrado na próxima tabela.

Em R\$ mil

TABELA 19

Síntese da Execução Orçamentária Ajustada - 2008						
TÍTULOS	ADMINISTRAÇÃO DIREITA		ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		ADMINISTRAÇÃO GLOBAL	
		%		%		%
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO						
Orçamento Final	14.546.037	4,45	5.583.415	16,22	20.129.453	7,47
Orçamento Inicial	13.926.119		4.803.992		18.730.111	
EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA						
Receita Arrecadada	18.058.652	96,97	1.462.681	97,14	19.521.332	96,98
Receita Prevista	18.623.775		1.505.678		20.129.453	
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						
Despesa Realizada	13.799.817	94,87	4.529.287	81,12	18.329.104	91,06
Despesa Autorizada	14.546.037		5.583.415		20.129.453	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO						
Receita Arrecadada	18.058.652	0,00	1.462.681	0,00	19.521.332	0,00
(-)Despesa Realizada	(13.799.817)	(76,42)	(4.529.287)	(309,66)	(18.329.104)	(93,89)
SUPERÁVIT/DÉFICIT	4.258.835	23,58	(3.066.606)	-209,66	1.192.228	6,11

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume I.

A situação evidencia que os créditos orçamentários oriundos de superávit financeiro não são considerados na execução da receita, no que concerne à arrecadação. O Estado registra esses recursos na receita reestimada, desconsiderando a sua apropriação na receita arrecadada.

2. Gestão Financeira

2.1. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, de acordo com o art. 103, da Lei nº 4.320/64, demonstra a receita e a despesa orçamentária, os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, além de evidenciar o saldo disponível ao final do exercício.

As tabelas seguintes apresentam, de forma sintética, o Balanço Financeiro do exercício de 2008 das Administrações Direta, Indireta e Global.

Em R\$ mil

TABELA 20

Balanco Financeiro – Receita – Administrações Direta, Indireta e Global - 2008

RECEITA	ADM. DIRETA	% S/TOTAL	ADM. INDIRETA	%S S/TOTAL	AJUSTES (EXCLUSÕES)	% S/TOTAL	ADM. GLOBAL	% TOTAL
ORÇAMENTÁRIA	17.467.208	33,57	1.267.541	7,85	0	0,00	18.734.749	32,27
RECEITAS CORRENTES	19.377.371	33,34	1.152.791	7,14	0	0,00	20.530.162	35,36
RECEITAS DE CAPITAL	133.119	0,23	114.749	0,71	0	0,00	247.868	0,43
DEDUÇÃO RECEITA - FUNDEF	2.043.282	3,52	0	0,00	0	0,00	2.043.282	3,52
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	40.650.681	69,95	14.877.451	92,15	16.209.970	100,00	39.318.163	67,73
TOTAL DA RECEITA	58.117.889	100,00	16.144.992	100,00	16.209.970	100,00	58.052.911	100,00
DÍVIDA FLUTUANTE	8.879.288	15,28	1.442.464	8,93	4.531.639	27,96	5.790.112	9,97
- Restos a Pagar	519.770	0,89	686.722	4,25	0	0,00	1.206.492	2,08
- Débito de Tesouraria	4.433.216	7,63	0	0,00	4.433.107	27,35	110	0,00
- Depósitos de Divs. Origens	3.926.301	6,76	648.238	4,02	98.532	0,61	4.476.007	7,71
- Valores Pendentes Passivos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Outras Obrigações	0	0,00	107.503	0,67	0	0,00	107.503	0,19
OUTRAS OPERAÇÕES	31.771.393	54,67	13.434.988	83,21	11.678.330	72,04	33.528.051	57,74
- Contas do Realizável	25.573	0,04	4.407.694	27,30	4.322.025	26,66	111.242	0,19
- Variações Extra Orç Ativas	5.020.956	8,64	3.911.935	24,23	7.356.306	45,38	1.576.585	2,72
Insc Cred do Realizável	14.658	0,03	3.700.011	22,92	3.699.085	22,82	15.584	0,03
Canc. Dívida Flutuante	4.996.526	8,60	190.031	1,18	3.657.221	22,56	1.529.336	2,63
Corr. De Cred. Do Realizavel	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Provisão/Reversão	0	0,00	5.954	0,04	0	0,00	5.954	0,01
Diversas Financ Ativas	9.772	0,02	15.939	0,10	0	0,00	25.711	0,04
- Interferências Ativas	26.724.865	45,98	5.115.359	31,68	0	0,00	31.840.223	54,84
Transf Orç Recebidas	13.534.700	23,29	3.520.082	21,80	0	0,00	17.054.782	29,38
Transf Financ Ativas	13.183.722	22,68	1.595.277	9,88	0	0,00	14.778.999	25,46
Transferências Patrim. Ativas	6.442	0,01	0	0,00	0	0,00	6.442	0,00
SALDOS DO EX. ANTERIOR	738.900	1,27	1.069.010	6,62	0	0,00	1.807.910	3,11
DISPONÍVEL	736.696	1,27	1.056.927	6,55	0	0,00	1.793.623	3,09
- Caixa	0	0,00	72	0,00	0	0,00	72	0,00
- Bancos Conta Movimento	736.696	1,27	1.056.856	6,55	0	0,00	1.793.552	3,09
VINCULADO	2.205	0,00	12.083	0,07	0	0,00	14.287	0,02
- Vinculado em C.C. Bancárias	2.205	0,00	12.083	0,07	0	0,00	14.287	0,02
TOTAL	58.856.789	101,27	17.214.002	106,62	16.209.970	100,00	59.860.822	103,11

Fonte: Balanço Geral do Estado – Volume I.

Em R\$ mil

TABELA 21

Balanco Financeiro – Despesa – Administrações Direta, Indireta e Global - 2008

DESPESA	ADM. S/TOTAL	% INDIRETA	ADM. S/TOTAL	%S (EXCLUSÕES)	AJUSTES S/TOTAL	% GLOBAL	ADM. TOTAL	% TOTAL
ORÇAMENTÁRIA	13.799.817	23,98	4.529.287	28,72	0,00	0,00	18.329.104	32,10
DESPESAS CORRENTES	12.833.102	22,30	3.942.161	25,00	0,00	0,00	16.775.263	29,38
DESPESAS DE CAPITAL	966.715	1,68	587.126	3,72	0,00	0,00	1.553.841	2,72
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	43.739.178	76,02	11.238.781	71,28	16.209.970	100,00	38.767.989	67,90
TOTAL DAS DESPESAS	57.538.995	100,00	15.768.068	100,00	16.209.970	100,00	57.097.093	100,00
DÍVIDA FLUTUANTE	9.712.321	16,88	1.247.611	7,91	4.406.444	27,18	6.553.488	11,48
- Restos a Pagar	1.145.504	1,99	580.790	3,68	0,00	0,00	1.726.294	3,02
- Serviços da Dívida a Pagar	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
- Débito de Tesouraria	4.313.599	7,50	0	0,00	4.313.489	26,61	110	0,00
- Depósitos de Diversas Origens	4.253.218	7,39	612.483	3,88	92.955	0,57	4.772.747	8,36
- Outras Obrigações	0	0,00	54.338	0,34	0,00	0,00	54.338	0,10
OUTRAS OPERAÇÕES	34.026.857	59,10	9.991.170	62,38	11.803.526	72,82	32.214.501	56,11
- Contas do Realizável	69.461	0,12	4.531.375	28,74	4.448.316	27,44	152.520	0,27
- Var. Extra-Orç. Passivas	3.711.617	6,42	3.865.351	23,53	7.355.210	45,37	221.758	0,08
Canc Crédito Realizável	7.985	0,01	3.575.364	22,67	3.572.794	22,04	10.554	0,02
Inscrição de Dívida Flutuante	3.684.427	6,40	134.402	0,85	3.782.416	23,33	36.413	0,06
Provisão/reversão	0	0,00	31.978	0,20	0,00	0,00	31.978	0,06
Dvs Financeiras Passivas	19.206	0,03	123.608	0,78	0,00	0,00	142.813	0,25
- Interferências Passivas	30.245.779	52,57	1.594.444	10,11	0,00	0,00	31.840.223	55,77
Transf. Orç. Concedidas	17.105.780	29,73	9.451	0,06	0,00	0,00	17.115.231	29,98
Transf. Financ. Passivas	13.140.000	22,84	1.578.551	10,01	0,00	0,00	14.718.550	25,78
Transf. Patrim. Passivas	0	0,00	6.442	0,04	0,00	0,00	6.442	0,01
SALDOS P/ EX. SEGUINTE	1.317.794	2,29	1.445.934	9,17	0,00	0,00	2.763.729	4,84
DISPONÍVEL	1.307.868	2,27	1.419.410	9,00	0,00	0,00	2.727.277	4,78
- Caixa	0	0,00	384	0,00	0,00	0,00	384	0,00
- Bancos Contas Movimentos	1.307.868	2,27	1.419.026	9,00	0,00	0,00	2.726.894	4,78
VINCULADO	9.927	0,02	26.524	0,17	0,00	0,00	36.451	0,06
- Vinculado em C.C. Bancárias	9.927	0,02	26.524	0,17	0,00	0,00	36.451	0,06
TOTAL	58.856.789	102,29	17.214.002	109,17	16.209.970	100,00	59.860.822	104,84

Fonte: Balanço Geral do Estado – Volume I.

2.1.1. Receitas e Despesas Orçamentárias

A movimentação financeira decorrente da execução do Orçamento apresentou resultado superavitário de R\$ 1,6 bilhão, haja vista que as receitas arrecadadas totalizaram R\$ 18,7 bilhões e as despesas pagas importaram em R\$ 17,1 bilhões (Tabela 18).

A receita arrecadada apresentou acréscimo de 7,19% em relação ao exercício anterior, superior ao incremento da despesa da ordem de 4,45%.

2.1.2. Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias

A receita extra-orçamentária atingiu o somatório de R\$ 39,3 bilhões, enquanto que a despesa totalizou R\$ 38,8 bilhões, sendo R\$ 31,8 bilhões provenientes das contas Interferências Ativas e Passivas. Esse procedimento atende a Portaria nº 447/03, da Secretaria do Tesouro Nacional e é adotado para evitar registros em duplicidade, por ocasião da consolidação dos balanços.

A tabela a seguir evidencia as ocorrências extra-orçamentárias da Dívida Flutuante, representadas pelas inscrições/retenções e pelos pagamentos/baixas do período.

Em R\$ mil

TABELA 22

Movimentação Extra-Orçamentária – Dívida Flutuante - 2008		
TÍTULOS	RETENÇÕES/ INSCRIÇÕES	PAGAMENTOS/ BAIIXAS
Depósitos de Diversas Origens	4.476.007	4.772.747
Depósitos de Terceiros	1.760.902	2.089.740
Cauções	37.050	37.156
Consignações s/ Folha de Pagamento	760.741	760.344
Outras Consignações	155.786	155.595
Entidades Estaduais Credoras	0	0
Contrib. Servid. ao Fundo Previdência do Estado	438.156	781.072
Outros Depósitos	369.169	355.573
Receitas de Terceiros	2.715.104	2.683.006
Receita a Repassar ao FUNDEB	2.560.168	2.556.921
Participações Diversas	154.936	126.085
Recursos de Terceiros a Aplicar	1	1
Restos a Pagar	1.206.492	1.726.294
Outras Obrigações em Circulação	107.503	54.338
Obrigações Intragovernamentais	110	110
TOTAL	5.790.112	6.553.488

Fonte: Balancete Mensal de Verificação – SIA215.

2.2. Disponibilidades de Caixa nos Termos da Lei de Responsabilidade Fiscal

A gestão financeira não pode ser avaliada somente por saldos bancários, mas também pelos resultados da arrecadação em contrapartida aos compromissos assumidos pela Administração Estadual.

Nesse sentido, importante observar o disposto no artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao acompanhamento bimestral da realização da receita, estabelecendo limitações de empenhos e da movimentação financeira em relação às expectativas dos resultados primário e nominal, definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para cumprir as determinações legais, a Secretaria de Estado da Fazenda publicou o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa nos moldes da Portaria nº 574/07-STN, conforme tabela a seguir.

Em R\$ mil

TABELA 23

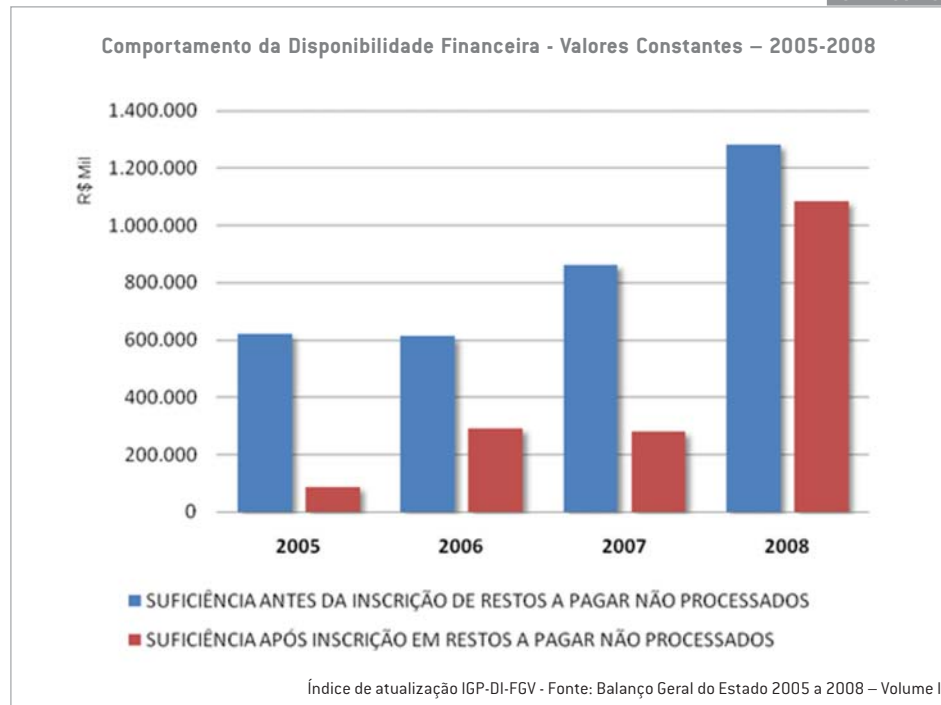
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa – Posição em Dezembro/2008			
LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	
Disponibilidade Financeira	2.763.729	Depósitos Diversas Origens	135.980
Caixa	384	Restos a Pagar Processados	200.621
Bancos	2.038.109	Do Exercício	175.781
Conta Movimento	2.001.658	De Exercícios Anteriores	24.840
Contas Vinculadas	36.451		
Aplicações Financeiras	725.235	Outras Obrigações Financeiras	60.018
Outras Disponibilidades Financeiras	0		
SUBTOTAL	2.763.729	SUBTOTAL	396.619
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0	DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.367.109
TOTAL DO ATIVO	2.763.729	TOTAL	2.763.729
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			1.282.082
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			1.085.028

Fonte: Balanço Geral do Estado – Volume I.

Os saldos bancários totalizaram R\$ 2,0 bilhões, considerados os saldos das contas vinculadas de R\$ 36,5 milhões.

As aplicações financeiras importaram em R\$ 725,0 milhões. Adicionados aos valores disponíveis em bancos totalizaram R\$ 2,8 bilhões, destinados a atender as obrigações de curto prazo.

GRÁFICO 19



2.3. Saldos Financeiros

O saldo financeiro, consolidado para o exercício seguinte, é de R\$ 2,8 bilhões, especificado na tabela abaixo. Desse montante, R\$ 36,0 milhões referem-se a recursos vinculados com finalidades específicas.

Em R\$ mil

TABELA 24

Disponibilidades Financeiras por Entidade - 2008				
ENTIDADE	DISPONÍVEL	VINCULADOS	TOTAL	% S/TOTAL
ADM. DIRETA	1.307.868	9.927	1.317.794	47,68%
TOTAL ADM DIRETA	1.307.868	9.927	1.317.794	47,68%
APPA	402.940	13.027	415.967	15,05%
DETRAN	234.646	1.810	236.456	8,56%
FUNREJUS	170.950	0	170.950	6,19%
DER	145.574	154	145.728	5,27%
FUNSAÚDE	77.437	3	77.440	2,80%
FUNDO JUDICIÁRIO	44.959	0	44.959	1,63%
UEL	37.656	197	37.853	1,37%
FUMPM	35.529	0	35.529	1,29%
UEM	32.448	10.891	43.338	1,57%
FUNRESTRAN	24.820	0	24.820	0,90%
OUTROS 212.452	442	212.894	7,70%	
TOTAL ADM INDIRETA	1.419.410	26.524	1.445.934	52,32%
ADMINISTRAÇÃO GLOBAL	2.727.277	36.451	2.763.729	100,00%

Fonte: Balanço Geral do Estado – Volumes I e II.

Observa-se que 47,68% da disponibilidade financeira procedem da Administração Direta e 52,32% da Indireta. Destaque-se que 56,95% dos recursos da Administração Indireta estão concentrados na APPA, DETRAN e FUNREJUS.

A DCE consignou na sua instrução que a análise dos extratos e conciliações bancárias, além do exame do relatório SIA 215-A (SIAF) de dezembro de 2008, relativamente às contas correntes controladas pelo Tesouro Geral do Estado, permitiu a comprovação de todos os saldos das contas contábeis.

3. Gestão Patrimonial

3.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, de acordo com o artigo 105, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como em atendimento ao disposto no inciso III, do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve espelhar a situação dos bens, direitos, obrigações e do patrimônio líquido, bem como do ativo e passivo compensados.

3.1.1. Composição do Ativo

Em R\$ mil

TABELA 25

Balanço Patrimonial Consolidado – Composição do Ativo - 2008							
TÍTULOS	ATIVO				AJUSTES	ADM. GLOBAL	
	ADM. DIRETA	%	ADM. INDIRETA	%			%
FINANCEIRO	1.760.331	6,31%	2.061.778	53,71%	(679.190)	3.142.919	10,13%
Disponível	1.307.868	4,69%	1.419.410	36,98%	0	2.727.277	8,79%
Vinculado	9.927	0,04%	26.524	0,69%	0	36.451	0,12%
Realizável	442.537	1,59%	615.844	16,04%	(679.190)	379.190	1,22%
PERMANENTE	10.623.517	38,10%	2.123.332	55,32%	(163.756)	12.583.094	40,54%
Bens Móveis	701.136	2,51%	771.694	20,10%	0	1.472.831	4,74%
Bens Imóveis	495.435	1,78%	1.150.320	29,97%	0	1.645.755	5,30%
Créditos	452.053	1,62%	30.015	0,78%	0	482.068	1,55%
Valores	8.974.893	32,19%	171.303	4,46%	(163.756)	8.982.440	28,94%
SOMA ATIVO REAL	12.383.849	44,41%	4.185.110	109,03%	(842.946)	15.726.013	50,66%
SALDO PATRIMONIAL	9.201.253	33,00%	(3.082.995)	-80,32%		6.279.480	20,23%
Passivo Real Descoberto	9.201.253	33,00%	(3.082.995)	-80,32%	161.222	6.279.480	20,23%
De Exercício Anteriores	7.268.866	26,07%	(2.522.417)	-65,71%	163.512	4.909.960	15,82%
Do Exercício	1.932.387	6,93%	(560.577)	-14,60%	1.339	1.373.149	4,42%
Aporte/Redução de Capital	0	0,00%	0	0,00%	(3.629)	(3.629)	-0,01%
COMPENSADO	6.298.471	22,59%	2.736.410	71,29%	0	9.034.880	29,11%
Valores em Poder de Terceiros	45.283	0,16%	13.210	0,34%	0	58.494	0,19%
Valores de Terceiros	55.361	0,20%	25.213	0,66%	0	80.574	0,26%
Valores Nominais Emitidos	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
Direitos e Obrigações Diversas	4.770.762	17,11%	1.252.055	32,62%	0	6.022.817	19,40%
Compensações Diversas	1.427.064	5,12%	1.445.932	37,67%	0	2.872.996	9,26%
TOTAL DO ATIVO	27.883.572	100,00%	3.838.525	100,00%	(681.724)	31.040.374	100,00%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume I.

a) Ativo Financeiro

É constituído pelos subgrupos:

- Disponível – R\$ 2,7 bilhões, recursos de liquidez imediata;
- Vinculado – R\$ 36,4 milhões, valores destinados a objetivos específicos como convênios, contratos, depósitos judiciais;
- Realizável – R\$ 379,2 milhões, correspondentes a créditos a serem realizados pelas entidades estaduais devedoras, no curso do exercício seguinte.

b) Ativo Permanente

Nesse grupo sobressai da conta Valores, o saldo de R\$ 3,9 bilhões, representado pelas participações societárias com destaque para a Companhia Paranaense de Energia R\$ 1,4 bilhão, Agência de Fomento do Paraná S.A. R\$ 776,0 milhões, Companhia de Habitação do Paraná R\$ 674,0 milhões, Companhia de Saneamento do Paraná R\$ 437,0 milhões e Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. R\$ 314,0 milhões.

A seguir é evidenciada a participação em termos nominais e o percentual no capital social das empresas, considerando-se as ações ordinárias e as preferenciais.

Em R\$ mil

TABELA 26

Participações Societárias do Governo Estadual – 2005-2008									
EMPRESAS	2005		2006		2007		2008		Var. % 08/07
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA									
BADEP	80.645	99,99	80.645	99,99	80.645	99,99	80.645	99,99	0,00%
BRDE	28.431	33,33	28.431	33,33	28.435	33,33	28.435	33,33	0,00%
CEASA	11.842	99,01	11.842	99,01	11.842	99,01	11.842	99,01	0,00%
CENTRO DE CONV. CURITIBA	1.776	52,82	2.390	52,82	2.390	52,82	2.390	52,82	0,00%
CELEPAR	15.009	91,09	18.987	91,09	25.209	91,09	26.209	91,09	3,97%
CODAPAR	56.204	80,06	56.204	80,06	56.204	80,06	56.204	80,06	0,00%
COHAPAR	551.069	99,99	584.979	99,99	616.744	99,99	673.942	99,99	9,27%
COPEL	1.081.284	31,07	1.204.210	31,07	1.386.007	31,07	1.386.007	31,07	0,00%
SANEPAR	436.615	52,50	436.615	52,50	436.615	52,50	436.615	52,50	0,00%
FERROESTE	313.748	80,77	313.748	80,77	313.748	80,77	313.748	80,77	0,00%
MINEROPAR	4.551	99,54	4.551	99,54	4.551	99,54	4.551	99,54	0,00%
PETROBRÁS	2.482	0,01	2.482	0,01	2.482	0,01	18.959	0,01	663,73%
AG. FOMENTO DO PR S/A	454.974	99,97	683.652	99,97	733.652	99,97	776.045	99,97	5,78%
AMB. PARANÁ FLORESTA	0	0,00	21.526	99,54	21.526	99,54	21.526	99,54	0,00%
EMPRESAS PÚBLICAS									
CLASPAR	10.727	100,00	10.727	100,00	10.727	100,00	10.727	100,00	0,00%
TECPAR	63.248	100,00	65.442	100,00	66.326	100,00	66.567	100,00	0,36%
TOTAL	3.112.605		3.526.432		3.797.103		3.914.412		3,09%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2005 a 2008 – Volume I.

O retorno dos investimentos do Estado, em 2008, foi de R\$ 125,0 milhões em dividendos, sendo R\$ 79,0 milhões da Companhia Paranaense de Energia, R\$ 31,8 milhões da Companhia de Saneamento do Paraná, R\$ 13,5 milhões da Agência de Fomento do Paraná S.A. e R\$ 508,0 mil da empresa Petróleo Brasileiro S.A.

3.1.2. Composição do Passivo

Em R\$ mil

TABELA 27

Balanço Patrimonial Consolidado – Composição do Passivo - 2008							
TÍTULOS	ADM. DIRETA		ADM. INDIRETA		AJUSTES	ADM. GLOBAL	
		%		%			%
FINANCEIRO	1.299.006	4,66%	1.057.789	27,66%	(678.094)	1.678.701	5,41%
Restos a Pagar	658.348	2,36%	824.355	21,55%	0	1.482.703	4,78%
A Processar	540.475	1,94%	741.607	19,39%	0	1.282.082	4,13%
Processados	117.873	0,42%	82.748	2,16%	0	200.621	0,65%
Serviços da Dívida a Pagar	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
A Processar	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
Processados	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
Depósitos Diversas Origens	87.016	0,31%	173.416	4,53%	(124.452)	135.980	0,44%
Outros Créditos Circulação	0	0,00%	60.018	1,57%	0	60.018	0,19%
Débitos de Tesouraria	553.643	1,99%	0	0,00%	(553.643)	0	0,00%
PERMANENTE	20.286.095	72,75%	27.106	0,71%	0	20.313.202	65,47%
Dívida Fundada Interna	16.217.839	58,16%	25.054	0,66%	0	16.242.893	52,35%
Em Títulos	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
Por Contratos	16.217.839	58,16%	25.054	0,66%	0	16.242.893	52,35%
Dívida Fundada Externa	1.293.736	4,64%	0	0,00%	0	1.293.736	4,17%
Em Títulos	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
Por Contratos	1.293.736	4,64%	0	0,00%	0	1.293.736	4,17%
Diversos	2.774.520	9,95%	2.052	0,05%	0	2.776.572	8,95%
SOMA PASSIVO REAL	21.585.102	77,41%	1.084.896	28,36%	(678.094)	21.991.903	70,88%
SALDO PATRIMONIAL	0	0,00%	3.629	0,09%	(3.629)	0	0,00%
Ativo Real Líquido	0	0,00%	3.629	0,09%	(3.629)	0	0,00%
De Exercício Anteriores	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
Do Exercício	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
Aporte/Redução de Capital	0	0,00%	3.629	0,09%	(3.629)	0	0,00%
COMPENSADO	6.298.471	22,59%	2.736.410	71,54%	0	9.034.880	29,12%
Contrap.Valores em Poder de Terc.	45.283	0,16%	13.210	0,35%	0	58.494	0,19%
Contrap. de Valores de Terceiros	55.361	0,20%	25.213	0,66%	0	80.574	0,26%
Contrap. Valores Nomin. Emitidos	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
Contrap. Valores e Obrig. Diversas	4.770.762	17,11%	1.252.055	32,73%	0	6.022.817	19,41%
Compensações Diversas	1.427.064	5,12%	1.445.932	37,80%	0	2.872.996	9,26%
TOTAL DO PASSIVO	27.883.572	100,00%	3.824.934	100,00%	(681.724)	31.026.783	100,00%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume I.

a) Passivo Financeiro

O saldo de Restos a Pagar, de R\$ 1,5 bilhão, equivale a 88,32% da dívida fluante, tendo em vista as baixas serem R\$ 519,8 milhões superiores às inscrições, alavancadas pelas transferências de precatórios para o Passivo Permanente – Dívida Fundada.

Os bens e direitos de terceiros (Depósitos de Diversas Origens) apresentaram saldo de R\$ 136,0 milhões, sendo 75,76% dos recursos provenientes das contas Outros Depósitos e Participações Diversas.

b) Passivo Permanente

Esse grupo é constituído por R\$ 20,3 bilhões, relativamente às dívidas interna e externa, detalhadas na sequência, correspondendo a 65,47% do Passivo Total.

3.1.3. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial do exercício apresenta déficit de R\$ 1,4 bilhão, em contraposição ao superávit de R\$ 1,3 bilhão apurado no exercício anterior.

Os elementos que contribuíram para esse resultado encontram-se sintetizados na tabela abaixo.

Em R\$ mil

TABELA 28

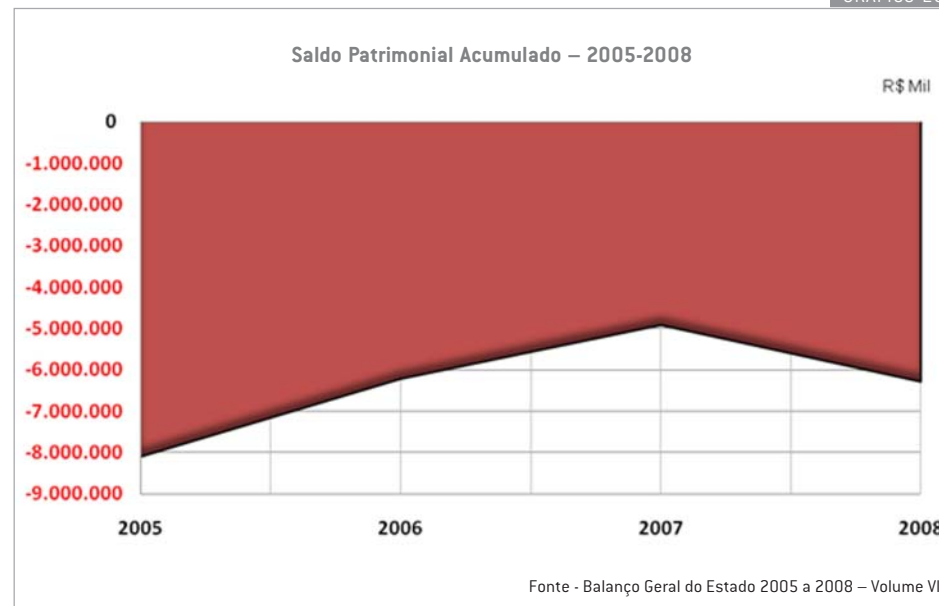
Resultado Patrimonial do Exercício - 2008				
TÍTULOS	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	AJUSTES	ADM. GLOBAL
(+) Variações Ativas Resultantes	18.338.908	1.737.636	0	20.076.544
(-) Variações Passivas Resultantes	(13.903.160)	(4.556.190)	0	(18.459.350)
Resultado da Gestão Orçamentária	4.435.748	(2.818.554)	0	1.617.194
(+) Variações Ativas Independentes	35.151.533	9.371.750	(7.356.549)	37.166.734
(-) Variações Passivas Independentes	(41.519.668)	(5.992.619)	7.355.210	(40.157.077)
Resultado da Gestão Extra-Orçamentária	(6.368.135)	3.379.131	(1.339)	(2.990.343)
(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	(1.932.387)	560.577	(1.339)	(1.373.149)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume I.

O resultado do exercício, após os ajustes necessários, foi deficitário em função das inscrições e correções das obrigações da Dívida Fundada, além dos Empréstimos Tomados e da Cobrança da Dívida.

O Déficit Patrimonial apurado no exercício, de R\$ 1,4 bilhão, aumentou o Passivo Real a Descoberto para R\$ 6,3 bilhões, conforme se demonstra no gráfico a seguir o Saldo Patrimonial Acumulado do Estado dos últimos quatro exercícios.

GRÁFICO 20



3.2. Estoque e Evolução da Dívida Ativa

A Dívida Ativa representa direito de crédito a favor da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não, cujo recebimento não ocorreu no prazo legal estabelecido. Ao final do exercício, o montante líquido registrado no Ativo Permanente é de R\$ 323,5 milhões.

A diversidade da origem dos créditos, somada aos variados graus de estruturação dos mecanismos de cobrança, torna bastante complexa a tarefa de se estimar uma provisão, de modo a não provocar super ou subavaliação do patrimônio real.

Nesse contexto, o Manual de Receita Pública Nacional, editado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/08, atualizou e incorporou modificações significativas quanto à metodologia de cálculo desta provisão.

A análise do estoque dos créditos inscritos em Dívida Ativa, dos últimos quatro exercícios, encontra-se demonstrada a seguir.

Em R\$ mil

TABELA 29

Demonstrativo do Estoque e Movimentação da Dívida Ativa – 2005-2008				
ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA				
TÍTULOS	2005	2006	2007	2008
PREVISTA	63.433	41.541	43.503	49.056
ARRECADADA	48.076	38.183	24.094	50.401
DIFERENÇAS	(15.357)	(3.358)	(19.409)	1.345
% DE ARRECAÇÃO	-24%	-8%	-45%	2,74%
MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO				
(+) SALDO ANTERIOR	9.697.609	11.556.162	13.575.211	9.738.035
(+) INSCRIÇÕES	2.311.536	2.898.749	2.166.651	1.428.560
Inscrições no Exercício	1.019.133	1.409.430	1.318.955	1.132.237
Atualizações, Substituições e Rescisões	1.292.404	1.489.319	847.696	296.323
(-) Baixas Resultantes de Pagamento	48.076	38.183	24.094	50.401
(-) Baixas Independentes (Cancelamentos)	404.907	841.517	5.979.733	259.985
(-) TOTAL DAS BAIXAS	452.983	879.700	6.003.827	310.386
(=) SALDO DÍVIDA ATIVA (ANTES PROVISÃO)	11.556.162	13.575.211	9.738.035	10.856.209
(-) PROVISÃO PARA PERDAS DÍVIDA ATIVA (PORTARIA STN 564/2004)	11.306.539	13.280.629	9.510.165	10.532.735
(=) SALDO DÍVIDA ATIVA (APÓS PROVISÃO)	249.623	294.582	227.870	323.474
POSIÇÃO DÍVIDA ATIVA EM 31/12 - VALORES NOMINAIS				
SALDOS	11.556.162	13.575.211	9.738.035	10.856.209
Variação Anual	0,00	17,47%	-28,27%	11,48%
Variação Acumulada	0,00	17,47%	-15,73%	-6,06%
Índice Recebimento s/Saldo Atual do Exercício	0,42%	0,28%	0,25%	0,46%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volumes II-C e VII.

O saldo ao final do exercício de 2008 apresentou crescimento nominal de R\$ 1,1 bilhão, um incremento de 11,48% em relação ao saldo do ano anterior, de R\$ 9,7 bilhões.

No entanto, a variação acumulada do saldo dos últimos quatro anos foi negativa, da ordem de 6,06%, consequência das baixas efetuadas no exercício de 2007, no montante de R\$ 5,2 bilhões, em atendimento aos dispositivos da Lei Estadual nº 15.610/07.

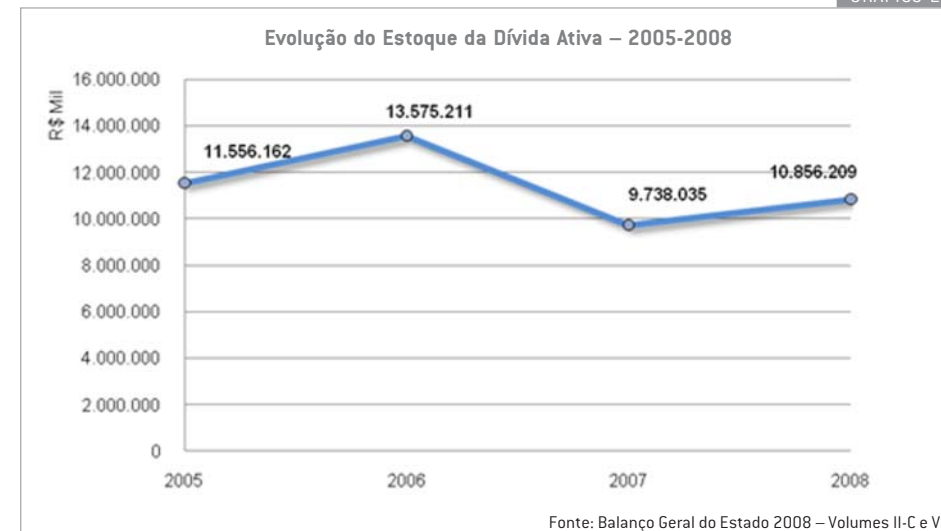
No exercício em análise, as inscrições somaram R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 1,1 bilhão de novas inscrições e R\$ 296,3 milhões provenientes de atualizações, substituições e rescisões. As baixas registradas de R\$ 310,4 milhões resultaram de pagamento de R\$ 50,4 milhões e R\$ 260,0 milhões provenientes de cancelamentos, em vista de decisões judiciais.

As baixas resultantes de pagamento representaram 0,46% do saldo total da Dívida Ativa, no encerramento do exercício. Destaca-se que a baixa efetividade de recuperação dos créditos, em patamar inferior a 1,00%, denota a necessidade da continuidade de revisão no fluxo do processo para a recuperação destes créditos.

A Procuradoria Geral do Estado elenca medidas que estão sendo tomadas, bem como apresenta planejamento de ações visando maior eficiência no sistema de controle. A contínua melhoria dos processos internos e atuações judiciais certamente resultarão na diminuição do estoque de créditos a receber.

O gráfico adiante ilustra, em termos nominais, a variação desse importante ativo do Estado nos últimos quatro exercícios.

GRÁFICO 21



O controle da movimentação da dívida ativa é realizado pelo Sistema da Dívida Ativa – DAE, gerenciado pelo setor competente da Coordenação da Receita do Estado.

A comparação das baixas resultantes de pagamentos por GR-PR, oriundos do sistema contábil, com os montantes informados pelo sistema DAE, apresenta divergências de valor. Destaca-se, entretanto, que estas diferenças não alteram os saldos finais do estoque da Dívida Ativa, uma vez que estão compensadas em outra rubrica.

A Secretaria de Estado da Fazenda deverá adequar o sistema DAE visando compatibilizá-lo com o sistema SIAF, de modo a gerar relatórios que permitam a identificação dos montantes correspondentes às modalidades de baixas ocorridas no estoque da dívida, inclusive o registro adequado dos ativos incorporados e o repasse das receitas oriundas de baixas por meio de liquidação com créditos acumulados de ICMS.

3.3. Composição e Evolução da Dívida Geral do Estado

A tabela e gráfico seguintes demonstram a composição da dívida estadual ao final do exercício de 2008.

Em R\$ mil TABELA 30

Composição da Dívida Geral do Estado - 2008								
DÍVIDA FLUTUANTE E FUNDADA - ADMINISTRAÇÃO GLOBAL								
TÍTULO	SALDO EXERC.		MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO EXERC.		VAR. % 08/07
	ANTERIOR	%	INSCRIÇÃO AJUSTE	CORR. MON. VAR. CAMB.	BAIXA AJUSTE	SEGUINTE	%	
DÍVIDA FLUTUANTE	2.442.077	12,94	42.158.222	0	(42.921.598)	1.678.701	7,63	-31,26
- Restos a Pagar	2.002.504	10,61	38.132.099	0	(38.651.900)	1.482.703	6,74	-25,96
- Depósitos de Diversas Origens	439.573	2,33	4.026.123	0	(4.269.698)	195.998	0,89	-55,41
- Depósitos de Terceiros	409.817	2,17	1.203.515	0	(1.532.352)	80.980	0,37	-80,24
- Cauções	7.873	0,04	37.050	0	(37.156)	7.767	0,04	-1,35
- Consignações s/Folha Pagamento	956	0,01	359.140	0	(358.551)	1.545	0,01	61,53
- Fundo Previdenciário do Estado	349.780	1,85	438.156	0	(781.072)	6.864	0,03	-98,04
- Outros Depósitos	51.208	0,27	369.169	0	(355.573)	64.803	0,29	26,55
- Receitas Terceiros a Aplicar	22.902	0,12	2.715.105	0	(2.683.007)	55.001	0,25	140,15
- Receita Repassada do FUNDEB	13.531	0,07	2.560.168	0	(2.556.921)	16.778	0,08	24,00
- Participações Diversas	9.372	0,05	154.936	0	(126.085)	38.223	0,17	307,85
- Obrigações em Circularização	6.853	0,04	107.503	0	(54.338)	60.018	0,27	775,78
DÍVIDA FUNDADA	16.430.711	87,06	1.694.594	3.271.401	(1.083.504)	20.313.202	92,37	23,63
Interna	15.412.391	81,66	1.666.539	2.870.561	(930.026)	19.019.465	86,48	23,40
- Contratos	11.310.736	59,93	24.872	1.215.781	(417.714)	12.133.674	55,17	7,28
- Precatórios	1.703.836	9,03	1.068.658	1.378.068	(41.343)	4.109.219	18,69	141,17
- Outras Dívidas	2.397.820	12,71	573.010	276.712	(470.968)	2.776.572	12,63	15,80
Externa	1.018.320	5,40	28.055	400.839	(153.478)	1.293.736	5,88	27,05
- Contratos	1.018.320	5,40	28.055	400.839	(153.478)	1.293.736	5,88	27,05
DÍVIDA GERAL DO ESTADO	18.872.788	100,00	43.852.816	3.271.401	(44.005.102)	21.991.903	100,00	16,53

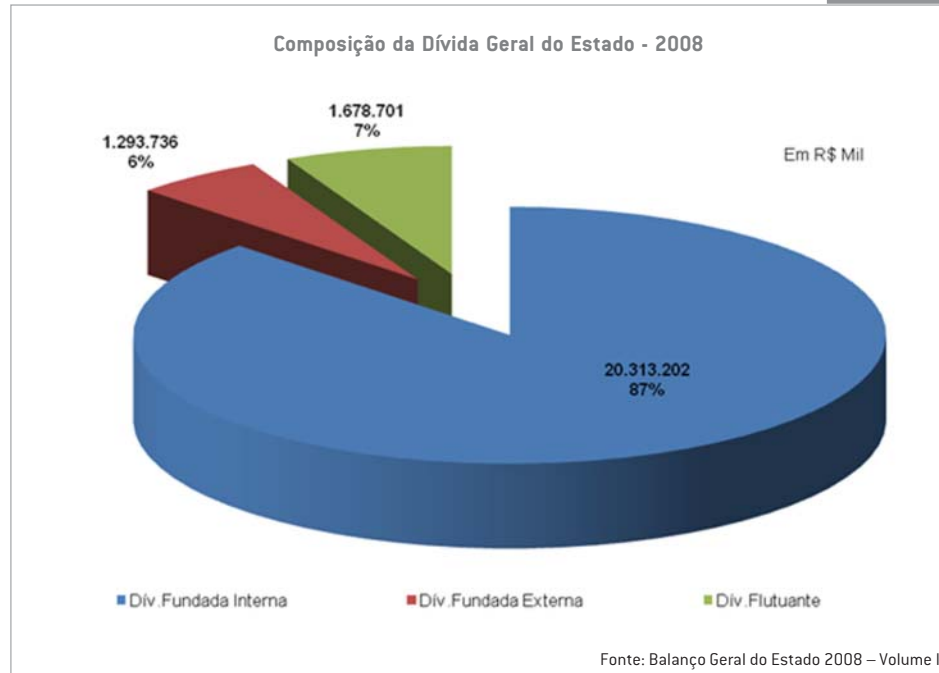
Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume VII e SIA 870, 871, 872, 873, 875.

A Dívida Flutuante consigna os compromissos a serem liquidados até o encerramento do exercício subsequente, no valor de R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 1,5 bilhão referentes a Restos a Pagar, R\$ 196,0 milhões oriundos de Depósitos de Diversas Origens e R\$ 81,0 milhões de Depósitos de Terceiros.

- A Dívida Fundada inclui as obrigações de longo prazo, desmembradas em Internas e Externas, apresentando saldo de R\$ 19,0 bilhões e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente.
- A Dívida Interna é composta por contratos, representando 55,17% do total, precatórios no montante de R\$ 4,1 bilhões, compromissos junto ao PASEP R\$ 982,0 milhões, Fundo de Previdência R\$ 1,4 bilhão, além da dívida mobiliária da ordem de R\$ 400,1 milhões.

A Dívida Externa, correspondente a 5,88% da Dívida Geral do Estado, decorre basicamente da variação cambial em relação ao exercício anterior. No período em análise foram registrados apenas R\$ 28,0 milhões provenientes do contrato OECF PARANASAN.

GRÁFICO 22



3.4. Precatórios

Ao final do exercício financeiro de 2008 o total registrado no Passivo Permanente era de R\$ 4,1 bilhões, quantia que engloba os montantes nominais e suas respectivas correções monetárias, não contemplando as importâncias devidas a título de juros. Estão incluídos os valores nominais transferidos, antes inscritos no Passivo Financeiro, como Restos a Pagar.

3.4.1. Precatórios Registrados no Passivo Financeiro

A tabela que segue evidencia os precatórios registrados no Passivo Financeiro.

Em R\$ mil

TABELA 31

ÓRGÃO	SALDO ANTERIOR	BAIXA NO EXERCÍCIO		SALDO
		PAGO	AJUSTE	
AGE/SEFA	900.681	0	900.681	0
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	900.681	0	900.681	0
APPA	1.943	1.353	590	0
DER	6.503	3	6.499	0
FUNDEPAR	9	0	9	0
IAP	5.446	0	5.446	0
IASP	999	0	999	0
IPARDES	416	0	416	0
ISEP	957	0	957	0
TVE	8	0	8	0
UENP	79	0	79	0
UNESPAR	115	0	115	0
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	16.476	1.356	15.120	0
TOTAL	917.157	1.356	915.801	0
		BAIXAS NO EXERCÍCIO POR PAGAMENTO / SALDO ANTERIOR		0,15%
		BAIXAS NO EXERCÍCIO POR AJUSTE / SALDO ANTERIOR		99,85%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume I.

3.4.2. Transferência de Precatórios do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente

No encerramento do exercício o Poder Executivo procedeu à baixa dos precatórios inscritos em Restos a Pagar, no valor de R\$ 915,8 milhões. Esses valores foram transferidos em sua totalidade para o Passivo Permanente, conforme valores apresentados a seguir.

Em R\$

TABELA 32

Precatórios Transferidos do Passivo Circulante para Passivo Permanente - 2008	
1996	37.115.968,34
1997	449.179.092,60
1998	211.752.290,17
1999	106.284.986,28
2000	85.899.017,94
2001	24.979.549,57
2006	121.773,63
2007	468.450,74
TOTAL	915.801.129,27

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume I.

Na análise desse fato contábil a DCE evidenciou dois aspectos. O primeiro diz respeito à diferença existente entre os registros contábeis e o sistema de controle de precatórios, pelo fato de não haver previsão legal para correção desses valores registrados no Passivo Financeiro. O segundo, pondera que a contabilização parcial dos compromissos não seria o tratamento mais adequado, tendo em vista que contraria os Princípios Fundamentais de Contabilidade, notadamente os Princípios da Oportunidade e da Prudência, repercutindo, por conseguinte, em vários aspectos do patrimônio, em especial na redução do Passivo Financeiro e no aumento do Resultado Patrimonial.

Por tais razões, recomendou-se à Secretaria de Estado da Fazenda estudar alternativa de registro contábil que permitisse evidenciar o montante do saldo total de precatórios devido pelo Estado.

Em atendimento, realizou-se o supracitado ajuste nos valores de precatórios dos Restos a Pagar, transferindo-os contabilmente para o Passivo Permanente, conforme nota explicativa constante do Balanço Geral do Estado 2008 – volume I.

Constata-se que com a referida alteração, os valores nominais de precatórios de Restos a Pagar passaram a figurar juntamente com os demais precatórios na Dívida Fundada. Adicionalmente, os montantes referentes à correção monetária desses precatórios, que antes não possuíam registro contábil, foram lançados também na Dívida Fundada.

Cumprе ressaltar que no exercício financeiro de 2007, foi recomendado que a SEFA estudasse alternativa de registro contábil que permitisse evidenciar o montante do saldo total de Precatórios devido pelo Estado. Em função disso, em 2008, realizou-se o ajuste nos Precatórios dos Restos a Pagar, transferindo-os contabilmente para o Passivo Permanente.

A Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, noticia que levantou os possíveis problemas encontrados na compensação de créditos tributários com precatórios, iniciando trabalho de verificação em processos divergentes, visando permitir a conciliação das informações do controle gerencial e da contabilidade do Estado.

3.4.3. Precatórios Registrados no Passivo Permanente

A tabela adiante apresenta a movimentação dos precatórios da Administração Global registrados no Passivo Permanente nos últimos quatro anos.

Em R\$

TABELA 33

Movimentação dos Precatórios Registrados no Passivo Permanente – 2005-2008				
TÍTULO	2005	2006	2007	2008
Precatórios registrados após a LRF				
(saldo ao final do exercício anterior)	724.531.981,88	1.368.191.907,55	1.522.120.409,22	1.703.836.059,78
Correção Monetária	31.914.955,80	105.799.098,53	100.375.525,68	1.378.068.405,90
Ajustes	-	-	-	900.681.034,44
Inscrição no exercício	631.417.007,88	106.837.197,89	117.571.831,33	167.973.228,09
Baixas no exercício (Dívida Fundada)	19.672.038,01	58.707.794,75	36.231.706,47	41.340.188,62
SALDO AO FINAL DO EXERCÍCIO	1.368.191.907,55	1.522.120.409,22	1.703.836.059,76	4.109.218.539,59
BAIXAS NO EXERCÍCIO/SALDO ANTERIOR	2,72%	4,29%	2,38%	2,43%

Fonte: Balanço Geral do Estado dos Exercícios de 2005 a 2008 – Volume I.

O valor de R\$ 900,7 milhões, lançado como ajuste, refere-se ao valor nominal dos precatórios inscritos em Restos a Pagar da Administração Direta, transferidos para a Dívida Fundada.

O montante referente à correção monetária sofreu um acréscimo considerável em relação aos anos anteriores, o que se justifica pelo lançamento da correção monetária dos precatórios de Restos a Pagar, valores antes não contabilizados.

No encerramento de 2008, o montante de precatórios da Administração Global inscritos em Dívida Fundada, após as baixas por pagamento e correção monetária, ficou representado da forma que segue.

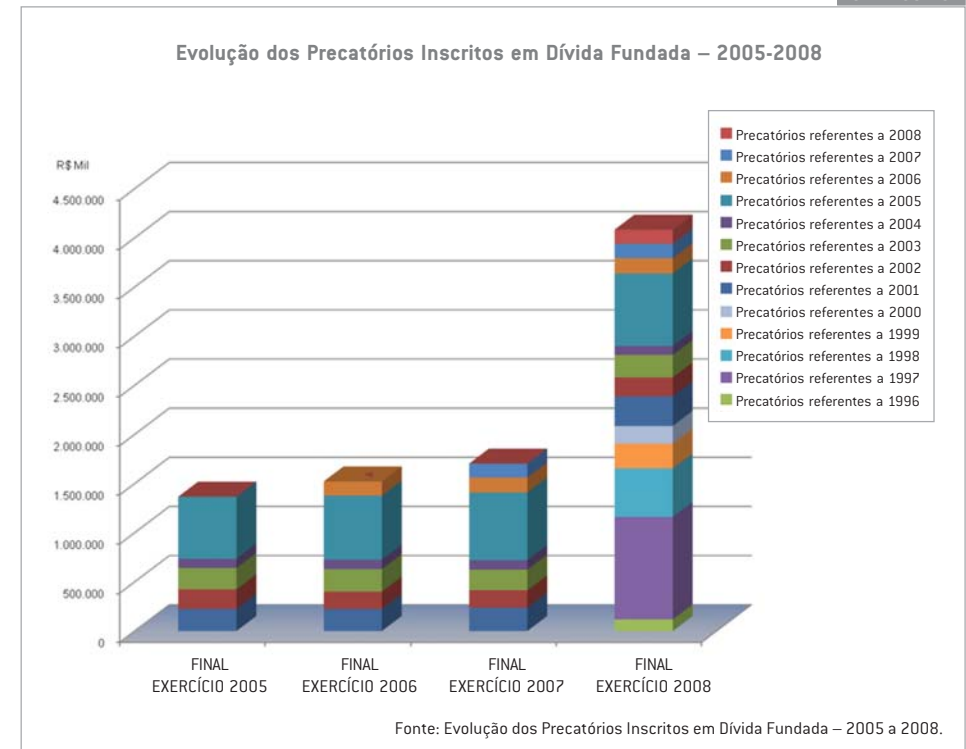
Em R\$ mil

TABELA 34

Evolução dos Precatórios Inscritos em Dívida Fundada – 2005-2008				
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA	FINAL EXERCÍCIO 2005	FINAL EXERCÍCIO 2006	FINAL EXERCÍCIO 2007	FINAL EXERCÍCIO 2008
Precatórios referentes a 1996	0	0	0	117.954
Precatórios referentes a 1997	0	0	0	1.043.221
Precatórios referentes a 1998	0	0	0	493.854
Precatórios referentes a 1999	0	0	0	251.437
Precatórios referentes a 2000	0	0	0	180.815
Precatórios referentes a 2001	225.239	224.107	236.869	300.315
Precatórios referentes a 2002	198.043	176.624	178.019	193.516
Precatórios referentes a 2003	218.360	228.673	209.915	228.376
Precatórios referentes a 2004	93.974	97.266	97.019	92.167
Precatórios referentes a 2005	631.417	650.568	687.652	736.478
Precatórios referentes a 2006	0	144.883	153.148	156.068
Precatórios referentes a 2007	0	0	141.215	147.046
Precatórios referentes a 2008	0	0	0	142.919
TOTAIS	1.367.032	1.522.120	1.703.836	4.084.165

Fonte: Balanço Geral do Estado dos Exercícios de 2005 a 2008 – Volume VIII.

GRÁFICO 23



Da análise dos dados apresentados na tabela e gráfico anteriores, constata-se a evolução do saldo da dívida do exercício anterior para o atual, fato decorrente da transferência dos precatórios registrados no Passivo Financeiro para o Passivo Permanente.

4. Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

4.1. Orçamento Inicial

O orçamento de investimentos, aprovado pela Lei nº 15.750, de 27 de dezembro de 2007, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 1.347.990.970,00, valor posteriormente alterado, através de emendas do Poder Legislativo, passando para R\$ 1.348.425.970,00, distribuídos conforme revelam as tabelas seguintes.

Em R\$ (1,00)

TABELA 35

Orçamento de Investimentos Segundo a Origem dos Recursos - 2008				
ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	TESOURO ESTADUAL	TOTAL
COPEL - Companhia Paranaense de Energia	600.900.000	144.700.000	0	745.600.000
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná	474.070.000	0	33.827.100	507.897.100
COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná	0	0	49.706.160	49.706.160
AMBIENTAL - Ambiental Paraná Florestas S/A.	5.510.000	0	0	5.510.000
FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A.	0	0	100.000	100.000
CELEPAR - Companhia de Informática do Paraná	39.612.710	0	0	39.612.710
TOTAL	1.120.092.710	144.700.000	83.633.260	1.348.425.970

Fonte: Lei 15.750 de 27/12/07.

Em R\$ (1,00)

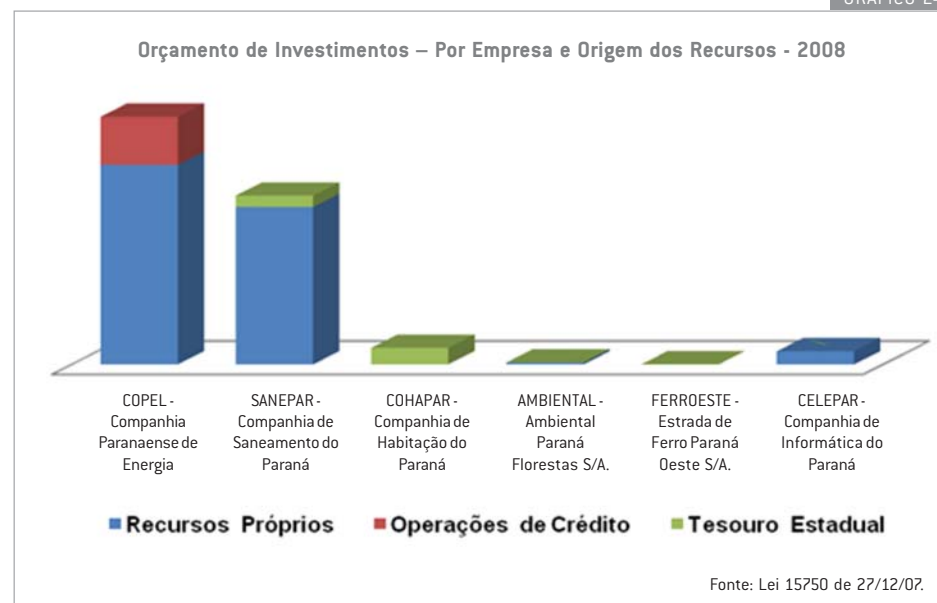
TABELA 36

Orçamento de Investimentos por Função e Segundo a Origem dos Recursos - 2008				
FUNÇÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	TESOURO ESTADUAL	TOTAL
Administração	39.612.710	0	0	39.612.710
Saúde	38.341.000	0	18.416.100	56.757.100
Habitação	0	0	49.706.160	49.706.160
Saneamento	435.729.000	0	15.411.000	451.140.000
Gestão Ambiental	5.510.000	0	0	5.510.000
Energia	600.900.000	144.700.000	0	745.600.000
Transporte	0	0	100.000	100.000
TOTAL	1.120.092.710	144.700.000	83.633.260	1.348.425.970

Fonte: Lei 15.750 de 27/12/07.

Conforme pode ser observado no gráfico seguinte, a maior parcela dos orçamentos das empresas estatais é composta de recursos de geração própria.

GRÁFICO 24



4.2. Execução Orçamentária

No exercício de 2008, as empresas estatais realizaram investimentos no valor total de R\$ 1.012.558.613,00, que corresponde a 65,53% da dotação final autorizada, conforme evidencia a tabela 37.

Em R\$ (1,00)

TABELA 37

Execução Orçamentária dos Investimentos por Empresa – 2008						
EMPRESA	ORÇAMENTO – LOA 2008		PREVISÃO		TOTAL	INVESTIMENTO EXECUTADO % FINAL/TOTAL (3)/(5) (6)
	INICIAL (1)	FINAL (2)	EMPRESAS	DIFERENÇA (4)		
			FINAL (3)	[3-2]		
COPEL	745.600.000	745.600.000	902.729.400	(157.129,400)	723.693.041	80,17
SANEPAR	507.897.100	518.412.350	518.412.350	0	246.913.000	47,63
COHAPAR	49.706.160	74.963.195	74.963.195	0	28.011.406	37,37
AMBIENTAL	5.510.000	5.510.000	9.341.129	(3.831,129)	8.612.387	92,20
FERROESTE	100.000	25.000	25.000	0	0	0
CELEPAR	39.612.710	39.612.710	39.612.710	0	5.328.779	13,45
TOTAL	1.348.425.970	1.384.123.255	1.545.083.784	(160.960,529)	1.012.558.613	65,53

Fonte: LOA 2008 e dados informados pelas empresas.

Verifica-se, nos dados da tabela anterior, que existem divergências entre os valores previstos no orçamento geral do Estado e os apresentados pelas empresas COPEL e AMBIENTAL. No caso da COPEL a execução final ficou abaixo da previsão registrada no Balanço do Estado. Na Ambiental, não obstante a vedação constitucional de não realização de despesas que excedam os créditos orçamentários, conforme o inciso II do art. 167, observa-se que o investimento executado foi maior do que a dotação aprovada.

Sobre o assunto, a COPEL encaminhou cópia da correspondência CODR-C/1110/2007/DFI, dirigida à COP/SEPL, onde informa que a previsão inicial poderia sofrer alterações, tendo em vista que sua aprovação, pelos órgãos competentes da Companhia, ocorreria até o encerramento do exercício de 2007.

Já a AMBIENTAL alega que o valor previsto na LOA não sofreu nenhum ajuste, portanto, não está refletindo as variações dos custos dos serviços silviculturais do período entre a elaboração da previsão até a sua realização, bem como não foram considerados na previsão os investimentos realizados por terceiros, decorrentes da obrigação do replantio florestal estabelecida nos contratos de vendas de madeira.

Vale destacar, também, os baixos percentuais de realização dos investimentos nas empresas SANEPAR e CELEPAR, com 47,63% e 13,45%, respectivamente.

No que diz respeito à SANEPAR, a empresa esclareceu que os valores previstos para os exercícios de 2008 a 2011 foram baseados no planejamento de investimentos realizado no primeiro semestre de 2007. Nessa ocasião, estava previsto uma operação de debêntures no montante de R\$ 700 milhões para o programa de obras, que acabou não sendo efetivada, tendo em vista a perspectiva de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com início das obras apenas para o final de 2007. Em função disso, o cronograma de investimentos da empresa acabou sofrendo um descompasso. Ponderou-se, também, que a seleção e priorização dos empreendimentos componentes do PAC foi estabelecida pelo Ministério das Cidades, ficando de fora grande parte das obras previstas inicialmente.

Relativamente à CELEPAR, grande parte dos investimentos referia-se à aplicação na infra-estrutura predial, contudo, do valor inicial previsto de R\$ 21.619.500,00, foram executados apenas R\$ 1.148.411,00, equivalente a 5,31%.

Na análise da execução orçamentária, também foram constatadas divergências entre os dados informados por algumas empresas e os valores registrados no Balanço do Estado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, através da Coordenação de Orçamento e Programação. Na tabela a seguir, pode ser observado que os recursos despedidos pela COHAPAR não foram registrados e os valores lançados pela SANEPAR e AMBIENTAL são menores.

Em R\$ (1,00)

TABELA 38

**Investimentos Realizados pelas Empresas x Investimentos Registrados
no Balanço Geral do Estado - 2008**

Empresa	Empresa	COP/SEPL	Diferença
COPEL	723.693.041	723.693.041	0
SANEPAR	246.913.000	204.163.000	42.750.000
COHAPAR	28.011.406	0	28.011.406
AMBIENTAL	9.011.387	7.600.000	1.411.387
FERROESTE	0	0	0
CELEPAR	5.328.779	5.328.779	0
TOTAL	1.012.957.613	940.784.820	72.172.793

Fonte:LOA 2008 e dados informados pelas empresas.

A SANEPAR informou que os valores constantes nos relatórios da COP/SEPL, não consideram os investimentos transversais aplicados nas diversas regiões do Estado e que alguns valores foram corrigidos para os valores totais investidos, anteriormente indicados apenas os valores de financiamentos, isto é, uma consideração errônea ao montar o relatório demonstrativo.

Em R\$ (1,00)

TABELA 39

Comparativo entre os Valores Realizados nos Exercícios de 2007-2008

Empresa	2007			2008		
	Previsto	Executado	%	Previsto	Executado	%
COPEL	673.875.376	464.632.270	68,95	902.729.400	723.693.041	80,17
SANEPAR	588.501.010	273.175.000	46,42	518.412.350	246.913.000	47,63
COHAPAR	21.131.774	15.756.096	74,56	74.963.195	28.011.406	37,37
AMBIENTAL	8.078.881	8.331.539	103,13	9.341.129	8.612.387	92,20
FERROESTE	500.000	0	0	25.000	0	0,00
CELEPAR	33.669.660	13.094.147	38,89	39.612.710	5.328.779	13,45
TOTAL	1.325.756.701	774.989.052	58,46	1.545.083.784	1.012.558.613	65,53

Fonte:LOA 2008 e dados informados pelas empresas.

A comparação com o exercício anterior, conforme dados da tabela acima, revela acréscimo nos orçamentos da COPEL e da AMBIENTAL. Em termos percentuais de execução, somente a COPEL e a SANEPAR registraram aumento. Destaca-se, também, a baixa execução da programação orçamentária nas empresas SANEPAR (47,63%) e CELEPAR (13,45%). A FERROESTE não apresentou investimento em nenhum dos dois exercícios.

4.3. Recomendação

De todo o exposto sobre o Orçamento de Investimentos, tendo em vista as divergências detectadas entre os valores previstos e executados no Balanço Geral do Estado e as informações prestadas pelas empresas estatais, conclui-se que:

- As alterações implantadas pelas empresas nos Orçamentos de Investimentos não estão sendo comunicadas às Secretarias a que estão vinculadas ou, essas, estão deixando de proceder às alterações no orçamento;
- Os valores investidos não estão sendo informados corretamente à COP – Coordenação de Orçamento e Programação;
- Foram realizados investimentos acima dos valores autorizados no orçamento, uma prática sem respaldo legal.

Nesse sentido, se faz necessário recomendar às Secretarias supervisoras das empresas com dados divergentes, que adotem medidas no sentido de promover, por parte de suas supervisionadas, a execução do Orçamento de Investimentos de acordo com a legislação vigente.

5. Outros Aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

5.1. Despesas com Divulgação e Propaganda

Os serviços de publicidade e propaganda têm por objetivo o caráter educativo, informativo, de promoção da cidadania e devem estar em sintonia com as questões estratégicas do desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Dentre as ações publicitárias de caráter informativo destacam-se as institucionais, ações e programas desenvolvidos pelo Governo e as promocionais, com objetivo de promover o crescimento de determinado segmento econômico. Há, ainda, a publicidade obrigatória dos atos governamentais, que confere legitimidade aos atos do Poder Público.

5.1.1. Publicidade Institucional

No exercício em análise, os gastos a esse título totalizaram R\$ 9,5 milhões, conforme expressam os dados contemplados na Tabela 40:

Em R\$ mil

TABELA 40

ÓRGÃO/ENTIDADE	DESPESAS REALIZADAS (1)	AUTORIZAÇÕES POR PADV (2)	% (2/1)
Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS	3.869	3.869	100,00
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP	63	8	12,70
Demais Órgãos da Administração Direta	442	183	41,40
Total da Administração Direta	4.374	4.060	
Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE	39	255	100,00
Universidade Estadual de Maringá - UEM	111	0	0,00
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA	27	0	0,00
Demais Órgãos da Administração Indireta	310	38	12,26
Total da Administração Indireta	487	293	
Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR	26	0	0,00
Demais Empresas Estatais Dependentes	16	7	43,75
Total das Estatais Dependentes	42	7	
Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR	1.266	445	35,15
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	3.354	3.679	100,00
Demais Sociedades de Economia Mista	0	14	0,00
Total das Sociedades de Economia Mista	4.620	4.138	
TOTAL GERAL	9.523	8.498	

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume II – C.

As autorizações por PADV totalizaram R\$ 8,5 milhões. Da análise dos dados anteriores, nota-se que nem todos os órgãos/entidades estão cumprindo os preceitos do Decreto Estadual nº 258/95 e da Resolução nº 035/95-SECS, isto é, realizando despesas com publicidade institucional em valores compatíveis com os autorizados.

5.1.2. Divulgação de Atos Oficiais

No exercício em análise, os gastos com atos oficiais totalizaram R\$ 10,5 milhões, ilustrados na tabela abaixo.

Em R\$ mil

TABELA 41

ÓRGÃO/ENTIDADE	DESPESAS REALIZADAS (1)	AUTORIZAÇÕES POR PADV (2)	% (2/1)
Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS	6	6	100,00
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP	302	88	29,14
Secretaria de Estado da Educação - SEED	45	289	100,00
Demais Órgãos da Administração Direta	1.405	311	22,14
Total da Administração Direta	1.758	694	
Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE	335	264	78,8
Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN	675	675	100,00
Departamento de Estradas de Rodagem - DER	1.081	736	68,08
Universidade Estadual de Maringá - UEM	689	0	0,00
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA	351	154	43,87
Demais Órgãos da Administração Indireta	2.647	319	12,05
Total da Administração Indireta	5.778	2.148	
Minerais do Paraná S.A. - MINEROPAR	25	18	72
Instituto de Tecnologia do Estado do Paraná - TECPAR	54	0	0,00
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR	37	19	51,35
Demais Empresas Estatais Dependentes	111	62	56,36
Total das Estatais Dependentes	227	99	
Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR	1.315	904	68,75
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	1.342	1.268	94,49
Demais Sociedades de Economia Mista	128	370	100,00
Total das Sociedades de Economia Mista	2.785	2.542	
TOTAL GERAL	10.548	5.483	

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume II – C.

As autorizações por PADV totalizaram R\$ 5,5 milhões. Observa-se que a maioria dos órgãos não está cumprindo os preceitos dos Decretos Estaduais n.ºs 258/95 e 4.734/01 e da Resolução nº 035/95-SECS.

A Secretaria de Estado da Comunicação Social declara que, de fato, não dispõe de mecanismos capazes de detectar os órgãos da Administração descumpridores das disposições legais aplicáveis. Isso demonstra que não foram adotadas providências no sentido de atender as recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas desde o exercício de 2006.

5.2. Fundos Especiais

A constituição de fundos especiais está prescrita no artigo 71, da Lei Federal nº 4.320/64, como sendo o produto de receitas vinculadas à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

A Administração Pública Estadual apresenta em sua estrutura institucional trinta e cinco fundos especiais:

- vinte deles apresentaram movimentação orçamentária e financeira;
- dois receberam dotação orçamentária, porém, sem revelar qualquer movimentação de receita e despesa: Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Fundo Estadual Antidrogas;
- sete não foram contemplados com destinação orçamentária: Fundo Paranaense de Mineração, Fundo de Terras, Fundo Estadual de Investimentos em Créditos, Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná, Fundo Estadual de Cultura e Fundo Estadual de Interesses Difusos;
- três não constituem unidade orçamentária, sendo considerados como atividade da estrutura do órgão/entidade a que se vinculam: Fundo de Desenvolvimento Econômico, Fundo de Desenvolvimento Urbano e Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná;
- dois fundos rotativos tem sua movimentação agregada ao órgão/entidade ao qual se vinculam: Tribunal de Justiça e Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social, criado em 2007, não apresentou movimentação haja vista depender de regulamentação.

A tabela 42 relaciona os fundos especiais que apresentaram movimentação orçamentária no exercício, à exceção do FUNDEB, tratado em capítulo específico.

Em R\$ mil

TABELA 42

Execução Orçamentária dos Fundos Especiais - 2008								
Nº	ENTIDADE	RECEITA ARRECADADA	TRANSF. TESOUREIRO	RECEITA TOTAL ARREC. (1)	% S/ TOTAL	DESPESA REALIZADAS (2)	% S/ TOTAL	RESULT. ORÇAM. (1-2)
1	Fundo Esp.do Contr.Externo do Tribunal de Contas - FETC/PR	51	0	51	0,00%	0	0,00%	51
2	Fundo Especial de Reequipamento do Poder Judic. - FUNREJUS	104.173	0	104.173	5,00%	55.116	2,33%	49.056
3	Fundo Judiciário	4.926	0	4.926	0,24%	0	0,00%	4.926
4	Fundo da Justiça do Poder Judic.do Estado do Paraná	1.001	0	1.001	0,05%	0	0,00%	1.001
5	Fundo Especial do Ministério Público - FUEMP	6.509	0	6.509	0,31%	4.679	0,20%	1.830
6	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado - FEPGE	0	11.886	11.886	0,57%	12.099	0,51%	(213)
7	Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO	0	16.582	16.582	0,80%	18.534	0,78%	(1.952)
8	Fundo de Reequipamento da Polícia - FUNRESPOL	0	4.089	4.089	0,20%	9.351	0,39%	(5.262)
9	Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM	0	15.107	15.107	0,73%	31.643	1,34%	(16.536)
10	Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN	12.206	0	12.206	0,59%	91	0,00%	12.115
11	Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar - FUNCB	0	7.093	7.093	0,34%	26.729	1,13%	(19.637)
12	Fundo Paraná	0	32.993	32.993	1,58%	64.334	2,72%	(31.341)
13	Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE	15.105	1.797.650	1.812.755	87,06%	2.079.767	87,78%	(267.012)
14	Fundo Penitenciário - FUPEN	10.231	0	10.231	0,49%	10.751	0,45%	(520)
15	Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON	529	0	529	0,03%	0	0,00%	529
16	Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	727	3.678	4.405	0,21%	4.278	0,18%	127
17	Fundo Estadual p/ Infância e Adolescência - FIA	4.056	23.321	27.378	1,31%	37.227	1,57%	(9.850)
18	Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP	4.027	0	4.027	0,19%	7.368	0,31%	(3.342)
19	Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA	4.983	1.171	6.154	0,30%	7.333	0,31%	(1.179)
	TOTAL	168.523	1.913.571	2.082.093	100,00%	2.369.302	100,00%	(287.209)

Fonte: Balanços da Administração Indireta 2008 – Volume VI e SIA850.

O Fundo Estadual de Saúde é responsável por 87,06% da arrecadação total, tendo em vista executar as ações e serviços públicos exigidos pelo artigo 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A seguir estão listados os fundos especiais com fonte vinculada de recursos, além do comparativo entre a receita arrecadada e a efetivamente repassada, nos últimos quatro exercícios.

Em R\$

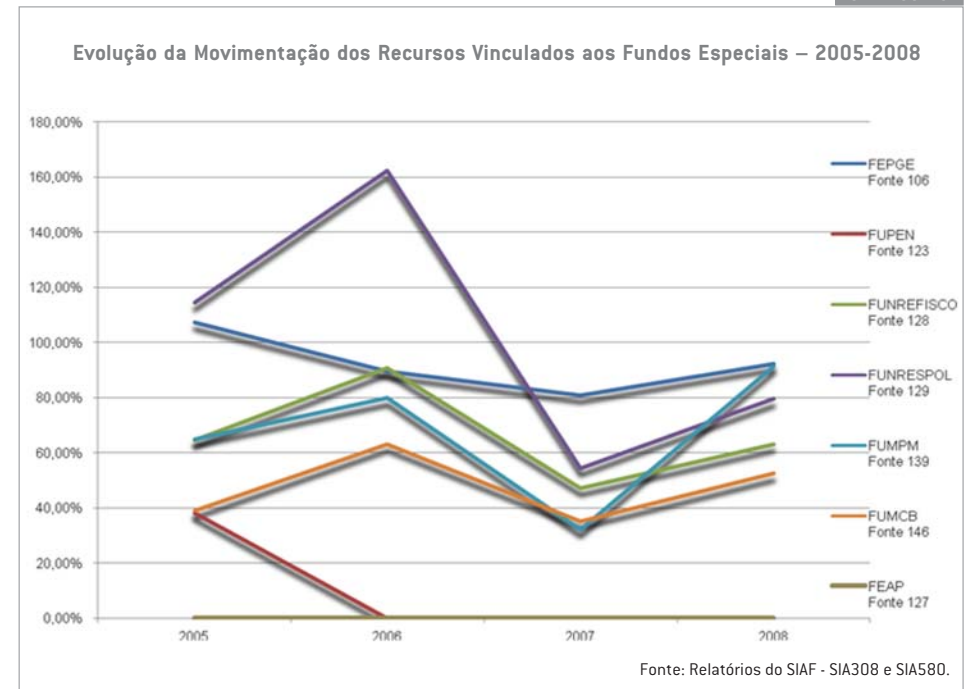
TABELA 43

Movimentação dos Recursos Vinculados aos Fundos Especiais – 2005-2008

TÍTULOS		2005	2006	2007	2008	SOMA
FEPGE Fonte 106	Arrecadação	3.853.836	8.760.062	8.749.303	13.284.074	34.647.275
	Repasse	4.143.827	7.865.206	7.076.193	12.281.988	31.367.214
	% Repasse/Arrecadação	107,52%	89,78%	80,88%	92,46%	90,53%
FUPEN Fonte 123	Arrecadação	17.478	21.966	69.370	28.389	137.203
	Repasse	6.087	0	0	0	6.087
	% Repasse/Arrecadação	34,82%	0,00%	0,00%	0,00%	4,44%
FEAP Fonte 127	Arrecadação	2.040	390	1.066	1.369	4.866
	Repasse	0	0	0	0	0
	% Repasse/Arrecadação	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FUNREFISCO Fonte 128	Arrecadação	23.497.252	25.454.136	28.000.593	43.906.509	120.858.490
	Repasse	15.204.681	23.150.954	13.235.701	27.759.443	79.350.780
	% Repasse/Arrecadação	64,71%	90,95%	47,27%	63,22%	65,66%
FUNRESPOL Fonte 129	Arrecadação	7.823.113	7.484.952	7.920.594	8.423.941	31.652.600
	Repasse	8.943.478	12.153.187	4.310.384	6.692.121	32.099.171
	% Repasse/Arrecadação	114,32%	162,37%	54,42%	79,44%	101,41%
FUMPM Fonte 139	Arrecadação	19.431.163	21.091.771	24.259.185	30.500.738	95.282.857
	Repasse	12.616.323	16.841.512	7.813.577	27.896.703	65.168.115
	% Repasse/Arrecadação	64,93%	79,85%	32,21%	91,46%	68,39%
FUNCB Fonte 146	Arrecadação	16.226.632	18.118.230	20.960.466	24.935.434	80.240.762
	Repasse	6.303.388	11.431.127	7.368.313	13.057.198	38.160.026
	% Repasse/Arrecadação	38,85%	63,09%	35,15%	52,36%	47,56%

Fonte: Relatórios SIA 308 e SIA 580.

GRÁFICO 25



Foi constatado que a Secretaria de Estado da Fazenda não repassou integralmente aos fundos especiais os valores devidos, conforme disposto nas leis que os instituíram. O repasse parcial compromete a existência dos mesmos, haja vista que recursos vinculados pressupõem destinação às aplicações determinadas por lei.

A esse respeito, aquela Pasta, destaca que os registros das receitas de recursos das fontes do Tesouro são centralizados na Divisão de Contabilidade Geral. Os relatórios do SIAF demonstram a movimentação de cada recurso vinculado, assim como os saldos do exercício anterior e para o exercício seguinte. No entanto, o ponto em discussão relativamente ao repasse parcial dos recursos aos Fundos não foi noticiado.

Outro fator a se considerar diz respeito à inatividade de muitos desses fundos, o que tem levado o Tribunal de Contas a se pronunciar, pelos Pareceres Prévios das Contas do Governo, sem que nenhuma medida tenha sido tomada pelo Poder Executivo Estadual.

Relativamente sobre esse assunto, a Secretaria de Estado da Fazenda declara que, quanto às viabilidades e oportunidades, os Fundos existentes continuam sendo avaliados pela Coordenação de Modernização Institucional, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Caberá, posteriormente, à Procuradoria Geral do Estado, proceder às medidas que julgar necessárias.

Ressaltamos, no entanto, que o Estado deve rever os critérios estabelecidos quanto à realidade e capacidade de mobilização de recursos financeiros com vistas à execução satisfatória das ações atribuídas aos fundos especiais.

5.3. Serviços Sociais Autônomos

Atualmente, o Estado do Paraná, mediante contratos de gestão, repassa recursos a cinco Serviços Sociais Autônomos:

ENTIDADE	LEGISLAÇÃO	RECEITA - 2008
Paranacidade	Criado pela Lei nº 15.211/06, presta assistência institucional e técnica aos municípios no processo de desenvolvimento urbano e regional. Responsável pela gestão do Fundo de Desenvolvimento Urbano	R\$ 18,6 milhões
Paranaeducação	Criado pela Lei nº 11.970/97, tem a finalidade de auxiliar na gestão do Sistema Estadual de Educação	R\$ 40,2 milhões
Paranaprevidência	Criado pela Lei nº 12.398/98, gerencia o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná	R\$ 6,9 milhões para custeio administrativo R\$ 2,2 bilhões destinados ao Fundo Financeiro
Ecoparaná	Criado pela Lei nº 12.215/98, administra ações e projetos relacionados ao turismo e meio ambiente	R\$ 1,2 milhão
Paranatecnologia	Criado pela Lei nº 12.020/98, tem como missão executiva a gestão do Fundo Paraná, voltado ao desenvolvimento científico e tecnológico	R\$ 270,0 mil

As prestações de contas dos serviços sociais autônomos são analisadas individualmente por este Tribunal.

5.4. Restos a Pagar

5.4.1. Inscrição em Restos a Pagar

A Lei nº 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente realizadas e, as não pagas, são inscritas em Restos a Pagar.

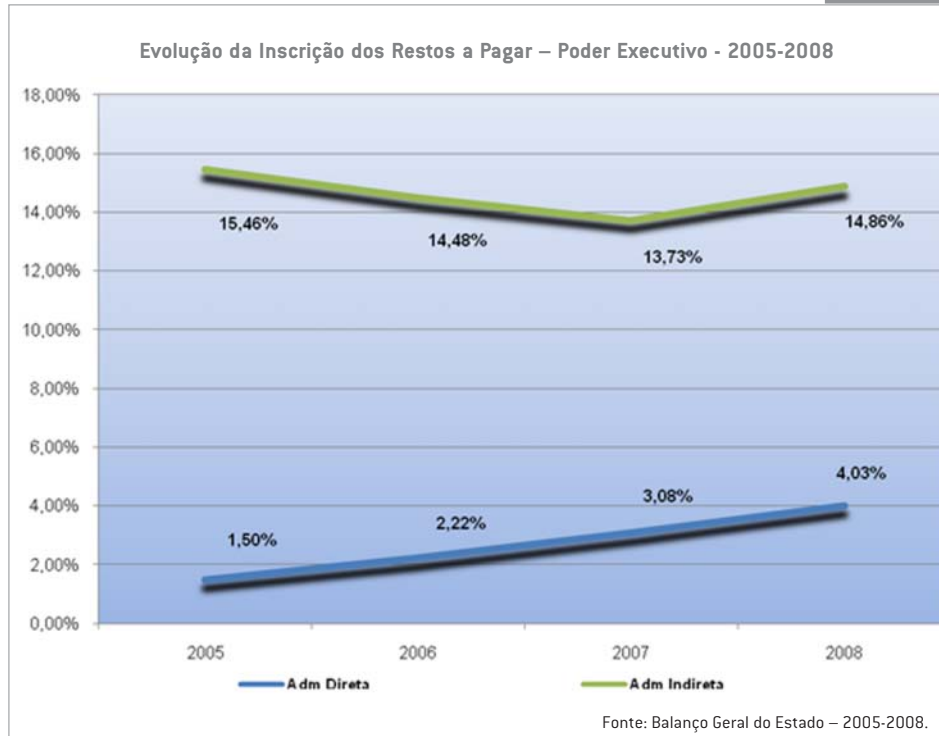
A seguir, é retratada a execução do orçamento de 2008, com detalhamento dos totais empenhados, pagos e inscritos em restos a pagar.

TABELA 44

PODER	EXERCÍCIO 2008			% PAGO X EMPENHADO	% RESTOS A PAGAR X EMPENHADO
	EMPENHADO R\$	PAGO R\$	A PAGAR R\$		
LEGISLATIVO	445.523.100,42	434.420.907,39	11.102.193,03	97,51	2,49
JUDICIÁRIO	801.116.369,77	768.840.467,47	32.275.902,30	95,97	4,03
MINISTÉRIO PÚBLICO	327.163.531,46	322.790.432,18	4.373.099,28	98,66	1,34
EXECUTIVO					
Adm. Direta	12.285.809.409,70	11.791.092.257,24	494.717.152,46	95,97	4,03
Adm. Indireta	4.469.491.663,75	3.805.467.954,86	664.023.708,89	85,14	14,86
TOTAL	18.329.104.075,10	17.122.612.019,14	1.206.492.055,96	93,42	6,58

Fonte: Balanço Geral do Estado – 2008.

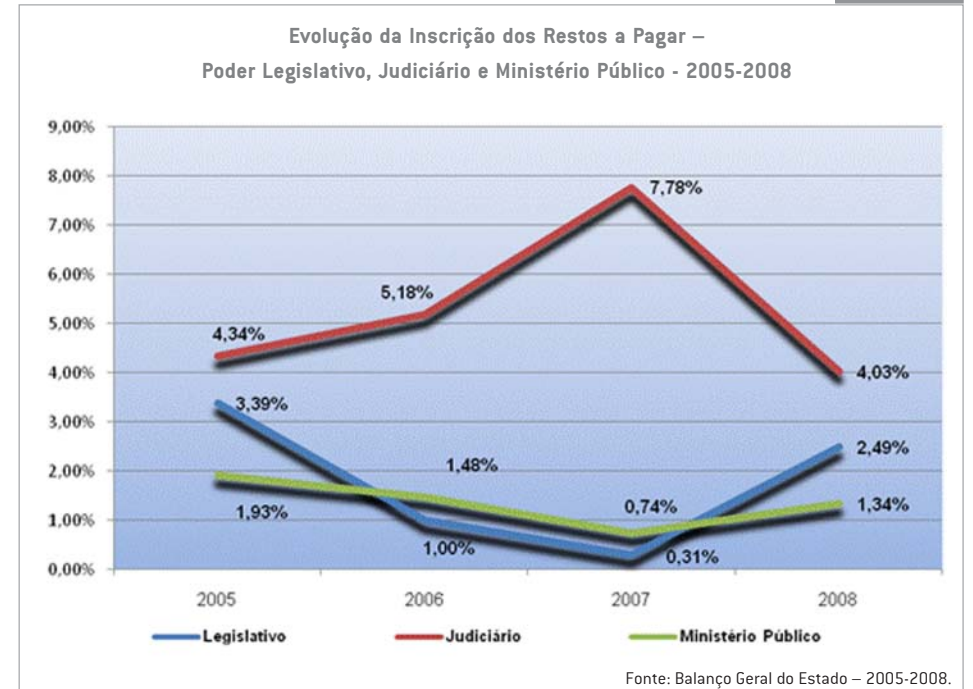
GRÁFICO 26



Para elaboração do gráfico anterior, resgatou-se os dados dos balanços dos 3 últimos exercícios anteriores, com objetivo de revelar a evolução da inscrição dos Restos a Pagar. Infere-se do demonstrado que o volume de Restos a Pagar inscritos na Administração Indireta manteve-se estável, sofrendo pouca alteração. Na Administração Direta, percebe-se que vem aumentando, a cada ano, embora não possa ser considerado um volume significativo.

A título de ilustração, o gráfico seguinte apresenta a evolução da inscrição de Restos a Pagar nos Poderes Legislativo e Judiciário e no Ministério Público, no período de 2005 a 2008, demonstrando que os montantes também não foram expressivos.

GRÁFICO 27



5.4.2. Execução de Restos a Pagar

A tabela 45 registra a execução, em 2008, dos Restos a Pagar inscritos até o final de 2007 e os saldos a serem pagos no exercício seguinte.

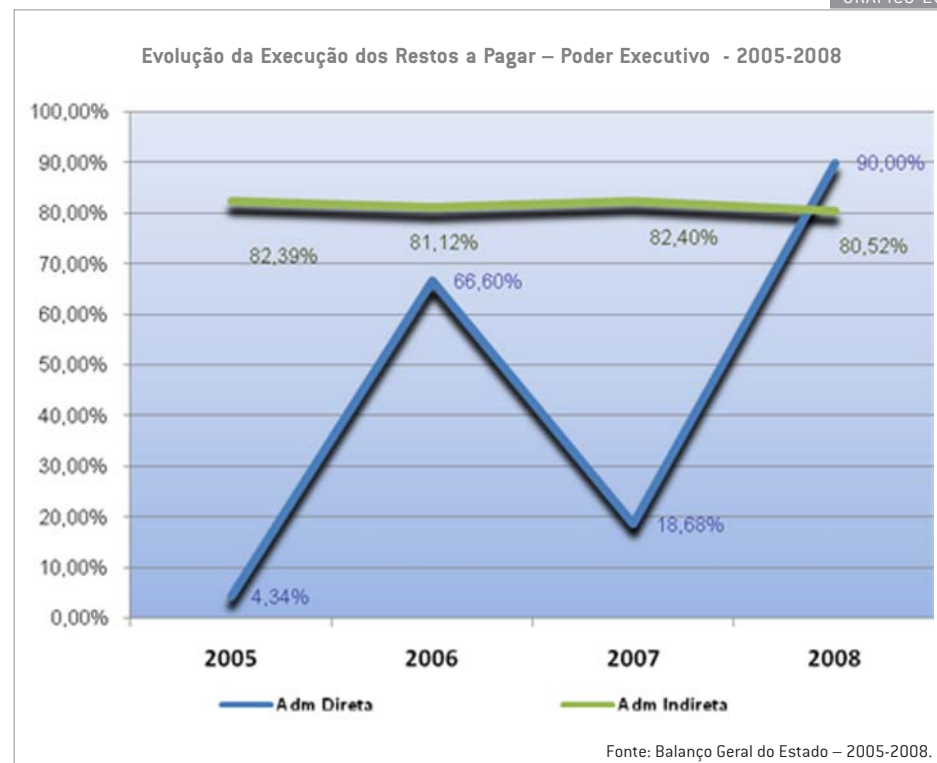
TABELA 45

Execução de Restos a Pagar - 2008							
PODER	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES R\$	MOVIMENTAÇÃO EM 2008		SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R\$	% PAGTO. X EXERC. ANT.	% CANC. X EXERC. ANT.	% REDUÇÃO DOS SALDOS
		PAGAMENTOS R\$	CANCELAMENTOS R\$				
LEGISLATIVO	1.823.049,29	928.037,01	67.513,15	827.499,13	50,91	3,7	54,61
JUDICIÁRIO	63.206.321,52	39.754.794,78	5.545.485,66	17.906.041,08	62,9	8,77	71,67
MINISTÉRIO PÚBLICO	2.711.348,96	1.701.950,35	463.105,02	546.293,59	62,77	17,08	79,85
EXECUTIVO							
Adm. Direta	1.265.368.681,09	224.480.195,29	914.365.212,84	126.523.272,96	17,74	72,26	90
Adm. Indireta	669.395.031,55	451.667.732,16	87.319.495,50	130.407.803,89	67,47	13,04	80,52
TOTAL	2.002.504.432,41	718.532.709,59	1.007.760.812,17	276.210.910,65	35,88	50,33	86,21

Fonte: Balanço Geral do Estado – 2005-2008.

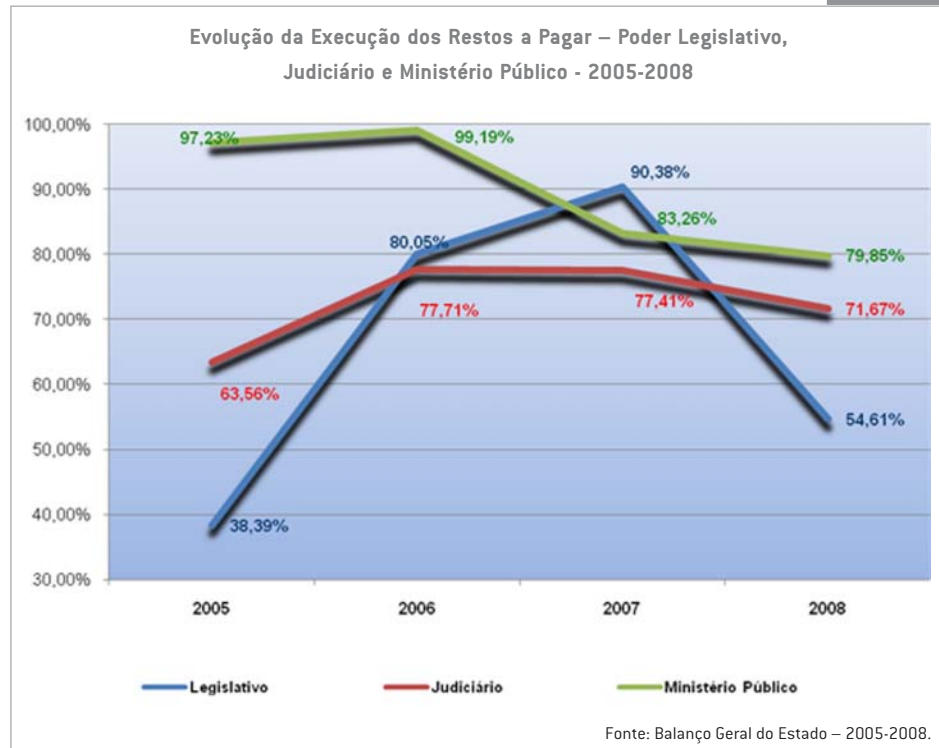
Da análise dos dados e considerando os balanços dos exercícios anteriores, conforme pode ser observado no gráfico a seguir, houve uma expressiva redução dos saldos dos Restos a Pagar na Administração Direta, comparada ao exercício de 2007 (de 18,68% para 90,00%). É de se consignar que essa significativa alteração foi ocasionada pela transferência contábil de precatórios do Passivo Financeiro para a Dívida Fundada Interna do Passivo Permanente. No caso da Administração Indireta, os saldos vem se mantendo sem grande alteração.

GRÁFICO 28



O gráfico seguinte revela que no Poder Legislativo houve uma diminuição na redução dos saldos (de 90,38%, em 2007, para 54,61%, em 2008), enquanto no Poder Judiciário e no Ministério Público não ocorreu significativa alteração.

GRÁFICO 29



5.5. Gestão dos Ativos do Banestado

Tendo em vista a importância do tema e o montante de recursos envolvidos, decidiu-se incluir neste relatório os pontos mais relevantes dos trabalhos de fiscalização sobre os Ativos do Banestado, desenvolvidos pela 5ª Inspeção de Controle Externo.

5.5.1. Origem dos Ativos do Banestado

O Estado do Paraná, na privatização do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, adquiriu, em 30/06/1998, os ativos do Banco (bens, direitos e obrigações) designados nas alíneas “a” a “f”, do inciso I, da Cláusula Terceira do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, abaixo transcritas:

- “I – Até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) para aquisição de ativos pelo Estado, a seguir discriminados:
- até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) para aquisição de débitos do Fundo de Desenvolvimento do Estado – FDE junto ao Banestado decorrentes de cessão a prazo relativos ao CDI-BADEP e COCELPA;
 - até R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais) para aquisição de débitos do Grupo Atalla junto ao Banestado;
 - até R\$ 98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais) para aquisição da participação societária da Banestado S.A. Participações Administração e Serviços junto à Banestado Reflorestadora S.A.;
 - até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) destinados à aquisição da carteira de desenvolvimento do Banestado;
 - até R\$ 188.000.000,00 (cento e oitenta e oito milhões de reais) para aquisição de créditos de curso normal do Banestado, de baixa rentabilidade ou liquidez;
 - até R\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de reais) destinados à aquisição de bens não de uso próprio do Banestado.”

5.5.2. Gestão dos Ativos

O Banco Itaú administrou os ativos do Banestado de dezembro de 1999 até março de 2001, data em que ocorreu a devolução ao Estado do Paraná.

Em abril de 2001, o Estado do Paraná transferiu à Agência de Fomento do Paraná S/A (AFPR), através do Contrato de Prestação de Serviços, a gestão dos ativos do Banestado designados nas alíneas “b)”, “d)”, “e)” e “f)”, do inciso I, da Cláusula Terceira do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, conforme disposto na cláusula primeira, mediante comissão anual de 1,00% (um por cento) sobre o valor total dos ativos verificados em 31 de dezembro de cada ano e mais comissão de 10,00% (dez por cento) sobre os valores efetivamente recebidos.

5.5.3. Aspectos Relevantes

5.5.3.1. Ausência de registro na Contabilidade Geral do Estado

Da análise da gestão dos “Ativos do Banestado”, a partir do trabalho desenvolvido pela 5ª Inspeção de Controle Externo, foram identificadas diversas fragilidades e deficiências, que não é o caso de detalhamento neste relatório.

Contudo, é de relevo destacar um dos principais pontos levantados: a ausência de registro de todas as operações envolvendo a gestão dos ativos (receitas, despesas e movimentações patrimoniais), na Contabilidade Geral do Estado.

A AFPR alegou que o registro na Contabilidade Geral do Estado é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, e que para isso fornece mensalmente o balanço dos Ativos. De fato, é competência da SEFA, contudo, constatou-se que a AFPR passou a fornecer as informações mensais somente a partir de dezembro de 2007. Vale mencionar que a Secretaria de Estado da Fazenda esclareceu que os dados contábeis repassados pela AFPR não possibilitam a contabilização nos moldes públicos [Lei 4.320/1964]. Complementarmente, informou que solicitou à AFPR as adequações necessárias, e tão logo sejam recebidas, efetuarão as inscrições contábeis pertinentes.

Com vistas a demonstrar o montante dos recursos envolvidos e as demonstrações patrimoniais, as tabelas seguintes revelam as receitas arrecadadas, as despesas realizadas e a situação patrimonial.

TABELA 46

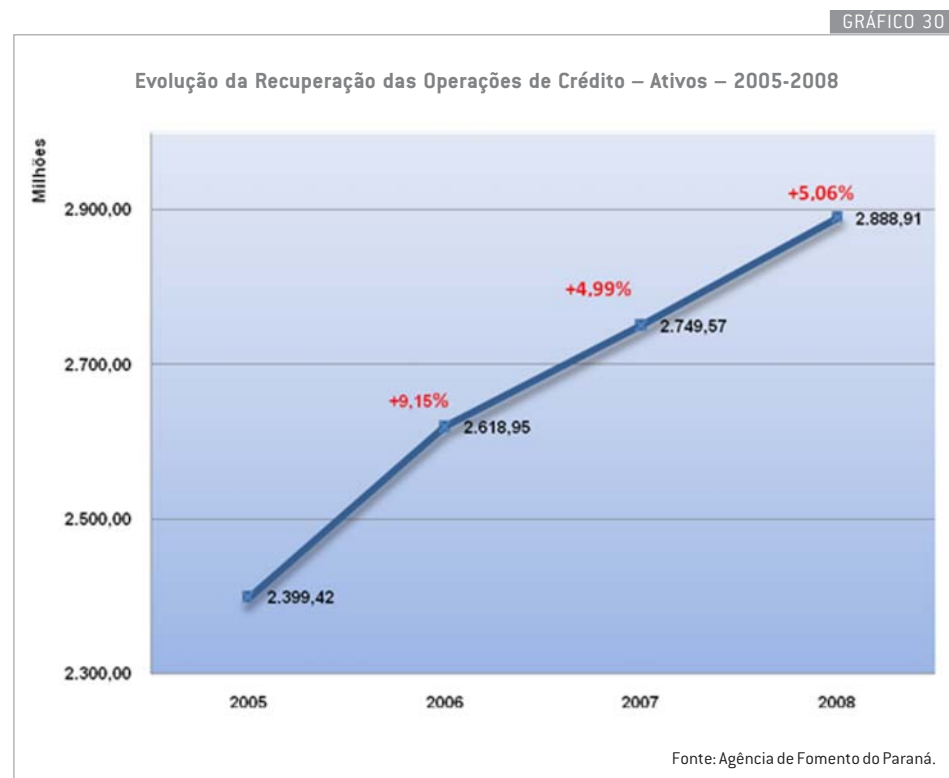
Apuração de Resultados – 2005-2008				
CONTAS	EXERCÍCIO			
	2005 R\$	2006 R\$	2007 R\$	2008 R\$
RECEITAS	285.890.277,42	390.175.454,24	213.085.560,94	241.252.073,52
OPERACIONAIS				
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
Rendas de Empréstimos	114.137.732,53	(72.494.547,14)	0,00	0,00
Rendas de Financiamentos	170.826.501,97	462.838.763,94	211.394.579,06	215.027.441,89
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimentos	0,00	0,00	0,00	953.644,10
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				
Rendas de Outros Serviços	300,00	450,00	400,00	1.151,03
OUTRAS OPERACIONAIS				
Outras Rendas Operacionais	368.656,02	173.181,68	872.282,54	25.269.836,50
NÃO OPERACIONAIS				
LUCROS TRANSAÇÕES VALORES BENS				
Lucro na Alienação de Bens	557.086,90	(342.394,24)	818.299,34	0,00
DESPESAS	188.146.555,77	186.757.702,27	56.848.776,56	63.664.362,44
OPERACIONAIS				
ADMINISTRATIVAS				
Água, Energia e Gás	1.650,88	0,00	1.411,99	0,00
Comunicações	54.052,44	34.286,42	17.158,60	14.128,75
Manutenção e Conservação de Bens	757,50	15.965,00	68.776,67	133.712,73
Material	0,00	7,20	0,00	0,00
Pessoal - Benefícios	0,00	0,00	10.169,93	96.757,14
Pessoal - Proventos	0,00	0,00	96.645,40	898.341,21
Processamento de Dados	0,00	333,25	27.543,71	492.762,46
Publicações	0,00	42.517,00	2.398,00	723,70
Serviços Sistema Financeiro	174.884.293,94	98.669.804,37	551,46	2.070,02
Serviços de Terceiros	13.091.687,35	21.570.142,41	180.763,55	0,00
Serviços de Vigilância e Segurança	1.342,07	15.910,16	24.490,41	0,00
Serviços Técnicos Especializados	54.839,82	30.600,00	23.571,24	39.315,88
Transportes	0,00	14.527,73	11.398,26	0,00
Tributárias	1.333,25	8.250,20	3.692,25	0,00
Viagem no País	0,00	0,00	0,00	33,59
Outras Administrativas	56.598,52	58.247,99	1.945.800,59	1.451.936,84
OUTRAS OPERACIONAIS				
Descontos Concedidos em Renegociação	0,00	14.049.773,59	45.276.476,56	57.364.840,83
Multas e Juros Moratórios de Obrigações Tributárias	0,00	0,00	0,00	150,00
Anistias	0,00	52.246.052,43	3.741.096,39	3.010.541,65
Descontos Concedidos	0,00	0,00	5.298.684,55	159.047,64
NÃO OPERACIONAIS				
Prejuízos na Alienação de Bens Não de Uso	0,00	1.284,52	118.147,00	0,00
RESULTADO	97.743.721,65	203.417.751,97	156.236.784,38	177.587.711,08

Fonte: Agência de Fomento do Paraná.

Posição dos Balanços Patrimoniais – 2005-2008

CONTAS	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	CONTAS	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
	R\$	R\$	R\$	R\$		R\$	R\$	R\$	R\$
ATIVO	2.402.710.189,71	2.640.105.228,81	2.792.786.021,13	2.920.407.405,72	BENS NÃO DE USO PRÓPRIO -				
CIRCULANTE E LONGO PRAZO	2.401.914.589,63	2.639.934.128,81	2.792.786.021,13	2.920.407.405,72	RECEBIDOS CONTRATO "F"	-	6.889.264,12	6.681.518,82	6.681.518,82
DISPONÍVEL	2.200.147,17	4.465.671,42	20.059.361,49	7.673.311,25	BENS NÃO DE USO PRÓPRIO -				
BANCOS CONTA MOVIMENTO	161.232,78	2.051.956,42	1.104,87	33.350,84	RECEBIDOS DEMAIS CONTRATOS	-	-	107.850,00	107.850,00
BANCOS CONTA APLICAÇÃO	2.038.914,39	2.413.715,00	20.058.256,62	7.639.960,41	PERMANENTE	171.100,00	171.100,00	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	2.399.416.362,67	2.618.946.255,45	2.749.567.102,20	2.888.912.666,33	OUTROS INVESTIMENTOS	171.100,00	171.100,00	-	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.348.936.275,68	2.566.372.491,78	2.699.420.844,10	2.838.792.858,23	IMÓVEIS	171.100,00	171.100,00	-	-
CRÉD. LIQ. FOMENTO	377.760.233,50	-	-	-	COMPENSAÇÃO	624.500,08	-	-	-
BNDES AUTOMÁTICO	256.772.516,55	-	-	-	TÍTULOS EM COBRANÇA DIRETA	624.500,08	-	-	-
FINAME	607.105.346,85	-	-	-	CONVÊNIO Nº 01/03 BADEP	624.500,08	-	-	-
RENEGOCIAÇÃO	744.285.790,42	-	-	-	PASSIVO	2.402.710.189,71	2.640.105.228,81	2.792.786.021,13	2.920.407.405,72
OUTROS/BEP	74.843.674,26	67.785.252,30	67.785.252,30	67.785.252,30	CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	27.845.712,83	35.574.870,10	32.393.697,73	6.551.655,25
RENEGOCIAÇÃO DECRETO 3764	170.520.014,64	139.230.884,84	-	-	OBRIGAÇÕES DIVERSAS A PAGAR	27.845.712,83	35.574.870,10	32.393.697,73	6.551.655,25
CONVÊNIO Nº 01/03 - BADEP	30.666.694,33	28.762.455,24	-	-	COMISSÕES A PAGAR AGÊNCIA DE FOMENTO	25.077.077,47	29.735.430,02	27.168.530,05	1.361.749,77
OUTROS FINANCIAMENTOS	86.982.005,13	3.232.482,67	-	-	COMISSÃO P/AUMENTO DE CAPITAL	25.019.957,89	29.287.400,32	25.269.836,49	1.361.749,77
FINANC. ORIGINAIS BANCO	-	-	-	-	TAXA ADMINISTRATIVA	57.119,58	448.029,70	1.898.693,56	-
ESTADO DO PARANÁ - ATIVOS PR	-	2.213.455.134,43	2.452.216.154,49	2.552.909.687,51	IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	885,73	-	-	492,97
FINANC. RENEGOCIADOS AFPR - ATIVOS PR	-	113.906.282,30	179.419.437,31	218.097.918,42	IOF A RECOLHER	335,92	-	-	-
PRECATÓRIOS	50.480.086,99	52.573.763,67	50.119.808,10	50.119.808,10	IRRF A RECOLHER	78,23	-	-	197,16
TÍTULOS PRECATÓRIOS	52.064.300,14	54.157.976,82	51.704.021,25	51.704.021,25	PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER	471,58	-	-	295,81
(-) DIREITOS DE TERC. A COMPENSAR	(1.584.213,15)	(1.584.213,15)	(1.584.213,15)	(1.584.213,15)	CREDORES DIVERSOS PAÍS	2.767.749,63	5.839.440,08	5.225.167,68	5.189.412,51
VALORES TRANSITÓRIOS	-	-	26.450,00	-	OUTROS PAGAMENTOS	-	-	133.265,89	140.617,32
OUTROS CRÉDITOS	298.079,79	9.632.937,82	16.370.188,62	17.032.059,32	CREDORES DIVERSOS	2.201.828,07	2.728.693,62	1.996.652,39	1.978.095,79
RENDAS A RECEBER	31.877,65	18.247,13	787,44	787,44	RENEGOCIAÇÕES A CLASSIFICAR	565.921,56	795.786,46	757.089,40	757.089,40
CESSÃO CRÉDITOS BRDE	18.247,13	18.247,13	-	-	CREDORES - LEILÃO DE BENS NÃO DE USO	-	2.309.010,00	2.311.710,00	2.313.610,00
DESP. COM EXECUÇÃO DE GARANTIAS	-	-	-	-	OUTRAS CONTAS	-	5.950,00	26.450,00	-
A RECUPERAR	12.380,00	-	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.374.864.476,88	2.604.530.358,71	2.760.392.323,40	2.913.855.750,47
CRÉDITOS A RECEBER BANESTADO	977,01	-	787,44	787,44	ATIVOS REPASSADOS P/AGÊNCIA	1.703.668.961,60	1.732.363.861,84	1.732.363.861,84	1.708.239.577,83
CUSTAS E DESPESAS DE	-	-	-	-	ATIVOS REPASSADOS P/AGÊNCIA	1.757.877.911,67	1.786.572.811,91	1.786.572.811,91	1.773.412.143,98
MUTUÁRIOS A RECEBER	273,51	-	-	-	(-) REPASSES P/ESTADO DO PARANÁ	(54.208.950,07)	(54.208.950,07)	(54.208.950,07)	(65.172.566,15)
DIVERSOS	266.202,14	9.614.690,69	16.369.401,18	17.031.271,88	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	671.195.515,28	872.166.496,87	1.028.028.461,56	1.205.616.172,64
ADIANTAMENTO DE VALORES	-	925,15	925,15	148,75	DE EXERCÍCIOS ENCERRADOS	375.933.075,10	375.932.098,09	822.231.503,35	978.468.287,73
IOF A RECUPERAR	-	98,43	-	-	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	49.918.663,83	49.918.663,83	49.560.173,83	49.560.173,83
BENS VENDIDOS A RECEBER	266.202,14	-	1.047.243,47	1.591.338,12	RESULTADO DO EXERCÍCIO	231.353.932,21	434.771.684,18	156.236.784,38	177.587.711,08
TÍTULOS E CRÉD. RECEBER S	-	-	-	-	CONTAS DE APURAÇÃO E ENCERRAMENTO	13.989.844,14	11.544.050,77	-	-
EM CONCESSÃO DE CRÉDITO	-	9.613.667,11	15.321.232,56	15.439.785,01	VALORES A REGULARIZAR	13.989.844,14	11.544.050,77	-	-
CONVÊNIO BADEP 01/03	-	311.952,08	25.015,97	143.568,42	FLORESTAS / AMBIENTAL	11.544.050,77	11.544.050,77	-	-
PRECATÓRIOS	-	9.301.715,03	15.296.216,59	15.296.216,59	DOCUMENTOS A CLASSIFICAR	2.445.810,00	-	-	-
OUTROS VALORES E BENS	-	6.889.264,12	6.789.368,82	6.789.368,82	TRANSFERÊNCIA BADEP A REGULARIZAR	(16,63)	-	-	-

Da análise dos dados anteriores, um ponto que merece destaque diz respeito à parcela mais representativa do Ativo, as operações de crédito, que não sofrem variação significativa ao longo dos últimos 4 anos, demonstrando baixa efetividade na gestão de recuperação dos créditos, conforme se revela no gráfico que segue.



Na tabela adiante, pode-se verificar que os saldos contábeis das contas correspondentes aos Ativos do Banestado não sofreram modificação no período de 2005 a 2008, evidenciando a ausência dos registros das operações realizadas, conforme mencionado anteriormente.

TABELA 48

Registros Contábeis do Estado – 2005-2008

CÓD. CONTÁBIL E SUBCONTA	DESCRIÇÃO	31/12/2005 R\$	31/12/2006 R\$	31/12/2007 R\$	31/12/2008 R\$
5000.0000	ATIVO PERMANENTE				
5400.0000	VALORES				
5490.0000	VALORES DIVERSOS				
5499.0000	OUTROS VALORES				
9914.9337	Bens Não de Uso	7.891.621,96	7.891.621,96	7.891.621,96	7.891.621,96
9914.9345	Carteira de Desenvolvimento	711.460.099,85	711.460.099,85	711.460.099,85	711.460.099,85
9914.9299	CDI / BADEP / COCELPA	380.965.593,42	380.965.593,42	380.965.593,42	380.965.593,42
9914.9329	Créditos de Baixa Liquidez	278.802.000,00	278.802.000,00	278.802.000,00	278.802.000,00
9914.9302	Grupo Atalla	38.592.895,02	38.592.895,02	38.592.895,02	38.592.895,02
9914.9310	Reflorestadora Banestado	47.717.000,00	47.717.000,00	47.717.000,00	47.717.000,00
	TOTAL	1.465.429.210,25	1.465.429.210,25	1.465.429.210,25	1.465.429.210,25

Fonte: Relatórios do SIAF.

5.5.3.2. Fragilidade no Controle dos Bens

Outro aspecto relevante abordado no trabalho de fiscalização da 5ª Inspeção de Controle Externo, no exercício de 2008, concerne à inexistência de inventário atualizado e confiável dos ativos.

A Inspeção destacou que o fato originou-se já na celebração do contrato entre o Estado do Paraná e o Banco Itaú, tendo em vista que não foi anexado ou registrado em cartório o “Termo de Encaminhamento e Recebimento”, previsto contratualmente, onde deveria constar a relação de todos os “bens” incluídos na operação, devidamente atualizados.

Em relação ao inventário, a atual direção da AFPR alegou que não aceita como entregues os bens a partir da assinatura do contrato de gestão, em função de que muitos informados como entregues não foram localizados. Ponderou, também, que o próprio Banestado/Itaú reconhece o direito do Estado ser ressarcido no caso de bens não localizados. Por isso, entendem que a responsabilidade efetiva pela gestão dos Ativos inicia-se no momento que o Estado tem a plena posse dos bens, direitos e obrigações.

A Inspeção, à época da fiscalização, discordou desse entendimento, ponderando que não é o que determinam os termos contratuais. O processo de transição dos bens, direitos e obrigações adquiridas pelo Estado, decorrente da “monetização” dos ativos do Banestado, foi concluído a partir do momento em que se encerrou o prazo de 60 (sessenta) dias para a prestação de contas definitiva e entrega dos bens, direitos e documentos representativos dos créditos, estabelecidos nos Instrumentos Particulares de Cessão e Direitos, ou seja, **na data de 31/03/2001**.

Por ocasião da auditoria, a AFPR afirmou que *“a ausência de uma prestação de contas clara e concisa do Banestado, contendo informações quanto à identificação (relatórios de vistoria, fotos, etc.) e localização dos Bens, dentre outros, aliada à constatação de alguns casos de não-prestação de contas, resulta impossível determinar a totalidade dos Bens atualmente na posse do Estado do Paraná.”* [grifo nosso]

Embora o órgão alegue que não tinha estrutura à época que assumiu a gestão dos ativos, entende-se que não existe justificativa para o desconhecimento da composição dos BENS, DIREITOS e OBRIGAÇÕES até a presente data. O fato é que o órgão deixou passar muito tempo para efetuar o inventário, não tomando as medidas cabíveis, inclusive de exigir junto ao Banestado/Itaú as devidas garantias ou até mesmo denunciar a gestão anterior.

Posto isso, é fato que existe desconhecimento da composição dos bens, direitos e obrigações, e diversamente do que compreende o órgão, a AFPR é responsável sobre a conservação e gerenciamento desde o momento em que foi assinado o contrato de gestão.

5.5.4. Considerações Finais e Recomendações

Diante de todo exposto, pode-se concluir pela ausência total de transparência dos atos da AFPR, no que diz respeito à gestão dos Ativos.

Importante consignar que, apesar deste relatório expor os dados a partir de 2005, todas as correções necessárias deverão ser procedidas desde o exercício de 2001, data em que ocorreu a transferência dos ativos ao Estado.

Face ao exposto, recomenda-se que o Estado:

- a) determine medidas no sentido de que todas as operações relativas ao contrato de gestão firmado com o Governo do Estado sejam registradas no orçamento e na Contabilidade Geral do Estado;
- b) exija da AFPR um plano e cronograma para realização de inventário completo e atualizado dos Ativos do Estado;
- c) realize auditoria específica e detalhada sobre os ativos do Banestado, a fim de levantar a real situação e adotar as medidas necessárias e urgentes para maior transparência das ações.

5.6. Tecnologia da Informação

5.6.1. Atuação da COSIT

A Comissão dos Sistemas de Informação e Telecomunicações do Estado - COSIT, vinculada a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, foi instituída pelo Decreto nº 1.604 e regulamentada pelo Decreto nº 1605, ambos de 18/07/2003, com a finalidade de integrar todos os Sistemas de Informações e Telecomunicações da Administração Estadual, e coordenar a sua operacionalidade.

Tendo em vista suas competências, foi solicitado à COSIT o resultado dos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2008, bem como as diretrizes, políticas, planos estratégicos e de metas, acompanhamento dos indicadores de desempenho, dentre outros documentos.

Da análise efetuada destaca-se que a COSIT não está desempenhando suas competências, conforme estabelece o Decreto de criação. Na prática, seu trabalho está quase que exclusivamente focado na análise dos processos de aquisição de hardwares/software e contratação de serviços de informática, atuando basicamente como uma mera homologadora.

Sobre o assunto, a COSIT, através do ofício nº 0198/2009-COSIT, apresentou inúmeras ponderações, sendo as principais resumidas a seguir:

- A comissão foi criada, em meados de 2003, através de legislação que permitiu ao Estado do Paraná contar com um dos mais reconhecidos sistemas de controle e acompanhamento dos gastos governamentais nas áreas das Tecnologias da Informação e Telecomunicação;
- O Grupo Executivo não havia sido instalado até o final de 2008, com previsão para composição e início de operação a partir de junho de 2009;

- Pondera que a legislação que estabelece o funcionamento da COSIT já tem seis anos e precisa ser aperfeiçoada para reforçar ainda mais os aspectos de efetiva significância para a política governamental de desenvolvimento da informática pública. Nesses anos, várias complementações à legislação foram providas por decretos, resoluções e ofícios circulares;
- Alega que apesar de não ter sido criado nenhum instrumento formal e sistemático para divulgação de diretrizes, quando os processos de aquisições são analisados, a Secretaria Executiva repassa orientações aos órgãos. Outras orientações têm sido repassadas por correio eletrônico, atendendo a consultas. Ainda, na página da COSIT, na internet, existem orientações sobre a constituição dos processos de aquisições e orientações diversas.

Cabe mencionar que, no relatório de fiscalização referente ao exercício de 2006, a 6ª Inspeção de Controle Externo já havia constatado deficiências na atuação da comissão e recomendado medidas saneadoras. Por essa razão, considera-se injustificado que, até o presente momento, a COSIT não tenha desempenhado sua função de acordo com o estabelecido em lei.

Com intuito de avaliar a atuação da comissão, como o trabalho está basicamente restrito à análise de processos de aquisição e contratações de serviços de Tecnologia de Informação e Telecomunicações, foram solicitados os dados mostrados nas tabelas seguintes.

TABELA 49

TIPO DE LICITAÇÃO	QTDE.	PROPOSTO [1] R\$	APROVADO [2] R\$	DIFERENÇA [2-1] R\$
Aditamento	29	7.058.740,62	7.058.740,62	0,00
Carta Convite	8	336.190,54	336.190,54	0,00
Concorrência	11	27.421.696,55	27.421.696,55	0,00
Dispensa	17	83.094,83	81.656,47	1.438,36
Inexigibilidade	18	9.405.520,79	9.405.520,79	0,00
Pregão Eletrônico	106	59.786.429,86	59.621.866,42	164.563,44
Pregão Presencial	15	63.667.040,63	63.580.675,63	86.365,00
Registro de Preços	90	13.117.525,44	12.808.279,38	309.246,06
Não se aplica	4			0,00
Total	298			561.612,86

Fonte: COSIT.

TABELA 50

ÓRGÃO	QTDE.	PROPOSTO [1] R\$	APROVADO [2] R\$	DIFERENÇA [2-1] R\$
Casa Civil	5	44.405,85	44.405,85	0,00
CCC	1	6.561,70	6.561,70	0,00
COHAPAR	2	3.283.326,88	3.283.326,88	0,00
COMPAGAS	5	445.620,34	375.830,34	69.790,00
COPEL	77	102.095.335,07	101.916.676,55	178.658,52
DETRAN	4	4.398.881,14	4.398.881,14	0,00
PGE	3	389.115,30	389.115,30	0,00
SANEPAR	4	2.085.046,95	2.085.046,95	0,00
SEAB	22	1.192.330,19	1.170.141,55	22.188,64
SEAE	19	16.333.575,08	16.333.575,08	0,00
SEAP	6	2.309.447,92	2.309.447,92	0,00
SECJ	3	492.527,44	321.590,42	170.937,02
SECS	3	29.677,70	29.677,70	0,00
SEDU	4	345.507,98	345.507,98	0,00
SEEC	9	1.422.661,15	1.422.661,15	0,00
SEED	5	293.869,44	293.869,44	0,00
SEFA	13	3.452.921,90	3.389.524,90	63.397,00
SEIM	7	213.902,92	213.902,92	0,00
SEJU	7	522.185,92	522.185,92	0,00
SEMA	1	29.960,00	29.960,00	0,00
SEOP	2	112.336,80	112.336,80	0,00
SEPL	5	365.129,14	365.129,14	0,00
SESA	19	1.285.283,63	1.280.661,83	4.621,80
SESP	14	19.436.406,37	19.392.041,09	44.365,28
SETI	30	17.922.779,70	17.915.125,10	7.654,60
SETP	9	492.341,93	492.341,93	0,00
SETR	18	1.850.194,40	1.850.194,40	0,00
SETU	1	24.906,42	24.906,42	0,00
Total	298	180.876.239,26	180.314.626,40	561.612,86

Fonte: COSIT.

Como pode ser observado na tabela anterior, os 298 processos analisados, no montante de R\$ 180.314.626,40, resultaram em uma economia de R\$ 561.612,86, que representa apenas 0,31% do total submetido à apreciação da comissão.

Diante do relatado, conclui-se que:

- A COSIT não está desempenhando suas competências, conforme estabelece o Decreto nº 1605. Na prática, seu trabalho está quase que exclusivamente focado na análise dos processos de aquisição de hardwares/software e contratação de serviços de informática, atuando basicamente como uma mera homologadora;
- Os Planos Estratégico dos Sistemas de Informação e Telecomunicações Plurianual - PESIT e de Metas Anual - PMA, "produtos" básicos e essenciais para a orientação das ações da comissão, que, inclusive, estão previstos em decreto, não foram desenvolvidos;
- Inexistência de registro e acompanhamento dos objetivos e metas atingidas, como, por exemplo, através da medição de indicadores;
- Não foi criada ou divulgada metodologia para elaboração e acompanhamento dos Planos Setoriais dos Sistemas de Informação e Telecomunicações;
- Inexistência de atuação da comissão nas discussões sobre a importância estratégica da Tecnologia da Informação para o Governo.

Cabe recomendar que o Governo reavalie a atuação da comissão, com vistas à reestruturação, de forma a passar a desempenhar seu papel de acordo com a exigência legal, ou até a sua extinção.

5.6.2. Controle dos Gastos de Tecnologia da Informação

As organizações públicas têm buscado o uso, cada vez mais intenso e amplo, da Tecnologia da Informação (TI) e, por essa razão, os investimentos e dependência são cada vez maiores.

Devido à grande dependência da TI e também aos altos investimentos nos projetos e manutenção, é fundamental que a administração tenha total conhecimento e controle sobre os gastos, com vistas a minimizar os custos através de uma melhor gestão.

Nesse sentido, com o objetivo de verificar os gastos em Tecnologia da Informação, no exercício de 2008, e como é efetuado o controle, solicitou-se informações ao Governo do Estado.

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) forneceu relatório apontando o total de valores empenhados e pagos, por subelemento de despesa, que compõem os gastos em Tecnologia da Informação.

TABELA 51

Gastos com Tecnologia da Informação – por Subelemento de Despesa - 2008				
SUBELEMENTO	DESCRIÇÃO	FONTE	EMPENHADO R\$	PAGO R\$
3033	Material de Consumo – Material de Informática	Tesouro	4.761.369,94	3.686.253,73
		Outras Fontes	2.460.516,39	2.064.347,53
3946	Outros Serviços de Terceiros – Locação de Equipamentos de Informática	Tesouro	48.402,30	24.341,30
		Outras Fontes	92.960,98	84.790,98
3949	Outros Serviços de Terceiros – Locação e Permissão de Uso de Softwares	Tesouro	136.943,79	79.138,79
		Outras Fontes	619.586,95	538.096,97
3952	Outros Serviços de Terceiros – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	Tesouro	772.130,06	475.345,45
		Outras Fontes	310.509,87	138.853,32
3963	Outros Serviços de Terceiros – Despesas de Teleprocessamento	Tesouro	24.611.490,48	19.512.213,85
		Outras Fontes	2.183.614,23	1.523.579,16
5214	Equipamentos e Material Permanente – Aparelhos e Equipamentos de Informática	Tesouro	21.521.972,71	3.157.830,11
		Outras Fontes	8.894.255,94	3.853.742,23
Total			66.413.753,64	35.138.533,43

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL).

Na análise do dados da SEPL, constatou-se que os subelementos agregadores das despesas de TI também incluem gastos que não dizem respeito diretamente à área, como: serviços de áudio, vídeo e foto, e TV a cabo.

Em que pese a informação da SEPL, levantou-se junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) as despesas com TI registradas na subfunção 126, resultando nos dados demonstrados na tabela a seguir:

TABELA 52

Gastos com Tecnologia de Informação – Subfunção 126 - 2008			
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO LOA R\$	ORÇAMENTO FINAL R\$	EMPENHADO R\$
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES	10.685.090,00	11.997.777,00	11.357.530,07
Atividade 2330.04126222.032 Informações Estatísticas – IPARDES	924.950,00	892.830,00	810.009,18
Atividade 2330.04126222.033 Gerenciamento da Estrutura Administrativa do IPARDES	9.473.240,00	10.796.952,00	10.281.600,94
Atividade 2330.04126222.086 Administração de Serviços de Telefonia e Informática – IPARDES	286.900,00	307.995,00	265.919,95
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL - SEIM	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00
Atividade 6102.04126112.366 Sistema de Informação a Investidores e Mercados	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SEAE	450.240,00	930.823,00	673.203,39
Atividade 7901.19126222.403 Promoção, Coordenação e Manutenção de Ações Estratégicas – SEAE	80.970,00	82.519,00	9.435,12
Atividade 7901.04126222.404 Gerenciamento da Estrutura Administrativa da SEAE	369.270,00	848.304,00	663.768,27
Total	12.155.330,00	13.948.600,00	12.030.733,46

Fonte: SIAF – SIA112E – Demonstrativo da Execução da Despesa – Geral – por função e subfunção – Total do estado.
Nota: Foram consideradas as despesas realizadas na subfunção 126 – Tecnologia da Informação.

Conforme pode ser observado na tabela anterior, poucos órgãos orçaram e registraram as despesas em Tecnologia da Informação, na subfunção 126. No exercício de 2008, as despesas nessa categoria totalizaram R\$ 12.030.733,46, representando aproximadamente 18% do valor informado pela SEPL (Tabela 51).

Na Lei Orçamentária Anual para a subfunção 126, houve previsão apenas em três órgãos: IPARDES, SEAE e SEIM. Na SEAE, constatou-se que foi empenhado o valor total de R\$ 663.768,27, sendo que estão relacionados ao gerenciamento da estrutura administrativa.

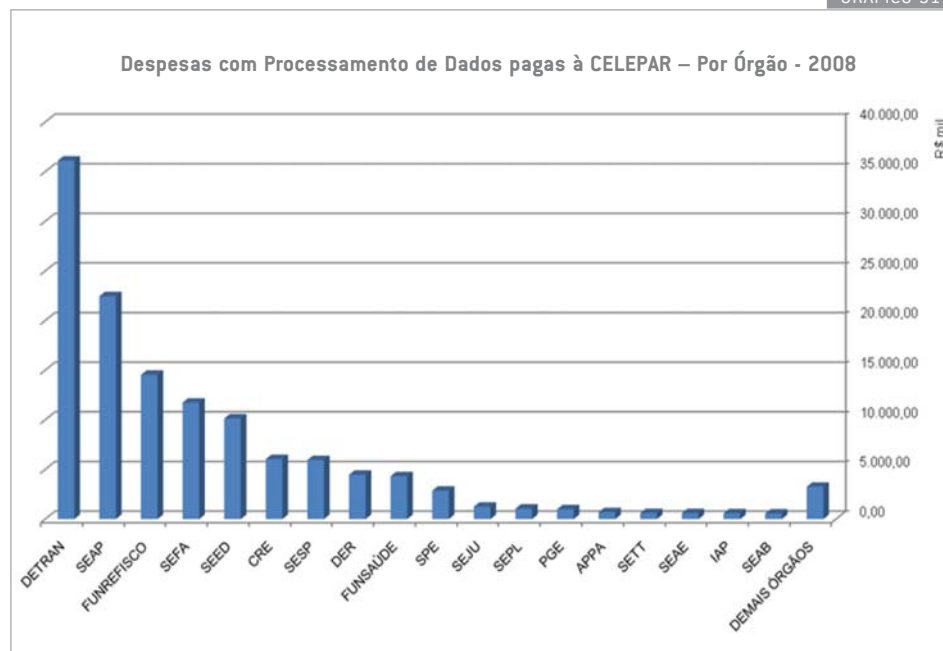
Quanto ao IPARDES, observa-se que, na subfunção 126 (Tecnologia da Informação), foram apropriadas despesas que não se referem especificamente à TI.

TABELA 53

Despesas com Processamento de Dados pagas à CELEPAR pelo Poder Executivo - 2008	
ÓRGÃO	VALOR R\$
Chefia do Poder Executivo	2.862.907,94
Departamento de Imprensa Oficial do Estado Do Paraná - DIOE	391.657,91
Procuradoria Geral do Estado	993.500,00
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	1.055.219,03
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES	197.468,38
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	22.449.740,89
Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP	46.800,00
Secretaria de Estado da Fazenda	11.729.121,38
Coordenação da Receita do Estado - CRE	6.044.460,00
Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO	14.527.712,02
Secretaria de Estado de Obras Públicas	300.000,00
Secretaria de Estado da Comunicação Social	256.534,96
Secretaria de Estado da Segurança Pública	5.949.102,00
Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN	36.106.500,00
Secretaria de Estado da Educação	10.136.037,70
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	220.800,00
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO	4.284,80
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR	36.082,13
Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE	4.324.400,08
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	1.250.747,00
Secretaria de Estado da Cultura	293.522,24
Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE	85.984,62
Biblioteca Pública do Paraná - BPP	84.377,31
Centro Cultural Teatro Guaíra - CCTG	114.703,11
Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social	606.914,35
Secretaria de Estado da Criança e da Juventude	340.940,94
Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul	94.716,71
Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR	230.000,00
Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR	29.258,99
Secretaria de Estado do Turismo	24.409,90
Centro de Convenções de Curitiba S/A - CCCTBA	5.610,31
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	552.839,07
Instituto Agrônomico do Paraná - IAPAR	16.125,06
Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER	69.106,48
Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA/PR	24.967,58
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	11.901,87
Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC	11.200,00
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	233.588,51
Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA	44.298,74
Instituto Ambiental do Paraná - IAPA	575.748,36
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC	76.000,00
Secretaria de Estado dos Transportes	15.567,07
Departamento de Estradas de Rodagem - DER	4.462.601,67
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA	695.000,00
Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos	600.000,00
Total	128.182.459,11

Fonte: SIAF. - Nota: Despesas empenhadas.

GRÁFICO 31



Extrai-se dos dados acima expostos, que a despesa total empenhada à Celepar, pelo Poder Executivo, representa apenas 51,81% do montante dos gastos informado pela SEPL, o que evidencia que existem divergências quanto aos valores efetivamente despendidos com TI.

Face ao exposto, conclui-se que o Governo do Estado não possui um controle adequado sobre os gastos com Tecnologia da Informação. Dessa forma, recomenda-se:

1. Determinar à SEPL que elabore proposta de alteração do Orçamento Geral do estado com a finalidade de permitir a identificação clara, objetiva e transparente da previsão dos gastos em Tecnologia da Informação (TI), considerando a possibilidade da criação de um ou mais projetos ou atividades que agreguem as despesas relacionadas à TI;
2. Determinar à SEPL que elabore proposta de alteração do Orçamento Geral do Estado com a finalidade de permitir a identificação clara, objetiva e transparente da previsão e da execução dos gastos de Tecnologia da Informação (TI), considerando a alteração dos subelementos, agregando somente bens e serviços de TI.

5.6.3. Terceirização dos serviços de Tecnologia da Informação

5.6.3.1. Sistema Integrado de Administração Financeira

O Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) é a ferramenta informatizada de gestão financeira do Governo do Estado do Paraná, implementado pela primeira vez em 1991. É formado por um conjunto de sistemas integrados que apoiam as fases de elaboração, execução e controle do ciclo orçamentário.

É por meio do SIAF que a Administração Financeira do Estado controla, contabiliza e registra a execução financeira, orçamentária e patrimonial das diversas unidades integrantes da estrutura pública.

Desde sua implantação o sistema sofreu várias evoluções, uma grande em 1997, quando foram implementadas uma série de melhorias nas funcionalidades existentes e incorporada a administração dos fundos, e outra em 2003, quando foi implantado o portal do SEFANET.

Apesar de continuar sendo uma ferramenta eficaz no controle da execução orçamentária e financeira do Estado, é de conhecimento pleno que o SIAF precisa passar por um processo de modernização, principalmente em função da dificuldade de obtenção de informações gerenciais, alto custo de manutenção e limitações de expansões devido a complexidade tecnológica.

Com base nas limitações citadas, dentre outras existentes, é premente a reformulação do SIAF para adaptação à nova realidade da tecnologia da informação, atendimento às crescentes demandas dos usuários e, também, frequentes necessidades de adaptação às legislações que regem e normatizam os gastos públicos.

Dada a complexidade do sistema e as atuais dificuldades de expansão, cada vez mais se recorre à soluções paralelas, tanto para complementação e tratamento de dados, como para produção de informações gerenciais, ocasionando algumas vezes situações de retrabalho.

A própria Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, gestora do SIAF, reconhece a necessidade de atualização, já tendo, inclusive, iniciado os estudos para reconstrução de uma nova solução.

Em resposta às solicitações da 5ª ICE (ofício no 12/2009, de 26/01/09), a SEFA apresentou justificativas (protocolo no 07.385.975-1) para o desenvolvimento do novo sistema de Gestão Financeira do Estado (FINANÇASPR), demonstrando as principais deficiências atuais do SIAF, com destaque para:

- a) a ausência de informações para gestão, uma vez que a concepção do sistema foi voltada mais para aspectos operacionais;
- b) a complexidade de manutenção devido a incorporação de entidades usuárias não previstas inicialmente, heterogeneidade da plataforma tecnológica, utilização de softwares proprietários e problemas de performance que inviabilizam soluções para o ambiente web;
- c) a dificuldade na retenção do conhecimento do negócio e da tecnologia mainframe em função da rotatividade de pessoal e aposentadorias de técnicos mais experientes.

Segundo a SEFA, no projeto do novo sistema deverá ser levado em consideração, principalmente, as necessidades de informações gerenciais, facilidades para o fechamento e abertura de exercício, melhoria da interface com usuário, melhoria da performance, alta disponibilidade e segurança dos dados, uniformização da plataforma e facilidades para manutenção.

5.6.3.2. Contratos de prestação de serviços com a Celepar

Além da modernização do SIAF, existem outros aspectos, relacionados com a terceirização em tecnologia de informação, especialmente no que diz respeito aos contratos com a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, que merecem ser revisados.

É fato histórico que os documentos que suportam os pagamentos realizados à CELEPAR são insuficientes e a discriminação dos serviços é extremamente genérica. Na verdade, a falta de informações mais detalhadas reflete a insuficiência dos controles aplicáveis à gestão do contrato com a empresa, evidenciada, principalmente, pelas deficiências resumidamente relacionadas:

- a) A prestação de serviço é fundamentada em um contrato “guarda-chuva”, onde a remuneração, no caso de desenvolvimento e manutenção de sistemas, está baseada quase que exclusivamente na “locação de mão-de-obra”;
- b) Os serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas (projeto, análise, construção, programação, etc.) são cobrados por homem/hora sem acompanhamento rigoroso da demanda de serviço, o que pode resultar no pagamento de horas de disponibilidades não produtivas dos profissionais no órgão, em vez de remunerar unicamente os serviços efetivamente realizados e entregues;
- c) As notas fiscais não discriminam o nome dos projetos ou sistemas e não são acompanhadas de peças necessárias à comprovação de que o objeto foi devidamente executado, como relatórios de medição, termos de aceitação e produtos contratados;
- d) Nas cobranças de serviços de produção (por exemplo: registro de credores, empenhos, liquidações e pagamentos), observou-se que não existe uma política que iniba a prática de realização de despesas com custo menor que o processamento.

A título de exemplificação do montante despendido na manutenção e operacionalização do SIAF, a tabela a seguir coteja os valores pagos à Celepar somente pela SEFA, no exercício de 2008.

TABELA 54

Faturamento dos Serviços do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro - 2008

Nº NOTA FISCAL	MÊS REF	VALOR TOTAL - R\$	QTDE.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT. - R\$	VALOR TOTAL - R\$	Nº NOTA FISCAL	MÊS REF	VALOR TOTAL - R\$	QTDE.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT. - R\$	VALOR TOTAL - R\$
62377	09/07	644.375,85	239.040	Credores	1,75	418.320,00	63546	04/08	800.936,12	248.893	Credores	2,34	582.409,62
			26.384	Empenhos	1,44	37.992,96				23.078	Empenhos	1,49	34.386,22
			39.624	Liquidações	2,06	81.625,44				37.287	Liquidações	2,14	79.794,18
			39.509	Pagamentos	1,95	77.042,55				36.805	Pagamentos	2,02	74.346,10
			1	Integr. SIAF	12.376,80	12.376,80				1	Gestão Din. Púb.	30.000,00	30.000,00
			1	Gestão Din. Púb.	17.018,10	17.018,10	63718	05/08	813.804,13	250.453	Credores	2,34	586.060,02
62382	10/07	628.101,48	240.788	Credores	1,75	421.379,00				25.687	Empenhos	1,49	38.273,63
			22.557	Empenhos	1,44	32.482,08				38.814	Liquidações	2,14	83.061,96
			37.010	Liquidações	2,06	76.240,60				37.826	Pagamentos	2,02	76.408,52
			35.182	Pagamentos	1,95	68.604,90				1	Gestão Din. Púb.	30.000,00	30.000,00
			1	Integr. SIAF	12.376,80	12.376,80	63955	06/08	812.263,37	252.244	Credores	2,34	590.250,96
			1	Gestão Din. Púb.	17.018,10	17.018,10				23.039	Empenhos	1,49	34.328,11
62393	11/07	669.894,89	243.322	Credores	1,75	425.813,50				39.096	Liquidações	2,14	83.665,44
			28.931	Empenhos	1,44	41.660,64				36.643	Pagamentos	2,02	74.018,86
			42.815	Liquidações	2,06	88.198,90				1	Gestão Din. Púb.	30.000,00	30.000,00
			43.501	Pagamentos	1,95	84.826,95	64197	07/08	846.065,80	254.028	Credores	2,34	594.425,52
			1	Integr. SIAF	12.376,80	12.376,80				25.792	Empenhos	1,49	38.430,08
			1	Gestão Din. Púb.	17.018,10	17.018,10				44.543	Liquidações	2,14	95.322,02
62401	12/07	659.537,13	245.296	Credores	1,75	429.268,00				43.509	Pagamentos	2,02	87.888,18
			29.916	Empenhos	1,44	43.079,04				1	Gestão Din. Púb.	30.000,00	30.000,00
			41.014	Liquidações	2,06	84.488,84	64438	08/08	851.384,57	255.919	Credores	2,34	598.850,46
			37.593	Pagamentos	1,95	73.306,35				27.669	Empenhos	1,49	41.226,81
			1	Integr. SIAF	12.376,80	12.376,80				41.058	Liquidações	2,14	87.864,12
			1	Gestão Din. Púb.	17.018,10	17.018,10				46.259	Pagamentos	2,02	93.443,18
62694	01/08	605.763,91	245.858	Credores	2,34	575.307,72				1	Gestão Din. Púb.	30.000,00	30.000,00
			71	Empenhos	1,49	105,79	65374	09/08	858.588,81	257.494	Credores	2,34	602.535,96
			92	Liquidações	2,14	196,88				27.905	Empenhos	1,49	41.578,45
			76	Pagamentos	2,02	153,52				45.281	Liquidações	2,14	96.901,34
			1	Gestão Din. Púb.	30.000,00	30.000,00				43.353	Pagamentos	2,02	87.573,06
62699	02/08	629.490,42	246.532	Credores	2,34	576.884,88				1	Gestão Din. Púb.	30.000,00	30.000,00
			1.042	Empenhos	1,49	1.552,58	65787	10/08	865.826,09	259.307	Credores	2,34	606.778,38
			3.068	Liquidações	2,14	6.565,52				28.517	Empenhos	1,49	42.490,33
			7.172	Pagamentos	2,02	14.487,44				45.183	Liquidações	2,14	96.691,62
			1	Gestão Din. Púb.	30.000,00	30.000,00				44.488	Pagamentos	2,02	89.865,76
62964	03/08	766.924,35	247.601	Credores	2,34	579.386,34				1	Gestão Din. Púb.	30.000,00	30.000,00
			15.051	Empenhos	1,49	22.425,99	66331	11/08	888.026,93	261.176	Credores	2,34	611.151,84
			31.952	Liquidações	2,14	68.377,28				32.413	Empenhos	1,49	48.295,37
			33.037	Pagamentos	2,02	66.734,74				47.820	Liquidações	2,14	102.334,80
			1	Gestão Din. Púb.	30.000,00	30.000,00				47.646	Pagamentos	2,02	96.244,92
										1	Gestão Din. Púb.	30.000,00	30.000,00
						Total							11.340.983,85

5.6.3.3. Recomendações

Ante aos fatos apontados, recomenda-se que:

1. O Estado prossiga com a modernização do SIAF, levando em consideração os seguintes aspectos:
 - a) Implantação de mecanismo de gestão dos contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação, que permita a efetiva obtenção dos benefícios, bem como a advertência, multa ou rescisão contratual nos casos devidos;
 - b) No desenvolvimento do projeto do novo sistema discuta com os órgãos responsáveis pelo controle interno e externo, as facilidades que poderiam ser implantadas com vistas a auxiliar suas atividades, desonerando inclusive muito trabalho paralelo feito atualmente.
2. Avalie se o setor de informática da SEFA tem funcionários do quadro próprio em número suficiente para suportar os processos de adoção de tecnologia sem perda de conhecimento crítico. Adote medidas necessárias para prover o setor com quadro permanente de pessoal que seja suficiente para realizar, de forma independente das prestadoras de serviços, o planejamento, a definição, a coordenação, a supervisão e o controle das atividades de informática, com a finalidade de garantir a autoridade e o controle da Administração sobre o funcionamento do setor;
3. Reavalie e reestruture o atual modelo de contratação de prestação de serviços em tecnologia da informação, inclusive no caso da Celepar, tendo como premissas:
 - a) na prestação de serviços, especialmente no desenvolvimento de sistemas, priorize a remuneração baseada na mensuração dos resultados e não exclusivamente na locação de mão-de-obra. A contratação de prestação de serviços, mensurados pelo resultado, é mais vantajosa para o órgão contratante, porque permite que a remuneração da contratada se dê com base na entrega do produto requerido. Assim, a Administração paga somente pelos serviços efetivamente realizados e aderentes às suas especificações, aferidos segundo padrões e métricas previamente estabelecidos. Por conseguinte, evita-se o desperdício de recursos públicos, favorece-se um controle mais eficaz e aumenta-se a chance de obtenção tempestiva dos resultados pretendidos;
 - b) ao invés de remunerar os serviços com base em um contrato “guarda-chuva”, subdivida a contratação em projetos independentes, estabelecendo resultados esperados, acordos de serviço, prazos, valores, multas e métricas de medição para fins de pagamento;
 - c) na estimativa de preços dos projetos, justifique o método utilizado, bem como as fontes dos dados que a subsidiaram. Ainda, detalhe em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários envolvidos;
 - d) no caso de sistemas em produção, sob a guarda da CELEPAR, renegocie novo método de cobrança, evitando o pagamento por valores unitários de registro (exemplo: empenhos, liquidação e pagamento).
4. Para o faturamento e pagamento dos serviços de tecnologia da informação:
 - a) estabeleça e explicita detalhadamente os procedimentos de mensuração, faturamento e pagamento dos serviços efetivamente prestados, incluindo os critérios utilizados para verificação das quantidades e dos valores expressos nas notas fiscais;
 - b) defina critérios de aferição do adimplemento das obrigações contratuais, com base na mensuração de resultados, evitando o pagamento de valores fixos, em observância ao princípio da economicidade;
 - c) inclua nos processos de pagamento das faturas de prestação de serviços de tecnologia da informação (CELEPAR ou outras empresas), especialmente as que se referem a desenvolvimento de sistemas, documentos que comprovem que o objeto do contrato foi executado, como relatórios de medição, termos de aceitação e produtos contratados.

6. Monitoramento dos Programas de Governo

6.1. Programas de Governo

São instrumentos de organização da ação governamental, que visam proporcionar maior racionalidade e eficiência à administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do Governo está estruturada em programas que são definidos no Plano Plurianual – PPA para um período de quatro anos. Os programas são elos entre o plano e o orçamento.

Conforme mencionado no capítulo V, o PPA 2008-2011, norteador pela Política de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná (PDE), está concentrado em três linhas de ação e 24 programas. Cada programa é constituído por um conjunto articulado de ações (projetos, atividades, operações especiais e ações não-orçamentárias), as quais resultam em produtos, para o alcance de um objetivo comum.

A análise dos programas foi fundamentada em informações do Balanço Geral do Estado 2008, que contém, entre outros aspectos, as informações relativas à execução física e orçamentária.

Antes de passar às análises dos dados orçamentários relativos aos programas, convém lembrar que o desempenho dos programas/projetos/ações não pode e não deve ser mensurado apenas do ponto de vista quantitativo. A sociedade não espera dos seus administradores relatórios que informem os recursos aplicados, mas a quantidade e qualidade dos produtos e serviços colocados à sua disposição. Nesse sentido, na análise das contas, foram incluídos aspectos relacionados à avaliação de metas de qualidade, isto é, se os padrões desejados de eficiência, eficácia e efetividade foram alcançados. Contudo, como será observado no decorrer deste relatório, a análise foi limitada, em função, principalmente, da ausência de definição de indicadores de desempenho adequados e não apuração dos índices atingidos para 2008.

6.1.1. Execução Orçamentária dos Programas

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), por intermédio da Coordenação de Orçamento e Programação (COP), anualmente elabora relatório consolidado da Execução Física do Orçamento-Programa (AFF), apontando os recursos financeiros e demonstrando as metas previstas e realizadas durante o exercício findo.

A execução orçamentária das ações dos programas é alimentada periodicamente com dados do SIAF, ou seja, é automática. A execução física, entretanto, depende de preenchimento manual pelos Grupos de Planejamento Setoriais (GPSs) e pelos responsáveis pelos orçamentos das unidades da Administração Indireta.

A seguir são relacionados os programas de governo, por linha de ação, com seus respectivos orçamentos autorizados e valores efetivamente realizados.

Em R\$ mil

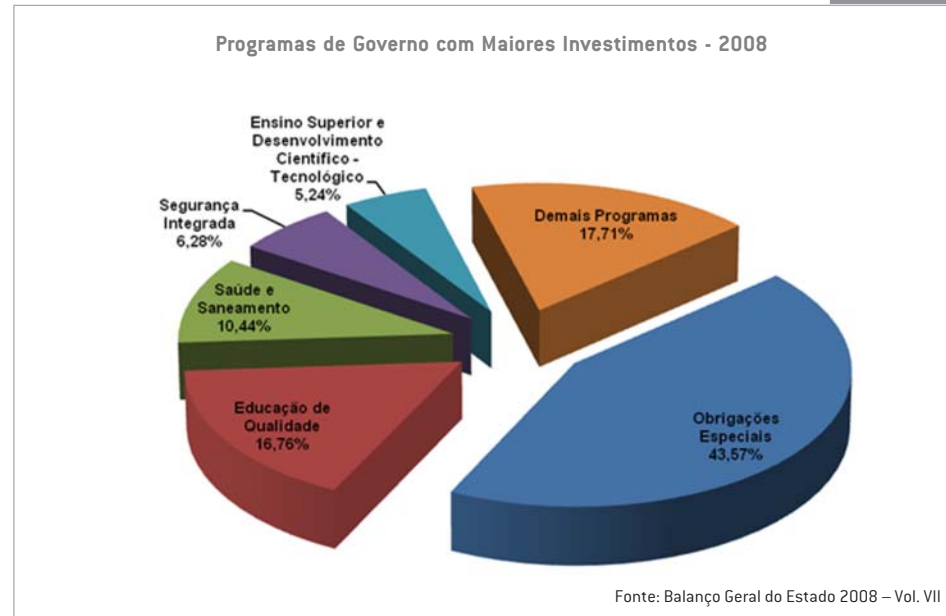
TABELA 55

Programas de Governo – 2008					
LINHA DE AÇÃO/PROGRAMA	AUTORIZADO FINAL [1]	% S/TOTAL	REALIZADO [2]	% S/ TOTAL	% [2/1]
Promoção da Cidadania, Inclusão Social e Justiça	7.636.362	37,94%	6.847.735	37,36%	89,67%
Educação de Qualidade	3.269.868	16,24%	3.071.918	16,76%	93,95%
Saúde e Saneamento	2.109.276	10,48%	1.912.838	10,44%	90,69%
Segurança Integrada	1.344.338	6,68%	1.151.022	6,28%	85,62%
Promoção da Justiça e Cidadania	286.878	1,43%	240.318	1,31%	83,77%
Proteção à Criança e à Juventude	156.200	0,78%	109.587	0,60%	70,16%
Trabalho, Emprego e Assistência Social	147.951	0,73%	113.879	0,62%	76,97%
Habitação Popular	141.326	0,70%	89.242	0,49%	63,15%
Cultura Paranaense	93.144	0,46%	77.058	0,42%	82,73%
Leite das Crianças	87.381	0,43%	81.873	0,45%	93,70%
Desenvolvimento Econômico Sustentável e Descentralizado	2.305.025	11,45%	1.840.214	10,04%	79,83%
Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico	1.098.126	5,46%	961.103	5,24%	87,52%
Transporte Integrado e Logística	563.185	2,80%	422.930	2,31%	75,10%
Diversificação da Agropecuária e Fortalecimento do Agronegócio Familiar	318.900	1,58%	241.300	1,32%	75,67%
Preservação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos	145.002	0,72%	88.351	0,48%	60,93%
Desenvolvimento Regional e Metropolitano	89.455	0,44%	79.219	0,43%	88,56%
Desenvolvimento da Produção	48.042	0,24%	27.885	0,15%	58,04%
Turismo, Esporte e Lazer	42.316	0,21%	19.426	0,11%	45,91%
Gestão Pública Transparente e Integrada	1.897.137	9,42%	1.655.095	9,03%	87,24%
Ação Judiciária	757.174	3,76%	613.715	3,35%	81,05%
Gestão do Estado	538.820	2,68%	456.649	2,49%	84,75%
Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público	253.751	1,26%	249.804	1,36%	98,44%
Ação Legislativa	241.399	1,20%	229.887	1,25%	95,23%
Controle Externo ao Estado	104.642	0,52%	103.920	0,57%	99,31%
Valorização e Capacitação do Servidor Público	1.351	0,01%	1.119	0,01%	82,85%
Obrigações Especiais	8.290.928	41,19%	7.986.061	43,57%	96,32%
Obrigações Especiais	8.290.928	41,19%	7.986.061	43,57%	96,32%
TOTAL	20.129.453	100,00%	18.329.104	100,00%	91,06%

Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

Depreende-se da tabela anterior que, no exercício de 2008, os valores aplicados nos programas de governo somaram R\$ 18,3 bilhões. Cinco programas tiveram o maior percentual de realização face ao montante, representando 82,29% da realização do Orçamento Geral do Estado – OGE em 2008, conforme evidenciado no próximo gráfico.

GRÁFICO 32



O Programa Obrigações Especiais, embora represente 43,57% do valor total aplicado, não está diretamente ligado a nenhuma das linhas de ação do Plano Plurianual, tendo em vista que tratam-se de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

As próximas tabelas e gráficos resumem o montante realizado nos cinco programas mais representativos financeiramente, discriminando os valores executados pelas principais operações especiais ou projetos/atividades. Apresenta, ainda, a participação percentual em relação ao orçamento autorizado final.

Em R\$ mil

TABELA 56

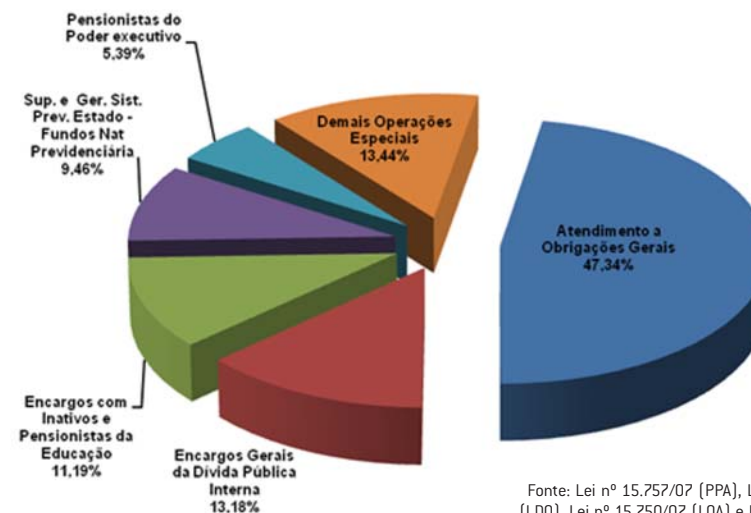
Execução Orçamentária - Programa Obrigações Especiais - 2008

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS	AUTORIZADO FINAL (1)	%	REALIZADO (2)	%	REAL./AUT. %	% DO OGE AUT.	% DO OGE REALIZ.
ATENDIMENTO A OBRIGAÇÕES GERAIS	3.867.448	46,65%	3.780.731	47,34%	97,76%	19,21%	20,63%
ENCARGOS GERAIS DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA	1.178.205	14,21%	1.052.720	13,18%	89,35%	5,85%	5,74%
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO	893.561	10,78%	893.443	11,19%	99,99%	4,44%	4,87%
SUPERVISÃO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO - FUNDOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA	756.504	9,12%	755.156	9,46%	99,82%	3,76%	4,12%
PENSIONISTAS DO PODER EXECUTIVO	430.446	5,19%	430.445	5,39%	100,00%	2,14%	2,35%
SUB-TOTAL	7.126.165	85,95%	6.912.495	86,56%	97,00%	35,40%	37,71%
DEMAIS OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.164.763	14,05%	1.073.566	13,44%	92,17%	5,79%	5,86%
TOTAL DO PROGRAMA	8.290.928	100,00%	7.986.061	100,00%	96,32%	41,19%	43,57%

Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

GRÁFICO 33

Execução Orçamentária por Programa – Por Programas Especiais - 2008



Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

Em R\$ mil

TABELA 57

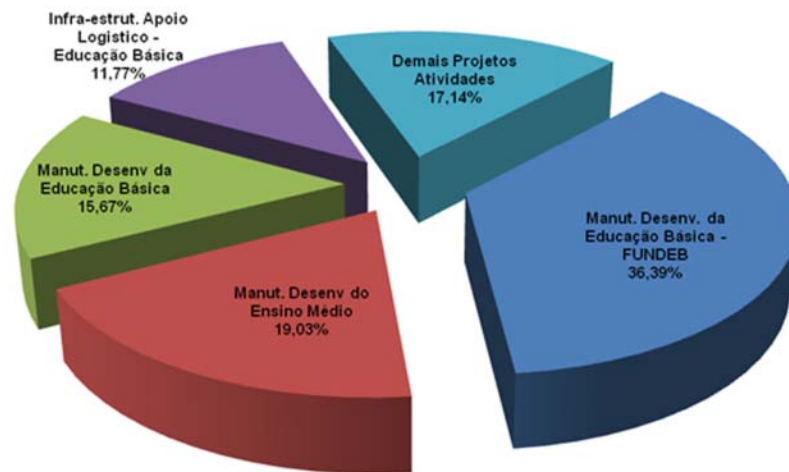
Execução Orçamentária - Programa Educação de Qualidade – 2008

DESCRIÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE	AUTORIZADO FINAL (1)	%	REALIZADO (2)	%	REAL./AUT. %	% DO OGE AUT.	% DO OGE REALIZ.
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB	1.144.614	35,00%	1.117.960	36,39%	97,67%	5,69%	6,10%
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	590.886	18,07%	584.449	19,03%	98,91%	2,94%	3,19%
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	506.067	15,48%	481.371	15,67%	95,12%	2,51%	2,63%
INFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO À REDE ESCOLAR E AO ESTUDANTE - EDUCAÇÃO BÁSICA	452.941	13,85%	361.558	11,77%	79,82%	2,25%	1,97%
SUB-TOTAL	2.694.507	82,40%	2.545.338	82,86%	94,46%	13,39%	13,89%
DEMAIS PROJETOS/ATIVIDADES	575.361	17,60%	526.579	17,14%	91,52%	2,86%	2,87%
TOTAL DO PROGRAMA	3.269.868	100,00%	3.071.918	100,00%	93,95%	16,24%	16,76%

Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

GRÁFICO 34

Execução Orçamentária por Programa – Programa Educação de Qualidade - 2008



Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

Em R\$ mil

TABELA 58

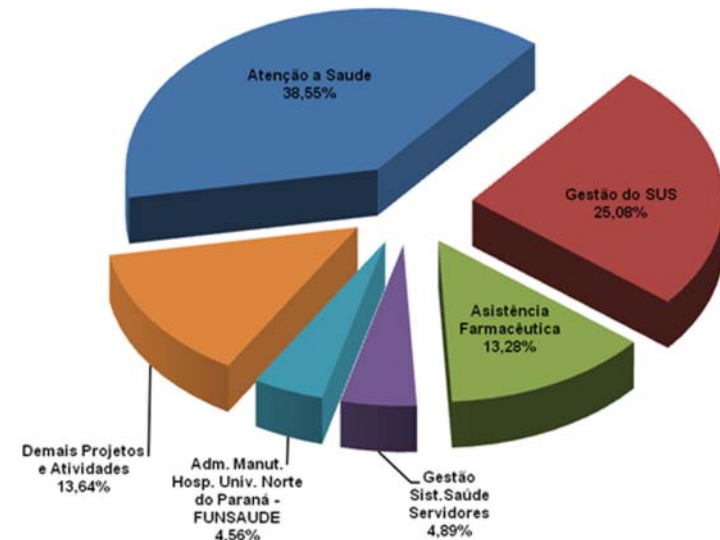
Execução Orçamentária - Programa Saúde e Saneamento – 2008

DESCRIÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE	AUTORIZADO FINAL (1)	%	REALIZADO (2)	%	REAL./AUT. %	% DO OGE AUT.	% DO OGE REALIZ.
ATENÇÃO À SAÚDE	752.698	35,69%	737.355	38,55%	97,96%	3,74%	4,02%
GESTÃO DO SUS	529.625	25,11%	479.812	25,08%	90,59%	2,63%	2,62%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	264.501	12,54%	254.056	13,28%	96,05%	1,31%	1,39%
GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANÁ	100.622	4,77%	93.502	4,89%	92,92%	0,50%	0,51%
ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REG. NORTE DO PARANÁ - FUNSAUDE	87.267	4,14%	87.258	4,56%	99,99%	0,43%	0,48%
SUB-TOTAL	1.734.712	82,24%	1.651.983	86,36%	95,23%	8,62%	9,01%
DEMAIS PROJETOS/ATIVIDADES	374.564	17,76%	260.855	13,64%	69,64%	1,86%	1,42%
TOTAL DO PROGRAMA	2.109.276	100,00%	1.912.838	100,00%	90,69%	10,48%	10,44%

Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

GRÁFICO 35

Execução Orçamentária por Programa – Programa Saúde e Saneamento - 2008



Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

Em R\$ mil

TABELA 59

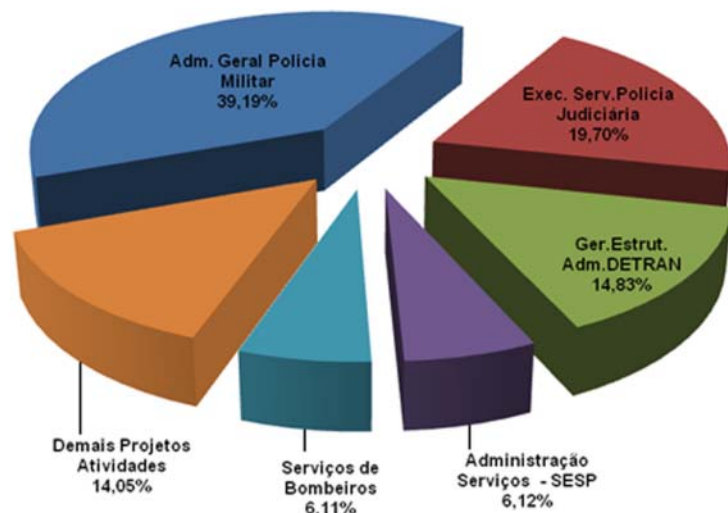
Execução Orçamentária - Programa Segurança Integrada – 2008

DESCRIÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE	AUTORIZADO FINAL (1)	%	REALIZADO (2)	%	REAL./AUT. %	DO OGE AUT.	DO OGE REALIZ.
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA MILITAR	461.056	34,30%	451.114	39,19%	97,84%	2,29%	2,46%
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	231.404	17,21%	226.718	19,70%	97,97%	1,15%	1,24%
GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA							
ADMINISTRATIVA DO DETRAN	232.987	17,33%	170.650	14,83%	73,24%	1,16%	0,93%
ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA,							
ÁGUA E ESGOTO , TELEFONIA E INFORMÁTICA - SESP	71.176	5,29%	70.421	6,12%	98,94%	0,35%	0,38%
SERVIÇOS DE BOMBEIROS	72.618	5,40%	70.381	6,11%	96,92%	0,36%	0,38%
SUB-TOTAL	1.069.240	79,54%	989.283	85,95%	92,52%	5,31%	5,40%
DEMAIS PROJETOS/ATIVIDADES	275.098	20,46%	161.739	14,05%	58,79%	1,37%	0,88%
TOTAL DO PROGRAMA	1.344.338	100,00%	1.151.022	100,00%	85,62%	6,68%	6,28%

Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

GRÁFICO 36

Execução Orçamentária por Programa – Programa Segurança Integrada - 2008



Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

Em R\$ mil

TABELA 60

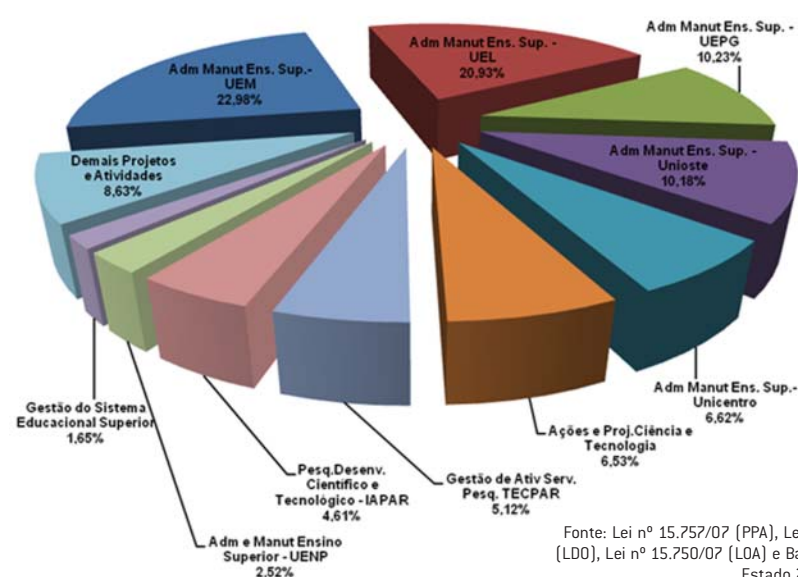
Execução Orçamentária - Programa Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico – 2008

DESCRIÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE	AUTORIZADO FINAL (1)	%	REALIZADO (2)	%	REAL./AUT. %	DO OGE AUT.	DO OGE REALIZ.
ADMIN. E MANUT. DO ENSINO SUPERIOR NA UEM	233.351	21,25%	220.885	22,98%	94,66%	1,16%	1,21%
ADMIN. E MANUT. DO ENSINO SUPERIOR NA UEL	223.797	20,38%	201.131	20,93%	89,87%	1,11%	1,10%
ADMIN. E MANUT. DO ENSINO SUPERIOR NA UEPG	114.931	10,47%	98.322	10,23%	85,55%	0,57%	0,54%
ADMIN. E MANUT. DO ENSINO SUPERIOR NA UNIOESTE	112.519	10,25%	97.872	10,18%	86,98%	0,56%	0,53%
ADMIN. E MANUT. DO ENSINO SUPERIOR NA UNICENTRO	66.058	6,02%	63.660	6,62%	96,37%	0,33%	0,35%
AÇÕES E PROJETOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	66.086	6,02%	62.767	6,53%	94,98%	0,33%	0,34%
GESTÃO DE ATIV. SERVIÇOS E PESQUISAS DO TECPAR	81.737	7,44%	49.168	5,12%	60,15%	0,41%	0,27%
PESQUISA E DESEN. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - IAPAR	49.555	4,51%	44.297	4,61%	89,39%	0,25%	0,24%
ADMIN. E MANUT. DO ENSINO SUPERIOR NA UENP	26.198	2,39%	24.202	2,52%	92,38%	0,13%	0,13%
GESTÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL SUPERIOR	31.767	2,89%	15.852	1,65%	49,90%	0,16%	0,09%
SUB-TOTAL	1.006.000	91,61%	878.157	91,37%	87,29%	5,00%	4,79%
DEMAIS PROJETOS/ATIVIDADES	92.126	8,39%	82.945	8,63%	90,03%	0,46%	0,45%
TOTAL DO PROGRAMA	1.098.126	100,00%	961.103	100,00%	87,52%	5,46%	5,24%

Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

GRÁFICO 37

Execução Orçamentária por Programa – Programa Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico - 2008



Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

Em R\$ mil

TABELA 61

Execução Orçamentária - Demais Programas – 2008							
DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	AUTORIZADO FINAL (1)	%	REALIZADO (2)	%	REAL/ AUT. %	% DO OGE AUTOR.	% DO OGE REALIZ.
Ação Judiciária	757.174	18,85%	613.715	18,91%	81,05%	3,76%	3,35%
Transporte Integrado e Logística	563.185	14,02%	422.930	13,03%	75,10%	2,80%	2,31%
Gestão do Estado	538.820	13,41%	456.649	14,07%	84,75%	2,68%	2,49%
Diversificação da Agropecuária e							
Fortalecimento do Agronegócio Familiar	318.900	7,94%	241.300	7,43%	75,67%	1,58%	1,32%
Promoção da Justiça e Cidadania	286.878	7,14%	240.318	7,40%	83,77%	1,43%	1,31%
Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público	253.751	6,32%	249.804	7,70%	98,44%	1,26%	1,36%
Ação Legislativa	241.399	6,01%	229.887	7,08%	95,23%	1,20%	1,25%
Proteção à Criança e à Juventude	156.200	3,89%	109.587	3,38%	70,16%	0,78%	0,60%
Trabalho, Emprego e Assistência Social	147.951	3,68%	113.879	3,51%	76,97%	0,73%	0,62%
Preservação Ambiental e Gestão De							
Recursos Hídricos	145.002	3,61%	88.351	2,72%	60,93%	0,72%	0,48%
Habitação Popular	141.326	3,52%	89.242	2,75%	63,15%	0,70%	0,49%
Controle Externo ao Estado	104.642	2,61%	103.920	3,20%	99,31%	0,52%	0,57%
Cultura Paranaense	93.144	2,32%	77.058	2,37%	82,73%	0,46%	0,42%
Desenvolvimento Regional e Metropolitano	89.455	2,23%	79.219	2,44%	88,56%	0,44%	0,43%
Leite das Crianças	87.381	2,18%	81.873	2,52%	93,70%	0,43%	0,45%
Desenvolvimento da Produção	48.042	1,20%	27.885	0,86%	58,04%	0,24%	0,15%
Turismo, Esporte e Lazer	42.316	1,05%	19.426	0,60%	45,91%	0,21%	0,11%
Valorização e Capacitação do Servidor Público	1.351	0,03%	1.119	0,03%	82,85%	0,01%	0,01%
Total dos Demais Programas	4.016.916	100,00%	3.246.163	100,00%	80,81%	19,96%	17,71%

Nota: OGE – Orçamento Geral do Estado.
 Fonte: Lei nº 15.757/07 (PPA), Lei nº 15.609/07 (LDO), Lei nº 15.750/07 (LOA) e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. VII.

6.1.2. Indicadores dos Programas

Diversamente dos PPA's dos anos anteriores onde a ênfase da avaliação era o desempenho físico e financeiro, no PPA 2008-2011 foram estabelecidos mecanismos que permitem analisar o desempenho quanto às metas de qualidade, isto é, se os padrões desejados de eficácia e efetividade foram alcançados, significando importante avanço.

Assim, no PPA 2008-2011, além de metas físicas e financeiras, foram estabelecidos indicadores de desempenho para os programas. Do universo de 24 Programas, os quais estão subdivididos em dois tipos: finalísticos e de apoio às políticas públicas e áreas especiais, foram definidos 47 indicadores de desempenho, que atendem a 16 programas, representando 67,00% do total.

Os indicadores são fundamentais para o acompanhamento da eficácia e efetividade dos programas, ou seja, se os objetivos estratégicos estão sendo alcançados. Entretanto, a existência de indicadores por si só é insuficiente, é necessário haver uma sistemática que permita monitorá-los, de forma a retratar o comportamento evolutivo da execução do programa ao longo dos anos e a extensão dos impactos dele decorrentes, além de subsidiar os processos de revisão do Plano e a elaboração dos orçamentos anuais.

Os quadros a seguir mostram os indicadores dos programas, por linha de ação, e as metas estabelecidas para o ano de 2008:

Indicadores de Desempenho por Linha de Ação e Programa - 2008

LINHA DE AÇÃO 01 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA, INCLUSÃO SOCIAL E JUSTIÇA

PROGRAMA/ INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	ÍNDICE MAIS RECENTE	DATA APURAÇÃO	ÍNDICE DESEJADO EM 2008
Educação de Qualidade						
Taxa de analfabetismo	%	Anual	IBGE	7,3	31/12/2006	4,1
Cultura Paranaense						
Concursos Culturais	participante	Anual	SEEC	18.726	30/12/2006	22.649
Espectáculos produzidos em equipamentos Culturais	espetáculo	Anual	SEEC	495	30/12/2006	600
Visitas nos Museus	pessoa	Anual	SEEC	246.100	30/12/2006	273.171
Leite das Crianças						
Ganho quantitativo:leite matéria-prima e leite pasteurizado	%	Semestral	SESA	82	30/08/2007	84
Índice peso por idade (06 a 35 meses)-Normal	%	Semestral	SESA	83,1	30/08/2007	84,59
Índice peso por idade (06 a 35 meses)-Baixo Peso	%	Semestral	SESA	4,4	30/08/2007	3,95
Usinas de beneficiamento de leite fornecedoras	número	Anual	SEAB	70	30/08/2007	73
Beneficiados pelo Programa	criança/dia	Mensal	SETP	173.829	30/08/2007	175.000
Índice peso por idade (06 a 35 meses) Risco Nutricional	%	Semestral	SESA	8	30/08/2007	7,49
Óbitos em crianças de 06 a 36 meses de idade no Paraná	criança	Anual	SESA	514	31/12/2006	500
Casos de mortalidade infantil (06 a 36) meses relacionados a desnutrição	unidade	Anual	SESA	14	31/12/2006	14
Saúde e Saneamento						
Proporção de imóveis inspecionados para identificação e eliminação de Aedes Aegypti	%	Anual	SESA	84,9	31/12/2006	80
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigada	%	Anual	SESA	93	31/12/2006	95
Proporção de municípios do estado com cobertura vacinal adequada para tetravalente em menores de um ano de idade	%	Anual	SESA	61,7	31/12/2006	70
Proporção dos nascidos vivos com baixo peso ao nascer	%	Anual	SESA	8,3	31/12/2006	8
Coefficiente de mortalidade infantil	Por 1.000n.v	Anual	SESA	13,7	31/12/2006	13,7
Razão de mortalidade materna	Por 1.000n.v	Anual	SESA	61,8	31/12/2006	60,5
Trabalho, Emprego e Assistência Social						
Trabalhador habilitado	unidade	Anual	SETP	392.842	31/12/2006	404.992
Habilitação dos municípios ao SUAS	unidade	Semestral	SETP/NUCLEAS	167	07/08/2007	29
Empregos formais estimados	unidade	Anual	CAGED	343.788	14/08/2007	94.756
Habitação Popular						
Número de beneficiários de novas habitações no ano	pessoa	Anual	COHAPAR/COHAB	8.720	31/12/2006	14.261
Segurança Integrada						
Não tem						
Promoção da Justiça e Cidadania						
Não tem						
Proteção à Criança e à Juventude						
% de reincidência de adolescentes nos Centros de Sócioeducação e ingressos no sistema penitenciário	%	Anual	SECJ/SEJU	30	31/07/2007	25
Nº de beneficiados em programas do Pacto pela Infância e Juventude financiados pelo FIA	Criança/adolescente	Anual	SECJ	15.000	31/07/2007	18.000
% de crianças com medida protetiva de afastamento familiar em programas co-financiados pelo Estado	%	Anual	SECJ	50	30/07/2007	65
Nº de jovens envolvidos nos programas de Participação Social da Juventude	Jovens	Anual	SECJ	0	31/07/2007	3.000
% de adolescentes com medida socioeducativa em meio aberto em programas co-financiados pelo Estado	%	Anual	Poder Judiciário	50	30/07/2007	60
% de adolescentes com medida socioeducativa de internação atendidos nos Centros de Socioeducação.	%	Anual	SECJ	75	30/07/2007	80

Indicadores de Desempenho por Linha de Ação e Programa - 2008

LINHA DE AÇÃO 02 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E DESCENTRALIZADO

PROGRAMA/ INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	ÍNDICE MAIS RECENTE	DATA APURAÇÃO	ÍNDICE DESEJADO EM 2008
------------------------	----------------------	---------------	-------	------------------------	------------------	-------------------------------

Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico

Percentual de professores efetivos						
com titulação em Doutorado nas -IIES	%	Anual	SETI	39,51	30/07/2006	43,3
Varição anual de concluintes	%	Anual	SETI	74,5	30/07/2007	78,5

Transporte Integrado e Logística

Condição de Trafegabilidade	%	Anual	DOP/DER	90	31/08/2007	90
Movimentação de cargas	Toneladas	Anual	DEPLAN/APPA	32.563.170	-	35.650.000

Preservação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos

Cobertura Florestal do Estado	%	Anual	SEMA	20	31/12/2002	21
-------------------------------	---	-------	------	----	------------	----

Desenvolvimento Regional e Metropolitano

Desembolsos do FDU por área de investimento	Milhão R\$	Anual	SEDU/PARANACIDADE	150	31/12/2006	114
---	------------	-------	-------------------	-----	------------	-----

Diversificação da Agropecuária e Fortalecimento do Agronegócio Familiar

Produção física de Leite no Estado	Litros/ vaca/ano	Anual	SEAB/UGPleite	1.800	30/08/2007	2.000
Produtores Beneficiados	produtor	Anual	SEAB/DEFIS	215.392	30/05/2007	230.000
Produção física de grãos no Estado	tonelada	Anual	SEAB/deral	29.467.365	20/08/2007	32.563.840

Desenvolvimento da Produção

Participação das exportações paranaenses em relação a exportação brasileira	%	Anual	SECEX	7,3	31/12/2006	7,3
---	---	-------	-------	-----	------------	-----

Turismo, Esporte e Lazer

Gasto médio do Visitante	US\$/dia	Anual	SETU	60	31/12/2006	62
Destino comercializado	destino	Anual	SETU	60	31/12/2006	65
Equip. e profissionais cadastrados	unidade	Anual	SETU	468	31/12/2006	700
Permanência média do Visitante	dia	Anual	SETU	3,4	31/12/2006	4

Participantes nos jogos

Abertos Paraná e Juventude	atleta	Anual	-	29.204	31/12/2006	30.000
Número de visitantes	visitante	Anual	SETU/ EMBRATUR	7.300.000	31/12/2006	7.600.000

Aceleração do Crescimento

Não tem

LINHA DE AÇÃO 03 - GESTÃO PÚBLICA TRANSPARENTE E INTEGRADA

PROGRAMA/ INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	ÍNDICE MAIS RECENTE	DATA APURAÇÃO	ÍNDICE DESEJADO EM 2008
------------------------	----------------------	---------------	-------	------------------------	------------------	-------------------------------

Valorização e Capacitação do Servidor Público

Capacitar agentes públicos	Servidor	Anual	Escola de Governo/ SEAP	5.319	31/12/2006	10.000
----------------------------	----------	-------	----------------------------	-------	------------	--------

Gestão do Estado

Não tem

Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público

Não tem

Ação Legislativa

Não tem

Controle Externo ao Estado

Não tem

Ação Judiciária

Não tem

6.1.3. Análise dos Indicadores dos Programas

Com vistas à análise do alcance dos impactos dos programas, solicitou-se à SEPL a apuração dos indicadores de desempenho. Todavia, a análise restou prejudicada em função de que, até o início do mês de junho, o Estado não havia apurado os índices alcançados em 2008, para os indicadores inseridos no PPA 2008-2011.

Quando questionada sobre a avaliação do PPA, exercício de 2008, inicialmente a SEPL informou que não iria realizar a medição dos indicadores, uma vez que identificaram que nem todos estavam apropriados, isto é, não permitiam a medição do alcance dos objetivos dos programas.

Posteriormente, a SEPL elucidou que a apuração dos resultados dos indicadores propostos no PPA estava prevista na Avaliação Anual. Justificou que em apenas um ano de execução do Plano, os resultados decorrentes da implantação dos projetos/atividades ainda não alcançaram estágio de maturação suficiente para a sua avaliação.

Complementarmente, foi esclarecido que em novembro de 2008 foi iniciado o processo de avaliação do conteúdo (atributos) dos Programas do PPA e seus indicadores, com objetivo de atender a necessidade de revisão do Plano.

Como ressalva, convém observar que a avaliação anual do Plano Plurianual, que deveria servir para informar sobre os resultados atingidos, bem como subsidiar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, alterar o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, na prática não se viabilizou. Para não prejudicar o acompanhamento da evolução das metas, cabe a recomendação à SEPL que para o próximo exercício não deixe de realizar a avaliação do PPA antes da elaboração da LOA 2011, independentemente da qualidade dos indicadores.

6.2. Sistemas de Acompanhamento e Avaliação do Estado

Em que pese a SEPL não ter avaliado os resultados qualitativos dos programas, é importante consignar que foram realizados outros tipos de análises.

Ciente da necessidade e carência anterior de sistemas de acompanhamentos eficazes para a realização de avaliações consistentes dos instrumentos formais de planejamento, a SEPL tem despendido esforço para alcançar monitoramentos e avaliações que permitam a mensuração dos avanços, a identificação das dificuldades e o grau de efetividade das políticas públicas implantadas.

Nesse contexto, o governo estadual definiu diferentes mecanismos de avaliação compatíveis com a natureza dos acompanhamentos demandados. No nível estratégico, para a garantia do atendimento das grandes diretrizes governamentais foi estabelecida a avaliação da PDE. No nível programático foi prevista a avaliação dos programas do Plano Plurianual - PPA. Finalmente, para aquelas ações e programas de caráter prioritário à concretização das políticas públicas o Estado conta com a avaliação tática realizada pelo Conselho Revisor através do Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (e-CAR).

6.2.1. Avaliação da PDE

Para permitir o acompanhamento e avaliação da PDE, as ações entre PDE, PPA e LOA, foram compatibilizadas através da associação com os projetos/atividades. Em seguida, os projetos/atividades foram agrupados em cinco eixos estruturantes, a seguir relacionados, permitindo desse modo, a aferição do desempenho das políticas públicas priorizadas por setores.

Eixos Estruturantes:

I – Produção Agrícola;

II – Produção Industrial e Turismo;

III – Infra-estrutura, Energia e Logística de Transporte;

IV – Ciência e Tecnologia, Educação e Cultura, Esporte e Lazer, Saúde, Criança e Juventude e Meio-Ambiente e;

V – Justiça, Segurança, Trabalho e Modernização do Estado.

Vale mencionar que alguns projetos/atividades por sua abrangência poderiam ser enquadrados em mais de uma área de investimento, o que levou a necessidade de arbitrar o enquadramento com base na vinculação da unidade executora ao tema.

A partir dessas definições, a SEPL realizou a avaliação regional da PDE, buscando identificar os avanços alcançados nas seis regiões de planejamento, priorizando as com menores índices de desenvolvimento. Para isso os investimentos realizados em cada um dos projetos/atividades contidos na LOA foram desmembrados por região.

As intervenções resultantes de projetos/atividades cuja abrangência ultrapassava os limites regionais pré-estabelecidos foram denominadas de transversais, ou seja, consideradas como ocorrentes em todas as regiões de planejamento.

Para efeito da avaliação estratégica da execução da LOA 2008 frente às diretrizes traçadas pela PDE, foram considerados os resultados obtidos por eixos estruturantes e por regiões de planejamento.

Na sequência apresentam-se os resultados preliminares do acompanhamento da PDE para a LOA 2008, computados pela SEPL, por eixos estruturantes, por regiões de planejamento e a distribuição *per capita* das intervenções.

Em R\$ mil

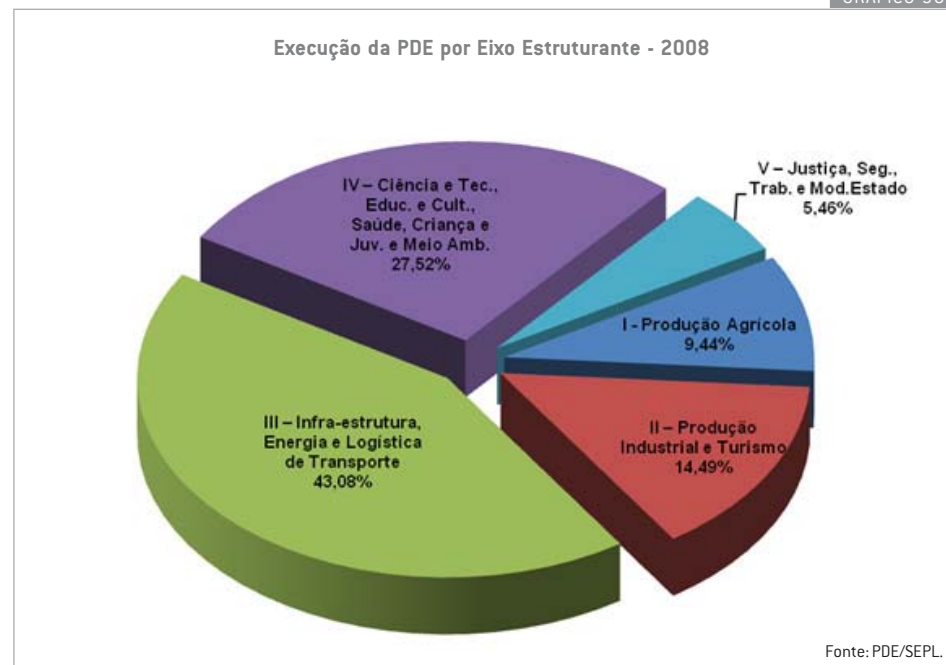
TABELA 63

Execução da PDE 2008, por Eixo Estruturante, por Região de Planejamento e Execução <i>Per Capita</i>								
Eixo Estruturante	Empenho Total - R\$	Transversal R\$	Centro Expandido - R\$	Leste R\$	Norte R\$	Noroeste R\$	Oeste R\$	Sudoeste R\$
I. Produção Agrícola	331.903.918	125.069.000	49.933.344	46.152.598	37.790.975	29.891.532	23.044.167	20.022.301
II. Produção Industrial e Turismo	509.301.226	504.779.198	672.410	2.748.961	355.037	207.235	314.045	224.340
III. Infra-estrutura, Energia e Logística de Transporte	1.514.385.387	252.452.154	309.468.824	497.529.123	167.274.477	109.959.316	101.222.899	76.478.594
IV. Ciência e Tecnologia, Educação, Cultura, Saúde, Criança e Juventude e Meio Ambiente	967.392.404	416.603.713	92.743.193	222.582.498	108.738.358	51.420.703	55.850.686	19.453.251
V. Justiça, Segurança, Trabalho e Modernização do Estado	192.042.183	68.104.085	20.617.211	30.546.753	18.801.681	20.445.485	20.597.848	12.929.121
Total	3.515.025.118	1.367.008.150	473.434.983	799.559.933	332.960.528	211.924.271	201.029.645	129.107.609
População (IBGE - 2007)			1.767.798	3.536.768	1.749.781	886.419	1.107.072	515.120
Execução Per Capita			264,03	200,09	177,9	237,86	165,41	249,52

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Da análise dos valores aplicados por eixos estruturantes, depreende-se que o grupo III, que concentra ações que definem as bases para o desenvolvimento econômico e social, participa com 44,00% dos recursos executados pela PDE em 2008. Na sequência, aparece o grupo IV relacionado aos direitos fundamentais do cidadão com uma participação da ordem de 28,00%. Os grupos I e II, relacionados diretamente com a produção agrícola e industrial participam com 9,00% e 14,00%, respectivamente. No tocante à produção industrial ressalte-se que uma grande soma dos recursos executados refere-se ao setor da agroindústria. Por fim, o grupo V, relacionado à gestão pública transparente e integrada, participa com 5,00% dos valores.

GRÁFICO 38



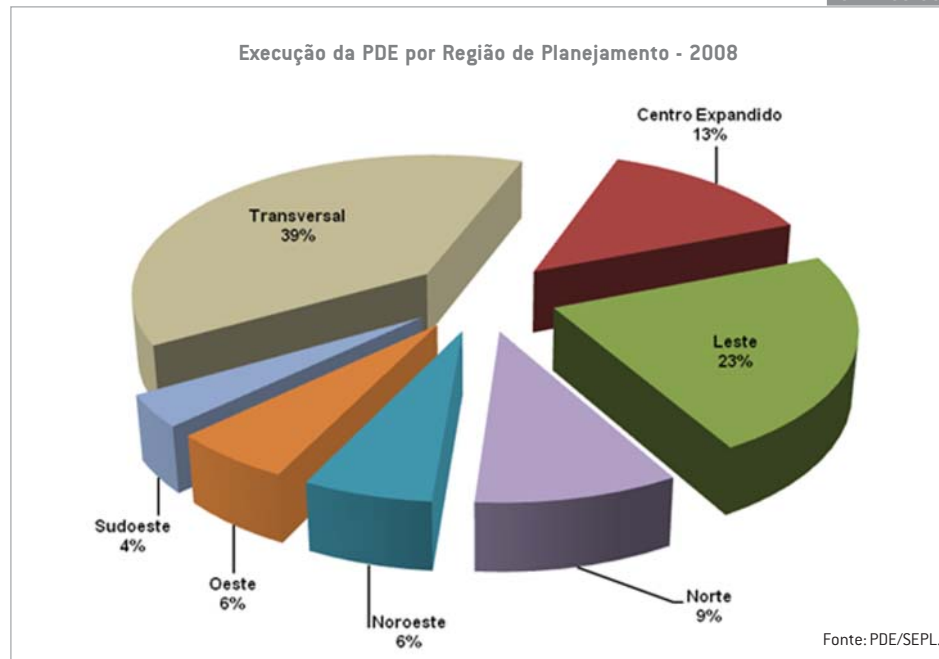
Quanto aos valores aplicados por região de planejamento, tem-se a confirmação da maior soma de recursos destinada às ações transversais¹ (39,00%), ou seja, ações que alcançam todo o território estadual. Na sequência, estão a Região Leste com 23,00%, o Centro Expandido com 13,00%, a Região Norte com 9,00%, o Noroeste e Oeste, ambas com 6%, e a Região Sudoeste com 4,00%.

A SEPL justifica a concentração dos recursos na Região Leste pela representação populacional (37,00% da população do Estado), e centralização da gestão de grandes mecanismos financeiros e estruturas da administração governamental, mesmo não considerando os valores destinados a pessoal e manutenção. Entre os principais programas ocorrentes na Região e caracterizados como especiais, destacam-se as ações de saneamento, geração, distribuição de energia, sistemas de transporte, entre outros.

Confirmando o atendimento à estratégia governamental, o Centro Expandido, Região de menor dinamismo econômico e social, aparece na sequência com aplicação da soma de recursos da ordem de R\$ 473,4 milhões, elevando sua participação em 136,00% com relação aos valores aplicados no exercício de 2007.

1. As linhas de financiamento do BRDE, destinadas a todos os setores da economia, por suas características foram classificadas como transversais.

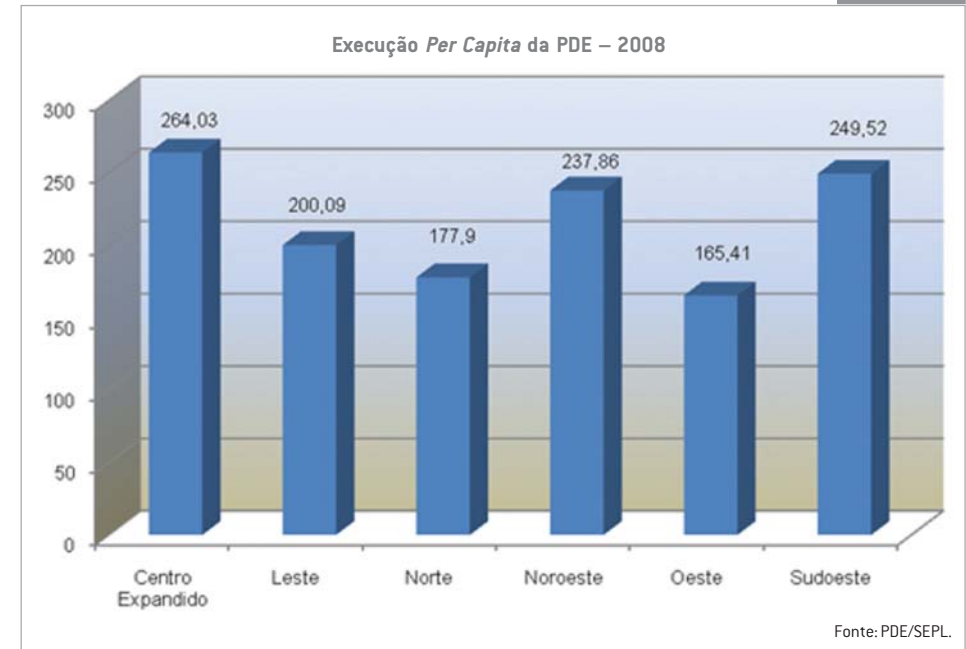
GRÁFICO 39



Da análise, considerada como uma das mais significativas está a dos valores *per capita*. Observa-se, mais uma vez, a prioridade recebida pela Região do Centro Expandido que aparece com o maior valor absoluto *per capita* frente às demais regiões. Segundo estudo da SEPL, no exercício anterior o valor *per capita* para o Centro Expandido foi da ordem de R\$ 111,95 crescendo para os atuais R\$ 264,03.

Em R\$

GRÁFICO 40



6.2.2. Conselho Revisor

A partir de 2004, foi instituído o Conselho Revisor com o objetivo de acompanhar o andamento das principais ações, programas e projetos do Governo do Estado, agindo preventivamente ou corretivamente na solução dos problemas encontrados, em articulação com órgão responsável e demais estruturas governamentais, com vistas ao pleno desenvolvimento dos planos.

O acompanhamento/monitoramento do Conselho Revisor é realizado por meio do Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (e-CAR), que é um instrumento gerencial para a administração e apoio ao planejamento das ações de Governo.

Para fins de acompanhamento, para cada projeto e/ou ação existe um responsável técnico nas unidades executoras, que atualiza as informações no sistema e-CAR. De acordo com a Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA), os dados inseridos são avaliados e validados para emissão dos relatórios para as reuniões semanais do Conselho Revisor, assim como, para a apresentação na reunião mensal de Análise Crítica.

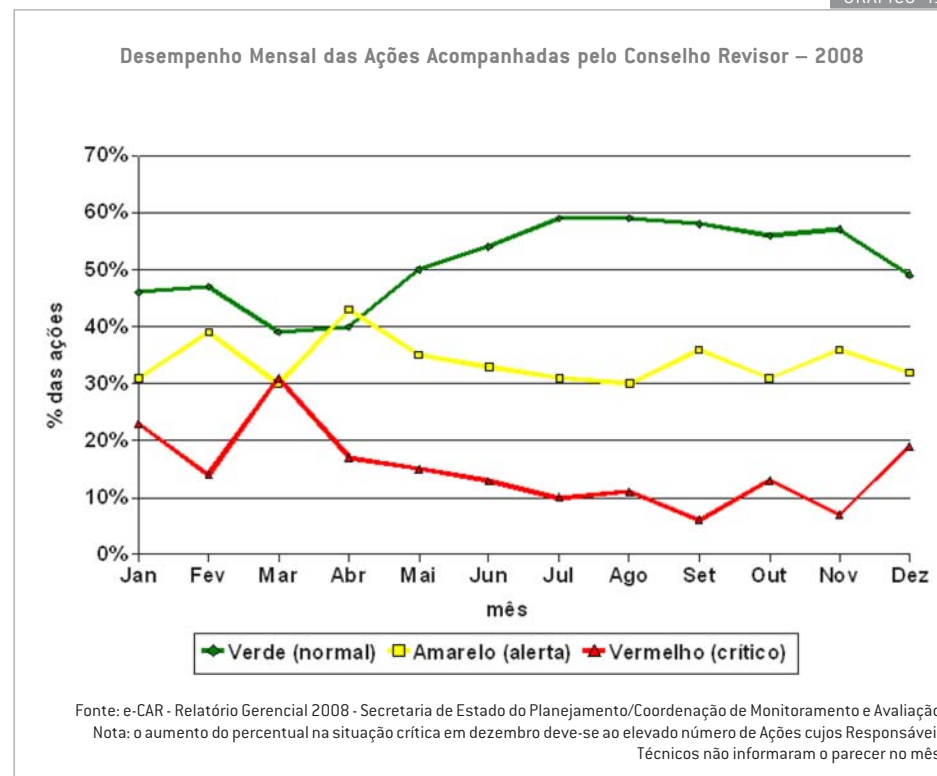
Contudo, há que se ressaltar que o processo de avaliação e validação das informações, não inclui auditoria ou fiscalização *in-loco* das operações, o que levanta dúvidas acerca de tal procedimento. Nesse sentido, cabe a recomendação de que a SEPL/CMA viabilize processo e estrutura com vistas a dar maior confiabilidade às informações alimentadas pelos responsáveis técnicos pelos projetos.

Vale mencionar que nos encontros semanais são definidas as prioridades de atuação; programação de reuniões e visitas para acompanhamento específico; relatos verbais e visuais de visitas e reuniões, e distribuição de responsabilidade entre os Secretários de Estado membros do Conselho Revisor. Na reunião mensal são monitoradas as Ações Prioritárias definidas pelo Governador em conjunto com os Secretários de Estado, onde é distribuído o Relatório Gerencial e discutido o desempenho de cada uma das ações monitoradas e encaminhadas às providências necessárias ao seu bom andamento.

O sistema e-CAR está preparado para o acompanhamento global do PPA, que abrange todos os programas que constam da LOA, além de outros não orçamentários, entretanto no exercício de 2008 foram acompanhadas em torno de 81 ações.

O gráfico que se segue ilustra o desempenho mensal dos programas acompanhados em 2008 pelo Conselho Revisor e registrados no sistema e-CAR.

GRÁFICO 41



Para entendimento do gráfico anterior, importante mencionar que o monitoramento das ações contempladas no e-CAR é registrado por diferentes cores que indicam a situação de cada Programa/Ação/Produto, onde:

- Verde significa condições normais de execução;
- Amarelo representa alerta, isto é, existência de problemas e atrasos que ainda não comprometem sua execução, mas merecem atenção dos gestores;
- Vermelho significa situação crítica, ou seja, o desenvolvimento está comprometido ou sob grave risco, necessitando de reorientações para que tenham condições de avançar.

6.2.3. Considerações Finais

Diante do exposto, conclui-se que o Poder Executivo, no ano de 2008, através da SEPL em conjunto com os demais órgãos, empreendeu melhorias no processo de acompanhamento de programas.

Em que pese não ter sido apurado os resultados dos indicadores dos Programas, inviabilizando a comparação com as metas previstas para o ano de 2008, verificou-se que foram estabelecidos outros mecanismos de monitoramento e avaliação, em diversos níveis estratégicos. Tanto que, de certa forma, permitiram mensurar os avanços dos programas e a efetividade das políticas públicas implantadas.

Conforme enfatizado anteriormente, os indicadores são fundamentais para o acompanhamento da eficácia e efetividade dos programas, ou seja, saber se os objetivos estratégicos estão sendo alcançados. Dessa forma, é fundamental que o governo estadual implante uma sistemática que permita monitorá-los, de forma a retratar o comportamento evolutivo da execução do programa ao longo dos anos e a extensão dos impactos dele decorrentes.

Convém ressaltar, contudo, que os processos de avaliação dos resultados tentam proporcionar suporte a ganhos de efetividade e implementação dos programas, conferindo transparência e *accountability* à gestão pública. Ainda, além de dar um retorno para a sociedade permite, com monitoramento constante, o aprendizado, a revisão dos planos e o aprimoramento da gestão.



VII. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Paraná foi criado pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, cabendo ao Serviço Social Autônomo Parana-previdência a gestão dos recursos financeiros vinculados aos fundos de natureza previdenciária.

Esse instituto encontra-se regulado por dispositivos constitucionais e legais fixados pelas Emendas Constitucionais n.ºs 3, 20 e 41 e pelas Leis n.ºs 8.112/90, 8.212/91 e 9.717/98.

A precitada Lei nº 12.398/98, com fulcro em estudos atuariais procedidos, estabeleceu a criação de dois fundos:

- Previdenciário, com regime de capitalização, para fazer frente ao pagamento das obrigações com as aposentadorias e pensões dos servidores ativos que, naquela data, contavam com cinquenta anos ou menos de idade, se do sexo masculino, e quarenta e cinco anos ou menos de idade, se do sexo feminino. Incluía, ainda, os servidores que ingressassem no serviço público a partir daquela data, dentro desses limites etários;
- Financeiro, com regime de repartição simples, de responsabilidade do Governo do Estado, incumbido do pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores ativos que, naquela data, contavam com cinquenta anos ou mais de idade, se do sexo masculino e quarenta e cinco anos ou mais de idade, se do sexo feminino. E mais os servidores que ingressassem no serviço público a partir daquele momento, dentro desses mesmos limites etários.

O Parana-previdência também promove a administração e a aplicação de recursos específicos de dois outros fundos: o dos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, e o Pecúlio, com característica e metodologia de fundo de capital de cobertura.

1. Receitas e Despesas Previdenciárias

As demonstrações contábeis dos Regimes Próprios de Previdência Social sofreram alterações no exercício de 2007 com a edição da Portaria nº 916, de 15 de julho de 2003, do Ministério da Previdência Social.

De acordo com a Nota Explicativa nº 2, parte integrante das Demonstrações Financeiras do Parana-previdência do ano de 2008, foram providenciadas as adaptações necessárias à transparência e fidedignidade dos registros, visando promover a compatibilização ao modelo de contabilidade pública, além de permitir às Demonstrações Contábeis retratar a posição patrimonial, financeira e atuarial.

O demonstrativo a seguir evidencia a apuração do Resultado Líquido do Exercício, destacando-se que, enquanto o Fundo Previdenciário adota o regime financeiro para o cálculo das reservas matemáticas, o Fundo Financeiro segue o regime de repartição simples, dispensando cálculos atuariais.

Em R\$ mil

TABELA 64

Apuração do Resultado do Exercício do Parana Previdência – 2007-2008				
TÍTULOS	FUNDO PREVIDENCIÁRIO		FUNDO FINANCEIRO	
	2008	2007	2008	2007
I - RECEITAS	1.248.160	1.273.381	2.289.019	2.101.820
De contribuições:	797.437	781.710	-	-
Normais do Governo do Estado do Paraná	268.900	242.170	-	-
Amortizantes do Governo do Estado do Paraná	94.438	85.734	-	-
Normais dos Servidores Ativos	269.193	243.429	-	-
Amortizantes dos Servidores Ativos	94.438	85.734	-	-
Pensionistas	70.467	124.642	-	-
Provisões:	63.783	54.685	-	-
Contribuições s/ 13º salário - Governo do Estado	31.891	27.343	-	-
Contribuições s/ 13º salário - Servidores Ativos	31.891	27.343	-	-
Remuneração das Contribuições:	384.565	435.436	-	-
Créditos de Contribuições com Financiamento	95.788	94.592	-	-
Créditos de Contribuições com Outros Ativos	180.994	169.910	-	-
Diferenças Apuradas na Base de Cálculo	16.561	78.326	-	-
Transformação Créditos Adm. em Previdenciários	8.294	8.420	-	-
Insuficiência Patrimonial do Ministério Público	57.677	58.553	-	-
Insuficiência Patrimonial do Tribunal de Justiça	25.251	25.635	-	-
Outras Receitas:	2.376	1.550	-	-
Devolução de Benefícios	1.394	458	6.253	4.890
Compensação Financeira com o INSS	982	1.092	34.204	34.196
Contribuições Normais Servidores Autopatrocinados	-	-	104	381
Repasse Financeiro do Estado p/ pgto Folha de Benefícios	-	-	2.248.458	2.062.352
II - DESPESAS	(350.368)	(295.310)	(2.285.428)	(2.101.647)
Benefícios de Renda Continuada:	(350.244)	(295.296)	(2.284.114)	(2.099.542)
Aposentadorias	(273.842)	(230.914)	(1.492.710)	(1.349.457)
Pensões	(49.110)	(41.620)	(612.186)	(588.403)
Abono Anual	(27.293)	(22.762)	(179.218)	(161.683)
Outras Despesas:	(124)	(14)	(1.314)	(2.105)
Devolução de Contribuições Previdenciárias	(34)	(2)	(0)	(2)
Compensação Financeira com o INSS	(90)	(12)	(1.313)	(2.103)
III - RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	353.956	264.370	362	490
IV - CONSTITUIÇÕES LÍQUIDAS	(1.346.536)	(1.073.779)	-	-
Reservas Matemáticas:	(1.457.906)	(1.058.338)	-	-
Benefícios Concedidos	(948.703)	(192.159)	-	-
Benefícios a Conceder	(1.354.863)	(1.108.702)	-	-
Reservas a Amortizar (Serviço Passado)	845.660	242.523	-	-
Fundos:	111.369	(15.441)	-	-
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná	14.732	(2.645)	-	-
Tribunal de Contas do Estado do Paraná	96.638	(12.796)	-	-
V - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (I-II+III-IV)	(94.787)	168.662	3.954	663

Fonte: Demonstrações Financeiras do Parana Previdência.

A movimentação do Fundo Previdenciário no exercício apresentou um déficit de R\$ 94,8 milhões, em contraposição ao resultado positivo do exercício anterior de R\$ 168,7 milhões. Essa atuação negativa aumentou o Déficit Técnico Acumulado para R\$ 245,8 milhões, conforme demonstrado na sequência.

De acordo com o Parecer Atuarial do Parana Previdência, essa situação decorre em função das recomposições salariais dos servidores, dos ajustes das hipóteses atuariais e do método de reavaliação adotado que, nos termos da legislação em vigor, incorpora pressupostos e premissas da avaliação atuarial original. Não pode, desta forma, ser atribuído à falta de contribuições previdenciárias, seja do servidor, seja da contrapartida do Estado.

Segundo considerações, a eliminação do déficit técnico acumulado passa necessariamente pela elaboração de um novo Plano de Custeio, que se encontra em fase de elaboração.

Em R\$ mil

TABELA 65

Patrimônio Líquido do Parana Previdência – 2007-2008		
TÍTULOS	2008	2007
RESERVAS	148.096	216.478
Reservas	87.299	57.659
Reserva Administrativa	87.299	57.659
Outras Reservas	60.797	158.819
Fundos Previdenciários	-	111.369
Tribunal de Contas	-	96.638
Assembléia Legislativa	-	14.732
Outro Fundos	60.797	47.449
Fundo Financeiro	7.697	3.729
Fundo dos Serventuários da Justiça	39.688	32.773
Fundo Pecúlio	13.413	10.947
SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO ACUMULADO	(245.781)	(131.365)
Resultado de Exercícios Anteriores	(151.174)	(302.140)
Resultado do Exercício Anual	(94.608)	170.775
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(97.685)	85.113

Fonte: Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Parana Previdência.

2. Aspectos Patrimoniais e Atuariais

Por ocasião da instituição do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Paraná, as Notas Técnicas Atuariais JM/0407/97 e JM/2334/98 atentavam para a necessidade de aporte ao Fundo Previdenciário, pelo Estado, de valor equivalente a 21,93% do total da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Para o Fundo Financeiro, entretanto, somente o repasse mensal do valor total da folha de pagamento de inativos e pensionistas.

Fatores supervenientes à avaliação atuarial original do Plano de Custeio, entretanto, acarretaram insuficiência dos valores repassados, provocando desequilíbrio do Fundo Previdenciário.

A Secretaria de Estado da Administração e Previdência, objetivando evitar aumento da contribuição dos segurados e pensionistas, estabeleceu que o Estado repassasse apenas 64,08% do total das contribuições devidas dos meses de maio/99 a abril/01 e 83,30% dos meses de maio/01 a abril/03. Essas diferenças entre as contribuições necessárias e devidas foram denominadas de Contribuições com Financiamento e deveriam começar a ser pagas a partir de maio do mesmo ano, por um período de vinte e três anos. O saldo dessa conta, ao final do exercício de 2008, era de R\$ 887,3 milhões, devidamente registrados no Balanço Patrimonial do Estado.

A esse respeito, dão conta de que se tratam de haveres atuariais, ou seja, obrigações financiadas de longo prazo, consideradas desnecessárias de imediato.

Por seu turno, a Procuradoria Geral do Estado entende que a apuração do total do crédito deverá ter por meta o equilíbrio financeiro do regime previdenciário do ParanaPrevidência. Atualmente, não há necessidade de aporte de recurso financeiro, mas sim de bens, ações e outros ativos até a satisfação integral do crédito.

Outro aspecto abordado no § 2º, do artigo 83, da Lei nº 12.398/98 diz respeito ao regime de financiamento do Fundo Previdenciário, relativamente à forma de transferência das parcelas das contribuições dos servidores e do Estado.

A diferença entre os valores devidos e os efetivamente repassados em espécie é registrada na conta denominada Crédito de Contribuições com Outros Ativos, cujo saldo ao final de 2008 era de R\$ 1,7 bilhão. Tal valor está sendo amortizado parcialmente com os recursos provenientes dos resgates mensais dos Certificados Financeiros do Tesouro Nacional, emitidos pela União em decorrência de contrato firmado com o Governo do Estado do Paraná.

Os Créditos a Receber pelo ParanaPrevidência, incluindo os registrados no Ativo Financeiro e no Realizável a Longo Prazo, totalizaram ao final de 2008 R\$ 5,3 milhões, demonstrados a seguir.

Em R\$ mil

TABELA 66

Créditos a Receber pelo Parana Previdência – 2007-2008

CRÉDITOS A RECEBER	2008	2007
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO - ATIVO FINANCEIRO	86.262	83.739
Contribuições Previdenciárias:	76.735	59.139
do Estado do Paraná	36.800	28.447
dos Servidores	39.935	30.692
Depósitos Judiciais:	5.111	240
Fundo Financeiro	4.746	18
Fundo Previdenciário	75	110
Fundo Administrativo	290	112
Outros Créditos a Receber:	4.417	24.360
IPTU a Receber	12	12
Compensação Financeira com o INSS	2.646	3.307
Créditos a Receber do Tribunal de Justiça	879	20.688
Benefícios a Ressarcir	12	12
Custeio de Pensões Serventuários da Justiça	180	211
IOF HSBC a Recuperar	558	-
Multas e Juros a Ressarcir pelo Governo do Estado	70	70
Créditos junto ao TRF Judicial devidos	60	60
CRÉDITOS A RECEBER - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.190.687	4.463.937
Haveres Atuariais:	3.769.101	3.192.056
Créditos de Contribuição com Financiamento	877.323	781.535
Créditos de Contribuição com Outros Ativos	1.709.489	1.406.483
Insuficiência Patrimonial do Tribunal de Justiça	231.276	206.025
Insuficiência Patrimonial do Ministério Público e Outras Reservas	528.258	470.581
Provisão para Contribuições Aposentados e Pensionistas	195.109	124.642
Diferenças Apuradas na Base de Cálculo das Contribuições	151.684	135.123
Transformação de Créditos Administrativos em Previdenciários	75.962	67.668
Títulos a Receber:	1.421.586	1.271.880
Certificado do Tesouro Nacional - CFT - HSTN 582 com IGP-DI	449.050	-
Certificado do Tesouro Nacional - CFT - HSTN 0009 - US\$	972.536	1.271.880
TOTAL	5.276.949	4.547.675

Fonte: Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Parana Previdência.

Ressalte-se, a propósito, que o Ministério Público e o Tribunal de Justiça assinaram convênios com o Parana Previdência transferindo a administração, concessão e manutenção dos benefícios previdenciários ao Serviço Social.

As Insuficiências Patrimoniais consignadas como créditos são decorrentes da diferença entre as contribuições vertidas desde o início das atividades do Parana Previdência e o valor apurado no cálculo para a reserva matemática, à época da operação.

Com o objetivo de cobrir os gastos de natureza administrativa dos fundos de natureza previdenciária o artigo 30, da Lei nº 12.398/98, estabeleceu que o Estado deve transferir, ao Parana Previdência, o equivalente a 1,50% do total de proventos e pensões pagos aos segurados inativos e pensionistas.

Apesar dessa obrigação legal, no entanto, a partir de agosto de 2003 o Governo do Estado começou a repassar, mensalmente, somente os valores necessários para o custeio administrativo. A diferença está sendo contabilizada na conta Créditos Administrativos e totalizou, ao final do exercício, R\$ 83,0 milhões, não constando da tabela anterior por estar classificada a título de Bens e Valores em Circulação.

Fundamentado na Portaria nº 1.348, de 19 de julho de 2005, do Ministério da Previdência Social, o Conselho Deliberativo aprovou, com a anuência da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, um encontro de contas entre o Governo do Estado e o Parana Previdência, transformando todos os valores não repassados em créditos previdenciários.



VIII. LIMITES
CONSTITUCIONAIS
E LEGAIS

As Constituições Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 15.609/07) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04/05/00) estabeleceram limites, mínimos ou máximos, tanto na fixação quanto na execução da despesa orçamentária. A subseqüente tabela apresenta os limites e os valores realizados nos últimos quatro exercícios.

TABELA 67

Limites das CF e CE e da LDO – Verificação de Cumprimento – 2005-2008						
TÍTULO	LEGISLAÇÃO	LIMITE LEGAL	EXECUÇÃO			
			2008	2007	2006	2005
DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO						
Poder Legislativo	Lei Estadual nº 15.609/07 art.6º	< ou = 5%	5,25%	4,72%	5,01%	4,98%
Poder Judiciário	Lei Estadual nº 15.609/07 art.6º	2005 a 2007 < ou = 8,5% 2008 < ou = 9%	8,96%	8,30%	8,53%	8,39%
Ministério Público	Lei Estadual nº 15.609/07 art.6º	2005 < ou = 3,6% 2006 < ou = 3,7% 2007 < ou = 3,8% 2008 < ou = 4%	3,90%	3,74%	3,72%	3,58%
DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL						
Educação	CF art. 212 CE art. 185 e 179 §§ 6º e 7º	até 2006 > ou = 25% a partir de 2007 > ou = 30%	30,45%	33,22%	30,10%	26,56%
Ciência e Tecnologia	CE art. 206	> ou = 2%	1,94%	2,02%	2,00%	1,81%
Limite Gastos Saúde	CF art. 77, § 1º - ADCT	2004 > ou = 12,47% a par- tir de 2005 > ou = 12,00%	12,19%	12,00%	12,41%	10,26%
Pessoal - Total Estado	CF art. 169 § único Lei Compl. 101/00 art.19, II	< ou = 60%	49,41%	51,60%	54,52%	54,35%
Pessoal - Poder Executivo	CF art. 169 Lei Compl. 101/00 art.20, II, c	< ou = 49%	42,27%	44,22%	41,97%	46,94%
Pessoal - Poder Legislativo	CF art. 169 Lei Compl. 101/00 art.20, II, a	< ou = 3%	2,30%	2,15%	2,23%	2,37%
Pessoal - Poder Judiciário	CF art. 169 Lei Compl. 101/00 art.20, II, b	< ou = 6%	3,61%	3,80%	3,80%	3,68%
Pessoal - Ministério Público	CF art. 169 Lei Compl. 101/00 art.20, II, d	< ou = 2%	1,24%	1,44%	1,72%	1,36%

Fonte: Constituição Federal e Estadual; LDO (Lei nº 15.609/07); LOA (Lei nº 15.750/07); L. C. nº 101/00; Relatórios SIA 106-B, SIA112-A, SIA215, SIA308, SIA840, SIA846 e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. I.

O demonstrativo analítico da verificação do cumprimento desses limites, no exercício em análise, encontra-se na tabela a seguir:

Em R\$

TABELA 68

Limites Constitucionais e Legais – Valores Aplicados – 2008				
TÍTULO	LIMITE LEGAL	VALOR APLICADO	% EXECUÇÃO	RESULTADO
REPASSE DE RECURSOS AOS PODERES				
RECEITA TOTAL DO ESTADO (-) EXCLUSÕES LEGAIS (Base de Cálculo)		8.335.237.200,59		
PODER LEGISLATIVO	até 5%	437.899.957,65	5,25%	Cumprido
Assembléia Legislativa	(3,10% para ALEP 1,90% para TC)	280.452.699,34	3,36%	Ñ Cumprido
Tribunal de Contas		157.447.258,31	1,89%	Cumprido
PODER JUDICIÁRIO	até 9%	747.000.000,00	8,96%	Cumprido
MINISTÉRIO PÚBLICO	até 4%	325.000.000,00	3,90%	Cumprido
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PÚBLICO				
RECEITA DE IMPOSTOS (-) EXCLUSÕES LEGAIS (Base de Cálculo)		12.047.697.683,66		
Administração Geral		176.255.969,25	1,46%	
Ensino Fundamental		1.779.063.425,52	14,77%	
Ensino Médio		580.193.599,59	4,82%	
Ensino Profissional		12.749.111,64	0,11%	
Ensino Superior	Mínimo de 30%	650.735.416,75	5,40%	
Educação p/Jovens e Adultos		111.462.148,29	0,93%	
Educação Especial		162.213.560,11	1,35%	
Perda do FUNDEB		195.459.329,29	0,00%	
Formação de Recursos Humanos		61.425,88	0,00%	
Gastos Líquidos com Educação		3.668.193.986,32	30,45%	Cumprido
CIÊNCIA E TECNOLOGIA				
RECEITA TRIBUTÁRIA (-) EXCLUSÕES LEGAIS (Base de Cálculo)		8.468.286.606,69		
DESPESAS COM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Mínimo de 2%	164.252.060,52	1,94%	Ñ Cumprido
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
RECEITA DE IMPOSTOS (-) EXCLUSÕES LEGAIS (Base de Cálculo)		10.004.416.019,76		
DESPESAS COM SERVIÇOS DE SAÚDE	Mínimo de 12%	1.219.640.217,16	12,19%	Cumprido
GASTOS COM PESSOAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Base de Cálculo)		14.482.742.992,59		
TOTAL DO ESTADO	até 60%	7.156.249.681,10	49,41%	Cumprido
EXECUTIVO	até 49%	6.121.653.125,31	42,27%	Cumprido
LEGISLATIVO	até 3%	332.872.902,80	2,30%	Cumprido
JUDICIÁRIO	até 6%	522.256.030,18	3,61%	Cumprido
MINISTÉRIO PÚBLICO	até 2%	179.467.622,81	1,24%	Cumprido

Fonte: Constituição Federal e Estadual; LDO (Lei nº 15.609/07); LOA (Lei nº 15.750/07); L. C. nº 101/00; Relatórios SIA106-B, SIA112-A, SIA215, SIA308, SIA840, SIA846 e Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. I.

Em face da impossibilidade de avaliação dos indicadores dos programas, uma vez que não houve apuração dos índices para o exercício em análise, conforme observações feitas no capítulo VI (item 6.1.2.), optou-se por analisar alguns aspectos relacionados ao atingimento de metas, nas áreas de Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia. É importante observar que a análise limitou-se aos dados repassados pelos órgãos responsáveis pelas referidas áreas, podendo em uma avaliação mais acurada, serem identificadas possíveis inconsistências.

1. Cotas Liberadas para os Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público

Os arts. 98, § 1º, 115 e 133, § 10 da Constituição Estadual estabelecem que o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Poder Legislativo deverão elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A cota de recursos liberada pela Secretaria de Estado da Fazenda à Assembléia Legislativa extrapolou em 0,26% ao estabelecido no art. 6º da Lei nº 15.609/07 (LDO).

2. Gastos com Educação

2.1. Limite Constitucional

2.1.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

De acordo com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 21/07 ao art. 185 da Constituição Estadual, o Estado do Paraná deve aplicar, a partir do exercício de 2007, pelo menos 30,00% das suas receitas resultantes de impostos, somadas as Transferências, em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

O Estado cumpriu esse mandamento constitucional, pois aplicou em MDE R\$ 3,7 bilhões, o que representa 30,45% da base de cálculo.

A distribuição dos recursos em MDE, nos últimos quatro exercícios, em valores atualizados, se comportou conforme demonstrado na tabela a seguir.

Em R\$ mil

TABELA 69

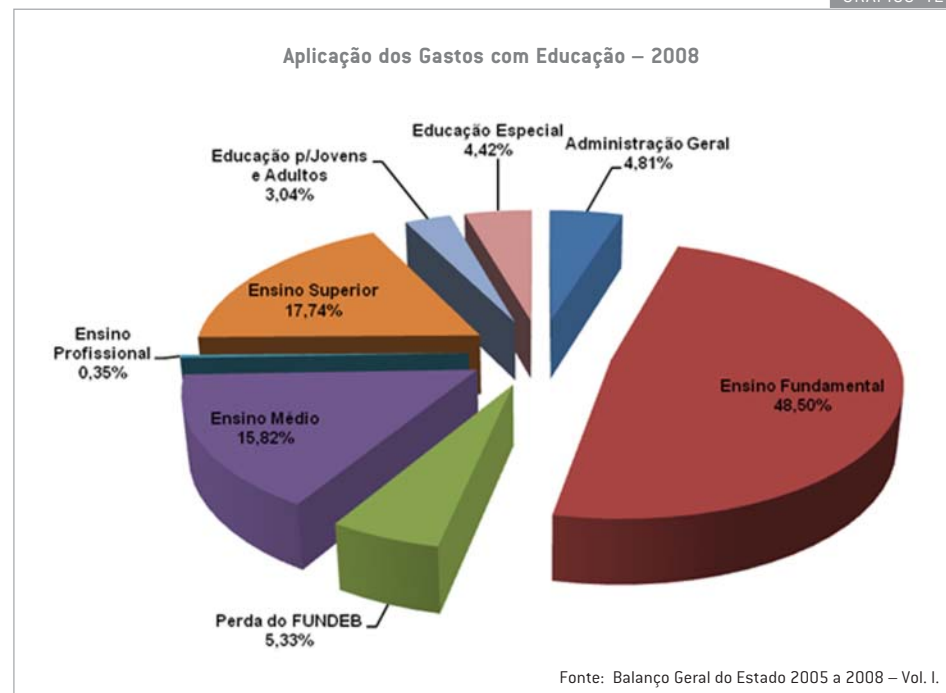
Evolução dos Gastos com Educação – Valores Constantes – 2005-2008										
TÍTULOS	2005		2006		2007		2008			Var. 2008/2007
	Valor	% s/ base cálc.	Valor	% s/ base cálc.	Valor	% s/ base cálc.	Valor	% s/ base cálc.	% s/ total	
Receita de Impostos (Base de Cálculo)	10.801.536		9.479.619		9.485.584		12.047.698			
Administração Geral	216.278	2,00%	235.940	2,49%	242.096	2,55%	176.256	1,46%	4,80%	-27,20%
Ensino Fundamental	1.539.836	14,26%	1.256.387	13,25%	1.453.349	15,32%	1.779.063	14,77%	48,50%	22,41%
Ensino Médio	467.058	4,32%	606.424	6,40%	647.350	6,82%	580.194	4,82%	15,82%	-10,37%
Ensino Profissional	7.974	0,07%	8.728	0,09%	27.016	0,28%	12.749	0,11%	0,35%	-52,81%
Ensino Superior	457.316	4,23%	531.586	5,61%	550.175	5,80%	650.735	5,40%	17,74%	18,28%
Educação p/Jovens e Adultos	54.472	0,50%	55.053	0,58%	79.547	0,84%	111.462	0,93%	3,04%	40,12%
Educação Especial	124.334	1,15%	122.942	1,30%	147.898	1,56%	162.214	1,35%	4,42%	9,68%
Perda do FUNDEB	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	195.459	1,62%	5,33%	0,00%
Tecnologia da Informação	1.993	0,02%	517	0,01%	3.259	0,03%	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Formação de Recursos Humanos	62	0,00%	13	0,00%	20	0,00%	61	0,00%	0,00%	206,52%
Desporto Comunitário	0	0,00%	35.318	0,37%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Disp. Líquida c/ Educação	2.869.323	26,56%	2.852.907	30,10%	3.150.711	33,22%	3.668.194	30,45%	100,00%	16,42%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2005 a 2008 – Vol. I.

Dos gastos efetuados em 2008, comparativamente a 2007, destaca-se o aumento real dos dispêndios na Educação para Jovens e Adultos (40,12%), no Ensino Fundamental (22,41%), Ensino Superior (18,28%) e na Educação Especial (9,68%). Por outro lado, observa-se uma queda real acentuada nos gastos com Ensino Profissional (-52,81%) e na Administração Geral (-27,20%).

O gráfico adjacente ilustra a distribuição dos recursos aplicados em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no exercício de 2008.

GRÁFICO 42



2.1.2. FUNDEB

O FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/06, de 19 de dezembro de 2006, e posteriormente regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, tendo como objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos de educação básica. Na verdade, substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, instituído pela Emenda Constitucional nº 14/1996, que era voltado apenas para o atendimento do ensino fundamental.

A legislação do FUNDEB prevê uma elevação gradual da alíquota sobre a base de cálculo, até alcançar 20,00%, e determina que o mínimo de 60,00% dos valores anuais transferidos à conta do fundo sejam destinados à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica.

Relativamente aos recursos empregados no exercício, a tabela a seguir demonstra a composição da Receita e a sua destinação nas diversas espécies de gasto.

TABELA 70

Origens e Aplicações de Recursos do FUNDEB – 2008

ORIGEM DOS RECURSOS	R\$	%
SALDO FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	163.745.202,61	8,14%
(1) Receita do FUNDEB	1.818.350.259,41	90,37%
Rendimentos de Aplicação Financeira do Exercício	30.071.051,72	1,49%
TOTAL DAS RECEITAS	2.012.166.513,74	100,00%
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	R\$	%
DESPESAS PAGAS APLICADAS NA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO MÍNIMO - 60% DOS RECURSOS	1.343.943.628,91	66,79%
Pessoal	1.036.501.190,84	51,51%
Encargos Sociais	131.742.190,45	6,55%
Auxílio Transporte	155.352.168,17	7,72%
Restos a Pagar de Pessoal	0,00	0,00%
Restos a Pagar de Encargos Sociais	20.348.079,45	1,01%
DESPESAS PAGAS APLICADAS NA MANUT. E DESENV. DO ENSINO NO MÁXIMO - 40% DOS RECURSOS	492.977.808,02	24,50%
Despesa com Pessoal	302.146.110,41	15,02%
Despesa com Encargos	21.257.306,76	1,06%
Aquisição Material de Consumo	3.210.529,00	0,16%
Obras	7.742.041,68	0,38%
Reparos Esc. Est.	10.380.654,28	0,52%
Água e Esgoto	12.547.332,28	0,62%
Auxílio Transporte	3.634.197,95	0,18%
Despesa Transporte Escolar	31.923.384,21	1,59%
Aquisição de Equipamentos	290.618,17	0,01%
Energia Elétrica	20.856.620,39	1,04%
Programa Paraná Digital	7.155.762,31	0,36%
Contribuições Entidades Privadas - APÊs - Custeio	3.987.826,25	0,20%
Despesas com Capacitação	10.910.686,06	0,54%
Restos a Pagar com Obras	24.275.656,22	1,21%
Restos a Pagar de Aquisição de Equipamentos	4.270.855,12	0,21%
Restos a Pagar Capacitação	154,50	0,00%
Restos a Pagar Material Didático	2.611.980,00	0,13%
Restos a Pagar Reparos	16.373.404,93	0,81%
Restos a Pagar de Energia e Água	143.777,07	0,01%
Restos a Pagar de Serviços Gráficos	2.137.705,00	0,11%
Restos a Pagar de Transporte Escolar	178.512,50	0,01%
Restos a Pagar PARANAEDUCAÇÃO	575.100,81	0,03%
Despesas de Telefonia	6.367.592,12	0,32%
(2) TOTAL DAS DESPESAS	1.836.921.436,93	91,29%
SALDO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	175.245.076,81	8,71%
(-) Despesas de Restos a Pagar do Exercício de 2003	301.192,55	0,01%
(-) Despesas de Restos a Pagar do Exercício de 2004	1.169.047,65	0,06%
(-) Despesas de Restos a Pagar do Exercício de 2005	395.856,87	0,02%
(-) Despesas de Restos a Pagar do Exercício de 2006	2.355.543,12	0,12%
(-) Despesas de Restos a Pagar do Exercício de 2007	39.038.532,87	1,94%
(-) Despesas de Restos a Pagar do Exercício de 2008	161.141.779,01	8,01%
DISPONIBILIDADES DO FUNDEB PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	(29.156.875,26)	-1,45%
(3) DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO	1.321.750.513,68	
(4) TOTAL DE RECURSOS DO FUNDEB PARA O ESTADO DO PARANÁ (1+3)	3.140.100.773,09	

Fonte: Balanço Geral Consolidado - Limites Constitucionais; Prestação de Contas Anual - FUNDEB; CENSO ESCOLAR - <http://www.fnede.gov.br>.

Como pode ser observado na tabela anterior, em 2008, as receitas do FUNDEB totalizaram R\$ 2,0 bilhões, sendo destinadas 66,79% (R\$ 1,3 bilhão) para Valorização do Magistério e 24,50% (R\$ 493,0 milhões) para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, restando 8,71% (R\$ 175,2 milhões) de saldo para o exercício seguinte.

Importa enfatizar que em relação ao déficit financeiro de R\$ 29,157 mil, decorrente do valor comprometido (empenhado) superior ao total da receita arrecadada, por meio da Nota Técnica nº 01/2009, anexa à prestação de contas anual do FUNDEB ao Tribunal de Contas, a Secretaria de Estado da Educação clareou que:

- o mês de dezembro historicamente é onde ocorre uma maior arrecadação;
- em 2008, isso não ocorreu, demonstrando a interferência da crise econômica internacional na formação das receitas do FUNDEB;
- visando o equilíbrio financeiro do FUNDEB, no mês de março de 2009 a SEED reduziu as despesas empenhadas do exercício de 2009 em R\$ 10,0 milhões, a qual será recomposta dentro da apuração dos saldos mensais do FUNDEB durante o exercício 2009, sem comprometer o equilíbrio financeiro do exercício;
- o relatório demonstrativo dos pagamentos de despesas inscritas em restos a pagar do exercício, mês de referência março de 2009, apontou um saldo disponível do FUNDEB de R\$ 3,3 milhões, o que demonstra que o déficit apurado em 31/12/2008 foi regularizado;

Para movimentação dos recursos destinados ao FUNDEB, o Estado mantém conta específica no Banco do Brasil (agência 3793-1 conta 58051-1).

Os valores estimados por aluno e modalidade de ensino, para o exercício de 2008, foram fixados pela Portaria Interministerial nº 1.027/2008, cabendo ao Paraná os valores demonstrados nos dados a seguir.

TABELA 71

Base de Repasse do FUNDEB – Valor Anual Estimado por Aluno e Modalidade de Ensino – 2008

VALOR ANUAL EM R\$ ESTIMADO POR ALUNO E POR MODALIDADE DE ENSINO (PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.027, DE 19 DE AGOSTO DE 2008)	NÚMERO DE MATRÍCULAS	VR. ANUAL POR ALUNO - ESTIMADO R\$	ESTIMATIVA DE RECEITA R\$
EDUCAÇÃO INFANTIL - Creche Tempo Integral	49.261,3	1.484,89	73.147.611,76
EDUCAÇÃO INFANTIL - Creche Tempo Parcial	6.433,3	1.079,92	6.947.449,34
EDUCAÇÃO INFANTIL - Pré-escola Tempo Integral	26.696,0	1.552,39	41.442.603,44
EDUCAÇÃO INFANTIL - Pré-escola Tempo Parcial	60.736,7	1.214,91	73.789.624,20
ENSINO FUNDAMENTAL - Séries Iniciais Urbanas	670.236,0	1.349,90	904.751.576,40
ENSINO FUNDAMENTAL - Séries Iniciais Rurais	77.234,0	1.417,40	109.471.471,60
ENSINO FUNDAMENTAL - Séries Finais Urbanas	689.927,0	1.484,89	1.024.465.703,03
ENSINO FUNDAMENTAL - Séries Finais Rurais	49.927,0	1.552,39	77.506.175,53
ENSINO FUNDAMENTAL - Tempo Integral	20.486,0	1.687,38	34.567.666,68
ENSINO MÉDIO - Urbano	243.007,3	1.619,89	393.645.095,20
ENSINO MÉDIO - Rural	8.752,0	1.687,38	14.767.949,76
ENSINO MÉDIO - Integrado à Educação Profissional	26.618,0	1.754,88	46.711.395,84
EDUCAÇÃO ESPECIAL	38.266,0	1.619,89	61.986.710,74
EDUCAÇÃO INDÍGENA/QUILOMBOLA	4.581,3	1.619,89	7.421.202,06
EJA - Avaliação no Processo	127.200,0	944,93	120.195.096,00
Instituições Conveniadas - Creche Tempo Integral	8.547,3	1.282,41	10.961.142,99
Instituições Conveniadas - Creche Tempo Parcial	1.258,0	1.079,92	1.358.539,36
Instituições Conveniadas - Pré-Escola Tempo Integral	9.126,0	1.552,39	14.167.111,14
Instituições Conveniadas - Pré-Escola Tempo Parcial	1.613,3	1.214,91	1.960.014,30
Instituições Conveniadas - Educação Especial	14.223,3	1.619,89	23.040.181,44
MATRÍCULAS CONSIDERADAS NO FUNDEB EM 2008	2.134.129,80		3.042.304.320,80
VALOR ANUAL ESTIMADO POR ALUNO			R\$1.425,55
Valor Mínimo Nacional por Aluno (Portaria Interministerial nº 1.027/2008)			R\$1.132,34
VALORES EFETIVOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO DE 2008			
TOTAL DE RECURSOS DO FUNDEB PARA O ESTADO DO PARANÁ		R\$3.140.100.773,09	
TOTAL DE MATRÍCULAS PONDERADAS	2.134.129,80		
Valor Anual por Aluno no Estado			R\$1.471,37

Fonte: Portaria Interministerial nº 1.027/2008, Lei nº 11.494/2007 e Censo Escolar 2007.

É de relevo destacar que o valor anual mínimo nacional por aluno passou de R\$ 941,68 em 2007, para R\$ 1.132,34 em 2008. No âmbito federal o valor anual estimado por aluno para o Estado do Paraná, foi de R\$ 1.425,55, no entanto, no resultado final atingiu o valor de R\$ 1.471,37, superando o fixado no disposto e dispensando a complementação constitucional da União.

2.2. Análise de Aspectos Relevantes da Educação

Com vistas a acompanhar a evolução de aspectos relevantes do desempenho global do setor de educação, conforme mencionado anteriormente, foram realizadas análises com comparação histórica de indicadores educacionais, a partir de dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEED).

A intenção, inicialmente, era realizar uma análise mais extensa, por exemplo, com a inclusão de dados sobre rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono). A avaliação, contudo, acabou sendo limitada em virtude de que durante a elaboração deste relatório, a Coordenação do Censo da Educação Básica da SEED ainda estava consolidando o censo escolar referente ao exercício financeiro de 2008, com previsão para disponibilização somente no segundo semestre de 2009.

A seguir são apresentadas as análises procedidas:

2.2.1. Quantidade de Professores da Rede Estadual

TABELA 72

Evolução da Quantidade de Professores da Rede Estadual – 2005-2008

ANO	ESTATUTÁRIO		REGIME ESPECIAL		COMPARATIVO [2/1]
	CARGOS [1]	VARIAÇÃO %	CARGOS [2]	VARIAÇÃO %	
2005	49.939	100,00	12.081	100,00	24,19
2006	56.949	114,04	12.417	102,78	21,80
2007	56.564	113,27	15.400	127,47	27,23
2008	55.448	111,03	19.486	161,29	35,14

Fonte: SEED – Secretaria de Estado de Educação.

Notas: [1] Base: mês de novembro; [2] Regime Especial - em 2005 estão incluídos 5.655 professores contratados pela CLT.

Nota-se que, de 2005 para 2006, o quadro de professores estatutários cresceu significativamente 14,04%. A partir de 2007, porém, vem reduzindo anualmente. Já em relação aos contratados pelo regime especial, se verifica o inverso: aumento anual do quadro, com elevação de 61,29% na comparação com 2005.

Destaca-se, ainda, que em 2005 os professores contratados através de processo seletivo simplificado representavam 24,19% dos estatutários, passando para 35,14% em 2008.

Sobre essas constatações a SEED esclareceu que: “O aumento significativo de 2005 a 2006 deve-se ao fato que no ano de 2005 a SEED contava com professores contratados pela CLT. Todos esses professores tiveram rescisão de contrato em 31/12/05. Nos anos subsequentes o aumento do número de contratados deve-se à criação de novas escolas, novas turmas, novos cursos, número de afastamentos para licença médica e aos afastamentos de professores participantes do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, previsto na Lei Complementar nº 103/2004. Ressalta ainda, que os professores contratados através do Regime Especial possuem carga horária diferenciada. Ministram de uma a quarenta horas/aula semanais, portanto o número de contratos efetivos poderá sofrer alteração”.

2.2.2. Distribuição Administrativa dos Alunos por Esfera

TABELA 73

Número de alunos					
ETAPA/MODALIDADE - DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação Infantil	710	141	214.168	85.165	300.184
Ensino Fundamental	491	783.692	153.952	1.690.852	752.717
Ensino Médio	3.112	---	51.541	472.244	417.591
Educação Profissional (Nível Técnico)	3.391	---	18.117	44.722	23.214
Educação de Jovens e Adultos – presencial - Ensino Fundamental	--	35.672	1.269	107.993	71.052
Educação de Jovens e Adultos – presencial - Ensino Médio	131	---	3.506	77.205	73.568
Educação Especial	0	13.138	21.291	34.926	497
Total	7.266	1.046.670	334.841	2.728.126	1.339.349

Fonte: MEC/Inep/Deed
Notas: Os totais não incluem matrículas em turmas de atividade complementar; o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Os dados foram validados pela SEED.

O Estado do Paraná, segundo os dados extraídos do Censo Escolar publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), possuía, em 2008, 2.728.126 alunos matriculados nas redes de ensino público e particular. Deste total, 1.339.349 alunos, ou seja, 49,09% estavam matriculados na rede de ensino público estadual, mostrando assim a importância dos investimentos na área da educação.

2.2.3. Matrículas na Região Sul

TABELA 74

Número de alunos						
ETAPA/MODALIDADE	PR	VAR. 2007/2008	SC	VAR. 2007/2008	RS	VARIAÇÃO 2007/08
Educação Infantil	300.184	1,22 %	245.028	4,56 %	246.539	1,17 %
Ensino Fundamental	1.690.852	0,78 %	914.582	- 0,63 %	1.598.403	- 1,81 %
Ensino Médio	472.244	0,67 %	241.941	1,93 %	429.349	- 2,56 %
Educação Profissional (Nível Técnico)	44.722	7,07 %	29.121	- 2,43 %	80.661	4,16 %
Educação de Jovens e Adultos – presencial - Ensino Fundamental	107.993	- 4,44 %	62.097	- 7,52 %	107.594	- 5,03 %
Educação de Jovens e Adultos – presencial - Ensino Médio	77.205	- 8,24 %	65.156	- 4,15 %	70.813	- 3,77 %
Educação Especial	34.926	- 27,76 %	17.296	0,58 %	24.306	- 5,70 %
Total	2.728.126	- 0,10 %	1.575.221	0,06 %	2.557.665	- 1,71 %

Fonte: MEC/Inep/Deed
Notas: Os totais não incluem matrículas em turmas de atividade complementar; o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Os dados foram validados pela SEED.

Da análise dos dados anteriores, constata-se que em 2008, no Paraná, houve crescimento no número de alunos matriculados do ensino infantil ao profissionalizante, fato não acompanhado pelos demais estados da região Sul. Na educação especial e de jovens verifica-se redução bastante significativa das matrículas. Conforme informação da SEED, a diminuição da Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve-se à migração de parte dos alunos para o ensino regular ou médio integrado. A queda acentuada no número de matrículas na educação especial foi justificada em função da nova exigência de laudo psicológico do aluno e, de que na época do Censo Escolar, a rede pública ainda estava se adequando.

TABELA 75

Evolução das Matrículas na Rede Estadual – Paraná - 2005-2008					
Número de alunos					
ETAPA/MODALIDADE	2005	2006	2007	2008	VARIAÇÃO 2007/08
Educação Infantil	1.646	698	526	710	34,98 %
Ensino Fundamental	741.430	760.016	752.679	752.717	0,00 %
Ensino Médio	409.489	418.495	417.566	417.591	0,00 %
Educação Profissional (Nível Técnico)	26.223	28.069	25.038	23.214	- 7,28 %
Educação de Jovens e Adultos – presencial - Ensino Fundamental	36.263	64.780	76.887	71.052	- 7,59 %
Educação de Jovens e Adultos – presencial - Ensino Médio	29.391	65.466	80.496	73.568	- 8,61 %
Educação Especial	1.102	822	478	497	3,97 %
Total	1.245.544	1.338.346	1.354.670	1.338.348	- 1,20 %

Fonte: MEC/Inep/Deed

Notas: Os totais não incluem matrículas em turmas de atividade complementar; o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
Os dados foram validados pela SEED.

Comparativamente a 2007, no geral houve um decréscimo, ainda que insignificante, no percentual de alunos matriculados na rede pública estadual. A queda no número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos é justificada pela migração de parte dos alunos para o ensino regular ou médio integrado. Já a diminuição do número de alunos matriculados no ensino profissionalizante, segundo a Secretaria de Estado da Educação, foi propiciada pela queda da demanda.

2.2.4. Capacitação de Recursos Humanos

A capacitação constitui a linha mestra das políticas educacionais do Estado, aliada à reformulação do currículo. Em 2008 foram realizados 648 eventos, com a participação de 296.288 servidores, atuantes em diferentes níveis da Educação Básica, sendo aplicados cerca de R\$ 35,8 milhões. Pelas informações constantes na tabela 76, nota-se que o número de participantes e os valores investidos em 2008 mais que dobraram em comparação a 2007.

Em R\$ mil

TABELA 76

Evolução dos Eventos de Capacitação de Recursos Humanos – 2005-2008				
ANO	EVENTOS	VAGAS	PARTICIPANTES	VALOR R\$
2005	478	180.468	183.539	13.933
2006	461	356.483	149.119	15.705
2007	437	239.020	100.917	14.376
2008	648	414.709	296.288	35.778
TOTAL	2.024	1.190.680	729.863	79.792

Fonte: SEED.

3. Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia

O artigo 205, da Constituição Estadual dispõe que o Estado deve aplicar, no mínimo, 2,00% da Receita Tributária na pesquisa científica e tecnológica.

No exercício de 2008, o Governo Estadual não conseguiu cumprir esse mandamento constitucional, aplicando R\$ 164,2 milhões, equivalentes a 1,94% da base de cálculo.

TABELA 77

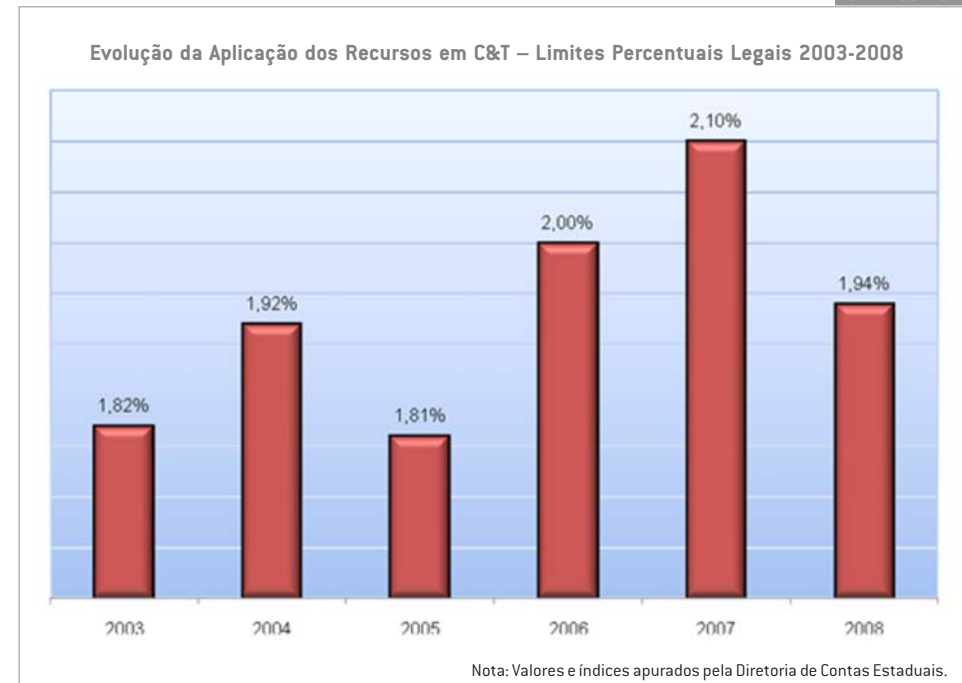
Demonstrativo dos Recursos Aplicados em Ciência e Tecnologia – 2008		
TÍTULO	ORÇAMENTO FINAL R\$	EXECUÇÃO R\$
1 BASE DE CÁLCULO	9.108.063.338,00	8.468.286.606,69
2 MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	182.348.166,76	169.582.886,41
3 VALOR CONSIGNADO P/CIÊNCIA E TECNOLOGIA	178.177.013,00	164.252.060,52
PERCENTUAL PREVISTO (3/1)	1,96%	1,94%
4 APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
SETI	145.892.835,00	133.490.860,61
SESA	25.706.127,00	24.498.505,24
SEAB	6.578.051,00	6.262.694,67
5 VALOR GASTO C/CIÊNCIA E TECNOLOGIA	178.177.013,00	164.252.060,52
6 PERCENTUAL APLICADO (5/1)	1,96%	1,94%

Fonte: Diretoria de Contas Estaduais - Papel de Trabalho da Prestação de Contas do Governador – 2008.
Nota: O total aplicado em Ciência e Tecnologia foi obtido considerando as despesas empenhadas em todos os Projetos/Atividades pertencentes à Fonte 132.

As manifestações das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, dão conta que não foi possível executar integralmente os recursos programados por questões de natureza administrativa, ligadas à suplementação orçamentária. Os recursos não aplicados em 2008, encontram-se disponibilizados em conta corrente do Banco do Brasil S/A. e acrescidos ao orçamento do exercício financeiro de 2009.

O gráfico seguinte revela a evolução da aplicação dos recursos em C&T em termos percentuais, onde se percebe que houve queda em relação aos dois exercícios anteriores.

GRÁFICO 43






3.1. Gestão dos Recursos de Ciência e Tecnologia

O Fundo Paraná, instituído pela Lei no 12.020, de 09 de janeiro de 1998, administrado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, por meio da Unidade Gestora do Fundo (UGF), tem por finalidade apoiar o financiamento de programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e atividades afins segundo as diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT PARANÁ) e aprovadas pelo Governador do Estado.

A Lei nº 15.123, de 18 de maio de 2006, prevê que 2,00% anuais da receita tributária estadual sejam transferidos para o Fundo Paraná, sendo 1,00% na forma de ativos pertencentes ao Estado, e 1,00% na forma de recolhimento direto e automático à conta especial do Fundo.

Os recursos desse Fundo são distribuídos de acordo com o definido em Lei, na proporção demonstrada a seguir:

TABELA 78

Distribuição dos Recursos do Fundo Paraná		
DESTINAÇÃO	%	OBJETIVO
 UGF Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	50,00%	Responsável pela aplicação e operacionalização dos recursos destinados a programas e projetos estratégicos de órgãos e entidades públicas e privadas que se enquadrem nas diretrizes do Estado.
 Fundação Araucária Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Pessoa	30,00%	Fomento a projetos individuais de pesquisa científica, à formação de recursos humanos e à instalação de instituições científicas públicas e privadas
 Tecpar	20,00%	Certificação de produtos e o apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico

Fonte: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI/ Lei no 12.020, de 09 de janeiro de 1998.

3.2. Orçamento Final

A Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) realizou o planejamento de 2008 considerando o orçamento inicial de R\$ 77.139.970,00, aprovado na XIII Reunião do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT-PARANÁ, em 13 de março de 2008.

Em setembro de 2008, entretanto, o orçamento foi ajustado para R\$ 81.484.546,00. Com a suplementação de recursos de anos anteriores, o disponível para aplicação em projetos totalizou R\$ 89.299.192,00.

3.3. Aplicações Realizadas

A tabela seguinte sumariza as aplicações em 2008, que totalizaram R\$ 118.267.977,89.

TABELA 79

Investimentos Totais Realizados em 2008 – Por Unidade					
ENTIDADE	REPASSADO PELO ESTADO ¹	SALDOS ³	RECURSOS DE OUTRAS FONTES ⁴	INVESTIMENTOS REALIZADOS ²	SALDO PARA 2009
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
UGF	53.281.749,97	3.910.146,00		54.337.107,00	4.886.088,00
Fundação Araucária	23.552.730,00	17.826.400,00	11.010.738,89	50.539.027,19	
TECPAR	9.235.383,40			10.386.554,00	
Total	86.069.863,37	21.736.546,00	11.010.738,89	118.267.977,89	

1 - Fonte: SIAF; 2 – Fonte: UGF/SETI Relatório aprovado na XIII Reunião do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia; 3 – Fonte: Relatório CCT - Nota: Saldos oriundos do Plano de 2006, 2007 e de convênios; 4 – FINEP/CNPQ.

Em que pese o Estado não ter cumprido a aplicação de 2,00%, no mínimo, da receita tributária, é importante consignar que está havendo uma evolução dos investimentos, em função do crescimento da arrecadação.

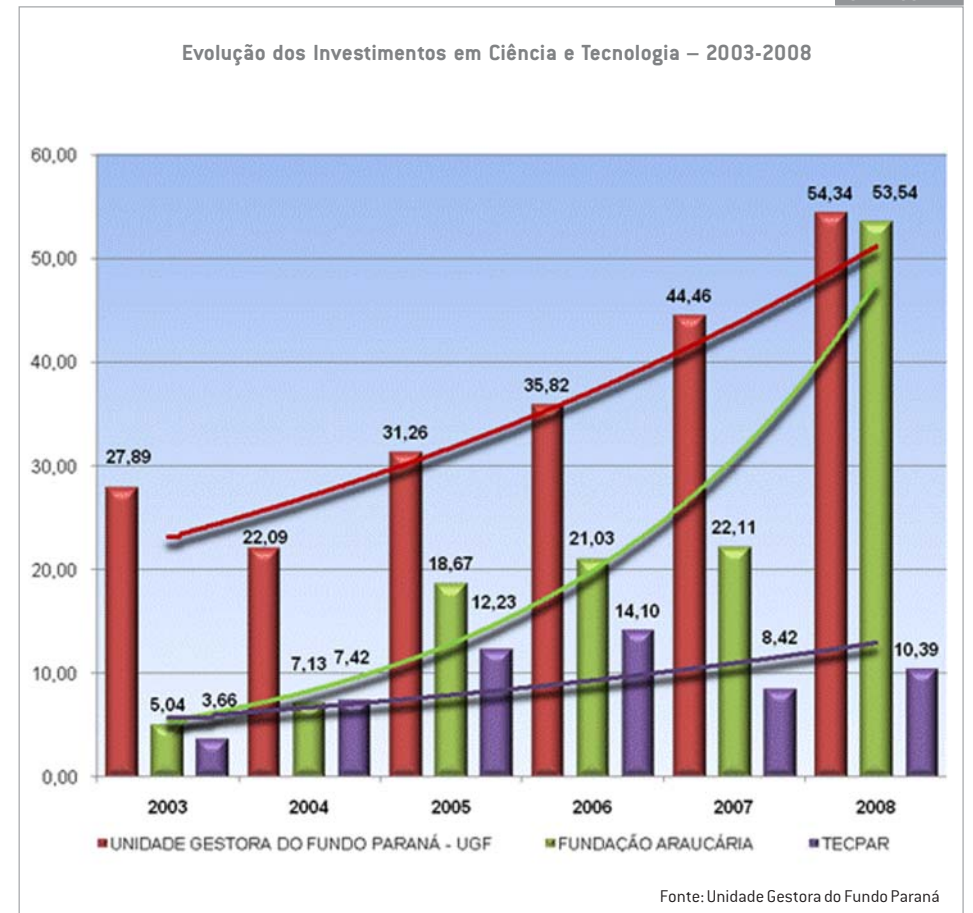
TABELA 80

Evolução dos Investimentos em Ciência e Tecnologia – 2003-2008

Unidade	2003 R\$	2004 R\$	2005 R\$	2006 R\$	2007 R\$	2008 R\$
UGF	27.885.023,00	22.092.765,00	31.260.091,00	35.818.823,64	44.455.964,00	54.337.107,00
FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA	5.035.301,42	7.134.516,00	18.667.700,00	21.029.545,00	22.110.320,00	53.544.316,89
TECPAR	3.655.246,00	7.423.010,00	12.225.270,00	14.097.682,00	8.418.477,00	10.386.554,00
TOTAL	36.575.570,42	36.650.291,00	62.153.061,00	70.946.050,64	74.984.761,00	118.267.977,89

Fonte: Unidade Gestora do Fundo Paraná.

GRÁFICO 44



3.3.1. Projetos em Ciência e Tecnologia

Com o objetivo de demonstrar a aplicação dos recursos do Fundo Paraná, a seguir são apresentados de forma resumida, os projetos desenvolvidos no ano de 2008 pela UGF, Fundação Araucária e Tecpar.

3.3.1.1. UGF - Projetos Estratégicos do Fundo Paraná

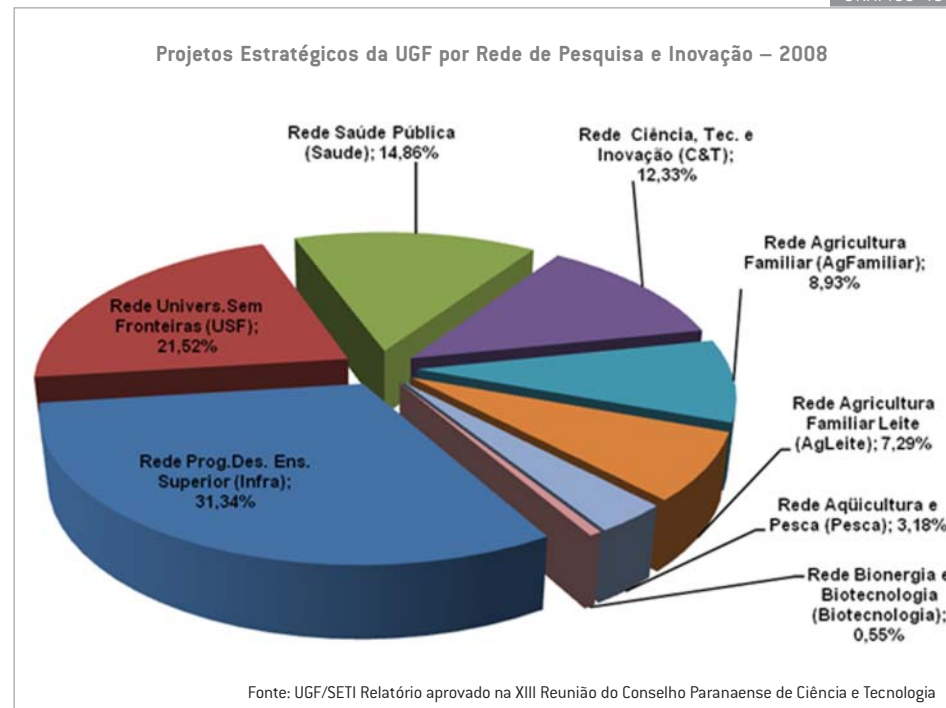
Em 2008, foram contratados 155 projetos, distribuídos em 8 Redes de Pesquisa e Inovação, no valor total de R\$ 59.223.195,00, sendo R\$ 54.337.107,00 despendidos no próprio exercício, restando um saldo de R\$ 4.886.088,00 para o orçamento de 2009. A tabela subsequente sintetiza os investimentos nos Projetos Estratégicos - UGF, por redes de pesquisa e inovação.

TABELA 81

Projetos Estratégicos da UGF por Redes de Pesquisa e Inovação - 2008					
REDE DE PESQUISA E INOVAÇÃO	Nº CONVÊNIOS	TOTAL DOS PROJETOS R\$	APLICADO EM 2008 R\$	SALDO PARA 2009 R\$	%
Rede do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior (Infra)	5	17.027.024,00	17.027.024,00		31,34%
Rede Universidade sem Fronteiras (USF)	34	11.695.271,00	11.695.271,00		21,52%
Rede de Saúde Pública (Saúde)	35	9.374.730,00	8.073.343,00	1.301.387,00	14,86%
Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T)	57	8.679.049,00	6.699.923,00	1.979.126,00	12,33%
Rede de Agricultura Familiar (AgFamiliar)	13	5.733.869,00	4.850.959,00	882.910,00	8,93%
Rede de Agricultura Familiar Leite (AgLeite)	6	4.683.770,00	3.961.105,00	722.665,00	7,29%
Rede de Aqüicultura e Pesca (Pesca)	4	1.729.482,00	1.729.482,00		3,18%
Rede de Bioenergia e Biotecnologia (Biotecnologia)	1	300.000,00	300.000,00		0,55%
Total		59.223.195,00	54.337.107,00	4.886.088,00	100%

Fonte: UGF/SETI Relatório aprovado na XIII Reunião do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia.

GRÁFICO 45



O gráfico anterior revela a predominância de investimentos da UGF nos programas de Infra-estrutura das Instituições de Ensino Superior (31,34%) e Universidade Sem Fronteiras (21,52%). Por essa razão, a seguir são destacados para avaliação dos resultados obtidos.

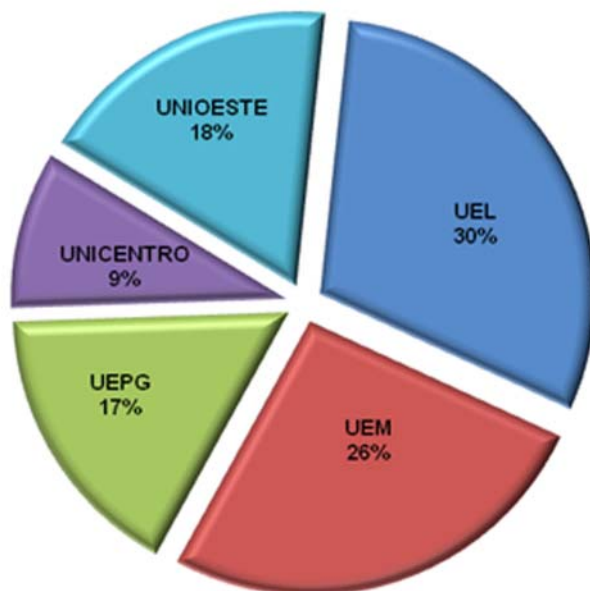
Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura do Ensino Superior - INFRA

O programa tem por finalidade apoiar financeiramente as Instituições de Ensino Superior, para a execução do Projeto de Implementação da Infra-estrutura de Pesquisa/Ensino.

Em 2008 os investimentos totalizaram R\$ 17.027.024,00, representando 31,34% dos recursos destinados à UGF. O gráfico seguinte mostra os valores aplicados no Programa de INFRA, por Instituição de Ensino. Observa-se que as maiores beneficiadas foram as Universidade Estaduais de Londrina e Maringá, 31,00% e 26,00%, respectivamente.

GRÁFICO 46

Distribuição dos Recursos do Programa INFRA por Entidade Beneficiada - 2008



Fonte: UGF/SETI Relatório aprovado na XIII Reunião do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia.

Universidade Sem Fronteiras – USF

O Programa Universidade Sem Fronteiras – USF tem por objetivo executar política de extensão específica para as Instituições Públicas Estaduais e Federais de Ensino Superior do Estado do Paraná, priorizando o financiamento de áreas estratégicas para o desenvolvimento de populações socialmente vulneráveis nas periferias das cidades paranaenses e de municípios que apresentem indicadores sociais baseados em IDH-M (Índices de Desenvolvimento Humano Municipal) insatisfatórios.

Em 2008 foram realizados 34 convênios, distribuídos em 6 subprogramas: Licenciaturas, Incubadoras dos Direitos Sociais, Agricultura Familiar, Produção Agroecológica Familiar, Pecuária Leiteira e Extensão Tecnológica Empresarial.

3.3.1.2. Fundação Araucária

A atuação da Fundação Araucária no fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico no estado do Paraná é estruturada em três linhas de ação, a seguir detalhadas:

LINHA DE AÇÃO	OBJETIVO
Fomento à Produção Científica e tecnológica	Ampliar e consolidar a capacidade de produção do conhecimento e de inovações tecnológicas no estado do Paraná, mediante apoio a projetos de pesquisa básica e aplicada desenvolvidos pelas universidades e institutos de pesquisas.
Verticalização do Ensino Superior e Formação de Pesquisadores	Ampliar a qualificação de recursos humanos para atuação em CT&I no estado do Paraná, com ênfase na expansão e consolidação dos programas de pós-graduação acadêmicos oferecidos pelas instituições de ensino superior, sediadas e atuantes no Estado do Paraná, em nível de Mestrado e/ou Doutorado de qualquer área do conhecimento. Essa linha objetiva, também, estimular a vocação de estudantes através da iniciação científica.
Disseminação Científica e Tecnológica	Apoiar a organização e a participação de pesquisadores em eventos científicos e a divulgação dos resultados dos seus trabalhos em publicações periódicas específicas, além da difusão dos avanços tecnológicos e científicos para a sociedade paranaense.

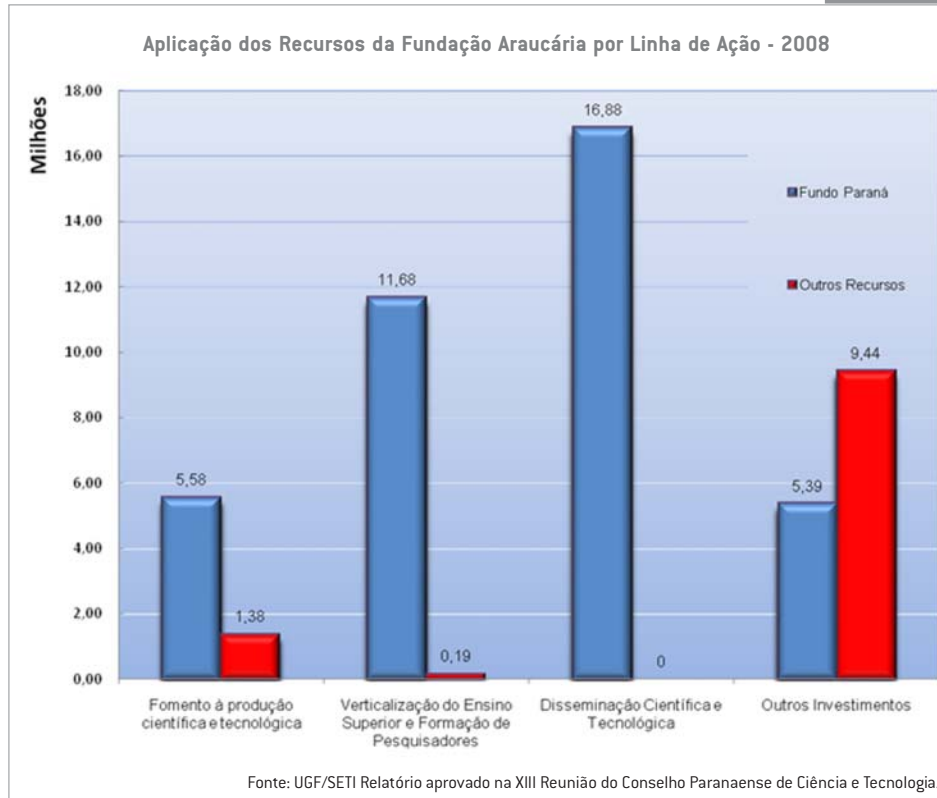
Os dados que se seguem demonstram os projetos e investimentos realizados pela Fundação Araucária, no ano de 2008, no montante total de R\$ 50.539.027,19.

TABELA 82

Aplicação dos Recursos da Fundação Araucária por Linha de Ação – 2008				
LINHA DE AÇÃO	PROJETOS	FUNDO PARANÁ R\$	OUTROS RECURSOS R\$	TOTAL R\$
Fomento à produção científica e tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 17 projetos de desenvolvimento científico e tecnológico; ▪ concessão de 37 bolsas 	5.575.296,71	1.383.465,49	6.958.762,20
Verticalização do Ensino Superior e Formação de Pesquisadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 91 cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado; ▪ concessão de 1.662 bolsas 	11.682.852,21	190.800,00	11.873.652,21
Disseminação Científica e Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 274 eventos técnico-científicos e de extensão; ▪ participação de 656 professores/pesquisadores em eventos; ▪ 82 publicações científicas; ▪ 122 projetos de extensão tecnológica; ▪ concessão de 1006 bolsas de extensão. 	16.881.467,38		16.881.467,38
Outros Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 7 projetos 	5.388.672,00	9.436.473,40	14.825.145,40
Total		39.528.288,30	11.010.738,89	50.539.027,19

Fonte: UGF/SETI Relatório aprovado na XIII Reunião do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia.

GRÁFICO 47



3.3.1.3. Instituto de Tecnologia do Paraná

Os Projetos e Programas de P&D, desenvolvidos pelo TECPAR, se utilizaram de recursos provenientes do Fundo Paraná, recursos próprios, e de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.

TABELA 83

Principais Atividades e Linhas de Pesquisa Desenvolvidas pelo TECPAR – 2008

PROGRAMAS DE AÇÃO	EXECUTADO EM 2008 R\$
Programa de Consolidação do Tecpar como Centro de Referência em Desenvolvimento e Produção de Imunobiológicos, Kits Diagnósticos e Medicamentos com base em Biotecnologia Avançada	
Implantação do Laboratório de Produção de Vacinas BHK, através de Cultivo Celular	1.300.000,00
Ações transversais de apoio a processos de modernização do Tecpar, incluindo adequação de áreas físicas, qualificação de recursos humanos, despesas de custeio de projetos de pesquisa, aquisição de insumos especializados, serviços técnicos especializados, melhoria de processos de gestão e de controle da qualidade	7.965.154,00
Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação em projetos de desenvolvimento do Paraná	
Programa Paranaense de Bioenergia – Tecnológico do Biodiesel	1.121.400,00
Consolidação do Tecpar na área de Extensão Tecnológica	
Adequação dos recursos de Tecnologia da Informação	
Consolidação de Programas de Avaliação da Conformidade do Agronegócio	
Total	10.386.554,00

Fonte: UGF/SETI Relatório aprovado na XIII Reunião do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia.

3.4. Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos

Mais importante do que a verificação do cumprimento do mandamento constitucional, isto é, se o Estado aplicou, no mínimo, 2,00% da Receita Tributária na pesquisa científica e tecnológica, é a avaliação dos resultados obtidos.

Conforme já enfatizado no capítulo VI (item 6.1.), o desempenho administrativo não pode e não deve ser mensurado apenas do ponto de vista quantitativo. A sociedade não espera dos seus administradores relatórios que informem friamente os recursos aplicados, mas a quantidade e qualidade dos produtos e serviços colocados à sua disposição.

Assim, como mencionado anteriormente, para fins de análise dos resultados obtidos com os recursos disponibilizados ao Fundo Paraná, foram selecionados os programas de Infra-estrutura das Instituições de Ensino Superior e Universidade Sem Fronteiras, em função do montante investido.

A partir dessa seleção, buscaram-se as metas físicas e os indicadores de desempenho estipulados para esses programas. Entretanto, verificou-se que não existiam nem metas físicas e muito menos indicadores, o que prejudicou tanto a avaliação quantitativa, como qualitativa.

No próprio relatório da XIV Reunião do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT PARANÁ, observou-se a inexistência de metas físicas ou indicadores de desempenho. A Prestação de Contas da SETI ao Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT- PARANÁ), sobre os recursos oriundos do Fundo Paraná no ano de 2008, restringiu-se a apresentação das aplicações da UGF, Fundação Araucária e TECPAR.

O objetivo era avaliar em que medida a operacionalização dos programas, principalmente quanto aos aspectos do acompanhamento dos resultados, tem possibilitado a consecução dos seus objetivos.

Especificamente em relação ao programa USF, verificou-se que não existem mecanismos de avaliação do perfil sócio-econômico da comunidade antes da implantação dos projetos, não sendo, portanto, passível de verificação a ocorrência de melhorias quantitativas ou qualitativas nas condições de vida das comunidades. Outro aspecto a ser considerado é a inexistência de indicadores de desempenho, o que dificulta a avaliação dos resultados de cada projeto e, conseqüentemente, do Programa como um todo.

Ora, sem mecanismos de avaliação do perfil sócio-econômico da comunidade, sem definição de indicadores de desempenho e base metodológica rigorosa, se torna quase impossível avaliar os resultados do projeto e garantir que os objetivos dos programas estão sendo atingidos. Fica difícil assegurar que as comunidades que foram beneficiadas pelo Programa USF, tiveram melhorias nas suas condições de vida atribuídas aos projetos implantados.

Ainda, sem o controle de ações por município, não se pode garantir que os recursos estão sendo aplicados prioritariamente para o financiamento de projetos para as áreas estratégicas para desenvolvimento social, objetivo principal do programa.

Vale mencionar que durante a busca de informações para avaliação dos resultados, obteve-se dados sobre o projeto da USF desenvolvido no Município de Barbosa Ferraz, que possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado – ocupa a 341ª posição entre 399 municípios. Nesse município o projeto apóia uma cooperativa têxtil, e está contribuindo com a geração de renda e aumento dos empregos, levando novas perspectivas à população. Segundo dados da SETI, em 2007, portanto antes do projeto iniciar, a cooperativa contava com 215 associados. Um ano depois, esse número aumentou para 375, quase 75,00%. Apurou-se, também, que, com o projeto a renda de muitos cooperados, cresceu 100%.¹

Constatou-se, no entanto, que foi uma avaliação isolada e pontual, não se tratando de metodologia aplicada a todos os programas, projetos e ações.

A insuficiência de dados e de indicadores de desempenho não permite a mensuração do impacto das ações, o que impossibilita a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade.

Importante consignar que no orçamento do Fundo Paraná, nos recursos destinados à manutenção da UGF, estava previsto projeto de “Monitoramento e Avaliação de Impactos sócio-econômicos de projetos estratégicos e prospecção de ações futuras para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação”. Todavia, verificou-se que, na prática, o monitoramento não foi efetuado.

¹ Dados extraídos da publicação “Notícias Paraná” – Maio 2009

3.5. Recomendações

Em face do exposto, com vistas a não limitar a análise dos gastos em Ciência e Tecnologia apenas quanto ao aspecto da aplicação mínima exigida constitucionalmente, mas, principalmente, avaliar os resultados de cada projeto, bem como do Programa como um todo, possibilitando o conhecimento das razões de êxito ou insucesso e, conseqüentemente, o melhoramento contínuo das diretrizes e ações, recomenda-se à SETI:

1. Desenvolvimento de metodologia de avaliação de projetos e dos resultados dos programas financiados com os recursos de Ciência e Tecnologia, que inclua mecanismos de avaliação do perfil sócio-econômico da comunidade antes da implantação dos projetos, de forma que sirva para posterior avaliação dos impactos dos projetos;
2. Especificamente em relação ao programa USF, ou a todos que couber, contemplação da quantificação dos resultados em termos de pessoas beneficiadas e benefícios sociais, econômicos, institucionais e ambientais, que permita a medição dos resultados de cada projeto e do Programa como um todo;
3. Definição de um plano de ação contendo os indicadores de desempenho dos programas, metas e prazo para atingimento que deverão ser utilizados para aferir os resultados alcançados pelos Programas;
4. Definição de cronograma para adoção das medidas necessárias à implementação das recomendações prolatadas pelo Tribunal.

4. Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde

4.1. Limite Constitucional

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, estabeleceu no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que o Estado deverá aplicar em ações e serviços públicos de saúde, o valor mínimo correspondente a 12,00% do produto da arrecadação dos impostos estabelecidos, deduzidas as transferências constitucionais aos municípios.

Conforme demonstrado na tabela 84, em 2008 o Paraná aplicou em ações e serviços públicos de saúde o total de R\$ 1,2 bilhão, representando 12,19% da base de cálculo, cumprindo, portanto, o mínimo estipulado constitucionalmente.

Em R\$

TABELA 84

Demonstrativo dos Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2008

GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	DESPESA EMPENHADA LÍQUIDA
Gestão do SUS	461.263.001,20
Atenção à Saúde	147.269.636,99
Assistência Farmacêutica	132.908.102,36
Assistência à Criança e ao Adolescente	255.908,82
Aquisição e Controle de Compra Leite das Crianças	81.873.027,19
Encargos com Pensões Especiais (Hansenianos)	11.735.545,71
Vigilância à Saúde	936.283,07
Serviços de SIATE - Corpo de Bombeiros	20.880.580,95
Adm. e Manut. do Hospital Univ. Reg. do Norte do Paraná	87.257.819,00
Adm. e Manut. do Hospital Univ. de Maringá	37.074.720,86
Adm. e Manut. do Hospital do Oeste do Paraná	24.925.724,79
Administração do Complexo Médico Penal - DEPEN	16.419.525,93
Hospital da Polícia Militar	16.440.659,31
Ações e Projetos em Ciência e Tecnologia na Área de Saúde	17.003.016,24
Produção de Vacinas	7.495.489,00
Preservação da Saúde/Saneamento Ambiental - SUDERHSA	4.905.212,29
Promoção e Execução da Defesa Sanitária Animal	581.029,51
Promoção e Execução da Defesa Sanitária Vegetal	514.570,60
Adm. Serv. Energia Elét., Água e Esg., Telef. e Inform.	18.928.512,64
Sistema de Saúde dos Servidores do Estado do Paraná	93.502.328,18
Contribuição Patronal ao Fundo de Previdência do Estado	26.960.600,00
Integraliz. Capital c/Rec.de Operações Créd.Externas - PARANASAN/JBIC - SANEPAR	30.376.798,38
Cancelamento de Restos a Pagar Vinculados à Saúde	(19.867.875,86)
TOTAL DOS GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.219.640.217,16

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. I e VII.

A DCE apurou o montante total gasto em saúde somando todas as despesas empenhadas nos Projetos/Atividades pertencentes à Função 10 – Saúde e deduzindo os cancelamentos de restos a pagar vinculados à função, uma vez que esses valores já haviam sido computados para fins de cumprimento do limite em 2007. Foram, igualmente, deduzidas as despesas custeadas com recursos oriundos de convênios, transferências do SUS, diretamente arrecadados e gastos com pagamento de Inativos e Pensionistas da área de saúde, conforme entendimento deste Tribunal de Contas em Pareceres Prévios de exercícios anteriores. A tabela a seguir demonstra essas exclusões.

Em R\$

TABELA 85

Despesas Excluídas dos Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2008	
DESPESAS EXCLUÍDAS DOS GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	VALOR
Recursos de Convênios	13.577.987,52
Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais	1.022.932,68
Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais	12.510.843,92
Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior	18.458,65
Fonte 284 - Outros Convênios/Outras Transferências	25.752,27
Transferências do SUS (Fonte 117)	718.182.983,51
Recursos Diretamente Arrecadados (Fonte 250)	66.350.227,96
Inativos e Pensionistas da Área de Saúde	100.350.789,46
TOTAL DAS EXCLUSÕES	898.461.988,45

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. I e VII.

4.2. Análise dos Resultados

Para a análise dos resultados atingidos na função Saúde, adotou-se, como referência, o Pacto pela Saúde, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde e divulgado pela Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006, cuja finalidade é promover a melhoria na quantidade e qualidade dos serviços ofertados à população e a garantia do acesso de todos a esses serviços.

O Pacto pela Saúde é formado por três Pactos: o Pacto pela Vida, o Pacto em defesa do SUS e o Pacto de Gestão.

O Pacto pela Vida tem como foco central o estabelecimento de um conjunto de prioridades sanitárias a serem assumidas pelos gestores das três esferas. O Pacto em Defesa do SUS estabelece compromissos políticos envolvendo o Estado, ou seja, o governo e a sociedade civil, a fim de consolidar a efetivação do processo da Reforma Sanitária Brasileira, nos moldes em que foi inscrito na Constituição Federal. O Pacto de Gestão define as responsabilidades sanitárias de cada esfera na gestão do SUS.

A Portaria nº 699, do Ministério da Saúde, de 30 de junho de 2006, regulamentou as Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida e de Gestão e instituiu o Termo de Compromisso de Gestão, que contém os objetivos, metas, atribuições e responsabilidades sanitárias dos gestores e os indicadores de monitoramento e avaliação.

Através da Portaria nº 91/GM, do Ministério da Saúde, de 10 de janeiro de 2007, foi regulamentada a unificação do processo de pactuação de indicadores do Pacto pela Saúde, a serem pactuados por Municípios, Estados e Distrito Federal.

Para o exercício financeiro de 2008, as prioridades, objetivos e metas do Pacto pela Vida, os indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde e as orientações, prazos e diretrizes para a sua pactuação, foram estabelecidas na Portaria nº 325, do Ministério da Saúde, de 21 de fevereiro de 2008.

O Plano Estadual de Saúde elaborado pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA e aprovado no Conselho Estadual de Saúde, em 25 de setembro de 2008, norteia as políticas de saúde e seu financiamento, para o período de 2008 a 2011, estabelecendo compromissos prioritários, objetivos, ações estratégicas e indicadores de desempenho.

4.2.1. Resultados 2007

O Relatório de Avaliação da Pactuação Unificada de Indicadores de 2007, divulgado pelo Ministério da Saúde em 2009, através do sistema SISPACTO, contempla o resultado, por estado e regiões, da análise de 50 indicadores.

A tabela seguinte ilustra o resultado atingido no Paraná, em 2007, para os principais indicadores.

TABELA 86

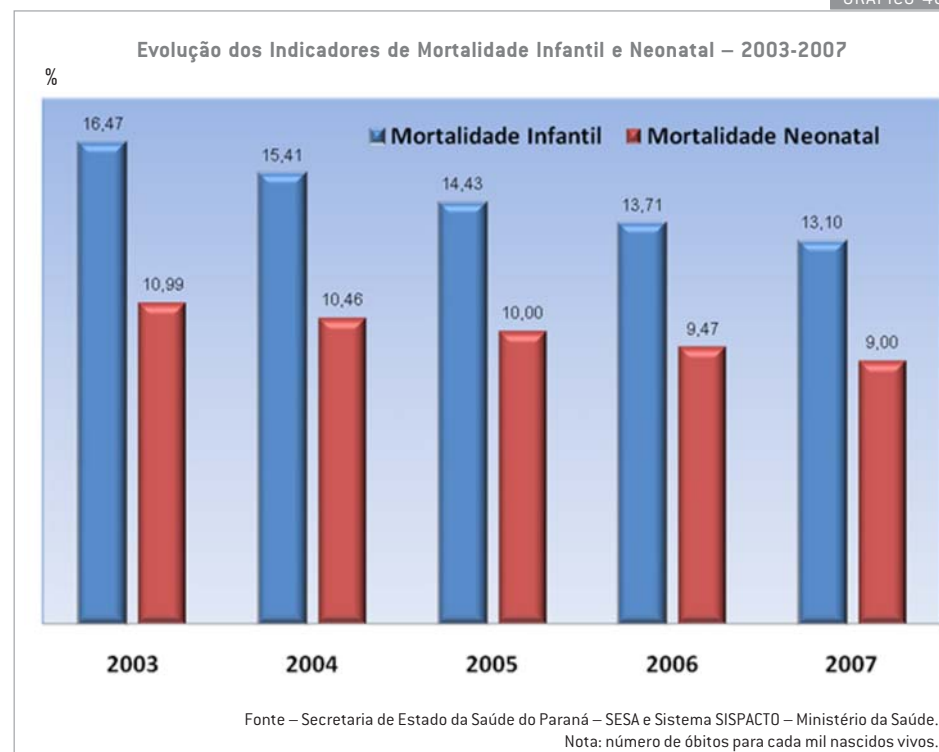
Resultado dos Indicadores – Pacto pela Saúde – Região Sul - 2007						
INDICADORES PACTUADOS	PARANÁ	RIO GRANDE DO SUL			SANTA CATARINA	
	META	RESULTADO	META	RESULTADO	META	RESULTADO
Proporção de Nascidos Vivos de mães com 4 ou mais consultas pré-natal. (%)	95*	95,52	95	91,66	95	93,55
Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas.	1,9	2	1,5	1,5	1,5	1,7
Coefficiente de Mortalidade Infantil. (para cada mil nascidos vivos)	14	13,1	12	13	11,5	12,5
Razão entre exames preventivos do câncer do colo do útero em mulheres de 25 a 59 anos e a população feminina nessa faixa etária.	0,3	0,22	0,2	0,15	0,3	0,13
Cobertura da primeira consulta odontológica programática. (%)	17	14,2	11,5	10,8	16	16,5
Proporção da população coberta pela estratégia Saúde da Família. (%)	45,8	50,5	35	30,3	70	70,3
Taxa de cura entre os casos de Hanseníase diagnosticados nos anos das coortes. (%)	81	88,1	97	83,5	73	89
Taxa de cura de casos novos de Tuberculose bacilífera. (%)	67	73,6	75	72,1	65	78,5
Taxa de notificação de casos de paralisia flácida aguda (PFA) em menores de 15 anos. (Nº. casos notificados / 100 mil hab menores de 15 anos)	1	1,1	1	0,9	17	1,5
Coefficiente de mortalidade neonatal. (redução em %)	9	9	8,36	8,4	8,5	8,5
Proporção de nascidos vivos com baixo - peso ao nascer. (%)	8	8,6	8,3	9,3	7,5	8

Fonte SISPACTO.
Nota: *Estados que pactuaram 7 ou mais consultas em 2007.

Comparando os resultados alcançados pelos Estados da Região Sul verifica-se o bom desempenho do Estado do Paraná, na área de Saúde.

Em relação aos indicadores de mortalidade infantil, apesar do Paraná apresentar um resultado inferior aos outros estados da região sul, constatou-se significativa redução nos últimos 5 anos, conforme demonstra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 48



4.2.2. Resultados 2008

Conforme tabela 87, na comparação com 2007, o desempenho de 2008 foi melhor, com superação de vários indicadores, demonstrando que os recursos foram aplicados com eficiência e trouxeram avanços na saúde do povo paranaense.

Com relação à dengue (indicador 8), observa-se uma redução de 96,00%, no número de casos, passando de 26.276, em 2007, para 1.017, em 2008.

TABELA 87

Resultados do Alcance das Metas dos Indicadores Obrigatórios de Monitoramento e Avaliação do Pacto pela Saúde – Paraná - 2008

INDICADORES A SEREM PACTUADO	SITUAÇÃO NO BRASIL EM 2007	RESULTADO DO PARANÁ EM 2007	META PACTUADA P/ O PARANÁ 2008	META ALCANÇADA PELO PARANÁ EM 2008
PRIORIDADE: SAÚDE IDOSO				
1. Taxa de internação hospitalar em pessoas idosas por fratura do fêmur / 10.000 (estados e capitais).	19,9/10.000	18,2/10.000	20,93/10.000	18,23/10.000
PRIORIDADE: CONTROLE DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E MAMA				
2. Razão de exames citopatológicos cérvico vaginais na faixa etária de 25 a 59 anos em relação à população alvo, usuária do SUS.	0,17 - 2006	0,22	0,25	0,26
3. Percentual de tratamento / seguimento no nível ambulatorial das lesões precursoras do câncer do colo do útero (lesões de alto grau – NIC II e NIC III).	-	100,00%	100,00%	78,00%
PRIORIDADE: REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA				
4. Proporção de investigação de óbitos infantis.	14,50% - 2006	63,20%	60,00%	63,90% D. preliminares
5. Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados.	-	89,00%	90,00%	90,49% D. preliminares
6. Coeficiente de mortalidade pós-neonatal ou nº. de óbitos pós-neonatal (municípios com menos de 80 mil habitantes).	6,9 - 2005	Redução de 8,50% em relação a 2006 [4,24/1000 n.v.].	Redução de 4,00%	Redução de 6,10% - 3,98/1000 n. v. em 2008.
7. Coeficiente de mortalidade neonatal ou nº. de óbitos neonatal (municípios com menos de 80 mil habitantes).	4,3 - 2005	Redução de 4,00% em relação a 2006 [9,47/1000 n.v.].	Redução de 3%	Redução de 3,50% 9,14/1000 n. v. em 2008.
PRIORIDADE: FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTAS ÀS DOENÇAS EMERGENTES E ENDEMIAS COM ÊNFASE NA DENGUE, HANSENÍASE, TUBERCULOSE, MALÁRIA, INFLUENZA, HEPATITE E AIDS.				
8. Taxa de letalidade por febre hemorrágica de dengue e síndrome do choque da dengue.	10,30%	31,2% (15 casos e 5 óbitos)	Redução em 27,70% em relação a 2007	Não houve redução da letalidade, mas houve redução significativa no número de casos totais de dengue 26.276 para 1.017. Dos 02 casos de febre hemorrágica 100% foram a óbito.

INDICADORES A SEREM PACTUADO	SITUAÇÃO NO BRASIL EM 2007	RESULTADO DO PARANÁ EM 2007	META PACTUADA P/O PARANÁ 2008	META ALCANÇADA PELO PARANÁ EM 2008
9. Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	65,6% - 2005	75,60%	65,00%	73,50% D.preliminares
10. Proporção de cura dos casos novos de hanseníase	85,50%	88,00%	85,50%	86,80%
11. Proporção de amostras clínicas coletadas de vírus influenza em relação ao preconizado.	30,30%	34,00%	50,00%	40,80%
12. Proporção de casos de hepatites B e C confirmados por sorologia.	82,00%	94,50%	90,00%	100%
13. Taxa de incidência de AIDS em menores de 5 anos de idade.	3,9/100.000 habs. - 2005.	1,7/100.000	2,7/100.000	1,25/100.000
PRIORIDADE: PROMOÇÃO DA SAÚDE				
14. Prevalência de sedentarismo em adultos (estados e capitais).	28,20%	28,20%	28,00%	26,20%
15. Prevalência de tabagismo (estados e capitais).	15,20%	15,20%	18,00%	18,20%
PRIORIDADE: FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA				
16. Proporção da população cadastrada pela Estratégia Saúde da Família (ESF, ESF com Saúde Bucal Modalidades I e II).	44,30%	53,60%	50,00%	51,00%
17. Cobertura de primeira consulta odontológica programática.	12,30% - 2006	14,00%	15,00%	13,50%
18. Taxa de internações por Acidente Vascular Cerebral.	32/10.000	38,52/10.000	40/10.000	34,13/10.000
19. Taxa de internação por diabetes mellitus e suas complicações na população de 30 anos e mais.	13,94/10.000	15,71/10.000	15,70/10.000	17,15/10.000
20. Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas.	1,5 - 2006	1,8	1,9	2
21. Proporção de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal e 7 ou mais consultas.	89,00%	95,50% (4 consultas ou mais); 76,0% (7 consultas ou +)	Maior ou igual a 76% para 7 consultas ou +	95,90% (4 consultas ou mais)
22. Média mensal de visitas domiciliares por família realizadas por Agentes Comunitários de Saúde.	0,9 - 2006	0,55	0,7	0,6
23. Percentual de crianças menores de cinco anos com baixo peso para a idade.	8,00% - 2006	5,30%	4,80%	4,03%

INDICADORES A SEREM PACTUADO	SITUAÇÃO NO BRASIL EM 2007	RESULTADO DO PARANÁ EM 2007	META PACTUADA P/O PARANÁ 2008	META ALCANÇADA PELO PARANÁ EM 2008
PRIORIDADE: SAÚDE DO TRABALHADOR				
24. Número de Centros de Referência Regional em Saúde do Trabalhador – CEREST implantados.	150	3	7	2
25. Taxa de cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS por 100 mil habitantes	0,58%/100.000	0,58/100.000	0,62/100.000	0,76486/100.000
PRIORIDADE: ATENÇÃO INTEGRAL ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO DE VIOLÊNCIA				
26. Proporção de municípios prioritários do Estado com notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantadas.	-	-	-29,00% de 7 municípios.	3 municípios
PRIORIDADE: SAÚDE DO HOMEM				
27. Política de Saúde do Homem elaborada e publicada.	-	-	100%	Em elaboração
PACTO DE GESTÃO – RESPONSABILIDADES SANITÁRIAS DAS INSTÂNCIAS GESTORAS DO SUS				
28. Cobertura vacinal por tetravalente em menores de um ano de idade.	96,06%	151.736 (94,6%)	95,00% (152.424)	96,20% - 146.639
29. Proporção de óbitos não fetais informados ao SIM com causas básicas definidas.	91%	95,50%	Maior ou igual a 95%	95%
30. Taxas de notificação de casos de Paralisia Flácida Aguda – PFA em menores de 15 anos.	1/100.000 = 548 casos	1,1	1/100.000 = 30 casos.	1,1/100.000 = 29 casos
31. Proporção de doenças exantemáticas investigadas oportunamente.	83,00%	97,00%	80,00%	97,10%
32. Proporção de casos de notificação compulsória (DNC) encerrados oportunamente após notificação.	74,60%	83,80%	80,00%	85,30%
33. Proporção de receita própria aplicada em saúde conforme previsto na regulamentação da EC-29.	-	12,22%	12,00%	12,16%
34. Índice de alimentação regular das bases de dados nacionais obrigatórias.	-	100%	100%	100%
35. Índice de contratualização de unidades conveniadas ao SUS nos estados e municípios.	23,00%	2,00%	30,00%	-
36. Proporção de municípios com relatórios de gestão aprovados nos CMS (PT 1.229/07, GM/MS).	-	-	100%	87,50% Dados Preliminares

Fonte Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.
 Nota: Os resultados registrados para os indicadores 4, 5 e 9 ainda são preliminares.
 Indicador 27 – proposta elaborada em novembro de 2008 aguarda a aprovação da política nacional, ainda em discussão com o Ministério da Saúde quanto ao financiamento.
 Indicador 36 – existem municípios cujos relatórios ainda estão em “fase de análise” pelo Conselho ou “sem informação”. Somente em 2010 quando forem levantadas as informações relativas ao Relatório de Gestão de 2009, serão revistos os dados de 2008.

Dos 36 indicadores pactuados pelo Estado, de acordo com o Plano pela Saúde, somente 8 não atingiram a meta em 2008, conforme demonstra a tabela que segue:

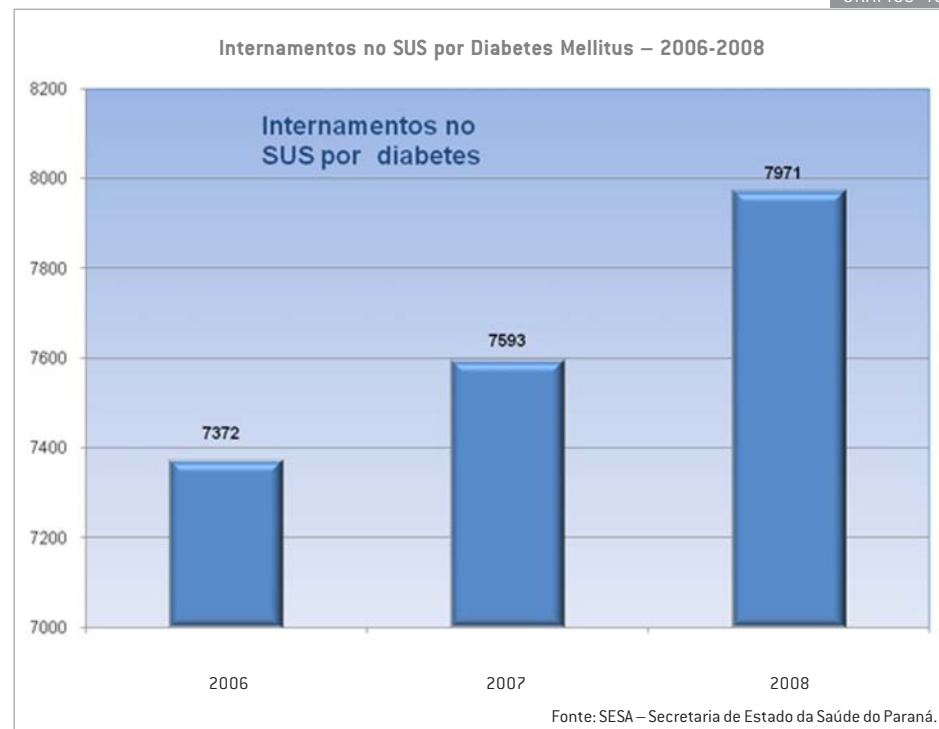
TABELA 88

Justificativas das Metas Pactuadas não Atingidas pelo Paraná - 2008			
INDICADOR	META PARA 2008	META ALCANÇADA 2008	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE SESA
Percentual de tratamento / seguimento no nível ambulatorial das lesões precursoras do câncer do colo do útero (lesões de alto grau – NIC II e NIC III),	100%	78,00%	A SESA teve dificuldades na informação da busca ativa das pacientes devido à implantação do Sistema de Informações via internet. O Sistema de busca ativa entrou em funcionamento adequado apenas em 2009. Tem-se que considerar os dados como preliminares, pois as Regionais de Saúde estão juntamente com os municípios realizando a busca ativa das mulheres com resultados de lesão grau NIC II e III.
Proporção de amostras clínicas coletadas de vírus influenza em relação ao preconizado.	50%	40,80%	Em 2007, a análise foi realizada somente a partir das unidades sentinelas da capital, de acordo com o pactuado no Pacto pela Saúde. Em 2008, na pactuação, está incluída a sentinela de Foz do Iguaçu que não fez nenhuma coleta, acarretando o não alcance da meta prevista. As unidades sentinelas da Capital realizaram as coletas previstas para a meta de 50%.
Prevalência de tabagismo (estados e capitais)	18%	18,20%	A Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba é responsável por esse indicador que se refere só a Capital. O indicador é avaliado com base na pesquisa VIGITEL em que: - 2007 foi de 17,9 (intervalo de confiança 15,7 – 20,2) - 2008 foi de 18,2 (intervalo de confiança 15,7 – 20,7) Portanto o resultado de 18,2 não é estatisticamente significativo. Matematicamente poderia ser considerado 18,0 em ambos os anos. As ações desenvolvidas mudam esse indicador somente a médio e longo prazo.
Cobertura de primeira consulta odontológica programática.	15,00%	13,50%	Os resultados alcançados nesse indicador foram menores do que no ano anterior. Atribui-se essa diferença às mudanças dos códigos para registro no sistema, pois muitos municípios continuaram a utilizar os códigos antigos, comprometendo as informações analisadas. Embora esse indicador não tenha atingido a meta estipulada, a cobertura dos serviços assistenciais odontológicos foi ampliada.
Taxa de internação por diabetes mellitus e suas complicações na população de 30 anos e mais.	15,7/10.000	17,15/10.000	Ainda não temos uma análise técnica das causas que expliquem o aumento dos internamentos. A variação do número de internamentos pelo SUS por essa causa, no Paraná, de 2006 a 2008 foi a seguinte: 7.372 (2006), 7.593 (2007) e 7.971 (2008).
Média mensal visitas domiciliares por família realiz. por Agentes Comunitários de Saúde.	0,7	0,6	A meta atingida pelo Estado em 2007 foi de 0,55 e negociou-se com o Ministério da Saúde a pactuação de 0,6 para 2008, que não foi aceita.
Número de Centros de Referência Regional em Saúde do Trabalhador CEREST -implantados (indicador pactuado só pelo estado).	7	2	2 implantados e os outros 05 em processo [Curitiba - habilitação, Macro Leste - aprovado na CIB, Macro Norte - solicitada a readequação ao MS, Macro Centro Sul - em negociação, Macro Noroeste - fase de sensibilização das RS].
Índice de contratualização de unidades conveniadas.	30,00%	-	Contratualização não efetivada, pois, em 2008, foram estudados os instrumentos e estratégias para a contratualização dos hospitais municipais e consórcios, e hospitais que são únicos no município e os demais prestadores ainda não contratualizados. Isto será implementado em 2009.

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

Dentre os indicadores cujas metas pactuadas não foram atingidas, destaca-se a “taxa de internação por diabetes mellitus e suas complicações, na população de 30 anos ou mais”, para a qual foi apurado o número de internamentos de 17,15/10.000, contra a previsão de 15,7/10.000. A SESA informou que ainda não tem uma análise técnica das causas que expliquem o aumento dos internamentos. O gráfico 49 ilustra a evolução do número de internamentos no SUS por essa causa, no Paraná, no período de 2006 a 2008.

GRÁFICO 49



5. Gastos com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) estabeleceu no inciso II do art. 19, que o limite de gastos com pessoal para os Estados é de 60%, com a seguinte repartição determinada pelo art. 20, inciso II:

- 3,00% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado;
- 6,00% para o Judiciário;
- 49,00% para o Executivo;
- 2,00% para o Ministério Público Estadual.

Pelo demonstrado na tabela 68, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, analisados de maneira consolidada e individual, respeitaram os limites estabelecidos na LRF.

Cabe ressaltar que, a partir do exercício financeiro de 2006, por força do Acórdão nº 1568/06-Pleno, as despesas com Pensionistas e o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, da folha de pagamento, passaram a ser excluídas do cômputo dos Gastos de Pessoal, aclarando essa questão que, desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, sempre foi objeto de divergências.

6. Outros Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

A tabela a seguir indica os limites impostos ao Estado pela LRF, a fim de garantir o equilíbrio das contas públicas, e o seu cumprimento ao longo da execução orçamentária do exercício de 2008.

Em R\$ mil

TABELA 89

Limites da Lei Complementar nº 101/00 – 2008		
RECEITA LÍQUIDA - RCL		
	VALOR	
Receita Corrente Líquida - RCL	14.482.743	
DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO		
	VALOR	% S/ RCLS
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 últimos meses	6.121.653	42,27%
Limite Prudencial de 95% (Parág. único, art. 22 da LRF)	6.741.717	46,55%
Limite Legal (inciso II, "c" do art. 20 da LRF)	7.096.544	49,00%
DÍVIDA		
	VALOR	% S/ RCL
Dívida Consolidada Líquida	17.192.100	118,71%
Limite definido pelo art. 3º da Resolução nº 40/01 - Senado Federal	28.965.486	200,00%
GARANTIAS DE VALORES		
	VALOR	% S/ RCL
Total das Garantias	908.514	6,27%
Limite definido pelo art. 9º da Resolução nº 43/01 - Senado Federal	3.186.203	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
	VALOR	% S/ RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	52.927	0,37%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00%
Limite definido p/ Res. nº 43/01 - Senado Federal p/ Op. de Créd. Internas e Externas	2.317.239	16,00%
Limite definido p/ Res. nº 43/01 - Senado Federal p/ Op. de Créd. por Antec. da Receita	1.013.792	7,00%
RESTOS A PAGAR	Inscrição em RPs não Processados	Suficiência antes da Inscrição em RPs não Processados
Valor apurado	1.030.711	2.330.658

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Vol. I.

A fim de trazer transparência à gestão do gasto público, a LRF determinou a elaboração e publicação de demonstrativos que representem balanços simplificados das finanças públicas. Assim sendo, em atendimento ao art. 52 e ao § 2º do art. 55 da LRF, o Poder Executivo Estadual procedeu as publicações dos Relatórios Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, nos moldes e prazos determinados pela lei.

A LRF também introduziu o Anexo de Metas Fiscais como parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A LDO 2008 (anexo das Metas Fiscais) fixou o Resultado Primário em valores correntes de R\$ 742,0 milhões e em valores constantes de R\$ 715,4 milhões, bem como o Resultado Nominal em valores correntes em cerca de R\$ 766,0 milhões e em valores constantes de R\$ 738,5 milhões, o que significa para esse último a estimativa de aumento do estoque da Dívida Estadual.

6.1. Resultado Primário

Conforme pode ser observado na tabela a seguir, o Estado cumpriu as metas de resultado primário, estabelecidas na LDO 2008.

Em R\$ mil

TABELA 90

Metas Fiscais – Resultado Primário – 2008		
TÍTULOS	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE
(1) RECEITA TOTAL	18.734.749	17.170.939
(-) Aplicações Financeiras	311.679	285.663
(-) Operações de Crédito	52.927	48.509
(-) Amortização de Empréstimos	36.634	33.576
(-) Alienação de Ativos	3.083	2.826
(2) RECEITA PRIMÁRIA	18.330.426	16.800.365
(3) DESPESA TOTAL	17.298.393	15.854.477
(-) Juros e Encargos da Dívida	687.745	630.338
(-) Amortização da Dívida	571.192	523.514
(4) DESPESA PRIMÁRIA	16.039.456	14.700.625
RESULTADO PRIMÁRIO OBTIDO	2.290.970	2.099.740
METAS - RESULTADO PRIMÁRIO - LDO	741.997	680.062
DIFERENÇA APURADA	1.548.973	1.419.679

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume VII e Lei nº 15.609/07 (LDO).

Por oportuno, menciona-se que, para a apuração do resultado primário, a DCE estabeleceu como parâmetro de indexação o índice do IGP-DI da FGV, aplicados nos valores de 2008, deflacionando a preços de 2007.

6.2. Resultado Nominal

O Resultado Nominal constitui um instrumento de acompanhamento do estoque da Dívida Pública Estadual, elaborado para se aferir a evolução/involução da Dívida Fundada a partir dos saldos apurados ao final de cada exercício, em comparação ao verificado no ano imediatamente anterior.

No Demonstrativo do Resultado Nominal que integrou a LDO para 2008 foi previsto um aumento do estoque da Dívida Fiscal Líquida da ordem de R\$ 766,0 milhões, justificado pela previsão do pagamento da dívida do BANESTADO.

Constatou-se que o Estado extrapolou o valor fixado para o período sob análise, pois houve um aumento do montante da Dívida Consolidada Líquida da ordem de R\$ 2,3 bilhões, ou 19,06% em relação ao exercício anterior.

A Secretaria de Estado da Fazenda esclarece que esses dados estão sendo levantados, não havendo justificativa para o não cumprimento da meta do Resultado Nominal nem para o aumento do estoque da Dívida Fiscal Líquida.

Em R\$ mil

TABELA 91

Metas Fiscais – Resultado Nominal – 2008			
TÍTULOS	2007	2008	VARIAÇÃO % 07/08
DÍVIDA CONSOLIDADA - FUNDADA (I)	16.430.711	20.313.202	23,63%
(-) DEDUÇÕES (II)	1.924.711	3.121.102	62,16%
Ativo Disponível	1.807.910	2.763.729	52,87%
Haveres Financeiros	340.948	382.213	12,10%
(-) Restos a Pagar Processados	224.147	24.840	-88,92%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	14.506.000	17.192.100	18,52%
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0,00%
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.397.820	2.776.573	15,80%
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	12.108.180	14.415.527	19,06%
METAS - RESULTADO NOMINAL	Lei nº 15.609/07 - LDO	(765.957)	-6,33%
	realizado	2.307.347	19,06%

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 – Volume VII e Lei nº 15.609/07 (LDO).

Uma das causas do aumento, de 2007 para 2008, de 19,06% da Dívida Fiscal Líquida foi a transferência contábil, ocorrida em 2008, dos Precatórios inscritos como Restos a Pagar no Passivo Financeiro para a Dívida Fundada Interna no Passivo Permanente, no valor de R\$ 915,8 milhões, conforme comentado no capítulo VI (item 3.4.2.).



19279.	31730.4	20479.87	6122.88	3985.36	2226.48	4050.88	2368.24	4207.69	686	451	87	19
34086.69	20479.87	6122.88	9649.66	3985.36	3914.16	4050.88	2368.24	4207.69	686	451	87	19
3787.71	20479.87	6122.88	9649.66	3985.36	3914.16	4050.88	2368.24	4207.69	686	451	87	19
2165.87	20479.87	6122.88	9649.66	3985.36	3914.16	4050.88	2368.24	4207.69	686	451	87	19
2438.02	20479.87	6122.88	9649.66	3985.36	3914.16	4050.88	2368.24	4207.69	686	451	87	19
148.25	20479.87	6122.88	9649.66	3985.36	3914.16	4050.88	2368.24	4207.69	686	451	87	19
.95	20479.87	6122.88	9649.66	3985.36	3914.16	4050.88	2368.24	4207.69	686	451	87	19
8	20479.87	6122.88	9649.66	3985.36	3914.16	4050.88	2368.24	4207.69	686	451	87	19

IX. RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E
RECOMENDAÇÕES DAS CONTAS DO
GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A tabela a seguir evidencia as ressalvas, determinações e recomendações parcialmente atendidas ou pendentes de solução, constantes dos Acórdãos n.ºs 764/06, 1.003/07 e 1.133/08, relativamente às contas dos exercícios financeiros de 2005, 2006 e 2007.

TABELA 92

Ressalvas, Determinações e Recomendações – Exercícios Financeiros de 2005, 2006 e 2007				Ressalvas, Determinações e Recomendações – Exercícios Financeiros de 2005, 2006 e 2007			
EXERCÍCIO	TIPO	CIRCUNSTÂNCIA	SITUAÇÃO ATUAL	EXERCÍCIO	TIPO	CIRCUNSTÂNCIA	SITUAÇÃO ATUAL
LIMITE DA LDO – RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL							
2006	Recomendação	O Executivo deve envidar esforços para atingir as metas consignadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em que pese os resultados primário e nominal serem entendidos como indicativos.	No exercício de 2008, somente a meta de resultado primário foi cumprida. A Secretaria de Estado da Fazenda informa que esses dados estão sendo levantados, não havendo justificativa para o não cumprimento da meta do Resultado Nominal nem para o aumento do estoque da Dívida Fiscal Líquida.	2006	Ressalva	Não reconhecimento na contabilidade do saldo dos créditos parcelados de dívida ativa.	Em 2007, a 6ª ICE analisando a Informação n. 810/A07, da Secretaria de Estado da Fazenda, considerou não atendida esta determinação, pois "a CAFE/SEFA informa que encaminhou ofício à Diretoria da CRE solicitando informação a respeito dos créditos parcelados de dívida ativa efetuados pelo sistema DAE – Resumo Geral da Dívida Ativa e não contabilizados pelo Estado. Contudo, na resposta oferecida pela CRE, não consta manifestação a respeito."
				2006	Determinação	À Secretaria de Estado da Fazenda para levar à contabilidade todos os créditos parcelados registrados no sistema DAE – Resumo Geral da Dívida Ativa.	
				2007	Ressalva	Impossibilidade de aferir a movimentação da dívida ativa através das inscrições, atualizações e baixas.	A Secretaria de Estado da Fazenda noticia que "o Estado do Paraná vem adotando procedimentos e normas para sanar as determinações apontadas pelo Tribunal de Contas do Paraná, ao longo do exercício".
DÍVIDA ATIVA				PRECATÓRIOS			
2005	Ressalva	O baixo índice de cobrança da dívida ativa denota que a Administração Estadual não possui mecanismos eficientes de cobrança, acarretando redução do patrimônio em função da nova sistemática de contabilização implantada pela Portaria n.º 564/04, da Secretaria do Tesouro Nacional.	Os recebimentos por pagamentos permanecem inexpressivos, representando 0,28%, 0,25% e 0,46%, do saldo nominal, em 2006, 2007 e 2008, respectivamente.	2007	Ressalva	Insuficiência de informações atinentes ao cumprimento da ordem cronológica dos precatórios e divergências de saldos.	No tocante à divergência de saldos, o problema foi minimizado com a transferência dos valores nominais de precatórios dos Restos a Pagar para o Passivo Permanente, além da contabilização dos montantes referentes à correção monetária desses recursos. No entanto, destaca-se que foi verificado que o lançamento contábil referente à correção monetária apenas dos precatórios de Restos a Pagar da Administração Direta, ficando o procedimento referente à Administração Indireta ainda pendente de esclarecimento.
2005	Recomendação	Adotar medidas visando à efetiva cobrança da dívida ativa e a regularização do pagamento de suas obrigações, especialmente as orçamentadas, via precatório.					
2006	Ressalva	Não reconhecimento como receita das baixas de dívida ativa oriundas da adjudicação de bens e liquidação com créditos acumulados.	Em 2007, a 6ª ICE analisando a Informação n.º 810/A07, da Secretaria de Estado da Fazenda, considerou não atendida essa determinação, pois "a CAFE/SEFA informa que encaminhou ofício à Diretoria da CRE solicitando informações relativas à baixa da dívida ativa com adjudicação de bens e liquidação com créditos parcelados acumulados e não contabilizados pelo Estado. Contudo, na resposta oferecida pela CRE, não consta manifestação a respeito."	CONTROLE INTERNO			
2006	Determinação	À Secretaria de Estado da Fazenda para identificar os bens adjudicados e regularizá-los na contabilidade, oferecendo a partilha e o repasse da receita, ou seja, 15% para o FUNDEF; 50% do IPVA e 25% do ICMS aos municípios.					
				2006	Ressalva	A Lei de Responsabilidade Fiscal – § único, artigo 54, prevê a assinatura do Relatório de Gestão Fiscal pelo responsável pelo controle interno. Até o exercício de 2006 inexistia, na estrutura do Poder Público do Estado do Paraná, um órgão com essa finalidade.	A Lei n.º 15.524/07 instituiu o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. Através do Decreto n.º 955/07 foi nomeado o Secretário de Controle Interno, responsável pela coordenação do sistema. Entretanto, até o presente momento, não foi possível verificar a efetividade desse controle, vez que não consta da presente prestação de contas relatório ou documento semelhante com as atividades desempenhadas pelo órgão, no exercício.
				2006	Determinação	Ao Governo do Estado para atentar para o Acórdão n.º 764/06, deste Tribunal de Contas, que determina a efetiva implantação do sistema de controle interno, em que pese à aprovação da Lei n.º 15.524/07.	O Secretário da Pasta ressalta a falta de estrutura física, operacional, orçamentária e administrativa, afirmando, ainda, que o sistema de controle interno não demonstrou efetividade. A esse respeito encontra-se tramitando neste Tribunal de Contas o protocolado n.º 58435-0/08 que, além de comunicar a irregularidade, contribui com orientações objetivando o exercício positivo desse instrumento auxiliar da administração.

Ressalvas, Determinações e Recomendações – Exercícios Financeiros de 2005, 2006 e 2007

EXERCÍCIO	TIPO	CIRCUNSTÂNCIA	SITUAÇÃO ATUAL
FUNDOS ESPECIAIS			
2007	Ressalva	Não cumprimento do disposto em lei no tocante ao repasse de recursos arrecadados nas fontes vinculadas aos fundos especiais	A Secretaria de Estado da Fazenda destaca que os registros das receitas de recursos das fontes do Tesouro são centralizados na Divisão de Contabilidade Geral. Os relatórios do SIAF demonstram a movimentação de cada recurso vinculado, assim como os saldos do exercício anterior e para o exercício seguinte. No entanto, o ponto em discussão relativamente ao repasse parcial dos recursos aos Fundos continua com a situação inalterada.
REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL			
2005	Recomendação	Deve-se proceder à reavaliação dos bens componentes do patrimônio estadual, nos termos do artigo 106, § 3º, da Lei Federal n.º 4.320/64.	Situação inalterada.
FUNDO DE PREVIDÊNCIA			
2006	Ressalva	Falta de pagamento da amortização prevista a partir de maio de 2006, bem como a conciliação da dívida, em que pese o seu reconhecimento junto ao Paranaprevidência.	A Secretaria de Estado da Fazenda pronunciou-se informando que <i>"em relação à dívida reconhecida junto ao Paranaprevidência, a devida inscrição na contabilidade do Estado ocorreu no mês de maio do corrente exercício."</i> Além disto, outras contas foram contabilizadas no Passivo Permanente. Por ocasião do contraditório, a Procuradoria Geral do Estado entende que a apuração do total do crédito deverá ter por meta o equilíbrio financeiro do regime previdenciário do Paranaprevidência. Atualmente não há necessidade de aporte de recurso financeiro, mas sim de bens, ações e outros ativos até a satisfação integral do crédito.

EXERCÍCIO	TIPO	CIRCUNSTÂNCIA	SITUAÇÃO ATUAL
QUADRO DE PESSOAL			
2006	Ressalva	As maiores variações ocorreram nos Contratos de Regime Especial e de Estagiários, pois de 2005 para 2006, houve aumento no número de ocupantes de 82,10% e 42,13%, respectivamente. Em contrapartida, houve redução de 71,73% em relação a 2005 no Pessoal Temporário regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.	A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência informa que os Contratos de Regime Especial são efetivados com base na Lei Complementar n.º 108/05. A necessidade das contratações temporárias encontra-se demonstrada em documentos emitidos pela Secretaria de Estado da Educação. Essa, por seu turno, discorre a respeito da situação verificada salientando que a preocupação maior reside no cumprimento das disposições estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A ampliação do número de contratados deve-se à criação de novas escolas, novas turmas, novos cursos, afastamentos para licença médica e professores participantes do PDE. Ressalta, ainda, que os professores contratados, através do Regime Especial possuem carga horária diferenciada, pois ministram de uma a quarenta horas/aula semanais.
2006	Recomendação	Ao Poder Executivo para que examine cuidadosamente sua política de pessoal, diante das constatações apontadas anteriormente.	
2006	Ressalva	Inexistência de linearidade no estabelecimento de valores e respectivos níveis em relação aos cargos em comissão e funções gratificadas das Instituições Estaduais de Ensino Superior.	De acordo com manifestação da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência encaminhada ao Relator, <i>"as medidas cabíveis para a linearidade dos cargos e funções administrativas das Instituições de Ensino Superior estão sendo tomadas e, num estágio bastante avançado, visando a obtenção de um Projeto de Lei com encaminhamento do Senhor Governador à Assembléia Legislativa"</i> .
2006	Determinação	Ao Governo do Estado, à semelhança das medidas adotadas para os servidores efetivos, para criar mecanismos que regularizem a situação dos cargos em comissão e funções gratificadas, para cada instituição de ensino superior.	



X. RESSALVAS, DETERMINAÇÕES
E RECOMENDAÇÕES DO
EXERCÍCIO DE 2008

Os diversos aspectos relevantes das análises efetuadas nas Contas do Governador, mencionados ao longo do relatório, geraram ressalvas, determinações e recomendações, sintetizadas nas tabelas seguintes:

TABELA 93

Ressalvas – Exercício Financeiro de 2008		
Assunto	Referência	Descrição
Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	Capítulo VI, item 4.	As divergências detectadas na conciliação entre os valores previstos e os executados no Balanço Geral do Estado e as informações prestadas pelas empresas estatais.
Gestão dos Ativos do Banestado	Capítulo VI, item 5.5.	A inexistência de inventário atualizado e confiável dos Ativos do Banestado, gerenciados pela Agência de Fomento do Paraná S/A. A ausência de registro de todas as operações envolvendo a gestão dos ativos (receitas, despesas e movimentações patrimoniais), na Contabilidade Geral do Estado.
Liberação de recursos à Assembleia Legislativa	Capítulo VIII, item 1.	A extrapolação, em 0,26%, do limite constitucional relativo à utilização dos recursos liberados.
Aplicação de recursos em Ciência e Tecnologia	Capítulo VIII, item 3.1.	O não cumprimento do mandamento constitucional quanto ao percentual da Receita Tributária investido em ações voltadas à Ciência e Tecnologia.

TABELA 94

Determinações – Exercício Financeiro de 2008		
Assunto	Referência	Descrição
Destinação de recursos orçamentários/financeiros aos Fundos Especiais	Capítulo VI, item 5.2.	À Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral a conclusão dos trabalhos de avaliação quanto às viabilidades e oportunidades dos fundos existentes na estrutura administrativa do Poder Executivo e, após, à Procuradoria Geral do Estado para a execução das medidas e procedimentos cabíveis.
Gestão dos Ativos do Banestado	Capítulo VI, item 5.5.	Ao Governo Estadual a realização de inventário completo e atualizado dos Ativos do Banestado, além da adoção de medidas no sentido de registrar todas as operações derivadas no Orçamento e na Contabilidade Geral do Estado.
Aspectos relacionados à Tecnologia da Informação	Capítulo VI, item 5.6.	À Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral a elaboração de proposta de alteração do Orçamento Geral do Estado com a finalidade de permitir a identificação clara, objetiva e transparente da previsão de gastos com Tecnologia da Informação. À Secretaria de Estado da Fazenda a complementação e à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior a aplicação da diferença de 0,06% dos recursos, ainda no exercício de 2009.

Recomendações – Exercício Financeiro de 2008

Assunto	Referência	Descrição	Assunto	Referência	Descrição
Formalização do processo de prestação de contas	Instrução da DCE.	À Secretaria de Estado da Fazenda o atendimento integral do disposto na Instrução Normativa n.º 25/08-TC, que estabelece a documentação mínima que deve compor a prestação de contas.	Aspectos relacionados à Tecnologia da Informação	Capítulo VI, item 5.6.	À Administração Estadual para que reavalie a atuação da Comissão dos Sistemas de Informação e Telecomunicações do Estado (COSIT) com vistas à sua reestruturação, objetivando o desempenho de suas funções de acordo com a exigência legal ou, ainda, a sua extinção.
Divergência no saldo patrimonial da Administração Indireta	Capítulo VI, item 3.1.3.	À Secretaria de Estado da Fazenda a regularização do saldo patrimonial de exercícios anteriores da Administração Indireta, no valor de R\$ 13.590 mil, em relação ao saldo apresentado no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2007.			Ao Governo do Estado para que dê seguimento à modernização do SIAF, levando em consideração aspectos específicos quanto a mecanismos de gestão dos contratos de prestação de serviços de Tecnologia da Informação e, auxílio aos órgãos de controle interno e externo.
Incompatibilidade de dados nos sistemas de controle da Dívida Ativa	Capítulo VI, item 3.2.	À Secretaria de Estado da Fazenda a conciliação dos sistemas SIAF e DAE visando adequar as informações relativas ao estoque da Dívida Ativa.			À Administração Estadual para que analise e reestruture o atual modelo de contratação e pagamento de prestação de serviços em tecnologia da informação, inclusive no caso da Celepar.
Inconsistência de informações nos relatórios de controle de Precatórios	Capítulo VI, item 3.4.	À Secretaria de Estado da Fazenda a conclusão dos trabalhos relativos à conciliação das informações constantes do controle gerencial e da contabilidade do Estado, nos créditos tributários compensados com Precatórios.	Análise dos resultados dos Programas de Governo	Capítulo VI, item 6.	À Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral a avaliação do Plano Plurianual previamente à elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2011, independentemente da qualidade dos indicadores.
Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	Capítulo VI, item 4.3.	Às Secretarias de Estado a que se vinculam as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista a tomada de medidas no sentido de promover a execução do Orçamento de Investimentos de acordo com a legislação vigente.	Liberação de recursos à Assembléia Legislativa	Capítulo VIII, item 1.	Ao Poder Executivo o estabelecimento de ações visando prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar as contas públicas.
Realização de despesas com divulgação e propaganda	Capítulo VI, item 5.1.	À Secretaria de Estado da Comunicação Social para que estabeleça sistema de controle eficiente, capaz de coibir a efetivação de despesa com divulgação e propaganda, sem a prévia e devida autorização.	Aplicação de recursos em Ciência e Tecnologia	Capítulo VIII, item 3.5.	À Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior o desenvolvimento de metodologia de avaliação de projetos e dos resultados dos programas financiados com os recursos de Ciência e Tecnologia, que inclua mecanismos de análise do perfil sócio-econômico da comunidade, antes da implantação dos projetos, de forma a permitir posterior avaliação dos impactos respectivos;
					À Secretaria de Estado da Fazenda a complementação e à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia a aplicação da diferença de 0,06% dos recursos, ainda no exercício de 2009.



XI. CONCLUSÃO E VOTO

Ante o quadro de gestão avaliado e todo o exposto que compõe as contas relativas ao exercício financeiro de 2008, do Excelentíssimo Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, e com fundamento no inciso I, do artigo 75, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 21, da Lei Complementar Estadual nº 113/05, passo ao voto para emissão de Parecer Prévio:

Devem ser ressalvadas as circunstâncias apontadas ao longo do relatório, em particular, as abaixo nominadas.

1. As divergências detectadas na conciliação entre os valores previstos e os executados no Balanço Geral do Estado e as informações prestadas pelas empresas estatais.
2. A inexistência de inventário atualizado e confiável dos Ativos do Banestado, gerenciados pela Agência de Fomento do Paraná.
3. A ausência de registro de todas as operações envolvendo a gestão dos Ativos do Banestado [receitas, despesas e movimentações patrimoniais], na Contabilidade Geral do Estado.
4. A extrapolação, em 0,26%, do limite constitucional relativo à utilização dos recursos liberados.
5. O não cumprimento do mandamento constitucional quanto ao percentual da Receita Tributária investido em ações voltadas à Ciência e Tecnologia.

Em decorrência das ressalvas e dos outros aspectos relevantes evidenciados neste relatório, faz-se necessário proceder as determinações e recomendações, conforme seguem.

Determinações:

1. À Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral a conclusão dos trabalhos de avaliação quanto às viabilidades e oportunidades dos fundos existentes na estrutura administrativa do Poder Executivo e, após, à Procuradoria Geral do Estado para a execução das medidas e procedimentos cabíveis.
2. Ao Governo Estadual a realização de inventário completo e atualizado dos Ativos do Banestado, além da adoção de medidas no sentido de registrar todas as operações derivadas no Orçamento e na Contabilidade Geral do Estado.
3. À Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral a elaboração de proposta de alteração do Orçamento Geral do Estado, com a finalidade de permitir a identificação clara, objetiva e transparente da previsão de gastos com Tecnologia da Informação.
4. À Secretaria de Estado da Fazenda a complementação e à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia a aplicação da diferença de 0,06% dos recursos, ainda no exercício de 2009.

Recomendações

1. À Secretaria de Estado da Fazenda o atendimento integral do disposto na Instrução Normativa n.º 25/08-TC, que estabelece a documentação mínima que deve compor a prestação de contas.
2. À Secretaria de Estado da Fazenda a regularização do saldo patrimonial de exercícios anteriores da Administração Indireta, no valor de R\$ 13.590,00, em relação ao saldo apresentado no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2007.
3. À Secretaria de Estado da Fazenda a conciliação dos sistemas SIAF e DAE, visando adequar as informações relativas ao estoque da Dívida Ativa.
4. À Secretaria de Estado da Fazenda, a conclusão dos trabalhos relativos à conciliação das informações constantes do controle gerencial e da contabilidade do Estado, nos créditos tributários compensados com precatórios.

5. Às Secretarias de Estado a que se vinculam as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista a tomada de medidas no sentido de promover a execução do Orçamento de Investimentos, de acordo com a legislação vigente.
6. À Secretaria de Estado da Comunicação Social para que estabeleça sistema de controle eficiente, capaz de coibir a efetivação de despesa com divulgação e propaganda, sem a prévia e devida autorização.
7. À Secretaria de Estado da Fazenda a adoção de providências visando a efetiva cobrança da dívida ativa e a regularização do pagamento de suas obrigações, especialmente as orçamentárias, via precatório.
8. À Administração Estadual para que reavalie a atuação da Comissão dos Sistemas de Informação e Telecomunicações (COSIT), com vistas à sua reestruturação, objetivando o desempenho de suas funções de acordo com a exigência legal ou, ainda, a sua extinção.
9. Ao Governo do Estado para que dê seguimento à modernização do SIAF, levando em consideração aspectos específicos quanto a mecanismos de gestão dos contratos de prestação de serviços de Tecnologia da Informação e, auxílio aos órgãos de controle interno e externo.
10. À Administração Estadual para que analise e reestruture o atual modelo de contratação e pagamento de prestação de serviços em tecnologia da informação, inclusive no caso da Celepar.
11. À Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a avaliação do Plano Plurianual previamente à elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2011, independentemente da qualidade dos indicadores.
12. Ao Poder Executivo o estabelecimento de ações visando prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar as contas públicas.
13. À Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, o desenvolvimento de metodologia de avaliação de projetos e dos resultados dos programas financiados com os recursos de Ciência e Tecnologia, que inclua mecanismos de análise do perfil sócio-econômico da comunidade, antes da implantação dos projetos, de forma a permitir posterior avaliação dos impactos respectivos.

Por fim, determinar que as unidades técnicas desta Casa acompanhem, de perto, a implementação das recomendações e determinações exaradas neste exercício, bem assim as sentenciadas em exercícios anteriores e que ainda não tenham sido integralmente atendidas.

Nesses termos, considerando que as ressalvas apostas não se constituem em motivos determinantes para recomendar desaprovação, mas, sim, ensejam a tomada de medidas corretivas de estilo; considerando, também, as manifestações dos órgãos técnicos da Casa, bem como o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

PROPONHO, a este egrégio Plenário, a emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas do Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, relativas ao exercício financeiro de 2008.

Este parecer, todavia, não interfere, nem condiciona o posterior julgamento, pelo Tribunal de Contas, dos atos praticados pelos Administradores e demais responsáveis pelos recursos públicos.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2009.

Conselheiro Caio Marcio Nogueira Soares
Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Pça. Nossa Senhora de Salette S/N Centro Cívico - CEP 80.530-910 - Curitiba - PR - Brasil
Telefones: PABX: (41) 3350-1616 - FAX: (41) 3254-8763

www.tce.pr.gov.br

E-mail: tcpr@pr.gov.br